

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NILSON FABIANO ALVES FELIX

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos  
Profissionais da Educação no Brasil – Fundeb:  
a contribuição dos governos estaduais para o Fundo de 2007 a 2020

PORTO ALEGRE

2022

NILSON FABIANO ALVES FELIX

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos  
Profissionais da Educação no Brasil - Fundeb:  
a contribuição dos governos estaduais para o Fundo de 2007 a 2020

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nalú Farenzena

PORTO ALEGRE

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Felix, Nilson Fabiano Alves

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Brasil - Fundeb: a contribuição dos governos estaduais para o Fundo de 2007 a 2020 / Nilson Fabiano Alves Felix. -- 2022.

236 f.

Orientadora: Nalú Farenzena.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Fundeb. 2. Políticas de Financiamento da Educação. 3. Política de Fundos da Educação Básica. 4. Federalismo e Educação. I. Farenzena, Nalú, orient. II. Título.

NILSON FABIANO ALVES FELIX

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos  
Profissionais da Educação no Brasil - Fundeb:  
a contribuição dos governos estaduais para o Fundo de 2007 a 2020

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Educação.

Aprovada em 27 de outubro de 2022.

---

Profª Dra. Nalú Farenzena

---

Profª Dra. Gabriela Schneider

---

Profª Dra. Maria Beatriz Moreira Luce

---

Profª Dr. Thiago Alves

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora Nalú Farenzena, que aceitou o desafio de me orientar por essa trajetória, durante esses anos difíceis de isolamento social e pandemia. Sua calma, sabedoria, dedicação e postura são um grande exemplo e me inspiram a ser um pesquisador cada vez mais curioso.

Agradeço aos colegas de orientação que durante essa jornada foram fundamentais para que mantivesse a motivação a continuar firme na pesquisa. Os encontros a distância, nos diversos sábados durante o isolamento foram bem importantes para compartilhar nossas experiências durante aquele momento difícil.

À minha família, aos meus pais Nilson e Sueli que sempre foram exemplo de perseverança e persistência contra todas as adversidades. À minha irmã, Vanessa, sempre alegre e que trouxe minha afilhada Ágatha ao mundo. Ao meu sogro Sandro sempre nos recepcionando com aquele belo churrasco. Minha cunhada Gabriela, que pode contar comigo para sempre e também gostaria de agradecer à Lúcia Fernanda que me aguenta todos os dias e sempre me incentivou a querer mais e, ainda, a realizar esta desafiante jornada que foi o mestrado. Muito Obrigado!

## RESUMO

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2007, representou a continuidade da política de fundos e a inovação de contemplar a Educação Básica e englobar um volume maior de recursos, o que altera o panorama do financiamento da educação no Brasil. Este trabalho tem por objetivo analisar em que medida os governos estaduais contribuíram financeiramente para o Fundeb e quais foram os efeitos para a oferta educacional no Brasil, de 2007 a 2020, período de vigência da política; a oferta entendida como a distribuição de matrículas tendo em conta o provimento dos municípios e dos estados. Utilizou-se a metodologia do método misto. A fim de fundamentar a análise, foi construído um marco teórico e contextual sobre características sociodemográficas, o federalismo brasileiro em geral e no campo educacional, linhas gerais da política de financiamento da educação e o Fundeb. O foco do estudo é a contribuição dos estados e a redistribuição de recursos dos estados aos municípios. Para isso, foram elaborados relatórios de cada um dos 26 estados brasileiros, com o número de matrículas da Educação Básica, divididas por etapas de ensino, e os resultados líquidos das transferências do Fundeb. Para o levantamento dos dados foram utilizados as Sinopses Estatísticas da Educação Básica e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) estaduais. Foi constatado que todas as unidades federativas avançaram em direção a maior municipalização de matrículas. Houve um aumento da parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios em todos os estados brasileiros, cumprindo o papel redistributivo que tem a política do Fundeb. A contribuição total de 2007-2020 dos 26 estados para o Fundeb foi de R\$ 481.695.510.830,07, com uma parcela de redistribuição média da contribuição estadual para os municípios de 36,83% no período. Os resultados apontam para um aumento de matrículas na Educação Infantil e para um aumento de matrículas na rede municipal de ensino, portanto, ocorreu um aumento tanto nas matrículas da Educação Infantil quanto no porte das redes municipais e, conseqüentemente, um aumento na municipalização dos recursos do Fundeb no âmbito brasileiro no período da política analisado.

**Palavras-chave: Políticas de Financiamento da Educação. Política de Fundos na Educação Básica. Fundeb. Federalismo e Educação.**

## ABSTRACT

The Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and Valorization of Education Professionals (Fundeb), created in 2007, represented the continuity of the fund policy and the innovation of contemplating Basic Education and encompassing a larger volume of resources, which alters the panorama of education financing in Brazil. This work aims to analyze the extent to which state governments contributed financially to Fundeb and what were the effects for educational supply in Brazil, from 2007 to 2020, the period of validity of the policy; the offer understood as the distribution of registrations taking into account the provision of municipalities and states. The mixed method methodology was used. In order to support the analysis, a theoretical and contextual framework was constructed on sociodemographic characteristics, Brazilian federalism in general and in the educational field, general lines of education financing policy and Fundeb. The focus of the study is the contribution of the states and the redistribution of state resources to the municipalities. For this, reports were prepared from each of the 26 Brazilian states, with the number of basic education enrollments, divided by stages of teaching, and the net results of Fundeb transfers. For data collection, the Basic Education Statistical Synopsis and the State Budget Execution Summary Reports (RREO) were used. It was found that all federative units advanced towards greater municipalization of enrollments. There was an increase in the portion of the state contribution redistributed to municipalities in all Brazilian states, fulfilling the redistributive role that fundeb's policy has. The total contribution from 2007-2020 of the 26 states to Fundeb was R\$ 481,695,510,830.07, with an average redistribution portion of the state contribution to the municipalities of 36.83% in the period. The results point to an increase in enrollment in Early Childhood Education and an increase in enrollment in the municipal education network, therefore, there was an increase in both enrollment of Early Childhood Education and the size of municipal networks and, consequently, an increase in the municipalization of Fundeb resources in the Brazilian scope during the period of the policy analyzed.

**Keywords: Education Financing Policies. Basic Education Funds Policy. Fundeb. Federalism and Education.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Top 15 - PIB acumulado - 2020 x PIB <i>per capita</i> - 2020 .....	51
Tabela 2 - Fonte de dados das matrículas.....	65
Tabela 3 - Governos estaduais que não transmitiram relatório para o SIOPE – 2007-2020....	66
Tabela 4 - Fonte dos dados financeiros e <i>softwares</i> utilizados no tratamento dos dados.....	67
Tabela 5 - Evolução dos coeficientes de ponderação de matrículas do Fundeb – 2007-2020 .	70
Tabela 6 - Variação percentual dos coeficientes de ponderação de matrículas do Fundeb – 2007-2020 .....	71
Tabela 7 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Acre – 2007 a 2020.....	74
Tabela 8 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Acre – 2007-2020.....	75
Tabela 9 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Acre – 2007-2020 .....	77
Tabela 10 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Amapá – 2007 a 2020 .....	79
Tabela 11 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Amapá – 2007-2020.....	80
Tabela 12 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amapá – 2007-2020.....	82
Tabela 13 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Amazonas – 2007 a 2020..	84
Tabela 14 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Amazonas – 2007-2020....	85
Tabela 15 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amazonas – 2007-2020 .....	87
Tabela 16 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Pará – 2007 a 2020.....	89
Tabela 17 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Pará – 2007-2020 .....	90
Tabela 18 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Pará – 2007-2020 .....	92
Tabela 19 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Rondônia – 2007 a 2020 ...	94
Tabela 20 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rondônia – 2007-2020.....	95
Tabela 21 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rondônia – 2007-2020.....	97
Tabela 22 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Roraima – 2007 a 2020 .....	99
Tabela 23 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Roraima – 2007-2020.....	100
Tabela 24 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Roraima – 2007-2020.....	102



Tabela 25 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Tocantins – 2007 a 2020 .	104
Tabela 26 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Tocantins – 2007-2020....	105
Tabela 27 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Tocantins – 2007-2020.....	107
Tabela 28 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Goiás – 2007 a 2020 .....	109
Tabela 29 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Goiás – 2007-2020 .....	110
Tabela 30 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Goiás – 2007-2020 .....	112
Tabela 31 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Mato Grosso – 2007 a 2020 .....	114
Tabela 32 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Mato Grosso – 2007-2020 .....	115
Tabela 33 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso – 2007-2020.....	117
Tabela 34 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Mato Grosso do Sul – 2007 a 2020 .....	119
Tabela 35 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Mato Grosso do Sul – 2007-2020 .....	120
Tabela 36 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso do Sul – 2007-2020 .....	122
Tabela 37 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Alagoas – 2007 a 2020....	124
Tabela 38 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Alagoas – 2007-2020 .....	126
Tabela 39 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Alagoas – 2007-2020 .....	127
Tabela 40 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Bahia – 2007 a 2020 .....	129
Tabela 41 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Bahia – 2007-2020 .....	130
Tabela 42 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado da Bahia – 2007-2020 .....	132
Tabela 43 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Ceará – 2007 a 2020 .....	134
Tabela 44 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Ceará – 2007-2020 .....	135
Tabela 45 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Ceará – 2007-2020 .....	137
Tabela 46 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Maranhão – 2007 a 2020.	139
Tabela 47 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Maranhão – 2007-2020 ...	140

Tabela 48 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Maranhão – 2007-2020 .....	142
Tabela 49 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Pernambuco – 2007 a 2020 .....	144
Tabela 50 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Pernambuco – 2007-2020	145
Tabela 51 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Pernambuco – 2007-2020.....	147
Tabela 52 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Paraíba – 2007 a 2020.....	149
Tabela 53 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Paraíba – 2007-2020 .....	151
Tabela 54 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado da Paraíba – 2007-2020.....	152
Tabela 55 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Piauí – 2007 a 2020.....	154
Tabela 56 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Piauí – 2007-2020 .....	156
Tabela 57 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Piauí – 2007-2020 .....	157
Tabela 58 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Rio Grande do Norte – 2007 a 2020 .....	159
Tabela 59 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rio Grande do Norte – 2007-2020 .....	160
Tabela 60 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Norte – 2007-2020.....	162
Tabela 61 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Sergipe – 2007 a 2020.....	164
Tabela 62 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Sergipe – 2007-2020 .....	165
Tabela 63 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Sergipe – 2007-2020 .....	167
Tabela 64 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Espírito Santo – 2007 a 2020 .....	169
Tabela 65 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Espírito Santo – 2007-2020 .....	170
Tabela 66 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Espírito Santo – 2007-2020.....	172
Tabela 67 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Minas Gerais – 2007 a 2020 .....	174

Tabela 68 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Minas Gerais – 2007-2020 .....	175
Tabela 69 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado das Minas Gerais – 2007-2020.....	177
Tabela 70 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Rio de Janeiro – 2007 a 2020 .....	179
Tabela 71 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rio de Janeiro – 2007-2020 .....	180
Tabela 72 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio de Janeiro – 2007-2020 .....	182
Tabela 73 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – São Paulo – 2007 a 2020.	184
Tabela 74 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – São Paulo – 2007-2020 ...	185
Tabela 75 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do São Paulo – 2007-2020 .....	187
Tabela 76 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Paraná – 2007 a 2020.....	189
Tabela 77 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Paraná – 2007-2020.....	190
Tabela 78 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Paraná – 2007-2020 .....	192
Tabela 79 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Rio Grande do Sul – 2007 a 2020 .....	194
Tabela 80 - - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rio Grande do Sul – 2007-2020 .....	195
Tabela 81 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Sul – 2007-2020 .....	197
Tabela 82 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Santa Catarina – 2007 a 2020 .....	199
Tabela 83 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Santa Catarina – 2007-2020 .....	200
Tabela 84 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Santa Catarina – 2007-2020 .....	202
Tabela 85 - Variação das matrículas da EB, EI, EF, EM e EJA – Brasil – 2007 a 2020 .....	204
Tabela 86 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Brasil – 2007-2020.....	205
Tabela 87 – Entes estaduais que receberam a complementação da União ao Fundeb e o montante recebido - 2007-2020.....	207

Tabela 88 - Variação das matrículas das EB, dep. administrativa x Variação dos resultados líquidos das transferências do Fundeb – 2007-2020 .....	209
Tabela 89 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios dos 26 estados brasileiros – mínima, média, máxima e total – 2007-2020.....	211

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolhas na decisão para determinar uma estratégia de métodos mistos.....	31
Quadro 2 - Base de dados e termos de busca utilizados no mapeamento .....	34
Quadro 3 – Teses selecionadas .....	35
Quadro 4 - O serviço público educacional no Brasil e seus contextos de administração: centralização, descentralização, federalização e desigualdades - 1824 a 2019, de Arthur Ribeiro de Senna Filho .....	36
Quadro 5 – Fundef e Fundeb: Efeitos Redistributivos e Impacto nas Finanças dos Municípios do Estado Do Rio Grande do Sul, de Nelton Carlos Conte.....	36
Quadro 6 – Eficiência na aplicação dos recursos do Fundeb: uma investigação apoiada na análise envoltória de dados (DEA), de Sérgio Luiz de Argolo Bezerra.....	36
Quadro 7 – Financiamento da Educação Básica: panorama da desigualdade federativa, de Andreia Couto Ribeiro .....	37
Quadro 8 – O financiamento da educação (1996 - 2012) e o regime de colaboração: a rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte, de Edmilson Jovino de Oliveira.....	37
Quadro 9 – Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da Educação Básica, de Raimundo Luiz Silva Araújo .....	37
Quadro 10 – A promoção da <i>accountability</i> na fiscalização de municípios do Rio Grande do Sul: a atuação do TCE na implementação do FUNDEB de 2007 a 2009, de Maria Goreti Farias Machado .....	37
Quadro 11 – Políticas públicas de financiamento da Educação Básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, no período 2007-2010, em Guajará-Mirim, RO de Ângela de Castro Correia Gomes.....	38
Quadro 12 – Custo-aluno e condições tangíveis de oferta educacional em escolas públicas do Distrito Federal: (des)igualdades à flor da pele, de Francisco José da Silva.....	38
Quadro 13 – O financiamento da Educação Básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados de Paulo de Sena Martins .....	38
Quadro 14 – Dissertações selecionadas.....	39
Quadro 15 – Dez anos de Fundeb: análise da evolução dos gastos e dos principais resultados na rede pública estadual de educação, de Francisco Jose de Lima .....	42

Quadro 16 – O custo Aluno-Qualidade como eixo do sistema nacional da educação: enfrentamento histórico ou miragem retórica, de Rogério Machado Limonti Tiburcio .....	42
Quadro 17 – Avaliação do Fundeb: a dependência de recursos federais e as despesas com remuneração dos profissionais do magistério nas redes de ensino municipais, de Mariano Laio de Oliveira .....	42
Quadro 18 – Transferências de recursos para municípios brasileiros e seus impactos na equalização das receitas, de Fabrício Rodrigues Magalhães.....	43
Quadro 19 – O FUNDEB como política pública de financiamento da Educação Básica e seu desempenho ao longo dos anos nos municípios mineiros, de Rosangela Ferreira Bernardo ...	43
Quadro 20 – Federalismo, Políticas Educacionais e Qualidade do Gasto Público: uma Análise do Fundeb no Tocantins, de Paulo Rogério Magro .....	43
Quadro 21 – O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros, de Alexandre Lima Baião.....	44
Quadro 22 – O Esquema de Financiamento da Educação Básica no Brasil (1998 a 2007): atribuições e Responsabilidades, Fontes e Distribuição dos Recursos e Sistema de Incentivos na Transição Fundef-Fundeb, de Erica Pereira Amorim.....	44
Quadro 23 – Financiamento dos sistemas estaduais de educação e as desigualdades educacionais e financeiras no Ensino Médio (2006 a 2015), de Victor Hugo Barreto de Sena Sampaio .....	44
Quadro 24 – Custo aluno/ano e condições de qualidade em escolas do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul, de Miguel de Oliveira Frozza .....	44
Quadro 25 – Uma Avaliação do Efeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais Da Educação (Fundeb) nos Municípios do Estado do Paraná nos Anos de 2007 a 2014, de Andrea Polena .....	45
Quadro 26 – O Sistema de Financiamento da Educação Federalismo e Redistribuição, de Edugas Lourenco Costa .....	45
Quadro 27 – As implicações da dinâmica do financiamento da educação para as desigualdades intermunicipais quanto ao gasto por aluno no estado do Espírito Santo, de Flavia Costa Lima Dubberstein.....	45
Quadro 28 – Papel do FUNDEB na educação pública de um município do norte do RS: impactos na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação, de Paulo Rogério Brand .....	46
Quadro 29 – A relação entre os entes federados no financiamento da Educação Básica no Brasil no contexto da política de fundos (Fundef/Fundeb), de Danielle Cristina de Brito Mendes ...	46

Quadro 30 – O financiamento da Educação Básica e a política de fundos em Goiás (1998-2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des)valorização do magistério, de João Batista do Nascimento .....	46
Quadro 31 – Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional: uma análise a partir das escolas da rede municipal de Porto Alegre, de Rosa Maria Pinheiro Mosna .....	47
Quadro 32 – Mapeamento da capacidade de financiamento da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas - RS: gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo: 1993 – 2005, de Calinca Jordânia Perguer .....	47
Quadro 33 – A proposta de Fundeb do executivo federal: interlocuções na formulação da política, de Maria Goreti Farias Machado .....	47
Quadro 34 – Artigos selecionados na revista Fineduca.....	48
Quadro 35 – As Múltiplas Realidades Educacionais dos Municípios no Contexto do Fundeb, de Thiago Alves e José Marcelino de Rezende Pinto.....	48
Quadro 36 – A Política de Fundos (Fundef/Fundeb) e suas Disparidades no Financiamento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul, de Nelton Carlos Conte.....	49
Quadro 37 – Fundeb: uma avaliação da evolução do número de matrículas e escolas na Educação Básica, de Nicholas Davies e Alzira Batalha Alcântara .....	49
Quadro 38 – Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil, de Samara de Oliveira Silva, Theresa Maria de Freitas Adrião e Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida.....	49
Quadro 39 – A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica, de Nalú Farenzena.....	49
Quadro 40 – Analisando a Trajetória dos Fatores de Ponderação Estabelecidos no FUNDEB: 2007-2016, de Ederson Nunes Bueno e Calinca Jordânia Perguer .....	50
Quadro 41 – Normas da EB que influenciaram decisões de política de atendimento educacional por governos estaduais e prefeituras - 2007-2020 .....	213
Quadro 42 - Prioridade da rede de matrículas x idade adequada .....	214
Quadro 43 - O processo de municipalização das redes de matrículas dos governos estaduais .....	216

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estratégia Explanatória Sequencial .....	32
Figura 2 - Estrutura demográfica do Brasil - 2021 .....	52
Figura 3 - Pobreza e Distribuição de Renda – 2001-2019.....	53
Figura 4 - Contribuição de estados, DF, municípios e Complementação da União ao Fundeb .....	62



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Acre – 2007-2020.....	74
Gráfico 2 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Acre – 2007-2020 .....	75
Gráfico 3 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Acre – 2007-2020.....	77
Gráfico 4 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio– Amapá – 2007-2020 .....	79
Gráfico 5 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Amapá – 2007-2020 .....	80
Gráfico 6 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amapá – 2007-2020.....	82
Gráfico 7 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Amazonas – 2007-2020.....	84
Gráfico 8 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Amazonas – 2007-2020 .....	85
Gráfico 9 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amazonas – 2007-2020 .....	87
Gráfico 10 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Pará – 2007-2020.....	89
Gráfico 11 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Pará – 2007-2020 .....	90
Gráfico 12 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Pará – 2007-2020 .....	92
Gráfico 13 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rondônia – 2007-2020 .....	94
Gráfico 14 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rondônia – 2007-2020 .....	95
Gráfico 15 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rondônia – 2007-2020.....	97

Gráfico 16 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Roraima – 2007-2020.....	99
Gráfico 17 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Roraima – 2007-2020 .....	100
Gráfico 18 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Roraima – 2007-2020.....	102
Gráfico 19 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Tocantins – 2007-2020.....	104
Gráfico 20 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Tocantins – 2007-2020 .....	105
Gráfico 21 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Tocantins – 2007-2020.....	107
Gráfico 22 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Goiás – 2007-2020 .....	109
Gráfico 23 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Goiás – 2007-2020.....	110
Gráfico 24 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Goiás – 2007-2020 .....	112
Gráfico 25 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Mato Grosso – 2007-2020.....	114
Gráfico 26 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Mato Grosso – 2007-2020 .....	115
Gráfico 27 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso – 2007-2020.....	117
Gráfico 28 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Mato Grosso do Sul – 2007-2020.....	119
Gráfico 29 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Mato Grosso do Sul – 2007-2020.....	120
Gráfico 30 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso do Sul – 2007-2020 .....	122
Gráfico 31 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Alagoas – 2007-2020.....	124
Gráfico 32 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Alagoas – 2007-2020 .....	125

Gráfico 33 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Alagoas – 2007-2020 .....	127
Gráfico 34 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Bahia – 2007-2020 .....	129
Gráfico 35 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Bahia – 2007-2020.....	130
Gráfico 36 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Bahia – 2007-2020.....	132
Gráfico 37 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Ceará – 2007-2020 .....	134
Gráfico 38 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Ceará – 2007-2020.....	135
Gráfico 39 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Ceará – 2007-2020.....	137
Gráfico 40 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Maranhão – 2007-2020 .....	139
Gráfico 41 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Maranhão – 2007-2020.....	140
Gráfico 42 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Maranhão – 2007-2020 .....	142
Gráfico 43 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Pernambuco – 2007-2020.....	144
Gráfico 44 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Pernambuco – 2007-2020.....	145
Gráfico 45 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Pernambuco – 2007-2020.....	147
Gráfico 46 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Paraíba – 2007-2020.....	149
Gráfico 47 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Paraíba – 2007-2020 .....	150
Gráfico 48 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado da Paraíba – 2007-2020.....	152
Gráfico 49 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Piauí – 2007-2020 .....	154

Gráfico 50 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Piauí – 2007-2020.....	155
Gráfico 51 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Piauí – 2007-2020.....	157
Gráfico 52 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rio Grande do Norte – 2007-2020.....	159
Gráfico 53 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rio Grande do Norte – 2007-2020.....	160
Gráfico 54 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Norte – 2007-2020.....	162
Gráfico 55 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Sergipe – 2007-2020.....	164
Gráfico 56 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Sergipe – 2007-2020.....	165
Gráfico 57 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Sergipe – 2007-2020.....	167
Gráfico 58 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Espírito Santo – 2007-2020.....	169
Gráfico 59 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Espírito Santo – 2007-2020.....	170
Gráfico 60 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Espírito Santo – 2007-2020.....	172
Gráfico 61 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Minas Gerais – 2007-2020.....	174
Gráfico 62 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Minas Gerais – 2007-2020.....	175
Gráfico 63 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado das Minas Gerais – 2007-2020.....	177
Gráfico 64 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rio de Janeiro – 2007-2020.....	179
Gráfico 65 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rio de Janeiro – 2007-2020.....	180
Gráfico 66 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio de Janeiro – 2007-2020.....	182

Gráfico 67 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – São Paulo – 2007-2020.....	184
Gráfico 68 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – São Paulo – 2007-2020.....	185
Gráfico 69 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do São Paulo – 2007-2020 .....	187
Gráfico 70 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Paraná – 2007-2020.....	189
Gráfico 71 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Paraná – 2007-2020 .....	190
Gráfico 72 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Paraná – 2007-2020 .....	192
Gráfico 73 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rio Grande do Sul – 2007-2020.....	194
Gráfico 74 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rio Grande do Sul – 2007-2020 .....	195
Gráfico 75 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Sul – 2007-2020 .....	197
Gráfico 76 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Santa Catarina – 2007-2020 .....	199
Gráfico 77 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Santa Catarina – 2007-2020.....	200
Gráfico 78 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Santa Catarina – 2007-2020 .....	202
Gráfico 79 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio – Brasil – 2007-2020.....	204
Gráfico 80 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Brasil – 2007-2020 .....	205
Gráfico 81 - Estados que receberam a complementação da União ao Fundeb e o montante recebido - 2007-2020.....	207

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Acre
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BR	Brasil
CAGE-RS	Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CIF	Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CNM	Confederação Nacional do Municípios
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Conv.	Convencional
COUN	Complementação da União
DEA	Análise Envoltória de Dados
DF	Distrito Federal
EB	Educação Básica
EC	Emenda Constitucional
Ed. Prof.	Educação Profissional
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
ES	Espírito Santo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fineduca	Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Indig.	Indígena
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículo Motor
ITCMD	Imposto sobre Tramissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LC	Lei Complementar
MA	Maranhão
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul

MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PR	Paraná
Púb.	Pública
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Quilomb.	Quilombola
RJ	Rio de Janeiro
RL	Resultado Líquido
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SP	São Paulo
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCE-RS	Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul
TCU	Tribunal de Contas da União
TO	Tocantins
UCB	Universidade Católica de Brasília
UF	Unidade Federativa
UFAL	Universidade Federal do Alagoas



UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFP	Fundação Universidade de Passo Fundo
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USP	Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>28</b>
OBJETIVOS .....	30
APORTES TEÓRICO- METODOLÓGICOS.....	30
<b>2. MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS .....</b>	<b>34</b>
<b>3. O CONTEXTO FEDERATIVO E O FUNDEB .....</b>	<b>51</b>
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO .....	52
POBREZA E DESIGUALDADE.....	52
FINANCIAMENTO, FEDERALISMO E REGIME DE COLABORAÇÃO.....	53
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	56
FUNDEB .....	61
<b>4. APORTES METODOLÓGICOS .....</b>	<b>64</b>
FONTE DE DADOS .....	65
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB .....	65
<b>5. RECURSOS DO FUNDEB DOS GOVERNOS ESTADUAIS: CONTRIBUIÇÕES, RECURSOS RECEBIDOS E SALDOS .....</b>	<b>69</b>
ACRE .....	74
AMAPÁ .....	79
AMAZONAS .....	84
PARÁ .....	89
RONDÔNIA.....	94
RORAIMA .....	99
TOCANTINS .....	104
GOIÁS.....	109
MATO GROSSO .....	114
MATO GROSSO DO SUL.....	119

ALAGOAS.....	124
BAHIA .....	129
CEARÁ .....	134
MARANHÃO .....	139
PERNAMBUCO .....	144
PARAÍBA .....	149
PIAUI .....	154
RIO GRANDE DO NORTE .....	159
SERGIPE.....	164
ESPÍRITO SANTO .....	169
MINAS GERAIS.....	174
RIO DE JANEIRO .....	179
SÃO PAULO.....	184
PARANÁ .....	189
RIO GRANDE DO SUL.....	194
SANTA CATARINA.....	199
BRASIL.....	204
<b>6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DOS ESTADOS E O FUNDEB .....</b>	<b>213</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>219</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>223</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, o Estado brasileiro possui fundos especiais de natureza contábil que são ferramentas de redistribuição de recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) da Educação Básica Pública. Em um primeiro momento, apenas o Ensino Fundamental era favorecido pelo então Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef<sup>1</sup>), de 1996, que vigorou por dez anos, de 1997 a 2006.

O Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação (Fundeb)<sup>2</sup> que começou em 2007 e apresentou inovações em relação ao Fundo anterior. Desta vez, toda a Educação Básica pública estadual e municipal seria coberta pela política de fundos, incluindo a destinação de 60% dos recursos para a remuneração dos docentes deste nível de ensino; diferente da política substituída, que abarcava apenas o Ensino Fundamental e priorizava a remuneração dos professores que atuavam nesta etapa. Assim como o Fundo anterior, o Fundeb foi inserido no Ato das Disposições Transitórias (ADCT) da Constituição, com duração de 14 anos (2007-2020).

O Fundeb, ao incluir toda a Educação Básica e novas ponderações de matrículas, modificou a redistribuição de recursos do Fundef: adicionou novos impostos (ITCMD, IPVA e ITR), aumentou porcentagens de contribuição e adicionou mecanismos, como a possibilidade de computar matrículas de instituições privadas sem fins lucrativos conveniadas com prefeituras ou governos estaduais para alguns segmentos e a complementação da União a partir de um percentual mínimo do valor total dos fundos (10%), o que, pelo fato de ter sido cumprido, viabilizou a redução das desigualdades interestaduais de capacidade de gasto na MDE. É de mencionar também a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério por lei, em 2008, cuja variação anual deveria levar em conta a variação do valor aluno ano mínimo nacional do Fundeb.

E finalmente, chegamos ao Fundeb atual<sup>3</sup>, que começou a vigorar em 2021 e tem como principais mudanças: ser permanente (não há prazo de vigência), ter maior complementação da União (de 10% para 23%, até 2026) e uma complementação que pode ser adjetivada de mais

---

<sup>1</sup> Foi aprovado pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, com duração de dez anos e vigorou de 1997 a 2006. Esta emenda modificava os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dava nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

<sup>2</sup> Foi aprovado pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006.

<sup>3</sup> Neste trabalho é denominado como Fundeb atual, Novo Fundeb, ou Fundeb permanente, a política de fundos instituída pela Emenda Constitucional nº 108 de 2020 e pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e que começou a vigorar a partir do início do ano de 2021.

redistributiva (pois alcança redes de ensino mais pobres, independente da unidade federativa – UF, de origem).

Compreender como se deu a política do Fundeb que vigorou até 2020 tem sido tema de diversas produções acadêmicas; um tema a ser mais bem explorado diz respeito ao papel dos estados, uma vez que participam ativamente, visto que parte considerável dos montantes de contribuição advém destes entes, mas esta contribuição dos governos estaduais para o Fundo muitas vezes não fica clara no decorrer do tempo. Por este motivo, este trabalho se propõe a analisar: *em que medida os governos estaduais contribuíram financeiramente para o Fundeb e quais foram seus efeitos na oferta de matrículas no Brasil no seu período de vigência de 2007 a 2020.*

Mesmo sendo uma temática multidisciplinar, que perpassa por tópicos de ciência política, de direito financeiro, de direito constitucional e de políticas públicas, que possuem certa complexidade, o interesse por esse tema está expandindo. Verifica-se que há uma quantidade crescente de estudos que pautam o tema do financiamento da educação no Brasil, principalmente sobre a política do Fundeb. Apesar do interesse crescente em financiamento da educação, a maior parte dos trabalhos encontrados é de estudos de caso de alguns estados e/ou municípios, ou possui recortes temporais reduzidos, ou ainda abordam o tema ora usando métodos qualitativos, ora usando métodos quantitativos, entretanto, poucos estudos se propõem a abordar o Fundeb do ponto de vista macro, cobrindo todos os estados e o DF, aliando técnica qualitativa e quantitativa. Este estudo pretende contribuir com este viés na literatura acadêmica.

Com isto em mente, o estudo tenta contribuir, entre outros, com gestores, pesquisadores de diversas áreas, atores políticos, Tribunais de Contas, avaliadores de políticas públicas, os quais, espera-se, encontrarão dados organizados de forma sistemática ao longo das próximas páginas. Tudo isso, com o objetivo de documentar a história de 14 anos do Programa, de forma a contribuir para a sua compreensão e quiçá influenciar decisões futuras.

## MOTIVAÇÃO DO PESQUISADOR

Minha formação inicial é em Licenciatura em Matemática, a centralidade do meu curso esteve vinculada aos laboratórios de aprendizagem. Foi neste espaço que aprendi a dar aulas para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e acredito que também tenha sido o momento que compreendi a importância do financiamento da educação para a educação pública brasileira. Com alunos que se concentravam nas faixas de renda c e d, com uma rotina de trabalho e família complexas, o espaço escolar oferecido pelo Colégio de Aplicação da UFRGS mostrou-se importante para que os desafios da aprendizagem pudessem ser superados. Contudo,

sabemos que a realidade dos recursos destinados às escolas federais, bem como a remuneração de seus professores, é diferente dos sistemas estaduais e municipais de ensino. Portanto, considero essa vivência como o ponto de partida para os meus questionamentos sobre o financiamento da educação.

Para além da graduação em Matemática, sou graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRGS, ambiente que me proporcionou conhecer as variantes econômicas, políticas e sociais das políticas públicas em âmbito mundial e nacional. Sendo assim, compreendo que a partir dos estudos dedicados à análise dos gastos educacionais contribuirei para uma visão mais apurada dos fatos e darei suporte para que pesquisadores e gestores elaborem novas propostas e apontem caminhos possíveis para a melhora da qualidade do ensino em nosso país. Por fim, almejo dedicar-me aos estudos sobre o financiamento da educação para além do Mestrado, articulando meus conhecimentos em Matemática e Ciências Econômicas para a realização do Doutorado, vislumbrando a lacuna que existe sobre a temática que quero contribuir para a área.

## OBJETIVOS

Para cumprir o objetivo geral de analisar em que medida os governos estaduais contribuíram financeiramente para o Fundeb e quais foram seus efeitos na oferta educacional no Brasil no seu período de vigência de 2007 a 2020, delineei os seguintes objetivos específicos:

Mapear o movimento de matrículas na Educação Básica;

Comparar dados quantitativos dos recursos da educação em cada ente estadual no período;

Verificar em que medida ocorreu maior equiparação da capacidade de financiamento entre os entes federativos;

Realizar uma caracterização geral do Fundeb em âmbito nacional.

## APORTES TEÓRICO- METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho foi o método misto. Este método evoluiu a partir de sua origem na Psicologia e tem o propósito de concentrar diferentes fontes de dados quantitativos e qualitativos (CRESWELL 2007). O método misto tem várias denominações como: métodos quantitativos e qualitativos, multimétodo e multimetodologia, contudo textos mais recentes o chamam de “métodos mistos”, segundo Tashakkori e Teddie (2003 *apud* CRESSWELL 2007). Esta técnica “se concentra em coletar e analisar tanto dados quantitativos como qualitativos em um único estudo” (CRESWELL 2007, p. 29).

Na última década foi possível notar um aumento no uso de pesquisa quali-quantitativas em trabalhos acadêmicos, principalmente nas humanidades. A quantidade de dados e a acessibilidade a grandes bancos de dados com o uso de ferramentas apropriadas fizeram com que a pesquisa com multimétodos aumentasse em todo o mundo. Entretanto, este tipo de pesquisa exige do pesquisador ampla coleta de dados e, ainda, familiaridade tanto com métodos qualitativos como com métodos quantitativos de pesquisa. Segundo Creswell (2007), ao analisar estas necessidades deve-se selecionar a estratégia de métodos mistos mais adequada, conforme o Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Escolhas na decisão para determinar uma estratégia de métodos mistos

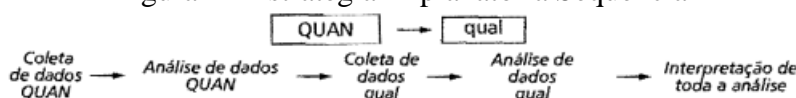
<b>Implementação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Integração</b>	<b>Perspectiva teórica</b>
Sem sequência simultânea	Igual	Na coleta de dados	Explícita
Sequencial - quantitativa primeiro	Qualitativa	Na análise de dados	Explícita
Sequencial - quantitativa primeiro	Qualitativa	Na interpretação dos dados	Explícita
Sequencial – qualitativa-primeiro	Quantitativa	Na interpretação dos dados	Implícita
Sequencial - qualitativa-primeiro	Quantitativa	Com alguma combinação	Implícita

Fonte: Creswell (2007).

Para Creswell (2007) há quatro variáveis às quais se deve ter atenção quando da utilização de métodos mistos: implementação, prioridade, integração e perspectiva teórica. Na implementação temos o momento em que os dados qualitativos e/ou quantitativos foram coletados e classificam-se em sequencial, quando se faz primeiro a coleta de dados quantitativos e depois a dos dados qualitativos (ou vice-versa) ou simultaneamente, quando ambas as coletas são realizadas ao mesmo tempo. A prioridade é a tendência do pesquisador a enfatizar um tipo de dado, a prioridade também pode ser igual entre os tipos de dados. Quanto à integração, é momento em que ocorre a conexão entre os dados da pesquisa, podendo ser na coleta, na análise, na interpretação de dados, ou, ainda, em uma combinação dessas fases. Já a perspectiva teórica coloca o trabalho sob a perspectiva de uma teoria orientadora que direcionará o trabalho, tanto na parte qualitativa quanto na parte quantitativa. Dentro das combinações possíveis, selecionei a estratégia de métodos mistos: sequencial-quantitativa primeiro, em que coletei os dados quantitativos, analisei os resultados e fiz a integração à luz de teorias de análise da política pública.

Segundo Creswell (2007), existem seis técnicas de métodos mistos, e dentre estas a selecionada foi a Estratégia Explanatória Sequencial. Esta técnica caracteriza-se pela aquisição e análise de dados quantitativos, seguida pela aquisição e análise de dados qualitativos. Normalmente, nesta estratégia, dá-se prioridade aos dados quantitativos e os dois métodos são associados durante a interpretação do estudo. Este artifício tem como ponto positivo a tomada de dados qualitativos que podem ajudar a explicar dados inesperados e como ponto negativo o tempo envolvido na coleta de dados. O projeto explanatório sequencial é ilustrado na Figura 1:

Figura 1 - Estratégia Explanatória Sequencial



Fonte: Creswell (2007).

Aliado ao método misto, foi utilizada a análise documental de normas e o estudo de referência bibliográficas, em livros, sites governamentais e de organizações sociais, estudos técnicos, legislação específica, artigos, dissertações e teses. Esta parte da pesquisa foi norteadada pela análise documental. Conforme Cellard (2008, p. 305):

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise.

As informações utilizadas na dissertação foram retiradas de sistemas de órgãos públicos, conferindo aos documentos fé pública. A qualidade da informação apresentada foi uma preocupação central para que os dados, a alma deste trabalho, fosse apresentado de forma clara e fidedigna, garantindo a transparência de informações que deveriam estar facilmente ao alcance da população. As fontes também foram múltiplas: Secretaria de Planejamento, Portal da Transparência, SIOPE, Tribunal de Contas, Secretaria da Fazenda, INEP. Sendo assim, as múltiplas fontes de coletas contribuem para a riqueza dos dados.

O refinamento dos dados também passou por um processo minucioso de conferência. Em alguns casos foi necessário a transcrição de tabelas inteiras, porque os portais de acesso possuíam apenas versões digitalizadas. Nesse sentido, o tratamento preciso e rigoroso contribuirá para um aporte documental que poderia se perder com o tempo.

De todo modo, os pressupostos metodológicos serão apresentados de forma cuidadosa e foram delineados para corresponder ao objetivo de analisar em que medida os entes estaduais contribuíram para o Fundeb e quais foram seus efeitos na oferta educacional no Brasil no seu período de vigência de 2007 a 2020.



Para responder aos objetivos desta dissertação, este trabalho foi dividido em sete partes. Na primeira parte, a introdução apresenta os objetivos e os aportes metodológicos da pesquisa. Em um segundo momento realiza-se o mapeamento das produções acadêmicas, trabalhos que auxiliaram de alguma forma na execução deste trabalho. Em seguida, são expostos o contexto federativo brasileiro e as características do Fundeb, começando um breve perfil sociodemográfico e índices de pobreza e desigualdade, seguido por conceitos de financiamento, federalismo e regimes de colaboração, perpassando por conceitos de políticas públicas educacionais e financiamento da educação e, logo após, a descrição da política do Fundeb. Na quarta parte, aportes metodológicos, é exibido de forma pormenorizada como foram realizados os processos de extração, tratamento e carregamento das fontes de dados de matrículas e dos resultados líquidos das transferências do Fundeb para os governos estaduais. Na sequência são mostrados os recursos do Fundeb dos governos estaduais através dos 26 relatórios estaduais e o relatório do Brasil, então é realizada a análise dos relatórios gerados e as mudanças legislativas ocorridas no contexto educacional de 2007-2020 e, finalmente, as considerações finais são apresentadas.

## 2. MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS

O mapeamento de produções acadêmicas verifica quais trabalhos foram elaborados com a temática da pesquisa desenvolvida. O levantamento tem a intenção de entender as possíveis contribuições que o trabalho pode oferecer para o campo, sendo a originalidade e ineditismo fatores que contribuem com a inovação e transferência do conhecimento. Por essas razões, é importante que, ao produzir um trabalho acadêmico ele gere impacto e tenha relevância para a sociedade.

Foram realizadas, durante a dissertação, pesquisas em quatro bases de dados diferentes: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e LUME – Repositório Digital (Teses e Dissertações) da UFRGS e na Revista de Financiamento da Educação – Revista Fineduca, referência na temática do financiamento da educação no Brasil.

O recorte temporal selecionado inicia no ano de 2007 e termina no ano de 2020 (período de vigência do Fundeb). Ao ler os resumos, inicialmente, mostraram-se relevantes os trabalhos que abordavam o Fundeb de maneira geral, destacando-se os que tem como foco as temáticas do financiamento da educação, do federalismo, do regime de colaboração, e das desigualdades na redistribuição dos recursos do Fundo em estados e municípios.

Nos catálogos utilizou-se os termos de busca: "FUNDEB" OR "Fundeb" OR "fundeb" OR "Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da educação" OR "fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da educação" OR "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação". A seguir é exibido um quadro que resume a busca realizada:

Quadro 2 - Base de dados e termos de busca utilizados no mapeamento

Base de Dados	Termos de Busca	Trabalhos
Catálogo CAPES	"FUNDEB" OR "Fundeb" OR "fundeb" OR "Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação" OR "fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação" OR "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação"	258
BDTD		160
LUME		282
Revista Fineduca		50

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Dez teses foram consideradas relevantes para a pesquisa e estão listadas no Quadro a seguir:

Quadro 3 – Teses selecionadas

Fonte de pesquisa	Área/ Instituição	Ano	Título	Autor(a)	Endereço
IBICT–BDTD	Ciências Sociais/ PUC-SP	2019	O serviço público educacional no Brasil e seus contextos de administração: centralização, descentralização, federalização e desigualdades - 1824 a 2019	Arthur Ribeiro de Senna Filho	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22947">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22947</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UCB	2019	Financiamento da Educação Básica: panorama da desigualdade federativa	Andreia Couto Ribeiro	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=8084513">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=8084513</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Desenvolvimento Regional/ Unisc	2017	Fundef e Fundeb: Efeitos Redistributivos e Impacto nas Finanças dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul	Nelton Carlos Conte	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=4814230">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=4814230</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/ UFRJ	2015	Eficiência na aplicação dos recursos do Fundeb: uma investigação apoiada na análise envoltória de dados (DEA)	Sergio Luiz de Argolo Bezerra	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=2748225">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=2748225</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UFRN	2014	O financiamento da educação (1996 - 2012) e o regime de colaboração: a rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte	Edmilson Jovino de Oliveira	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=2135549">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=2135549</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ USP	2014	Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da Educação Básica	Raimundo Luiz Silva Araújo	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=1463867">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=1463867</a>
BDTD	Educação/ UFRGS	2012	A promoção da <i>accountability</i> na fiscalização de municípios do Rio Grande do Sul: a atuação do TCE na implementação do FUNDEB de 2007 a 2009	Maria Goreti Farias Machado	<a href="http://hdl.handle.net/10183/49811">http://hdl.handle.net/10183/49811</a>
BDTD	Educação/ PUC-SP	2011	Políticas públicas de financiamento da Educação Básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, no período 2007-2010, em Guajará-Mirim, RO	Angela de Castro Correia Gomes	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9635">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9635</a>
LUME UFRGS	Educação/ UFRGS	2010	Custo-aluno e condições tangíveis de oferta educacional em escolas públicas do Distrito Federal: (des)igualdades à flor da pele	Francisco José da Silva	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23746">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23746</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UNB	2009	O financiamento da Educação Básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados	Paulo de Sena Martins	<a href="https://repositorio.unb.br/handle/10482/6404">https://repositorio.unb.br/handle/10482/6404</a>

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e LUME - UFRGS. Elaborado pelo autor (2022).

Dentre as teses selecionadas identifica-se 4 áreas de estudo: Educação; Ciências Sociais; Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento; e Desenvolvimento Regional. A maioria das teses encontram-se dentro da grande área da Educação.

A seguir apresento os objetivos e alguns resultados das teses que estão fora da área de estudo da Educação.

Quadro 4 - O serviço público educacional no Brasil e seus contextos de administração: centralização, descentralização, federalização e desigualdades - 1824 a 2019, de Arthur Ribeiro de Senna Filho

Autor	SENNA FILHO, 2019.
Área	Ciências Sociais
Objetivo	O problema de tese comportou duas variáveis: 1. Federalismo, como doutrina de Sociedade, como doutrina de Estado e como técnica de organização do Estado Federal (para a) e 2. igualdade federativa de resultados do serviço público educacional.
Alguns resultados	Por tudo, com o Federalismo brasileiro atual, com a organização multissistêmica da Educação Brasileira, com os diversos níveis e modalidades de Educação, e com a cooperação federativa, que não ocorre ou que é mitigada, mais parece que o município brasileiro, tecnicamente e financeiramente frágil, vem substituindo a União Federal, em seu dever de prestar Educação. Na história do Federalismo, municipalidades nunca foram distinguidas, e nunca para a tarefa educacional, como no Brasil. É como se suas fragilidades, ademais, lhe tivessem facilitado a imposição do dever educacional da União Federal. Por fim, Federalismo bom é aquele que elimina desigualdades. E aí está um rico cenário para novos estudos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 5 – Fundef e Fundeb: Efeitos Redistributivos e Impacto nas Finanças dos Municípios do Estado Do Rio Grande do Sul, de Nelton Carlos Conte

Autor	CONTE, 2017.
Área	Desenvolvimento Regional
Objetivo	Analisar se os fundos contábeis, conforme se estruturam no FUNDEF e no FUNDEB, diante da complexidade da estrutura federativa brasileira, tem se constituído em alternativa adequada para o financiamento da educação.
Alguns resultados	No caso do Brasil o Estado está mais presente onde está mais concentrada a estrutura administrativa (prefeitura, governo estadual e governo federal) e onde está presente a maior parcela da população e da produção nacional, favorecendo e contribuindo para a continuidade das desigualdades regionais ou territoriais (sociais, econômicas etc.).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 6 – Eficiência na aplicação dos recursos do Fundeb: uma investigação apoiada na análise envoltória de dados (DEA), de Sérgio Luiz de Argolo Bezerra

Autor	BEZERRA, 2015.
Área	Políticas públicas, Estratégias e Desenvolvimento.
Objetivo	Investigar a eficiência dos Municípios localizados, geograficamente, na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, na aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB, no período de 2007 a 2012.
Alguns Resultados	Os recursos financeiros auferidos pelos municípios, ao longo dos seis anos investigados, são insuficientes para melhorar a gestão do ensino fundamental, para cada município selecionado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Agora apresentarei um quadro com os objetivos e alguns resultados das teses realizadas dentro da área de estudo da Educação.

Quadro 7 – Financiamento da Educação Básica: panorama da desigualdade federativa, de Andreia Couto Ribeiro

Autor	COUTO, 2019.
Área	Educação
Objetivo	Discutir o retrato da desigualdade no financiamento público da Educação Básica, a partir da investigação do gasto aluno pelos entes federados.
Alguns Resultados	As distribuições de recursos entre Estados e Municípios podem ser mais bem equalizadas, de modo que os sistemas de ensino possam ter melhores condições estruturantes para o acesso e permanência dos estudantes na escola, e o alinhamento com o monitoramento do Siope pode ser mais bem estabelecido no âmbito do Fundeb, especialmente pela complementação da União, para que possa ser aprimorada a política de financiamento da educação, de acordo com a necessidade dos sistemas de ensino do País.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 8 – O financiamento da educação (1996 - 2012) e o regime de colaboração: a rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte, de Edmilson Jovino de Oliveira

Autor	OLIVEIRA, 2014.
Área	Educação
Objetivo	Analisar o financiamento da educação na rede estadual pública de ensino do Rio Grande do Norte, incluindo os Fundos contábeis – Fundef e Fundeb, período de 1996-2012 –, tendo como referência o federalismo e o regime de colaboração.
Alguns Resultados	Conclui-se que, para superar os desafios da oferta de Educação Básica com qualidade, é necessário ajustar a concepção do sistema tributário nacional que dá suporte financeiro à manutenção dos sistemas de ensino públicos, sendo preeminente a repactuação federativa, superando o financiamento atual por um financiamento que dê efetiva condição material e humana, adotando procedimentos que assegurem educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 9 – Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da Educação Básica, de Raimundo Luiz Silva Araújo

Autor	ARAUJO, 2014.
Área	Educação
Objetivo	Verificar os limites e possibilidades de uma política de fundos no financiamento da Educação Básica incidir positivamente na redução das desigualdades territoriais existentes na federação brasileira.
Alguns Resultados	A possibilidade de políticas reguladas pela União reduzirem de forma significativa as desigualdades territoriais depende da dimensão do aporte financeiro do governo federal para o financiamento da Educação Básica. Ou seja, não é possível implantar um padrão mínimo de qualidade sem que a participação da União cresça de forma consistente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 10 – A promoção da *accountability* na fiscalização de municípios do Rio Grande do Sul: a atuação do TCE na implementação do FUNDEB de 2007 a 2009, de Maria Goreti Farias Machado

Autor	MACHADO, 2012.
Área	Educação
Objetivo	Caracterizar a <i>accountability</i> da administração pública evidenciada nas práticas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) no acompanhamento da implementação do Fundeb no Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2009.
Alguns Resultados	Mesmo com o aparato de procedimentos, orientações e práticas exercidas pelo TCE-RS na fiscalização da aplicação dos recursos da educação, que criam condições para a promoção da <i>accountability</i> , o resultado do rito processual de prestação de contas apresenta limites, materializados especialmente na falta de acompanhamento do cumprimento das sanções imputadas aos gestores e na fragilidade do funcionamento dos sistemas de controle interno das administrações municipais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 11 – Políticas públicas de financiamento da Educação Básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, no período 2007-2010, em Guajará-Mirim, RO de Ângela de Castro Correia Gomes

Autor	GOMES, 2011.
Área	Educação
Objetivo	Identificar quais interferências o Fundo causou na educação sob responsabilidade do município de Guajará-Mirim, RO, no período de 2007 a 2010.
Alguns Resultados	O FUNDEB, no município, vem sendo utilizado, prioritariamente, para pagamento de pessoal em exercício do magistério.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 12 – Custo-aluno e condições tangíveis de oferta educacional em escolas públicas do Distrito Federal: (des)igualdades à flor da pele, de Francisco José da Silva

Autor	SILVA, 2010.
Área	Educação
Objetivo	Discutir (des)igualdades entre escolas de duas regiões administrativas do Distrito Federal, tendo como base o custo-aluno e as condições tangíveis de oferta educacional.
Alguns Resultados	Custo-aluno relativamente elevado em ambas as regiões administrativas; custo-aluno da RA-Brasília mais elevado que o da RA-Samambaia em todas as etapas e modalidades; pobreza dos recursos materiais em ambas as regiões.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 13 – O financiamento da Educação Básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados de Paulo de Sena Martins

Autor	MARTINS, 2009.
Área	Educação
Objetivo	Analisar a essência conceitual e a estrutura dos fundos de natureza contábil, implementados no Brasil a partir da década de 1990 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).
Alguns Resultados	Há perspectivas para que o Fundeb se constitua em instrumento efetivo de financiamento da Educação Básica pública, na medida em que garanta a equidade na distribuição de recursos e que contribua para o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes e para o equilíbrio federativo. Uma vez que houve a mudança da Constituição e na legislação para viabilizar o fundo, cabe aos agentes públicos e à comunidade educacional promoverem um diálogo permanente, na busca de soluções conjuntas para as possíveis insuficiências e distorções na aplicação do Fundeb.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Destaca-se, por fim, nas teses levantadas, que os trabalhos se debruçam a olhar a relação federativa nas especificidades do caso brasileiro, com destaque para o processo de municipalização. Para Conte (2017), o Fundeb promove uma concentração de recursos em poucas regiões do Estado. Para os demais trabalhos, o Fundeb apresenta-se como um mecanismo de diminuição das desigualdades, mas que ainda não é suficiente para tornar a educação mais equânime no território nacional. Alguns trabalhos apontam para a necessidade de mais aporte financeiro somado a um debate contínuo que soma forças para encontrar as soluções possíveis.

As dissertações consideradas relevantes para a pesquisa estão listadas no Quadro 14, a seguir:

Quadro 14 – Dissertações selecionadas

(continua)

Fonte de pesquisa	Área/ Instituição	Ano	Título	Autor(a)	Endereço
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Administração Pública em Rede Nacional/ UFAL	2019	Dez anos de Fundeb: análise da evolução dos gastos e dos principais resultados na rede pública estadual de educação	Francisco Jose de Lima	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7096088">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7096088</a>
BDTD	Mudança Social e Participação Política/ USP	2019	O custo Aluno-Qualidade como eixo do sistema nacional da educação: enfrentamento histórico ou miragem retórica	Rogério Machado Limonti Tiburcio	<a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-13052019-105357/">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-13052019-105357/</a>
BDTD	Administração Pública/ UNB	2018	Avaliação do Fundeb: a dependência de recursos federais e as despesas com remuneração dos profissionais do magistério nas redes de ensino municipais	Mariano Laio de Oliveira	<a href="http://repositorio.unb.br/handle/10482/32292">http://repositorio.unb.br/handle/10482/32292</a>
BDTD	Educação/ UNB	2018	Financiamento dos sistemas estaduais de educação e as desigualdades educacionais e financeiras no Ensino Médio (2006 a 2015)	Victor Hugo Barreto de Sena Sampaio	<a href="https://repositorio.unb.br/handle/10482/32620">https://repositorio.unb.br/handle/10482/32620</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Ciência Econômica/ Unicamp	2017	Transferências de recursos para municípios brasileiros e seus impactos na equalização das receitas	Fabricio Rodrigues Magalhaes	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=5050749">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=5050749</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Ciências Contábeis/ UFU	2017	O FUNDEB como política pública de financiamento da Educação Básica e seu desempenho ao longo dos anos nos municípios mineiros	Rosangela Ferreira Bernardo	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=5250266">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=5250266</a>
LUME UFRGS	Educação/ UFRGS	2017	Custo aluno/ano e condições de qualidade em escolas do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul	Miguel de Oliveira Frozza	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/171963">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/171963</a>

Quadro 14 – Dissertações selecionadas

(continuação)

Fonte de pesquisa	Área/ Instituição	Ano	Título	Autor(a)	Endereço
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UFPR	2016	Uma Avaliação do Efeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais Da Educação (Fundeb) Nos Municípios Do Estado do Paraná nos Anos de 2007 a 2014	Andrea Polena	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3584895">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3584895</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UFP	2015	O Sistema de Financiamento da Educação Federalismo e Redistribuição	Edegas Lourenco Costa	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3135234">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3135234</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UFES	2015	As implicações da dinâmica do financiamento da educação para as desigualdades intermunicipais quanto ao gasto por aluno no estado do Espírito Santo'	Flavia Costa Lima Dubberstein	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3360590">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=3360590</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Desenvolvimento Regional/ UFT	2014	Federalismo, Políticas Educacionais E Qualidade Do Gasto Público: Uma Análise Do Fundeb No Tocantins	Fabiano Cottica Magro	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=612893">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=612893</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ URI	2013	Papel do FUNDEB na educação pública de um município do norte do RS: impactos na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação	Paulo Rogerio Brand	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=89124">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=89124</a>
BDTD	Administração de empresas/ FGV	2013	O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros	Alexandre Lima Baião	<a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10988">http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10988</a>
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UFPA	2012	A relação entre os entes federados no financiamento da Educação Básica no Brasil no contexto da política de fundos (Fundef/Fundeb)	Danielle Cristina De Brito Mendes	<a href="http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3062">http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3062</a>



Quadro 14 – Dissertações selecionadas

(conclusão)

Fonte de pesquisa	Área/ Instituição	Ano	Título	Autor(a)	Endereço
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Educação/ UFG	2011	O financiamento da Educação Básica e a política de fundos em Goiás (1998-2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des)valorização do magistério	João Batista do Nascimento	<a href="https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2017">https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2017</a>
LUME UFRGS	Educação/ UFRGS	2008	Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional: uma análise a partir das escolas da rede municipal de Porto Alegre	Rosa Maria Pinheiro Mosna	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15343">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15343</a>
LUME UFRGS	Educação/ UFRGS	2007	Mapeamento da capacidade de financiamento da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas - RS: gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo: 1993 - 2005	Calinca Jordânia Pergher	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12202">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12202</a>
LUME UFRGS	Educação/ UFRGS	2007	A proposta de FUNDEB do executivo federal: interlocuções na formulação da política	Maria Goreti Farias Machado	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10834">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10834</a>
BDTD	Sociologia e Política/ PUC-RIO	2007	O Esquema De Financiamento Da Educação Básica No Brasil (1998 A 2007): Atribuições E Responsabilidades, Fontes E Distribuição Dos Recursos E Sistema De Incentivos Na Transição Fundef-Fundeb	Erica Pereira Amorim	<a href="https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&amp;nrSeq=11922@1">https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&amp;nrSeq=11922@1</a> <a href="https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&amp;nrSeq=11922@2">https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&amp;nrSeq=11922@2</a>

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e LUME - UFRGS.

Dentre as dissertações selecionadas identificam-se sete áreas de estudo: Educação; Economia e Gestão Empresarial; Administração de Empresas; Desenvolvimento Regional; Ciências Contábeis; Administração Pública; Mudança Social e Participação Política. A maioria das dissertações encontram-se dentro da grande área da Educação. Contudo, diferente das teses, percebe-se o acréscimo das áreas de Ciências Contábeis e Mudança Social.

Nesta parte são apresentados os objetivos e alguns resultados das oito dissertações que estão fora da área de estudo da Educação.

Quadro 15 – Dez anos de Fundeb: análise da evolução dos gastos e dos principais resultados na rede pública estadual de educação, de Francisco Jose de Lima

Autor	LIMA, 2019.
Área	Administração pública em rede nacional
Objetivo	Analisar as repercussões causadas pelos mecanismos do Fundeb na rede estadual de Educação Básica de Alagoas, no período de 2007 a 2016, dez primeiros anos de vigência do Fundo.
Alguns Resultados	Em virtude dos mecanismos do Fundeb, o Estado de Alagoas tem sido repassador de recursos para seus municípios, o que implica que com o fim do Fundeb, previsto para o ano 2020, haverá um incremento de recursos para a rede estadual, mas gerará um dano às finanças municipais, se não for adotada nova política de financiamento da Educação Básica. Ademais, as análises apontam deficiências na atuação dos órgãos incumbidos do acompanhamento e controle dos recursos da educação, bem como desvios de finalidade na aplicação de verbas destinadas ao ensino e não fidedignidade dos números relativos à Educação Básica da rede estadual.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 16 – O custo Aluno-Qualidade como eixo do sistema nacional da educação: enfrentamento histórico ou miragem retórica, de Rogério Machado Limonti Tiburcio

Autor	TIBURCIO, 2019.
Área	Mudança social e participação políticas
Objetivo	Questiona as estruturas de composição e distribuição dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino dos estados e municípios no seu princípio base, os mecanismos implementados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) que se perpetuam no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) e tem continuidade com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), em especial, a métrica de distribuição de recursos segundo o número de matrículas.
Alguns Resultados	Demonstra-se que outros fatores possuem maior relevância na divisão dos custos do que o aluno. Novas métricas para repasse de recursos permitiriam a incorporação de diretrizes na estrutura do fundo induzindo práticas de incentivo a abertura de turmas e a ampliação do tempo da jornada escolar

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 17 – Avaliação do Fundeb: a dependência de recursos federais e as despesas com remuneração dos profissionais do magistério nas redes de ensino municipais, de Mariano Laio de Oliveira

Autor	OLIVEIRA, 2018.
Área	Administração
Objetivo	Determinar a associação entre os recursos financeiros da complementação da União e as despesas com pagamento de remuneração dos profissionais do magistério nas redes de ensino municipais no período de 2008 a 2015.
Alguns Resultados	As redes de ensino municipais alteraram seu comportamento organizacional, promovendo a alocação de parcela das receitas recebidas via complementação da União para o custeio de despesas com remuneração do magistério, sobretudo na etapa da Educação Infantil, respondendo favoravelmente às condicionalidades estabelecidas pela Lei do Fundeb e aos objetivos da política de valorização dos profissionais do magistério da Educação Básica. Os resultados sugerem que as respostas gerenciais das organizações receptoras visaram atender precipuamente às contingências impostas pelo ente provedor de recursos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 18 – Transferências de recursos para municípios brasileiros e seus impactos na equalização das receitas, de Fabrício Rodrigues Magalhães

Autor	MAGALHAES, 2017.
Área	Ciência Econômica
Objetivo	Apanhado teórico-conceitual a respeito dos mecanismos de transferência de recursos intergovernamentais. Em seguida, é investigado o processo histórico de formação da federação brasileira, sob o ponto de vista da repartição de encargos e receitas, bem como políticas de transferências intergovernamentais desenvolvidas ao longo da história
Alguns Resultados	Embora a dispersão das receitas diminua dentro de todos os estratos analisados, após inclusão das receitas redistributivas tratadas nesse trabalho, os municípios pequenos continuam sendo muito privilegiados em relação à receita per capita, quando comparado esse grupo com os outros estratos. Isso mostra que a nação brasileira é um federalismo no qual, embora tenha instrumentos que mitiguem as diferenças de receitas entre as esferas governamentais, não possui mecanismos adequados para a plena equalização horizontal.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 19 – O FUNDEB como política pública de financiamento da Educação Básica e seu desempenho ao longo dos anos nos municípios mineiros, de Rosângela Ferreira Bernardo

Autor	BERNARDO, 2017.
Área	Ciência Contábeis
Objetivo	Este estudo analisa o FUNDEB no Estado de Minas Gerais buscando compreender quais fatores levam um determinado município a ganhar ou perder recursos com o FUNDEB e, a partir dessa constatação, verificar as consequências em termos de alocação de recursos destinados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.
Alguns Resultados	Quanto à alocação de recursos verificou-se que nos municípios que perdem recursos, os investimentos em Educação Infantil são menores, sendo priorizado o Ensino Fundamental, estes municípios também investem mais de 93% dos recursos recebidos na valorização dos profissionais do magistério e 30,4% de suas receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Nos municípios que ganham recursos com o FUNDEB os investimentos são uniformes nas duas modalidades de ensino; aplicam na valorização dos profissionais do magistério em torno de 81,24% dos recursos recebidos do FUNDEB e aproximadamente 30% de suas receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 20 – Federalismo, Políticas Educacionais e Qualidade do Gasto Público: uma Análise do Fundeb no Tocantins, de Paulo Rogério Magro

Autor	MAGRO, 2014.
Área	Desenvolvimento Regional
Objetivo	Averiguar a qualidade do gasto público em Educação Básica nas redes públicas de ensino do estado do Tocantins em relação aos mecanismos de financiamento do Fundeb.
Alguns Resultados	A capacidade dos municípios em aplicar da melhor maneira possível os recursos conforme determina a lei também pode fazer a diferença se for considerado que o Fundeb é única fonte de financiamento do Ensino Fundamental em grande parte dos pequenos municípios do Tocantins. De maneira geral os recursos do Fundeb pouco contribuíram para a efetiva melhoria das condições de ensino nas duas microrregiões pesquisadas, porém na microrregião do Bico do Papagaio as dificuldades são mais evidentes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 21 – O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros, de Alexandre Lima Baião

Autor	BAIAO, 2013.
Área	Administração Pública
Objetivo	Avaliar o efeito das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios, considerando as principais proxies de capacidade fiscal – potencial de geração de receita própria – e necessidade fiscal – volume de recursos demandados em virtude das características da região e da população do município.
Alguns Resultados	As transferências voluntárias afetam menos a equalização, ou seja, não contribuem para a consecução deste objetivo nem prejudicam a redução das disparidades horizontais, sendo relativamente neutras ou menos intervenientes em relação às demandas e capacidade de arrecadação dos municípios, provavelmente por não seguirem critérios, nem econômicos, como o ICMS, nem redistributivos, como o FPM, e sim critérios políticos, como apontado pela literatura de ciência política.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 22 – O Esquema de Financiamento da Educação Básica no Brasil (1998 a 2007): atribuições e Responsabilidades, Fontes e Distribuição dos Recursos e Sistema de Incentivos na Transição Fundef-Fundeb, de Erica Pereira Amorim

Autor	AMORIM, 2007.
Área	Ciências Sociais
Objetivo	O objetivo central é identificar as principais limitações e potencialidades do primeiro Fundo e investigar se estas limitações do FUNDEF serão hipoteticamente superadas ou não com a criação do FUNDEB.
Alguns Resultados	O MEC com a criação do IDEB mostra sinais de preocupação com a qualidade da educação, mas, não articula esta ação com o FUNDEB, que se configura na maior fonte do financiamento da Educação Básica pública no Brasil. A articulação do IDEB com o FUNDEB, fazendo uso do primeiro como mais um dos critérios de repartição dos recursos pode ser visto como um incentivo adicional a priorização da qualidade da educação

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesta etapa são exibidos quadros com os objetivos e alguns resultados das onze dissertações realizadas dentro da área de estudo da Educação.

Quadro 23 – Financiamento dos sistemas estaduais de educação e as desigualdades educacionais e financeiras no Ensino Médio (2006 a 2015), de Victor Hugo Barreto de Sena Sampaio

Autor	SAMPAIO, 2018.
Área	Educação
Objetivo	Analisar a relação entre o financiamento das redes estaduais e as desigualdades educacionais e financeiras no Ensino Médio.
Alguns Resultados	Há desigualdades entre as UF's no que tange ao acesso à educação de jovens com 15 a 17 anos no Ensino Médio; e a despesa anual média por aluno de Ensino Médio também é desigual em virtude da Unidade da Federação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 24 – Custo aluno/ano e condições de qualidade em escolas do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul, de Miguel de Oliveira Frozza

Autor	FROZZA, 2017.
Área	Educação
Objetivo	Analisar o custo-aluno/ano e as condições de qualidade em duas escolas do campo da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul
Alguns Resultados	o custo-aluno/ano das Escolas A e B ficou acima dos valores estabelecidos pelo Parecer CEB/CNE nº 08/2010, e mesmo assim as escolas enfrentam problemas de infraestrutura e instabilidade dos profissionais da educação, prejudicando a oferta escolar de qualidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 25 – Uma Avaliação do Efeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais Da Educação (Fundeb) nos Municípios do Estado do Paraná nos Anos de 2007 a 2014, de Andrea Polena

Autor	POLENA, 2016.
Área	Educação
Objetivo	Verificar os efeitos provocados pela implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no atendimento da Educação Básica, nos municípios do estado do Paraná, em relação à ampliação da oferta e repasse de recursos entre os anos de 2007 e 2014.
Alguns Resultados	Verificou-se que 52,4% dos municípios paranaenses possuem RL negativo, sendo que 96,65% dos municípios que perdem recursos estão na faixa de até 20.000 habitantes. Quanto à oferta de Educação Infantil destes municípios, 31,1% possuem atendimento insuficiente, isto é, abaixo de 25% de taxa de atendimento na creche e abaixo de 50% na pré-escola.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 26 – O Sistema de Financiamento da Educação Federalismo e Redistribuição, de Edugas Lourenco Costa

Autor	COSTA, 2015.
Área	Educação
Objetivo	Averiguar o processo de composição/redistribuição dos recursos do Fundeb, assim como os parâmetros de operacionalização, mapeou-se as implicações envolvidas à dinâmica redistributiva, como também o papel desempenhado pelos entes da federação no financiamento da Educação Básica
Alguns Resultados	Conclui-se que o atual sistema de financiamento da educação, cuja maior expressão de recursos e alcance configura-se pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), não oferece mecanismos de ampliação da capacidade de atendimento das redes/sistemas de ensino, suscitando que sejam fomentadas mudanças tendo em vista o iminente acesso compulsório à educação, condicionado por indicadores de qualidade e equidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 27 – As implicações da dinâmica do financiamento da educação para as desigualdades intermunicipais quanto ao gasto por aluno no estado do Espírito Santo, de Flavia Costa Lima Dubberstein

Autor	DUBBERSTEIN, 2015.
Área	Educação
Objetivo	Analisar as implicações da dinâmica do financiamento da Educação para as desigualdades intermunicipais quanto ao gasto por aluno no estado do Espírito Santo.
Alguns Resultados	A partir da análise do gasto por aluno praticado nos anos de 2009 a 2013 por cada um dos 78 municípios que formam o Espírito Santo, o entendimento é que, durante o período analisado, eles demonstraram capacidade financeira de garantir a oferta educacional para a faixa etária obrigatória, havendo, no entanto, uma discrepância entre si.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 28 – Papel do FUNDEB na educação pública de um município do norte do RS: impactos na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação, de Paulo Rogério Brand

Autor	BRAND, 2013.
Área	Educação
Objetivo	Analisa possíveis impactos socioeducacionais do FUNDEB na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação na Rede Pública de um município da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.
Alguns Resultados	Foi possível perceber que as iniciativas tomadas pelo Gestor Municipal, de modo a garantir uma política de valorização do profissional do magistério, especificamente no que se refere ao salário condigno preconizado no FUNDEB, ainda se mostram tênues. Assim, o município necessita estruturar uma política salarial para os professores da Rede Municipal de Ensino que se configure de fato como valorização.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 29 – A relação entre os entes federados no financiamento da Educação Básica no Brasil no contexto da política de fundos (Fundef/Fundeb), de Danielle Cristina de Brito Mendes

Autor	MENDES, 2012.
Área	Educação
Objetivo	Analisar o aspecto normativo do FUNDEF e do FUNDEB com vistas a avaliar possibilidades de colaboração entre os entes federados para o financiamento da Educação Básica no Brasil por meio destes Fundos.
Alguns Resultados	O FUNDEF focalizou recursos no Ensino Fundamental, o que acarretou a indução de políticas nos Estados e municípios brasileiros. No contexto do FUNDEB a indução de políticas e ações por parte da União para os entes federados permaneceu e se fortaleceu, o que levou a um processo de colaboração regulada pela União.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 30 – O financiamento da Educação Básica e a política de fundos em Goiás (1998-2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des)valorização do magistério, de João Batista do Nascimento

Autor	NASCIMENTO, 2011.
Área	Educação
Objetivo	Pesquisa o financiamento da Educação Básica pública com foco na política de fundos contemplando os movimentos e impactos provocados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na rede estadual de ensino de Goiás e nas redes dos municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade.
Alguns Resultados	A política de fundos foi a grande propulsora do processo de municipalização das matrículas no Estado de Goiás, principalmente da primeira fase do Ensino Fundamental, ampliando os recursos recebidos pelos municípios na cesta do Fundef/Fundeb; em contrapartida, a perda de recursos do governo do estado em consequência da queda do número de matrículas. Todavia, esse crescimento na receita não motivou a equivalente valorização dos profissionais da educação, seja na implementação de planos de carreira e remuneração seja na implantação do piso salarial profissional nacional.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 31 – Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional: uma análise a partir das escolas da rede municipal de Porto Alegre, de Rosa Maria Pinheiro Mosna

Autor	MOSNA, 2008.
Área	Educação
Objetivo	Analisar que condições de oferta são propiciadas pelo gasto no Ensino Fundamental e quais as suas implicações para a igualdade de oportunidades educacionais.
Alguns Resultados	Reafirma-se o entendimento de que não há dúvidas que as questões gerenciais precisam ser aperfeiçoadas, mas elas não são a centralidade do problema educacional brasileiro. Para que a realidade escolar possa ser modificada é preciso reconhecê-la no seu conjunto e maiores investimentos, pois o atual padrão de financiamento da educação não oferece as condições para superar os desafios colocados

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 32 – Mapeamento da capacidade de financiamento da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas - RS: gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo: 1993 – 2005, de Calinca Jordânia Perguer

Autor	PERGUER, 2007.
Área	Educação
Objetivo	Discute as relações entre receitas e gastos educacionais e as condições de oferta do ensino, levando em consideração a constituição e a trajetória do processo educativo da Rede Municipal de Ensino de Getúlio Vargas no período de 1993 a 2005.
Alguns Resultados	No entrelaçamento dos elementos da investigação - a capacidade de financiar a educação municipal, as condições de oferta do ensino e a trajetória do processo educativo -, descobrem-se indicadores que caracterizam a identidade político pedagógica da rede e a constituição de uma política pública de Estado na educação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 33 – A proposta de Fundeb do executivo federal: interlocuções na formulação da política, de Maria Goreti Farias Machado

Autor	MACHADO, 2007.
Área	Educação
Objetivo	Mapear o posicionamento dos atores que participaram da elaboração da proposta de FUNDEB no âmbito do Executivo Federal identificando ideias, interesses e aprendizagens.
Alguns Resultados	Sob o ponto de vista de ter havido aprendizagem nesse processo de discussão, pode-se dizer que a experiência do FUNDEF foi sendo avaliada como uma política que estrutura melhor os recursos e a aplicação dos mesmos, melhorando, inclusive, o controle sobre eles, mesmo que os fatores econômicos limitem a ampliação do financiamento da educação. Neste caso a política anterior contribuiu para que fosse projetada uma política mais abrangente. As limitações, bem como, as características do FUNDEF, foram os parâmetros para a construção de uma nova proposta.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Entre as dissertações levantadas identificou-se um trabalho que tem maior proximidade com esta dissertação, de Polena (2016). A autora também utilizou como uma das bases de dados o SIOPE, utilizado em alguns momentos nesta dissertação. Para obter as informações, Polena (2016) também precisou utilizar várias bases de dados, o que demonstra a falta de unicidade no acesso público a informação no Brasil. Os pontos em que os trabalhos se distanciam estão nos dados de oferta e taxa de atendimento na Educação Infantil de acordo com o percentual dos resultados líquidos, classificação dos municípios por porte, matrículas da educação integral e profissional, de modo que Polena (2016) aprofunda o olhar sobre a Educação Infantil nos municípios do Paraná.

Os demais trabalhos mostram a importância do surgimento do FUNDEF e do FUNDEB, para a melhora na estrutura da educação. Muitos salientam a importância de seu debate, da

ampliação do repasse da União para o Fundo, bem como de um aumento em valores por aluno. Os trabalhos destacaram a complexidade da política com alcance em todo território e que há múltiplos fatores ainda não atendidos em diversas regiões do Brasil.

Assim como no levantamento das teses, uma minoria dos trabalhos considera a necessidades de alterar todo o programa, sendo que apenas um trabalho defende a vinculação do Fundeb com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Discordamos dessa visão, pois repassar mais recursos para as localidades com melhor desempenho é uma forma de reforçar o mérito e somente aumentaria as desigualdades entre as regiões em nosso País.

Na revista Fineduca, com a mesma chave de busca da pesquisa anterior, os seguintes trabalhos foram selecionados.

Quadro 34 – Artigos selecionados na revista Fineduca

Ano	Título	Autor(a)	Endereço
2020	As Múltiplas Realidades Educacionais dos Municípios no Contexto do Fundeb	Thiago Alves; José Marcelino de Rezende Pinto	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104091">https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104091</a>
2020	A Política de Fundos (Fundef/Fundeb) e suas Disparidades no Financiamento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul	Nelton Carlos Conte	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/78205">https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/78205</a>
2020	Fundeb: uma avaliação da evolução do número de matrículas e escolas na Educação Básica	Nicholas Davies; Alzira Batalha Alcântara	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104054">https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104054</a>
2020	Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil	Samara de Oliveira Silva; Theresa Maria de Freitas Adrião; Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103897">https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103897</a>
2020	A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica	Nalú Farenzena	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103641">https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103641</a>
2017	Analisando a Trajetória dos Fatores de Ponderação Estabelecidos no FUNDEB: 2007-2016	Ederson Nunes Bueno; Calinca Jordânia Pergher	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/69472">https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/69472</a>

Fonte: Revista Fineduca.

Na seqüência são expostos quadros com os objetivos, alguns resultados dos seis artigos levantados no site da revista Fineduca.

Quadro 35 – As Múltiplas Realidades Educacionais dos Municípios no Contexto do Fundeb, de Thiago Alves e José Marcelino de Rezende Pinto

Autor	ALVES & PINTO, 2020.
Objetivo	Descrever os perfis dos municípios com base no porte populacional e analisar a variação do gasto por aluno da Educação Básica no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
Alguns Resultados	Os resultados reforçam a importância de maior aporte de recursos da União ao Fundeb e do aperfeiçoamento dos mecanismos redistributivos do fundo para gerar maior equidade nas condições de oferta de ensino das redes municipais brasileiras.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).



**Quadro 36 – A Política de Fundos (Fundef/Fundeb) e suas Disparidades no Financiamento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul, de Nelton Carlos Conte**

Autor	CONTE, 2018.
Objetivo	Analisar se os fundos contábeis, conforme se estruturaram no Fundef e no Fundeb, diante da complexidade da estrutura federativa brasileira, têm se constituído em alternativa adequada para o financiamento da educação.
Alguns Resultados	Municípios que apresentam ganhos de recursos com o fundo são os mais populosos e com maior PIB (produto interno bruto), o que promove a concentração de recursos para o financiamento da educação em poucas regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

**Quadro 37 – Fundeb: uma avaliação da evolução do número de matrículas e escolas na Educação Básica, de Nicholas Davies e Alzira Batalha Alcântara**

Autor	ALCANTARA & DAVIES, 2020.
Objetivo	Oferecer um quadro da evolução do número de matrículas, escolas estaduais e municipais (de 2007 a 2019) e privadas (de 2006 a 2019) na Educação Básica no Brasil e de sua participação em relação ao total em cada estado.
Alguns Resultados	Aponta-se a insuficiência de explicações (queda da taxa de natalidade, programas de correção de fluxo escolar) dadas para essa redução e sugere-se ser muito mais provável que ações ou omissões governamentais, ao diminuírem o número de matrículas e escolas públicas, estimularam a expansão privada. Diante dessa evolução, conclui-se que o Fundeb não manteve nem desenvolveu o número de matrículas e escolas da Educação Básica pública.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

**Quadro 38 – Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil, de Samara de Oliveira Silva, Theresa Maria de Freitas Adrião e Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida**

Autor	SILVA, ADRIÃO & ALMEIDA, 2020.
Objetivo	Investigar o financiamento da educação na rede estadual do Piauí, destacando a composição das receitas, a aplicação de recursos de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) e o movimento do FUNDEB, de 2007 a 2017.
Alguns Resultados	A composição das receitas no estado tem maior participação do ICMS e do FPE; que embora seja previsto na Constituição Estadual do Piauí a aplicação mínima de 30%, não houve respeito a esse dispositivo constitucional de 2007 a 2017 e que a rede estadual tem perdas significativas no sistema de partilha do FUNDEB, cujos valores não são compensados pela complementação da União.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

**Quadro 39 – A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica, de Nalú Farenzena**

Autor	FARENZENA, 2020.
Objetivo	Discutir a cooperação federativa na oferta e no financiamento da educação no período de vigência dos fundos.
Alguns Resultados	Destaca-se a municipalização da educação infantil e do Ensino Fundamental, a participação discreta do governo da União no Fundeb e descompassos entre dados de matrículas e metas do Plano Nacional de Educação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 40 – Analisando a Trajetória dos Fatores de Ponderação Estabelecidos no FUNDEB: 2007-2016, de Ederson Nunes Bueno e Calinca Jordânia Perguer

Autor	BUENO & PERGHER, 2017.
Objetivo	Realizar uma análise histórica dos fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
Alguns Resultados	O valor/aluno/ano do FUNDEB é aquém dos valores apresentados por pesquisadores de custos educacionais, para garantir uma educação com condições de qualidade, mas há que se reconhecer que, desde sua criação, veio em movimento crescente de aumento dos fatores de ponderação, nunca ultrapassando 1,30 – e de valorização de etapas e modalidades que sempre foram relegadas ao esquecimento, em nenhum momento do estudo foi verificado que algum fator de ponderação recebeu redução. Talvez o FUNDEB não tenha podido trazer novos recursos, mas tem sido um mecanismo que tem colocado em evidência etapas e modalidades antes depreciadas. Permanece o desafio a este fundo: repartir mais e melhor, entretanto com o aporte de novos recursos para que, de fato, sejam perceptíveis avanços no valor/aluno/ano praticado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Por fim, no conjunto do levantamento destacam-se as repetidas conclusões de que os repasses da União são ainda insuficientes. Aponta-se a necessidade de aumentar o aporte e o valor por aluno, porque as necessidades dos sistemas ainda não são plenamente atendidas. Repete-se o entendimento de que o Fundeb contribuiu para ampliação da oferta educacional do Ensino Fundamental, que a Educação Infantil expandiu, mas ainda necessita de aportes maiores.

Por meio do levantamento, ainda, verificou-se que algumas regiões utilizaram o Fundeb como prioridade para a valorização do magistério, enquanto outras não cumprem com os mínimos exigidos pelo ordenamento normativo. Por meio do Fundeb foi possível concretizar o processo de municipalização no território nacional, movimento este que é comumente questionado.

### 3. O CONTEXTO FEDERATIVO E O FUNDEB

O Brasil é um país com desigualdades socioeconômicas expressivas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ocupa posição de destaque entre as nações, pois desde o início do século esteve entre as 15 maiores economias do mundo. Está entre as maiores mesmo pertencendo ao grupo das economias emergentes e países em desenvolvimento. Entretanto, quando ordenamos os países tomando seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* verificamos que o Brasil se afasta muito dos líderes, como podemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1 - Top 15 - PIB acumulado - 2020 x PIB *per capita* - 2020

PIB acumulado 2020			PIB <i>per capita</i> 2019		
Posição	País	US\$ x1000000	Posição	País	US\$
1°	EUA	20.893.746	1°	Liechtenstein	180.227
2°	China	14.722.801	2°	Mônaco	173.696
3°	Japão	5.057.759	3°	Luxemburgo	117.182
4°	Alemanha	3.846.414	4°	Suíça	86.919
5°	Reino Unido	2.764.198	5°	Irlanda	86.251
6°	Índia	2.664.749	6°	Noruega	66.871
7°	França	2.630.318	7°	Islândia	63.644
8°	Itália	1.888.709	8°	EUA	63.123
9°	Canadá	1.644.037	9°	Dinamarca	61.477
10°	República da Coreia	1.637.896	10°	Singapura	58.114
11°	Rússia (Federação Russa)	1.483.498	11°	Austrália	55.823
12°	<b>Brasil</b>	<b>1.444.733</b>	12°	Suécia	53.575
13°	Austrália	1.423.473	13°	Holanda	53.334
14°	Espanha	1.281.485	14°	Catar	50.815
15°	México	1.073.439	<b>87°</b>	<b>Brasil</b>	<b>6.797</b>

Fonte: IBGE (2022).

Ainda segundo o IBGE, em 2020 o Brasil ocupava a décima segunda posição quando consideramos o total do PIB<sup>4</sup>, entretanto, ao olharmos o PIB *per capita*<sup>5</sup>, o Brasil cai para a octogésima sétima colocação. Ao analisarmos o Tabela 1 com os dados do IBGE emerge uma indagação: “Como um País tão rico, tem uma renda *per capita* tão distante dos países centrais? E por que motivo cai tanto no *ranking*?”. Algumas das causas estarão nos próximos subitens, que tratam do perfil sociodemográfico, pobreza e distribuição de renda no Brasil. Analisar essas características é fundamental para conseguirmos responder às perguntas e, ainda, problematizarmos e efetividade de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do

<sup>4</sup> US\$ 1.444.733 Mi

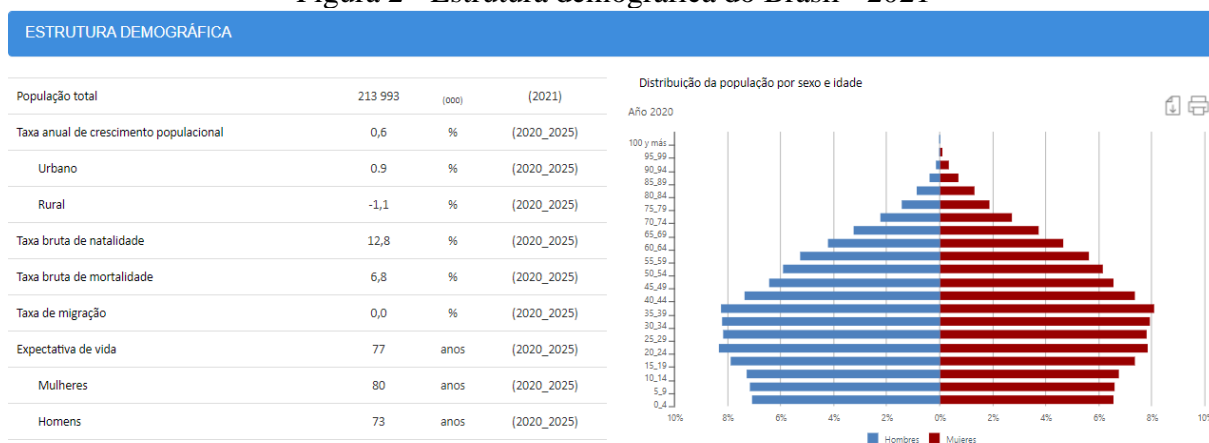
<sup>5</sup> US\$ 6.797 ao ano

Brasil: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

## PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

O perfil sociodemográfico serve para traçar um perfil da população de um determinado território, com vistas a compreender de forma mais genérica dados sobre o grupo estudado. Abaixo (Figura 2) temos a estrutura demográfica do Brasil:

Figura 2 - Estrutura demográfica do Brasil - 2021



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (2021).

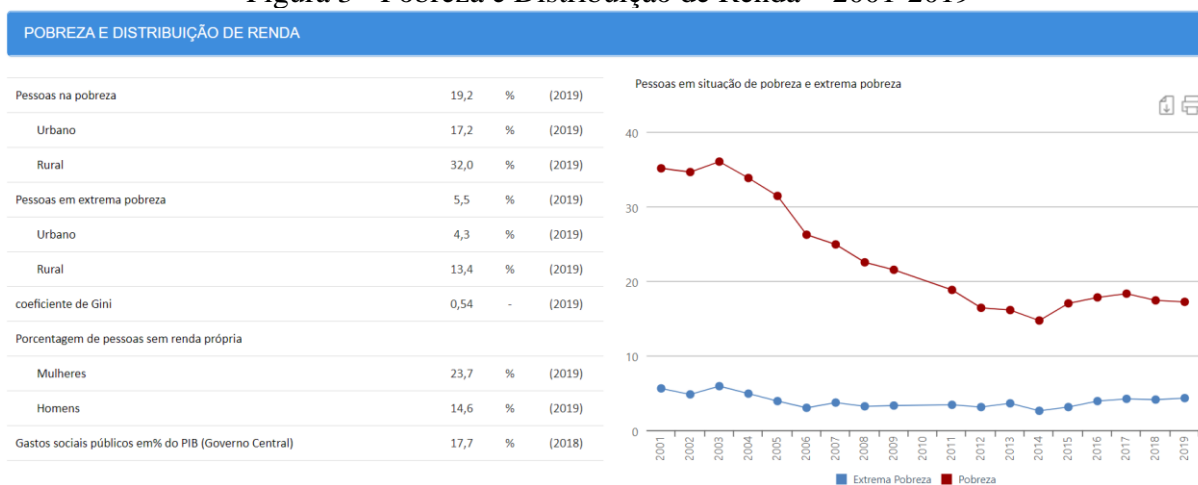
O estudo da pirâmide etária serve para verificar os efeitos do declínio/ascensão da fecundidade sobre as estruturas etárias de um país. Conforme observamos na Figura 2, que oferece um panorama geral da estrutura demográfica do Brasil, a base mais larga da pirâmide indica uma maior concentração de jovens no País. Com uma população estimada de 213.993 milhões de pessoas, a taxa anual de crescimento populacional é de 0,6%, com destaque para a redução que ocorre no meio rural que alcança um decréscimo de 1,1%. Nota-se que, mesmo com uma taxa bruta de natalidade de 12,8%, a taxa de bruta de natalidade tenha sido de 12,8% em 2021, esta taxa vem caindo ao longo dos anos, visto que a porcentagem de pessoas está decaindo conforme acompanhamos os grupos das quatro primeiras faixas etárias. Ao analisar a parte de cima pirâmide, vemos que o topo está se afunilando de forma suave, o que significa que a expectativa de vida tende a aumentar. A média da expectativa de vida no Brasil é de 77 anos, sendo que as mulheres vivem em média 80 anos.

## POBREZA E DESIGUALDADE

O aumento da pobreza e da extrema pobreza, junto à diminuição da igualdade, são fatores que desafiam as instituições e o *status quo*. Políticas públicas pautadas na redução das desigualdades e reconhecimento das diferenças são basilares para a mudança de paradigmas e

auxiliam no progresso social. Para a elaboração de políticas públicas mais justas devemos conhecer os perfis de pobreza e distribuição de renda de um povo.

Figura 3 - Pobreza e Distribuição de Renda – 2001-2019



Fonte: CEPAL (2021).

Os índices de pobreza e extrema pobreza no Brasil alcançaram 19,2% e 5,5%, respectivamente, em 2019, conforme a Figura 3. Como publicado na *Poverty and Shared Prosperity 2020*, “*The poor remain predominantly rural, young, and undereducated*” (Banco Mundial 2020, p. 9), e corroborado nos dados da Figura 3, verificamos que 32% das pessoas da zona rural estão em situação de pobreza, contra os 17,2% da zona urbana. Quando o tópico é a extrema pobreza, também verificamos este fenômeno, a zona rural tem 13,4% das pessoas extremamente pobres, enquanto a zona urbana possui 4,3%. Quanto ao índice de Gini, que serve para medir a concentração de renda de um grupo específico, seus valores variam entre 0 e 1, quanto maior o valor, maior a desigualdade e a concentração de renda da população estudada. No caso do Brasil temos o valor de 0,54, o que significa dizer que o País ainda precisa de políticas públicas efetivas que reduzam o valor deste indicador, quer dizer, que reduzam a desigualdade. O Banco Mundial estima que o Brasil está entre os dez países com maior concentração de renda no mundo (BANCO MUNDIAL, 2021). A pobreza e a desigualdade, nunca é demais recordar, são obstáculos relevantes para o desenvolvimento de um país.

O desenvolvimento de uma nação só é possível através do gasto maciço em educação, principalmente a Educação Básica, e o financiamento adequado da educação é uma ferramenta para um país chegar até essa conquista.

## FINANCIAMENTO, FEDERALISMO E REGIME DE COLABORAÇÃO

Federalismo, financiamento e regime de colaboração entre os sistemas de ensino são termos-chave para entender como ocorre a divisão de responsabilidades no sistema de ensino nacional. O Brasil, semelhante a outros estados, tem como forma de Estado o federalismo. O

federalismo se caracteriza por haver maior nível de descentralização entre o que comumente é chamado de esferas de governo, bem como maior autonomia administrativa, política e fiscal dos entes chamados de subnacionais.

O sistema federativo brasileiro contemporâneo teve sua origem com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). E possui basicamente três níveis de governo: o federal, o estadual (o distrital, no caso específico do Distrito Federal) e o municipal, e tem reputação de ser um dos sistemas mais descentralizados do mundo, porque “o papel dos governos locais no Brasil é uma peculiaridade no plano internacional, pois na maior parte das federações os municípios são criaturas dos governos estaduais” (ARRETCHE 2012, p. 20). Na prática, com a Constituição da República de 1988 foram restabelecidas bases do federalismo que haviam sido subtraídas com a Constituição de 1967 e, no que concerne à descentralização político-administrativa, houve um movimento mais forte de transferências de encargos dos estados para os municípios e modificações no federalismo fiscal. Entre os artigos 20 e 25 verificamos como se define o federalismo brasileiro, pois neles é “estabelecido a divisão de competências entre os membros da Federação” e “autoriza os estados a legislar sobre o que não for reservado exclusivamente à União ou municípios (COSTA, 2007, p. 215-216).

No campo das competências de legislar no setor da educação, é privativo da União fixar diretrizes e bases da educação nacional, entretanto, legislar sobre educação é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal (BRASIL 1988, art. 24, IX), porém, os municípios também legislam neste campo pois lhes compete “suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II). No que diz respeito à garantia de meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, é competência comum da União, estados, DF e municípios (art. 23, V). Ou seja, na área da educação, há competências privativas e concorrentes e competências comuns nos âmbitos da normatização e da provisão (oferta) educacional. Há, porém, uma lacuna no âmbito da regulamentação das responsabilidades comuns na educação, pois o país ainda não conta com lei complementar que consolide a cooperação federativa ou o Sistema Nacional de Educação.

Na CF/1988, artigo 211, fica explícito a forma que os entes federados devem atuar para organizar a educação brasileira: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Em complemento ao princípio da colaboração, há definições quanto a prioridades de atuação na organização nacional da educação. Ainda, no parágrafo 1º do artigo 211, é preceituado que cabe à União a organização do sistema federal de ensino e dos territórios, o financiamento das instituições públicas federais e a assistência técnica e financeira aos estados, ao DF e aos municípios. Nos parágrafos 2º e 3º,

respectivamente, é designada aos municípios prioridade ao Ensino Fundamental e Educação Infantil, e aos estados o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, de forma que todos os entes assegurem a universalização do ensino obrigatório. A universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório devem pautar-se no princípio da colaboração de todas as esferas de governo (art. 211, parágrafo 4º).

Ao tratarmos das relações entre os entes federados, é importante destacarmos como funciona a relação entre os diversos níveis de governo. Em um primeiro momento, os estados e municípios têm autonomia para formular suas políticas de educação, desde que não contradigam a legislação constitucional e federal, mas “as relações intergovernamentais no Brasil dependem muito da disposição dos governos de cooperar, mas principalmente da capacidade e do interesse do governo federal em estimular ou impor regras e programas que impliquem alguma forma de coordenação” (COSTA, 2007, p. 218). Ao tratarmos das relações verticais, verificamos problemas que atuam na descentralização e na autonomia dos entes subnacionais em relação ao ente federal. No caso da educação brasileira, a distribuição intergovernamental de funções em políticas de Educação Básica tem como principal ente normatizador a esfera federal, enquanto o seu financiamento se dá principalmente pelos estados e municípios mediante a vinculação de gastos, como acontece no caso do Fundeb, além disso essa execução da política acontece através desses mesmos estados e municípios (ARRETCHE, 2012, p. 169). Assim podemos verificar a influência do governo federal sobre os entes subnacionais mesmo em um estado federativo e, assim, constatar que a combinação de regras institucionais cria a essencialidade das políticas públicas formadas por um Estado Nacional, não se limitando apenas a um rótulo de sistema federativo ou unitário.

No Brasil o comando normativo da União “está orientado a promover regras homogêneas de operação no território nacional” (ARRETCHE, 2012, p. 171). Por essa razão é importante diferenciar os entes que têm maior autonomia na formulação das políticas públicas dos entes que executam as políticas públicas, embora sempre presente neste estudo a ideia de que a execução modifica e é parte da política pública. No caso nacional, estados e municípios são amplamente influenciados pela normatização federal, sendo os municípios os principais responsáveis pela execução de serviços básicos como Educação Básica e saúde e, nesse contexto, são os principais implementadores de políticas que amenizam desigualdades sociais e territoriais.

Há diversas políticas nacionais com o intuito de reduzir desigualdades de receita entre os entes federados. São diversas as transferências constitucionais que podem ser federais, estaduais ou ainda universais. Como exemplo de transferência federal temos o Fundo de

Participação dos Municípios (FPM), que é uma verba transferida da União para os municípios, conforme o número de habitantes, entre outros critérios. Ademais, temos transferências de natureza estadual como forma de devolução tributária dos estados aos municípios, por exemplo a principal delas, que é 25% da sua arrecadação do ICMS. E ainda temos as transferências vinculadas universais em que todos os entes subnacionais são obrigados a contribuir com uma porcentagem de suas receitas de impostos e transferências federais, como é o caso do Fundeb.

Estas regras têm relação direta com o Fundeb, pois a melhor redistribuição de recursos proporcionada pelo Fundo tornou possível aos estados, DF e municípios dar conta de modo mais equânime de responsabilidades públicas para com a educação, tanto as que foram inscritas na Constituição Federal de 1988 quanto outras que com o tempo foram agregadas à legislação. Dar destaque ao federalismo cooperativo e ao regime de colaboração entre os sistemas de ensino neste estudo tem o intuito de evidenciar diferenças e responsabilidades dos entes federativos na organização nacional da educação, tendo o financiamento da Educação Básica como foco.

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Políticas públicas são formadas por um conjunto de medidas e ações complexas que se interligam para dar vida a uma demanda da sociedade, para materializar um direito, assim como para a manutenção dos espaços públicos. Devido a amplitude de seu alcance, muitos são os recursos envolvidos que estruturam a ação pública, segundo Muller e Surrel:

Uma política pública é formada inicialmente por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância “visível” da política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisões), materiais. (MULLER e SURREL, 2002, p. 13).

No caso da política do Fundeb, podemos vê-la constituída por diversos recursos, sendo o foco central os recursos financeiros. O Fundeb é fundo especial, de natureza contábil, que se destina a toda a Educação Básica e tem como um dos seus objetivos viabilizar a redistribuição de recursos vinculados à educação conforme a realidade de cada UF. Esta redistribuição de recursos promovida pela política constitui uma das medidas concretas expostas acima por Muller e Surrel.

Na análise de uma política pública diversas são as maneiras que podemos entender o processo que envolve sua construção, pode-se considerar etapas que acompanham seu desenvolvimento, que podem ser consideradas em número de cinco ou seis, ou ainda por meio de um ciclo. Olhando para a abordagem sequencial, Muller e Surrel (2002, p. 25) compreendem como 6 etapas: 1. A colocação na agenda; 2. A produção das soluções ou alternativas; 3. A



decisão; 4. A implementação; 5. A avaliação; 6. A conclusão do programa. Todo método de análise terá aspectos positivos e negativos ao ser adotado, não se pretende com isso esgotar as possibilidades de análises, mas sim favorecer o debate.

A abordagem sequencial, portanto, permitiu um olhar sobre a política do Fundeb, trazendo organicidade para o trabalho. Destaca-se que o recorte temporal utilizado tanto para o levantamento das produções sobre o tema como dos relatórios estaduais, considerou desde o ano de implementação da política (2007) até o ano de conclusão do programa (2020). No decorrer da dissertação o novo Fundeb estava nas fases de colocação na agenda, produção das soluções ou alternativas e decisão.

Destaca-se, como exemplo, que o principal problema enfrentado pelo novo Fundeb foi a necessidade de aumento do aporte de recursos feito pela União. A solução adotada foi o aumento de 10% para 23%. Outro exemplo de problema solucionado foi a instabilidade da política, que a partir de 2020 está constitucionalizado.

No que compreende as etapas de avaliação e conclusão do programa, não necessariamente ocorre nessa ordem. Podemos refletir que o antigo Fundeb não está mais em vigência, contudo os trabalhos que se dediquem a sua avaliação ainda são importantes, visto que somente após sua vigência podemos analisar em profundidade seus impactos. Com isso em mente, esta dissertação trará a contribuição dos governos estaduais para o Fundeb e seu repasse para os municípios, durante todo o tempo de vigência do programa, o que proporcionará uma visão ampla de todo envolvimento dos estados em uma política com magnitude nacional.

Na perspectiva de política pública adotada por Muller e Surrel encontramos três instâncias diferentes que estão presentes dentro da nossa tradução de política para o português, são elas: a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*). A *polity* são as chamadas *regras do jogo*, ou seja, a organização jurídico normativa que estrutura as políticas. Segundo Farenzena e Pergher (2007):

São características da *polity* o federalismo, o presidencialismo, a organização do Estado em poderes, a organização partidária, as regras das relações intergovernamentais, a organização específica de cada setor de política, entre eles a organização político-administrativa da Educação (Farenzena e Pergher, 2007, p. 450).

A *polity*, portanto, é uma dimensão importante para pensarmos o financiamento da educação porque por meio dele se estrutura o repasse das verbas governamentais, de modo que se pode determinar tanto quem irá contribuir para o Fundo, quem irá receber e em quais sistemas os repasses devem chegar. É por meio do federalismo, ainda, que existe a possibilidade de uma centralidade das contribuições com uma posterior divisão que possibilite a diminuição das desigualdades regionais.

A *politics*, também conhecida como *o jogo político*, nessa dimensão encontramos as negociações que envolvem os partidos políticos, as disputas por poder, e as relações interpessoais que marcam os debates e oposições. Essa dimensão também é fundamental para compreendermos o financiamento da educação pois a legislação que estrutura o financiamento brasileiro, iniciando com a lei do Fundef até chegar no novo Fundeb, foram momentos acalorados fruto de grande disputa e jogo de forças.

Mais recentemente, na aprovação do novo Fundeb, aprovado em 2020, diversos atores e instancias participaram de um jogo político intenso. Debates nas comissões, tanto específicas de cada casa como a mista, contaram com diversas audiências públicas, que exigiu o envolvimento ativo de diferentes atores que disputavam a versão final do texto, dentre eles: Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Conselho Nacional de Educação (CNE); Confederação Nacional do Municípios (CNM); Tribunal de Contas da União (TCU); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Todos pela Educação; e a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).

Na *politics* podemos identificar o importante papel que a sociedade civil possui não só de controle das ações públicas, como também de voz ativa nas disputas que envolvem o financiamento da educação. Nesse sentido, destaca-se o papel da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, FINEDUCA, criada em 2011 e que esteve presente nos debates sobre o novo Fundeb:

“A Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, FINEDUCA, criada em 2011, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem como objetivo contribuir para que os poderes públicos garantam a realização do direito à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos, mediante um financiamento adequado, com a garantia de fiscalização e controle social” (site da fineduca: <https://fineduca.org.br/sobre/>)

Por último, mas não menos importante, temos a dimensão da *policy* que é a dimensão que materializa a política, a chamada ação pública. Cabe destacar que as três dimensões estão interligadas, porque a *polity* mostra a estrutura dentro da qual o *policy* será implementada, e a *policy* é fruto da *politic*, que no caso do financiamento da educação, tem sido espaço de grande disputa. Entende-se, sendo assim, o Fundeb como *policy* e veremos por meio dele a contribuição dos estados para o Fundo de modo a efetivar o direito público subjetivo à educação.

Ao definirmos política pública educacional do Brasil, nos deparamos com um conjunto jurídico-normativo extenso. A partir da nossa Carta Magna, diversas outras ações se estruturam, sendo ela a fundamentação para a busca de uma educação de qualidade, por meio de políticas

que favoreçam não só o acesso como também a permanência de nossas crianças nas escolas. Por termos uma Constituição analítica, ou seja, bastante minuciosa, as políticas públicas educacionais a tem como ponto de partida.

No caso brasileiro partimos da Constituição, que é bem extensa e detalhada, e vamos delimitando áreas de ação, que no financiamento possuem diversos dispositivos que formam seu quadro normativo de ação, conforme veremos em mais detalhes no capítulo seguinte. Evidencia-se que o financiamento da educação enquanto *policy* possui um conjunto de medidas que extrapolam os textos orientadores, mas que possuem uma lógica de ação.

A CF/1988 norteia muitas das políticas públicas existentes no País por intermédio dos direitos denominados Direitos Fundamentais. Dimoulis e Martins (2014, p. 41) definem desta forma os Direitos Fundamentais:

Direitos fundamentais são direitos público-subjetivos de pessoas (físicas ou jurídicas), contidos em dispositivos constitucionais e, portanto, que encerram caráter normativo supremo dentro do Estado, tendo como finalidade limitar o exercício do poder estatal em face da liberdade individual.

No Título II da Carta Magna são elencados alguns dos direitos e garantias fundamentais conquistados através da Assembleia Constituinte de 1987/88. Nesse Título, encontramos o Capítulo *dos Direitos Sociais* em que estão distribuídos grande parte dos direitos fundamentais normatizados pela Carta Magna brasileira.

Dentro *dos Direitos Sociais*, temos o artigo 6º, caput, CF/1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A Educação, como direito social, encontra amparo legal no artigo 6º e, em resposta a este reconhecimento, os governos nacional e subnacionais ofertam políticas educacionais, materializadas em serviços. Temos a oferta de educação pública e gratuita, por meio da construção de creches, escolas e universidades, programas de apoio escolar, que facilitam a acessibilidade às instituições de ensino por meio de transporte público, enfim, políticas públicas que efetivam, embora não de forma plena, os direitos e garantias preceituados na CF/1988. Para atender às diversas demandas exigidas pela Carta Magna, o Estado se utiliza de diferentes tipos de políticas públicas educacionais para criar planos, programas e projetos que satisfaçam as demandas da sociedade e, ainda, as impostas pela Constituição.

A CF/1988 preconiza, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Neste trecho, a Carta garante que o Estado brasileiro será o principal

responsável pelo provimento da educação no País. Este dever, conforme o artigo 208, será efetivado mediante as seguintes garantias, dentre outras:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...].

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988)

Os incisos I e VII do artigo 208 foram alterados após a publicação da Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009 (BRASIL, 2009). No texto anterior, a Carta Magna apenas garantia a oferta do Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, e somente para este exigia a oferta de programas suplementares. Entretanto, a EC nº 59/09 trouxe mudanças que vão ao encontro da política do Fundeb, incluindo toda a Educação Básica em suas políticas públicas educacionais, prevendo a obrigatoriedade e gratuidade dos quatro aos 17 anos de idade, incluindo a oferta gratuita a todos que não tiveram acesso na idade própria. Assinala-se que a criação do Fundeb, pela EC nº 53/2006 (BRASIL, 2006), foi anterior à alteração na obrigatoriedade escolar e já indicava novas perspectivas nas prioridades públicas na educação. A mesma emenda estendeu a toda a Educação Básica a oferta dos programas suplementares de alimentação e transporte escolares, material didático escolar e assistência à saúde dos educandos.

Para concretizar as imposições da EC nº 53/2006 à CF/1988, em 2007 foi promulgada a Lei nº 11.494/07, que regulamentou o Fundeb. Esta Lei regulamenta os fundos estaduais que “destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração [...]” (BRASIL 2007a), conforme o disposto no seu artigo 2º. Esta lei ainda preconiza que: “A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de Educação Básica pública presencial” (artigo 8º). Deste modo, pode-se supor que as matrículas da Educação Infantil e do Ensino Médio (EM) viessem a ser mais valorizadas pelos entes subnacionais.

Somado a isto, temos o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), elaborado com vistas ao cumprimento do artigo 214 da CF/1988 e que tem como parte da meta nº 1: “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade [...]”. O prazo para universalizar a pré-escola terminou em 2016 e deveria ser implementado com o apoio técnico e financeiro da União. Igualmente, há metas para

expansão da cobertura da creche (meta 1), do Ensino Fundamental (meta 2) e do Ensino Médio (meta 3).

Ainda, explorando a Constituição, observamos como é organizado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, estados, Distrito Federal (DF) e municípios:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil;

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e médio. (BRASIL, 1988)

O financiamento da educação brasileira é parte deste regime de colaboração que envolve a União, os estados, o DF e os municípios. No Brasil, o Fundeb é a principal política de colaboração intergovernamental no financiamento da Educação Básica. Para assegurar que todas as *policies* descritas nos dispositivos constitucionais sejam disponibilizados para a sociedade é necessário que o governo nacional e os governos subnacionais empreguem recursos suficientes para que os serviços sejam ofertados.

## FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem início com a promulgação da EC nº 53, de 19 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), que dispõe sobre a criação do Fundeb. Este Fundo especial, de natureza contábil, foi regulamentado pela Lei 11.494/2007 (BRASIL, 2007a) e pelo Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2007b); ao total são 27 fundos (um por estado e um para o Distrito Federal) com vigência estabelecida de 14 anos.


Os critérios de distribuição dos recursos entre os estados e municípios respeitavam a quantidade de alunos, conforme registrado no censo escolar mais atualizado (BRASIL, 2007a) segundo o artigo 9º e sua distribuição era realizada seguindo os coeficientes de ponderação das etapas, modalidades e tipos de estabelecimento da Educação Básica, e ainda para os estados que não alcançassem no mínimo o valor médio nacional ponderado por aluno era garantida a complementação da União que culminou, em 2010, com a obrigatoriedade de aplicação de pelo menos 10% do valor total das contribuições dos estados, DF e municípios ao fundo.

Quanto aos critérios para utilização dos recursos “pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos

profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública” (BRASIL, 2007a), em seu art. 22, e o restante em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, art. 21.

A fonte de receita dos fundos é formada por uma cesta de 20% de receitas resultantes de impostos de diversas fontes, conforme o artigo 3º da Lei 11.494/07 (BRASIL, 2007a). Ainda, segundo a Lei são fontes de receita dos fundos, os registrados na Figura 4:

Figura 4 - Contribuição de estados, DF, municípios e Complementação da União ao Fundeb



2007	2008	2009	2010
FPE, FPM, ICMS, IPI, LC87/96 16,66%	FPE, FPM, ICMS, IPI, LC87/96 18,33%	FPE, FPM, ICMS, IPI, LC87/96 20%	FPE, FPM, ICMS, IPI, LC87/96 20%
ITCMD, IPVA, ITR 6,66%	ITCMD, IPVA, ITR 13,33%	ITCMD, IPVA, ITR 20%	ITCMD, IPVA, ITR 20%
COUN 2 bilhões	COUN 3 bilhões	COUN 4,5 bilhões	COUN 10% do valor total das contribuições dos estados, DF e municípios ao Fundo

Fonte: Lei 11.494/07 (BRASIL, 2007a). Elaborada pelo autor (2022).

A Contribuição de estados, DF e municípios – de 16,66 % em 2007; 18,33 % em 2008 e 20 % a partir de 2009 – compreende: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI) e desoneração de Exportações (LC 87/96); contribuição de estados, DF e municípios de 6,66 % em 2007; 13,33 % em 2008 e 20 % a partir de 2009, sobre: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores (IPVA) e Cota Parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios (ITR) e receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Por fim, a complementação da União (COUN), que foi definida da seguinte forma: 2,0 bilhões de reais em 2007, 3,0 bilhões de reais em 2008, 4,5 bilhões de reais em 2009; e 10% do valor total das contribuições dos estados, DF e municípios a partir de 2010. Com algumas condições: valores dos três primeiros anos reajustáveis com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); esses valores oneram os 18% da receita de impostos da União

vinculada à manutenção e, ao desenvolvimento do ensino (MDE) por força do art. 212 da CF/1988, em até 30% do valor da Complementação da União; proibição do uso dos recursos da cota federal do salário-educação na complementação; até 10% da COUN poderia ser distribuída para os fundos por meio de programas direcionados para melhoria da qualidade da educação.

São estas linhas gerais da forma a política do Fundeb funcionou durante o seu período de vigência.

#### 4. APORTES METODOLÓGICOS

Para verificar qual o comportamento das transferências de verbas entre os governos estaduais para os seus respectivos fundos foi realizada uma investigação dos dados do Fundeb declarados nos relatórios resumidos de execução orçamentária (RREO) disponibilizados pelos tribunais de contas, secretarias de fazenda e controladorias dos diferentes entes estaduais. Este relatório deve ser publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, parágrafo 3º, art. 165 da Constituição (BRASIL, 1988) e é regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), conforme essa Lei todos os Poderes e o Ministério Público devem realizar a publicação de seus RREO que são compostos pelo balanço e demonstrativo de execução orçamentária.

O balanço orçamentário está dividido em receitas por fonte e despesas por grupo de natureza, enquanto o demonstrativo de execução está segregado em receitas, por categoria econômica e fonte; despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa; e receitas, por função e subfunção. Nesta dissertação foram utilizados os dados dos demonstrativos das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino dos estados, especificamente os resultados líquidos das transferências do Fundeb realizadas até o sexto bimestre. Tal resultado é composto pela subtração entre as transferências de recursos do Fundeb e as receitas destinadas ao Fundeb de forma a sintetizar e sistematizar se houve um acréscimo ou um decréscimo resultante das transferências do Fundeb em cada ano de cada estado no período de 2007 a 2020.

Das fontes de dados financeiros educacionais disponíveis a ferramenta que se destaca no cenário nacional é o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, o SIOPE, mas a escolha mais óbvia por vezes não é a mais fácil. Neste estudo foi dada prioridade pela obtenção dos dados publicados diretamente pelos órgãos estaduais responsáveis visto que durante a aquisição dos dados foi apurado que nem todos os estados publicam seus dados financeiros educacionais na plataforma do SIOPE. Ademais, apenas em último caso, foram utilizados os dados disponibilizados por esse sítio.

Os dados de matrículas foram extraídos das Sinopses Estatísticas da Educação Básica<sup>6</sup> no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre os anos de 2007 e 2020 (inclusive). Quanto à forma de coleta, os dados foram extraídos do próprio sítio do INEP na forma de arquivos .xls.

---

<sup>6</sup> INEP (2021, 2020, 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2012, 2011, 2010, 2009, 2008)



A compilação dos dados foi realizada de forma manual com auxílio dos softwares de *Business Intelligence: excel* do pacote *Office* da *Microsoft* e programa *power BI*, também da mesma empresa. Os dados financeiros foram extraídos dos arquivos .pdf e compilados para um arquivo .xls um a um, de forma totalmente manual visto que muitos arquivos .pdf eram originados de imagens e dessa forma não era possível usar o recurso copiar e colar de um arquivo para o outro. Além disso, os dados de matrículas, também, foram compilados em um único arquivo .xls de modo a criar séries históricas de dados que serão apresentados nesta dissertação. Quanto aos gráficos foram gerados através do *software power BI* tendo em vista a estética e a dinâmica do software.

Todos os dados foram extraídos, tratados e carregados com a finalidade de responder ao problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos. Almejando responder aos objetivos propostos foram estudadas a legislação em vigor no período, artigos, dissertações e teses de modo a enriquecer o trabalho.

## FONTE DE DADOS

Nesta seção estão descritas as origens dos dados utilizados nesta pesquisa. Os dados de matrícula têm origem no site do INEP e se referem as Sinopses Estatística da Educação Básica com recorte de 2007 a 2020, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Fonte de dados das matrículas

Dados	Fonte de dados	Recorte temporal	Estados	Extensão do arquivo	Softwares utilizados
Matrículas	Sinopse Estatística da Educação Básica	2007 a 2020	Os 26 estados e o DF	.xls	MS - Excel; <i>Power BI</i>

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Foi possível adquirir todos os dados de matrículas referentes ao recorte temporal através das Sinopses Estatísticas da Educação Básica no site do INEP. São vários os elementos encontrados nos arquivos como número de docentes, discentes, turmas, escolas por dependência administrativa, por seriação e por raça, entretanto selecionou-se utilizar apenas as matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal.

## RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Para verificar a distribuição financeira dos estados para os Fundeb de cada Unidade Federativa, foi realizada a pesquisa dos dados financeiros encontrados nos RREO. Para realizar esta aferição de forma semelhante para todos os estados usei como estado piloto o Rio Grande do Sul (RS) para o ano de 2020 e para isso foi averiguado o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), entretanto a busca por informações neste sítio foi em vão, pois os relatórios do governo estadual gaúcho não são inseridos no SIOPE desde 2013.

Sem sucesso, naveguei até o site da Secretaria de Fazenda do RS e no campo de buscas inseri a sigla RREO e todas os resultados me direcionavam para o site da Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (CAGE - RS) e descobri que este é o órgão responsável pela elaboração do RREO no RS, assim foram encontrados todos os relatórios do RS do período de 2007 a 2020.

Tendo em vista que nem todos os estados declararam suas informações no SIOPE, bem como a boa prática da busca pela informação original, sempre que possível, realizei a busca dos relatórios nos sites governamentais na seguinte ordem: 1º secretarias de fazenda (SEFAZ); 2º controladorias gerais; 3º secretarias de planejamento; 4º portais de transparência; e como 5º e último recurso o SIOPE. O quadro a seguir, revela quais entes estaduais<sup>7</sup> não declararam informações no SIOPE no período recortado pela pesquisa:

Tabela 3 - Governos estaduais que não transmitiram relatório para o SIOPE – 2007-2020

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AL								X	X	X	X	X	X	X
DF												X	X	X
MG								X	X	X	X	X	X	X
RJ													X	X
RN												X	X	X
RS							X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: SIOPE. Elaborada pelo autor (levantamento realizado em 2022).

Conforme a Tabela 3, verificamos que os governos estaduais que não transmitiram o relatório no período foram seis: Alagoas, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande de Norte e Rio Grande do Sul. O governo estadual que mais deixou de transmitir no período foi o RS, com oito ocorrências, seguido pelo de Alagoas e pelo de Minas Gerais, com sete ocorrências. Os motivos para a não transmissão são controversos e não fazem parte do escopo desta dissertação, mas é possível afirmar que tais medidas dificultam a publicidade e transparência das informações para a população em geral. A seguir encontramos os locais de onde foram retirados os relatórios utilizados nesta investigação e os programas utilizados para sua análise.

<sup>7</sup> O Distrito Federal não é, a rigor, um governo estadual, pois exerce funções estaduais e municipais. Mesmo assim, em algumas partes desta dissertação será referido como “estado” ou “governo estadual”.

Tabela 4 - Fonte dos dados financeiros e *softwares* utilizados no tratamento dos dados

UF	Fonte de dados	Recorte temporal	Extensão do arquivo	Softwares utilizados
AC	SEFAZ - AC	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
AL	SEFAZ - AL	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
AP	Portal da Transparência - AP	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
AM	Portal da Transparência - AM	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
BA	SEFAZ - BA	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
CE	SIOPE	2007 a 2009	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	Portal da Transparência - CE	2010 a 2020		
ES	SEFAZ - ES	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
GO	SIOPE	2007 e 2008	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	SEFAZ - GO	2009 a 2020		
MA	SIOPE	2007 a 2012; 2019	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	Secretaria de Planejamento - MA	2013 a 2018; 2020	.pdf	
MT	SIOPE	2007	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	SEFAZ - MT	2008 a 2020	.pdf	
MS	SEFAZ - MS	2007 a 2010; 2012 a 2017; 2019 e 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	SIOPE	2011; 2018	.pdf	
MG	SEFAZ - MG	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
PA	SEFAZ - PA	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
PB	SEFAZ - PB	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
PR	SEFAZ - PR	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
PE	SEFAZ - PE	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
PI	SEFAZ - PI	2007 a 2013; 2016 a 2018	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	SIOPE	2014; 2015; 2019 e 2020	.pdf	
RJ	SEFAZ - RJ	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
RN	SIOPE	2007 a 2009	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	SEPLAN - RN	2010 a 2015	.pdf	
	Controladoria Geral - RN	2016 a 2020	.pdf	
RS	SIOPE	2007	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	CAGE - RS	2008 a 2020	.pdf	
RO	SIOPE	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
RR	SIOPE	2007 a 2011	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
	Controladoria Geral - RR	2012 a 2020	.pdf	
SC	SEFAZ - SC	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
SP	SIOPE	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
SE	SEFAZ - SE	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>
TO	SEFAZ - TO	2007 a 2020	.pdf	MS - Excel; <i>Power BI</i>

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Para realizar a análise dos dados de matrícula e dos resultados líquidos das transferências do Fundeb, os dados foram assentados em um único arquivo. Os dados foram inseridos ano a ano, usando uma planilha por estado, de modo a formar uma série histórica para cada estado da federação, na verdade, para cada governo estadual. Com isso em mente, foram

utilizadas ferramentas de cálculo do *software* MS-Excel e do *power bi* para obter informações como o valor médio, valores máximos e mínimos dos estados e, assim, responder de que forma os governos estaduais contribuíram para a formação do Fundeb de 2007 a 2020 e a configuração de matrículas como elemento importante para situar, em termos diacrônico e sincrônico, a redistribuição de recursos por parte das esferas estaduais de governo.

## 5. RECURSOS DO FUNDEB DOS GOVERNOS ESTADUAIS: CONTRIBUIÇÕES, RECURSOS RECEBIDOS E SALDOS

Para esta dissertação foram coletados e analisados os dados de matrículas e os resultados líquidos das transferências do Fundeb para os 26 governos estaduais da República Federativa do Brasil. As subseções deste capítulo foram organizadas por estado de modo que o conjunto destas informações gere conhecimento para que sejam atingidos os objetivos desta pesquisa. Em alguns trechos, será usado o termo “estado” como sinônimo de “governo estadual” e não como “unidade federativa” (que engloba também os entes municipais).

Neste processo da análise de recursos, trazemos à tona algumas variáveis importantes e que influenciam na quantidade de recursos a serem recebidos do Fundeb por cada ente, ou seja, incluindo os governos estaduais que são o objeto deste estudo: coeficientes de matrículas (oriundos das proporções de matrículas estadual e municipais); as matrículas por etapa, modalidade, jornada e tipo de escola; a contribuição de cada ente subnacional, a qual depende da cesta de recursos que obrigatoriamente é destinada ao Fundo; o montante de recursos da complementação da União.

As matrículas por etapa, modalidade, jornada e tipo de estabelecimento são importantes porque há diferenciações e ponderações delas. Os coeficientes de ponderação de matrículas são definidos pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF), a qual tinha como uma de suas atribuições, conforme o inciso I, art. 13 da Lei 11.494/2007 (BRASIL, 2007a): “especificar anualmente as ponderações aplicáveis as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica [...]”. Estes coeficientes arbitram os pesos de cada matrícula; a ponderação tem como referência o fator 1,00 (um inteiro) para os anos iniciais do Ensino Fundamental urbano, e podem variar entre 0,70 (setenta centésimos) e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Segundo a Lei que regulamentava o Fundeb 2007-2020, constava, adicionalmente:

Art. 36. § 2º Na fixação dos valores a partir do 2º (segundo) ano de vigência do Fundeb, as ponderações entre as matrículas da Educação Infantil seguirão, no mínimo, as seguintes pontuações:

- I - creche pública em tempo integral - 1,10 (um inteiro e dez centésimos);
- II - creche pública em tempo parcial - 0,80 (oitenta centésimos);
- III - creche conveniada em tempo integral - 0,95 (noventa e cinco centésimos);
- IV - creche conveniada em tempo parcial - 0,80 (oitenta centésimos);
- V - pré-escola em tempo integral - 1,15 (um inteiro e quinze centésimos);
- VI - pré-escola em tempo parcial - 0,90 (noventa centésimos).

Nesse parágrafo fica evidente a importância que o legislador conferiu inicialmente à Educação Infantil de tempo integral. Este destaque fica comprovado através de padrões mínimos envolvendo creches e pré-escolas, de modo que as outras etapas não estavam

contempladas na Lei. Na Tabela 5 é apresentada a evolução dos coeficientes de ponderação do Fundeb de 2007 a 2020.

Tabela 5 - Evolução dos coeficientes de ponderação de matrículas do Fundeb – 2007-2020

Etapa / Modalidades	Situação de oferta	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 - 2018	2019	2020
Creche	Tempo Integral – Púb.	0,80	1,10	1,10	1,10	1,20	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
	Tempo Integral – Conv.	0,80	0,95	0,95	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10
	Tempo Parcial – Púb.	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	1,00	1,15	1,20
	Tempo Parcial – Conv.	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
Pré-escola	Tempo Integral	0,90	1,15	1,20	1,25	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
	Tempo Parcial	0,90	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,05	1,10
Ensino Fundamental	Anos Iniciais Urbano	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Anos Iniciais do Campo	1,05	1,05	1,05	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15
	Anos Finais Urbano	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10
	Anos Finais do Campo	1,15	1,15	1,15	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
Ensino Médio	Tempo Integral	1,25	1,25	1,25	1,25	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
	Urbano	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,25	1,25	1,25
	do Campo	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
	Tempo Integral	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
	Integrado à Ed. Prof.	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
Modalidades	Educação Especial	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
	Ed. Indig. e Quilomb.	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
	EJA/aval. no processo	0,70	0,70	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
	EJA/EM+Técnico	0,70	0,70	1,00	1,00	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20

Fonte: Lei 11.494/07 (BRASIL, 2007a) e diversas portarias, conforme as referências. Elaborada pelo autor (2022).

Os dados da Tabela 5, elaborada conforme as portarias disponibilizadas a cada ano, permitem chegar a algumas conclusões. As cinco maiores variações percentuais que aconteceram entre 2007 e 2020 foram, respectivamente: modalidade EJA/Ensino Médio +Técnico de 0,7 para 1,2, variação percentual de 71,43%; Creche em Tempo integral – Pública de 0,8 para 1,3, variação percentual de 62,50%; Pré-escola em Tempo Integral de 0,9 para 1,3, 44,44%; Creche em Tempo Parcial – Pública de 0,8 para 1,15, 43,75% e a Creche em Tempo Integral – Conveniada de 0,8 para 1,1, 37,50%. Não há variação percentual dos coeficientes nas etapas/modalidades: Creche em Tempo Parcial – Conveniada; EF/Anos Finais Urbano; EM/Tempo Integral; EM/Integrado à Educação Profissional; Modalidades/Educação Especial e Modalidades/Educação Indígena e Quilombola. As variações são esquematizadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Variação percentual dos coeficientes de ponderação de matrículas do Fundeb – 2007-2020

<b>Etapa / Modalidades</b>	<b>Situação de oferta</b>	<b>variação 2007 – 2020</b>
Modalidades	EJA/EM+Técnico	71,43%
Creche	Tempo Integral – Pública	62,50%
Creche	Tempo Parcial – Pública	50,00%
Pré-escola	Tempo Integral	44,44%
Creche	Tempo Integral – Conveniada	37,50%
Pré-escola	Tempo Parcial	22,22%
Modalidades	EJA/avaliação no processo	14,29%
Ensino Fundamental	Anos Iniciais do Campo	9,52%
Ensino Fundamental	Anos Finais do Campo	4,35%
Ensino Médio	Urbano	4,17%
Ensino Fundamental	Tempo Integral	4,00%
Ensino Médio	do Campo	4,00%
Creche	Tempo Parcial – Conveniada	0,00%
Ensino Fundamental	Anos Iniciais Urbano	0,00%
Ensino Fundamental	Anos Finais Urbano	0,00%
Ensino Médio	Tempo Integral	0,00%
Ensino Médio	Integrado à Educação Profissional	0,00%
Modalidades	Educação Especial	0,00%
Modalidades	Educação Indig. e Quilomb.	0,00%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

As maiores variações possivelmente descrevem o aumento de importância que tal etapa/modalidade ou situação de oferta recebeu durante o processo de negociações e acordos no âmbito da CIF. A Comissão de Financiamento favoreceu, sobretudo, a Educação Infantil, priorizando as de tempo integral, essa distribuição ao longo do período também tem potencial impactante nos fundos estaduais e, conseqüentemente, nos cofres estaduais.

Além disso, a falta de variação pode indicar uma inércia da CIF com as etapas/modalidades estagnadas. Entretanto, nota-se que o coeficiente das estagnadas estão entre os mais altos desde o início do Fundeb, evidenciando a importância destes para os legisladores e para a Comissão.

Durante o período de vigência do Fundeb foi dada atenção às etapas/modalidades e duração de jornada semanal que não eram contempladas pelo Fundef, principalmente o tempo integral, o que pode ser constatado através dos coeficientes máximos no ano de 2020 na creche de tempo integral – pública, pré-escola de tempo integral e no Ensino Médio de tempo integral. Ademais, a Creche em Tempo Parcial Conveniada e a EJA com avaliação no processo foram preteridas, quando comparadas com as demais. No caso da Creche conveniada, é possível explicar que a ponderação mais baixa se deve à prioridade que foi dada à expansão da rede

pública. Na EJA, ocorreu uma desvalorização durante todo o período, se considerarmos o direito dos jovens, adultos e idosos. Entender a importância dos coeficientes de ponderação de matrículas se faz pertinente, pois também faz parte da compreensão dos quantitativos que delimitam a distribuição dos recursos do Fundeb e de interesses federativos na disputa por recursos.

Neste estudo exponho as matrículas da Educação Básica por etapas. Esta fase da exposição dos resultados da pesquisa tem enfoque nas variações referentes à taxa de crescimento das matrículas da Educação Básica (EB) no período enfocado, segmentadas por etapas e a modalidade EJA. Estão separadas do seguinte modo: Educação Básica (EB), Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF), Ensino Médio (EM) e modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas etapas/modalidade foram selecionadas pois são aquelas em que o montante de recursos distribuídos pelo Fundeb apresenta valores representativos. A variação das matrículas da EB por etapas/modalidades, considerando os anos de 2007 e 2020, estão representadas ao longo dos relatórios para cada estado na escrita da dissertação. Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade nos estados e suas situações, comparando-as com o Brasil.

As matrículas estaduais e municipais de ensino são variáveis que influenciam na distribuição dos recursos do Fundeb conforme o artigo 8º da Lei nº 11.494/07 (BRASIL, 2007a), e acontece da seguinte forma:

Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo desta Lei (BRASIL, 2007a).

Os estados e os municípios têm matrículas computadas e podem aplicar os recursos do Fundo somente em etapas, modalidades e estabelecimentos de ensino da EB em que sua atuação é prioritária. No caso dos estados, no EM e no EF e, no caso dos municípios, no EF e na EI. O cômputo de matrículas para fins de redistribuição dos recursos, sublinha-se, leva em conta estas prioridades, assim como os recursos podem ser aplicados exclusivamente nas respectivas etapas prioritárias.

Ao longo das análises estaduais, encontraremos dados sobre o número de matrículas estaduais e municipais das UF. As matrículas da EB dividem-se em federais, estaduais, municipais e particulares, neste estudo detalhamos apenas as estaduais e municipais, pois os recursos do Fundeb são divididos basicamente conforme as matrículas destas duas redes. Ou seja, embora possam ser computadas matrículas de instituições conveniadas com prefeituras ou governos estaduais e subsidiadas por estes governos, a maior fatia é a das matrículas públicas.



Por isso, as configurações de cada ano, bem como a evolução da distribuição da matrícula pública foram consideradas como elemento suficiente para as análises que buscam conectar os recursos do Fundeb com a oferta.

As fontes de recursos do Fundeb, em todas as unidades da federação, segundo a Lei 11.494/07, são: FPE, FPM, ICMS, IPI, IPVA, ITCMD, ITR e LC87/96. Os impostos que têm parcela com origem nas transferências da União são: FPE, FPM, IPI, LC87/96 e o ITR. Os outros impostos, ICMS, IPVA e o ITCMD, tem origem nos tributos cobrados pelos governos estaduais. Além disso, alguns estados têm complementação da União (COUN).

Por fim, apresento os resultados líquidos das transferências do Fundeb dos governos estaduais que se originam da transferência de recursos do Fundeb, subtraídos do somatório das receitas destinadas ao Fundeb, se o resultado líquido da transferência for maior que zero, houve acréscimo resultante das transferências do Fundeb, se a resposta for menor que zero houve um decréscimo resultante das transferências do Fundeb para o respectivo ente estadual no ano dado. A transferência de recursos do Fundeb refere-se à receita recebida do fundo estadual, descontada a complementação da União e a receita de aplicação financeira dos recursos do Fundo, enquanto a receita destinada ao Fundo é composta pela parcela de receitas resultante do ICMS, ITCD, IPVA, cota-parte FPE, ICMS-desoneração e cota-parte IPI exportação destinados ao Fundeb e esses dados proporcionaram mensurar o quanto os estados contribuíram efetivamente com os respectivos fundos no período estudado.

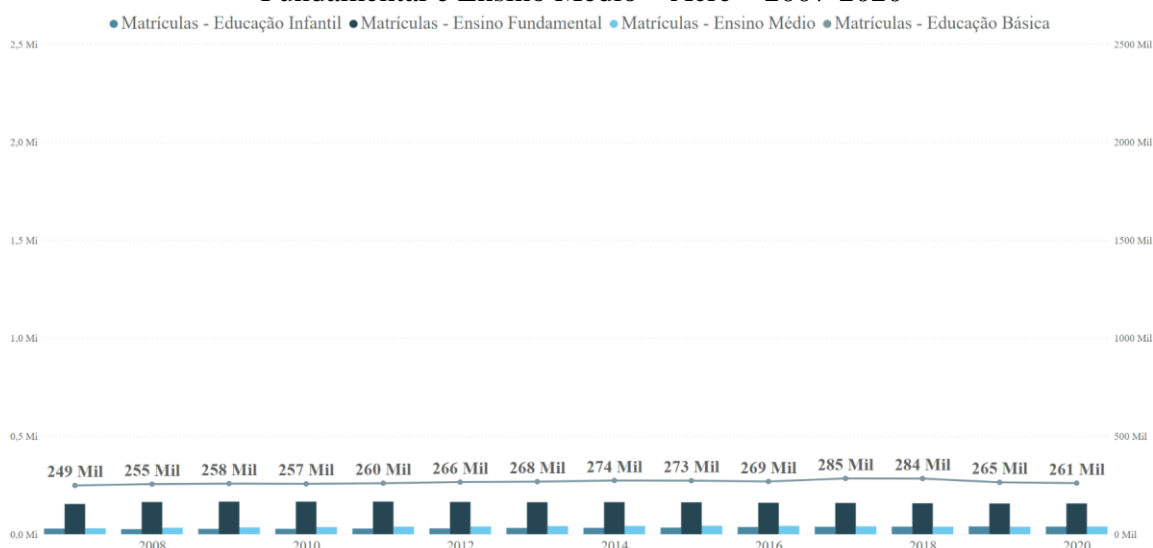
Os dispositivos legais, a transformação no cenário de matrículas nas principais etapas/modalidades da EB, nos movimentos nas matrículas estaduais e municipais, e nos coeficientes de ponderação de matrículas, descritos anteriormente, possibilitam compreensão mais contextualizada, por meio da qual é possível verificar os valores transferidos às contas do Fundeb de cada governo estadual, assim como as cifras de complementação da União. Os resultados líquidos são calculados tomando-se os valores das transferências de recursos recebidos do Fundeb subtraídos das receitas destinadas ao Fundeb no título *receitas do Fundeb*, no anexo 10 dos RREO (de 2007 a 2013) e no anexo 8 dos RREO (de 2014 a 2020). Esses resultados foram colocados ano a ano, de modo a formar uma série histórica das transferências dos estados. Os relatórios estaduais estão divididos por estado e são apresentados na sequência deste Capítulo.

## ACRE

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS – AC

Esta seção tem enfoque nas variações referentes à taxa de crescimento das matrículas da Educação Básica (EB), segmentada por etapas e modalidade EJA. A variação das matrículas da EB por etapas/modalidade no Acre, considerando os anos de 2007 e 2020, estão representadas conforme as tabelas de 7 a 9 e os Gráficos 1 a 3.

Gráfico 1 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Acre – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 7 - Variação das matrículas da EB<sup>8</sup>, EI, EF, EM e EJA – Acre – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	248.632	28.997	11,66%	154.128	61,99%	30.625	12,32%	33.930	13,65%
2008	255.448	25.906	10,14%	164.364	64,34%	33.113	12,96%	30.179	11,81%
2009	258.348	27.348	10,59%	166.211	64,34%	34.765	13,46%	28.147	10,89%
2010	256.754	27.726	10,80%	166.200	64,73%	36.295	14,14%	24.786	9,65%
2011	260.079	29.191	11,22%	166.328	63,95%	38.502	14,80%	24.620	9,47%
2012	265.707	29.960	11,28%	164.690	61,98%	39.273	14,78%	28.723	10,81%
2013	268.170	32.264	12,03%	163.294	60,89%	41.693	15,55%	28.382	10,58%
2014	274.105	32.796	11,96%	163.799	59,76%	42.245	15,41%	28.251	10,31%
2015	272.943	33.843	12,40%	162.822	59,65%	43.510	15,94%	26.738	9,80%
2016	268.958	36.444	13,55%	160.484	59,67%	42.573	15,83%	25.171	9,36%
2017	284.670	37.746	13,26%	159.416	56,00%	40.226	14,13%	44.745	15,72%
2018	284.061	38.489	13,55%	157.646	55,50%	38.141	13,43%	43.383	15,27%
2019	264.593	39.418	14,90%	156.388	59,11%	38.116	14,41%	25.918	9,80%
2020	260.644	38.629	14,82%	156.679	60,11%	39.287	15,07%	21.961	8,43%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 7, verificamos que o número de matrículas da EB acreana em 2007 era de 248.632 e em 2020 passou para 260.644, uma diferença de 12.012 matrículas, o que representa

<sup>8</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

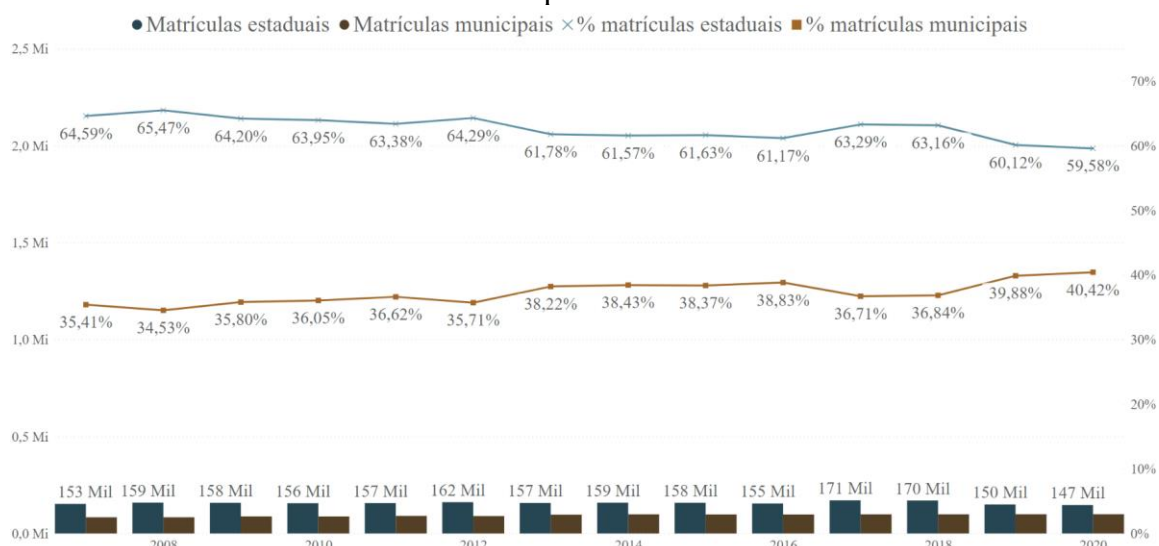
um acréscimo de 4,83%. O número de matrículas da EI, do EF e do EM aumentaram, com destaque para a EI e o EM que cresceram, respectivamente, 33,22% e 28,28% no período, enquanto a EJA teve uma redução de 11.696 inscrições, decréscimo de 35,28% no período.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Acre para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos exclusivamente a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO – AC

Ao longo desta subdivisão vamos nos deparar com os dados sobre o número de matrículas estaduais e municipais das UF, pois os recursos do Fundeb são divididos de maneira essencial segundo as matrículas destas duas redes.

Gráfico 2 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Acre – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 8 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Acre – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	152.799	64,59%	83.762	35,41%	237.071
2008	158.971	65,47%	83.828	34,53%	243.351
2009	157.992	64,20%	88.112	35,80%	246.618
2010	155.978	63,95%	87.918	36,05%	244.379
2011	156.589	63,38%	90.473	36,62%	247.574
2012	161.546	64,29%	89.745	35,71%	253.082
2013	157.214	61,78%	97.266	38,22%	256.051
2014	158.608	61,57%	99.015	38,43%	259.739
2015	158.191	61,63%	98.467	38,37%	259.665
2016	154.816	61,17%	98.260	38,83%	256.081
2017	170.628	63,29%	98.979	36,71%	272.754
2018	169.813	63,16%	99.053	36,84%	271.643
2019	149.833	60,12%	99.398	39,88%	252.108
2020	146.693	59,58%	99.523	40,42%	249.184

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 2, ao analisarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do AC no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas

estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 152.799 das matrículas, correspondendo a 64,59% das matrículas e termina com 146.693, o que representava 59,58% das matrículas em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 4,00% no número absoluto de matrículas, uma queda 5,01 p.p. nas matrículas estaduais no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

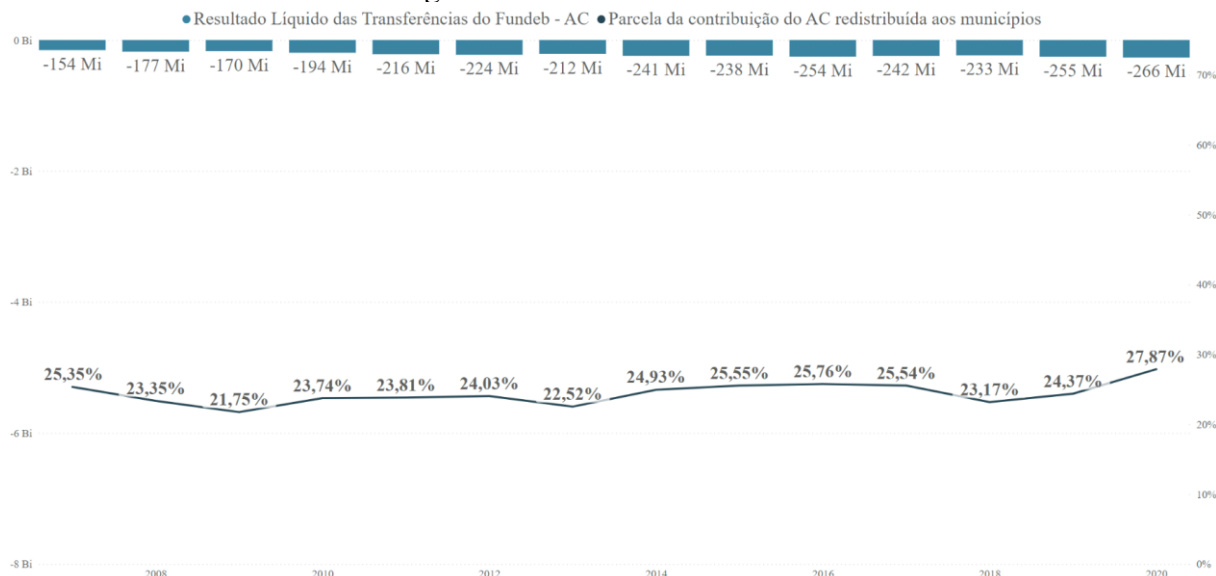
Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no AC somavam 83.762, correspondendo a 35,41% do total em 2007, e terminaram com 99.523, o que representou 40,42% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 1, nota-se uma suave inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos. De 2007 a 2020, houve um aumento de 18,82% no número matrículas municipais e as matrículas públicas obtiveram um aumento de 5,11%.

Com isso em mente, compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais do AC. Ao olharmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; olhando com mais cuidado é possível notar um crescimento (pequeno, mas positivo) no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Observando o gráfico de matrículas estaduais e municipais acreano, não há indícios de que a porcentagem de matrículas municipais ultrapassará a porcentagem de matrículas estaduais no curto prazo. Em suma, há um processo de redução de matrículas na rede estadual acreano, enquanto a rede municipal não revela tendência de redução em breve.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – AC

Os resultados líquidos das transferências do Fundeb dos governos estaduais advêm da diferença entre as transferências de recursos do Fundeb e o montante das receitas destinadas ao Fundeb e esses dados fornecem uma medida de quão efetivamente os estados contribuíram para o Fundo no período.

Gráfico 3 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Acre – 2007-2020



Fonte: SEFAZ AC. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 9 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Acre – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	606.106.421,25	452.483.761,84	(153.622.659,41)	-	25,35%
2008	757.933.432,76	580.955.077,35	(176.978.355,41)	-	23,35%
2009	779.909.344,20	610.300.956,39	(169.608.387,81)	-	21,75%
2010	816.239.359,02	622.457.114,03	(193.782.244,99)	-	23,74%
2011	909.042.851,71	692.602.971,15	(216.439.880,57)	-	23,81%
2012	933.080.133,33	708.834.432,07	(224.245.701,25)	-	24,03%
2013	941.123.863,15	729.220.249,10	(211.903.614,06)	-	22,52%
2014	968.444.950,16	726.987.601,75	(241.457.348,41)	-	24,93%
2015	930.221.445,82	692.580.909,70	(237.640.536,11)	-	25,55%
2016	986.686.532,42	732.516.048,40	(254.170.484,01)	-	25,76%
2017	949.098.602,05	706.670.870,87	(242.427.731,18)	-	25,54%
2018	1.007.581.929,92	774.085.227,19	(233.496.702,73)	-	23,17%
2019	1.046.906.657,37	791.825.742,67	(255.080.914,70)	-	24,37%
2020	955.772.099,77	689.358.132,04	(266.413.967,73)	-	27,87%

Fonte: SEFAZ AC. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 3 verificamos os resultados líquido das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do AC para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 3.077.268.528,37, apresentando o maior montante em

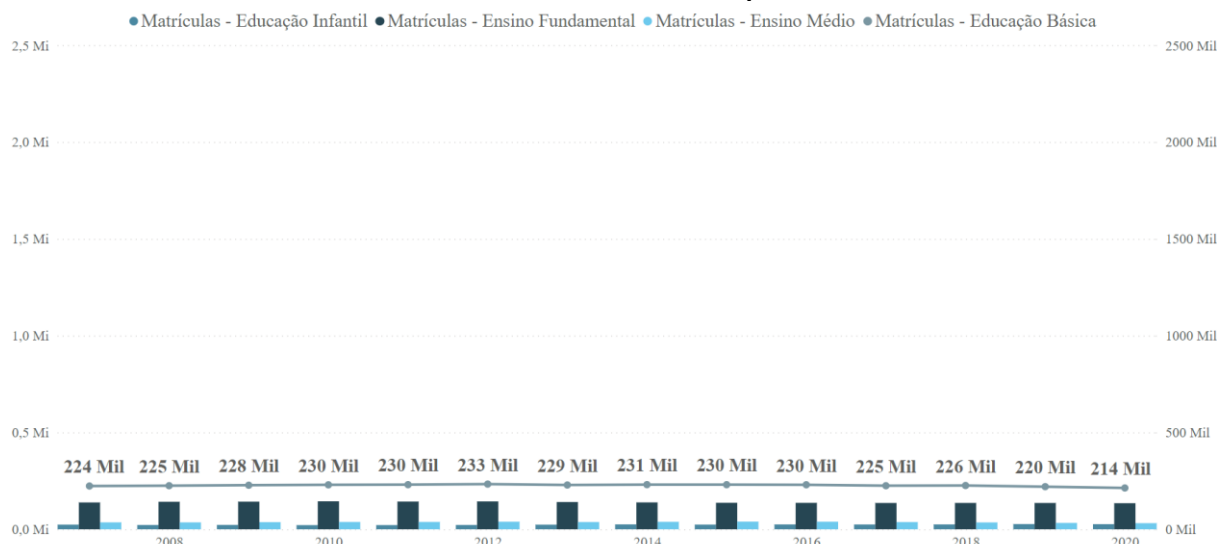
2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 266.413.967,73 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 153.622.659,41. Em termos percentuais, a média da parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 24,41% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 27,87% e a menor redistribuição em 2009, com 21,75%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do Fundo e, assim, que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica e que, ainda, não recebeu complementação da União. Percebe-se que quando há um aumento das matrículas municipais e das matrículas da Educação Básica, há um aumento na contribuição do governo do Acre ao Fundeb estadual.

## AMAPÁ

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - AP

Gráfico 4 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Amapá – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 10 - Variação das matrículas da EB<sup>9</sup>, EI, EF, EM e EJA – Amapá – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	223.646	24.132	10,79%	138.602	61,97%	35.771	15,99%	23.613	10,56%
2008	225.249	22.317	9,91%	142.182	63,12%	35.733	15,86%	23.570	10,46%
2009	227.647	22.716	9,98%	142.783	62,72%	37.013	16,26%	23.360	10,26%
2010	229.729	21.580	9,39%	144.597	62,94%	37.871	16,49%	23.809	10,36%
2011	230.439	21.800	9,46%	143.273	62,17%	37.983	16,48%	25.044	10,87%
2012	233.447	22.399	9,59%	143.966	61,67%	39.122	16,76%	24.379	10,44%
2013	228.833	23.951	10,47%	140.874	61,56%	37.536	16,40%	23.251	10,16%
2014	230.629	25.352	10,99%	138.886	60,22%	38.626	16,75%	23.393	10,14%
2015	230.379	24.269	10,53%	136.957	59,45%	39.616	17,20%	23.791	10,33%
2016	230.004	25.130	10,93%	136.651	59,41%	39.163	17,03%	23.700	10,30%
2017	225.089	24.842	11,04%	135.995	60,42%	37.428	16,63%	23.214	10,31%
2018	226.171	25.176	11,13%	136.185	60,21%	35.427	15,66%	22.312	9,87%
2019	220.269	27.035	12,27%	135.999	61,74%	32.987	14,98%	20.861	9,47%
2020	213.513	26.535	12,43%	134.820	63,14%	31.639	14,82%	17.703	8,29%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 10, verificamos que o número de matrículas da EB do Amapá em 2007 era de 223.646 e em 2020 passou para 213.513, uma diferença de 10.133 matrículas, o que representa um decréscimo de 4,53%. O EM e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 35.771 e 23.613, respectivamente, e no final do recorte tinha 31.639 e 17.703 matrículas, apresentando uma variação negativa de 11,55% e 25,03%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 9,96% em suas

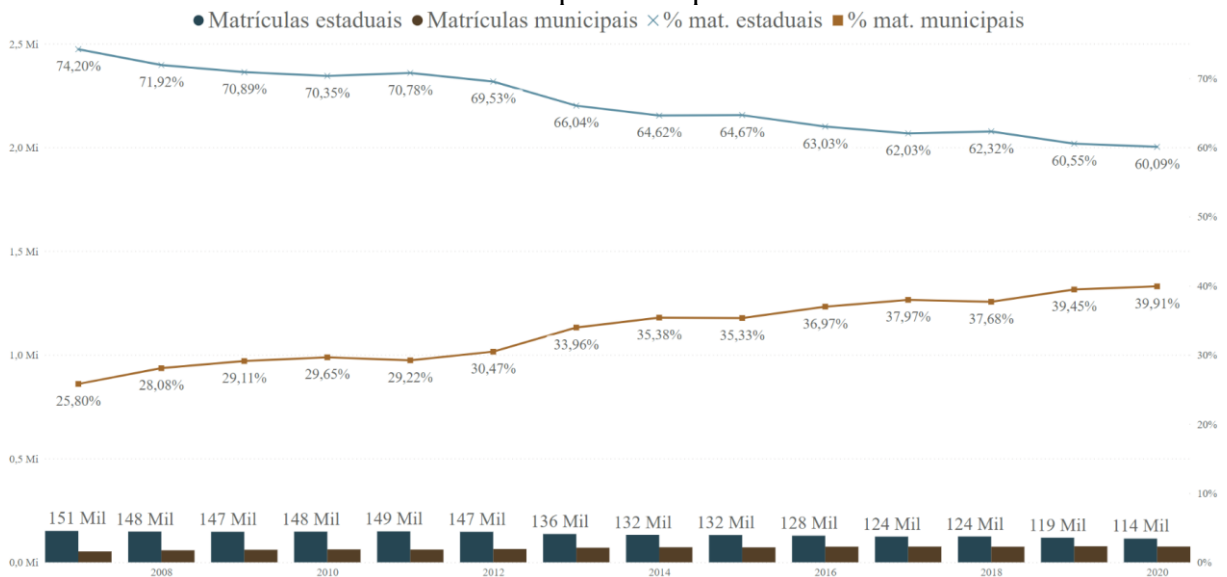
<sup>9</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

matrículas, em 2007 havia 24.132 inscrições e no ano de 2020 existia 26.535 inscrições, um acréscimo médio de 0,77% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Amapá para compará-los com o restante dos estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - AP

Gráfico 5 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Amapá – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 11 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Amapá – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	151.115	74,20%	52.535	25,80%	203.651
2008	147.982	71,92%	57.776	28,08%	205.759
2009	147.129	70,89%	60.406	29,11%	207.536
2010	147.713	70,35%	62.269	29,65%	209.983
2011	148.805	70,78%	61.427	29,22%	210.923
2012	146.941	69,53%	64.387	30,47%	212.233
2013	136.247	66,04%	70.070	33,96%	207.585
2014	132.486	64,62%	72.551	35,38%	206.699
2015	131.708	64,67%	71.942	35,33%	205.982
2016	128.450	63,03%	75.355	36,97%	207.019
2017	123.805	62,03%	75.769	37,97%	202.533
2018	124.415	62,32%	75.232	37,68%	203.006
2019	118.791	60,55%	77.410	39,45%	198.960
2020	114.317	60,09%	75.938	39,91%	193.029

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 5, ao analisarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do AP no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com a dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente,



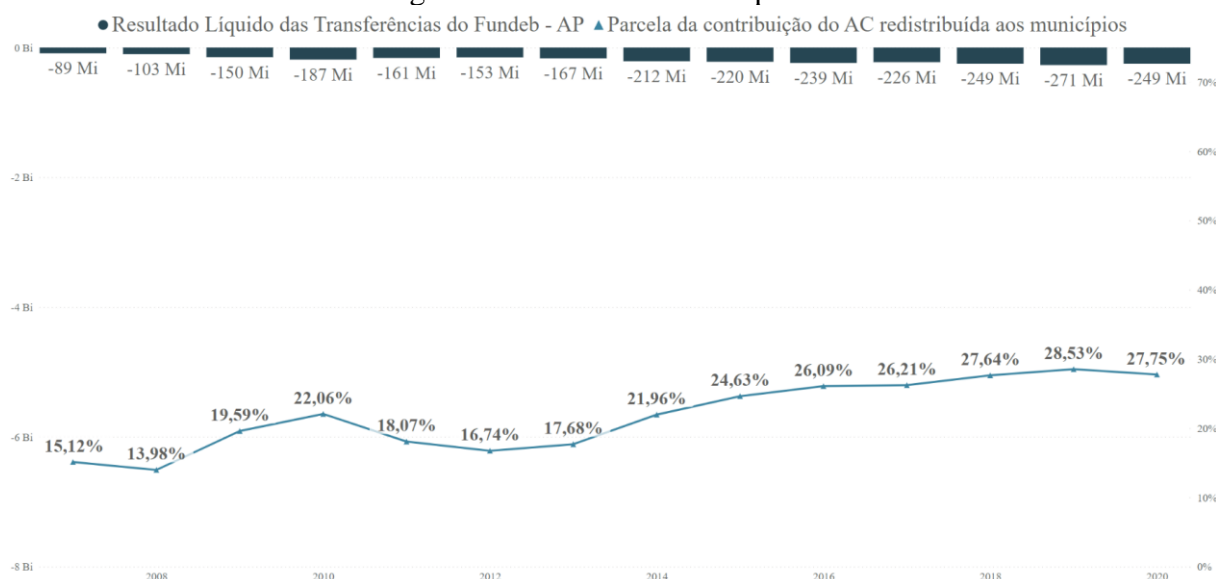
151.115 das matrículas, correspondendo a 74,20% das matrículas apresentadas e termina com 114.317, o que representava 60,09% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 24,35% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais. As matrículas municipais no AP somavam 52.535, correspondendo a 25,80% do total, em 2007, e terminaram com 75.938, o que representou 39,91% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 5, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos e no período houve um aumento de 44,55% no número matrículas municipais.

Com isso em mente, compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no AP. Ao olharmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; é possível notar um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Em suma, há um processo de redução de matrículas na rede estadual amapaense, enquanto a rede municipal não revela tendência de redução em um futuro próximo.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - AP

Gráfico 6 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amapá – 2007-2020



Fonte: Portal da transparência - AP. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 12 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amapá – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	587.322.328,35	498.498.300,63	(88.824.027,72)	-	15,12%
2008	733.737.274,42	631.191.239,79	(102.546.034,62)	-	13,98%
2009	766.773.300,51	616.538.146,58	(150.235.153,93)	-	19,59%
2010	845.497.030,44	658.952.744,21	(186.544.286,24)	-	22,06%
2011	891.321.985,37	730.251.560,70	(161.070.424,67)	-	18,07%
2012	914.905.899,85	761.729.013,03	(153.176.886,82)	-	16,74%
2013	941.682.966,86	775.157.355,59	(166.525.611,27)	-	17,68%
2014	963.102.646,43	751.584.289,24	(211.518.357,19)	-	21,96%
2015	891.992.120,90	672.283.919,66	(219.708.201,24)	-	24,63%
2016	918.000.555,51	678.507.456,60	(239.493.098,91)	-	26,09%
2017	863.343.957,21	637.035.025,17	(226.308.932,04)	-	26,21%
2018	900.753.553,15	651.800.152,39	(248.953.400,76)	-	27,64%
2019	950.187.032,15	679.118.213,76	(271.068.818,39)	-	28,53%
2020	897.064.084,61	648.090.925,00	(248.973.159,61)	-	27,75%

Fonte: Portal da Transparência - AP. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 6 verificamos os resultados líquido das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do AP para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 2.674.946.393,41, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 271.068.818,39 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 88.824.027,72; o crescimento da contribuição no período foi de 180,30%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição estadual redistribuída aos

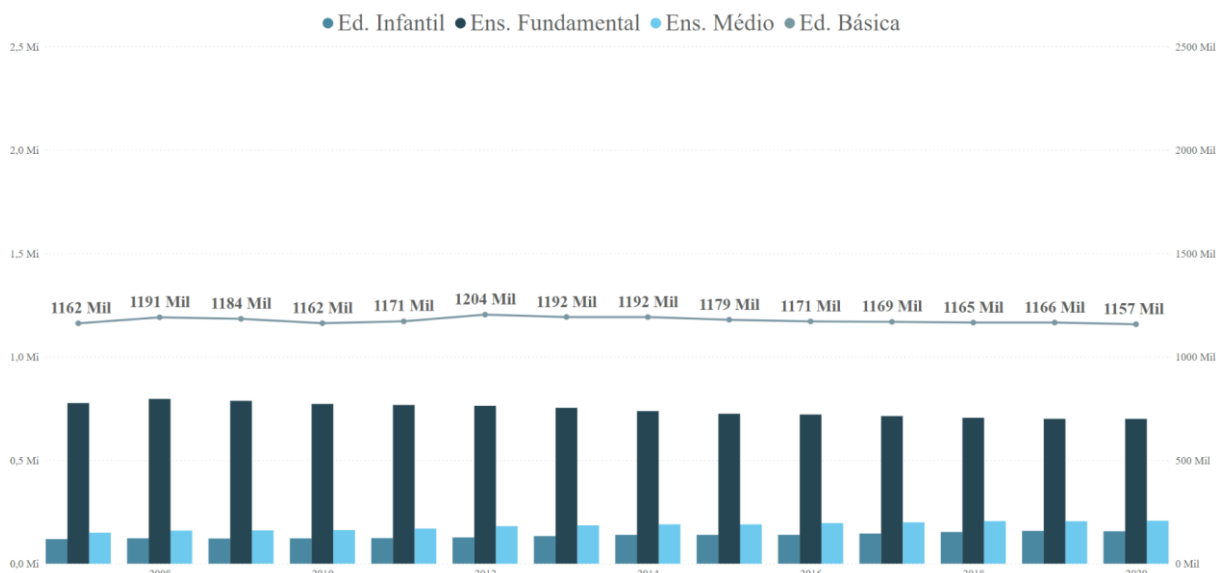
municípios foi de 21,86% no intervalo, apresentando a maior redistribuição em 2019, com 28,53% e a menor redistribuição em 2008, com 13,98%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado (governo estadual) redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica e não recebeu complementação da União. Há indícios que o aumento das matrículas municipais foi determinante para a redução do resultado líquido e conseqüentemente, aumento na parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios do governo do Amapá ao Fundo.

## AMAZONAS

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - AM

Gráfico 7 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Amazonas – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 13 - Variação das matrículas da EB<sup>10</sup>, EI, EF, EM e EJA – Amazonas – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ensino Médio	EJA	% mat. EJA
2007	1.161.925	118.964	10,24%	776.423	66,82%	149.479	12,86%	106.607	9,18%
2008	1.190.722	122.455	10,28%	796.224	66,87%	159.656	13,41%	97.658	8,20%
2009	1.183.661	121.569	10,27%	787.156	66,50%	160.642	13,57%	96.975	8,19%
2010	1.162.346	122.207	10,51%	771.963	66,41%	162.113	13,95%	91.401	7,86%
2011	1.171.225	123.453	10,54%	767.123	65,50%	169.842	14,50%	92.682	7,91%
2012	1.203.641	126.926	10,55%	763.248	63,41%	181.519	15,08%	109.900	9,13%
2013	1.192.133	133.388	11,19%	753.423	63,20%	185.228	15,54%	98.810	8,29%
2014	1.191.882	139.240	11,68%	737.775	61,90%	189.948	15,94%	96.934	8,13%
2015	1.178.976	139.201	11,81%	724.925	61,49%	189.743	16,09%	96.411	8,18%
2016	1.171.015	139.405	11,90%	721.071	61,58%	196.480	16,78%	88.723	7,58%
2017	1.169.092	145.793	12,47%	713.666	61,04%	199.808	17,09%	85.929	7,35%
2018	1.165.354	153.151	13,14%	705.007	60,50%	205.698	17,65%	78.889	6,77%
2019	1.165.535	158.670	13,61%	700.172	60,07%	205.128	17,60%	74.132	6,36%
2020	1.157.298	156.873	13,56%	700.104	60,49%	207.688	17,95%	70.644	6,10%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 2, verificamos que o número de matrículas da EB amazonense em 2007 era de 1.161.925 e em 2020 passou para 1.157.298, uma diferença de 4.627 matrículas, o que representa um decréscimo de 0,40%. O EF e a EJA estimularam esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 776.423 e 106.607 e no final do recorte tinham 700.104 (variação negativa de 9,83%) e 70.644 (variação negativa de 33,73%) matrículas,

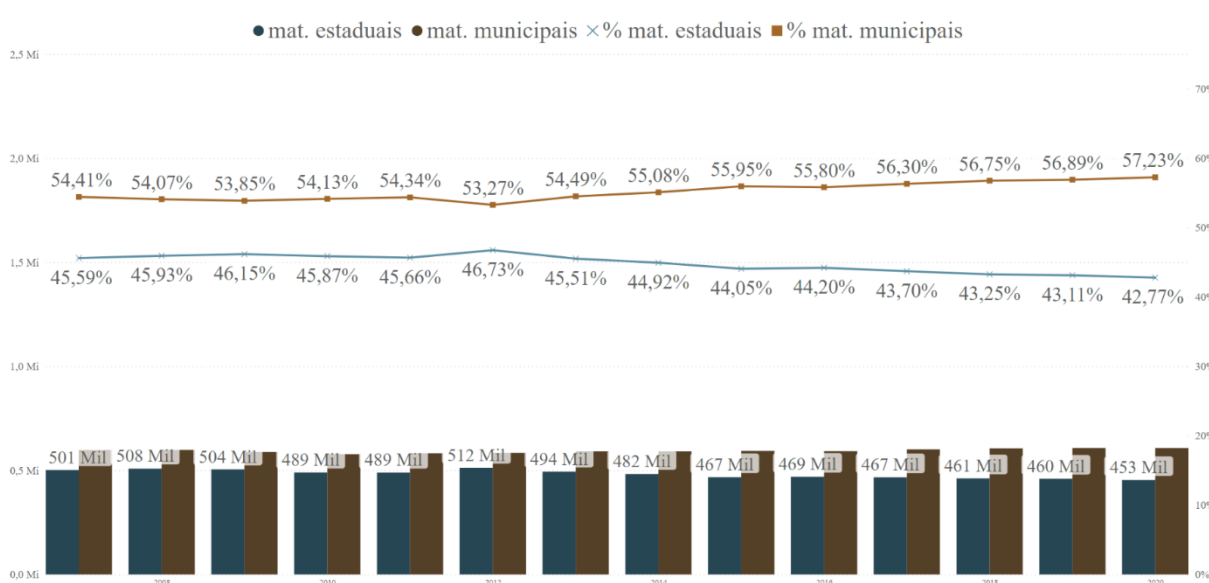
<sup>10</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

respectivamente. O destaque fica para a EM que obteve um aumento de 38,94% em suas matrículas, em 2007 havia 149.479 inscrições e no ano de 2020 existia 207.688 inscrições, um acréscimo médio de 3,00% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Amazonas. No próximo tópico, examinaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - AM

Gráfico 8 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Amazonas – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 14 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Amazonas – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	501.008	45,59%	597.841	54,41%	1.102.517
2008	508.205	45,93%	598.321	54,07%	1.112.365
2009	504.295	46,15%	588.373	53,85%	1.099.303
2010	489.357	45,87%	577.428	54,13%	1.074.615
2011	488.793	45,66%	581.810	54,34%	1.079.428
2012	512.277	46,73%	583.902	53,27%	1.105.442
2013	493.853	45,51%	591.273	54,49%	1.093.915
2014	482.185	44,92%	591.202	55,08%	1.084.165
2015	467.031	44,05%	593.112	55,95%	1.069.466
2016	468.908	44,20%	591.986	55,80%	1.071.531
2017	466.599	43,70%	601.050	56,30%	1.078.521
2018	461.263	43,25%	605.226	56,75%	1.078.009
2019	459.735	43,11%	606.694	56,89%	1.077.614
2020	453.346	42,77%	606.613	57,23%	1.071.020

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 8, ao examinarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do AM no intervalo 2007-2020, compreende-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

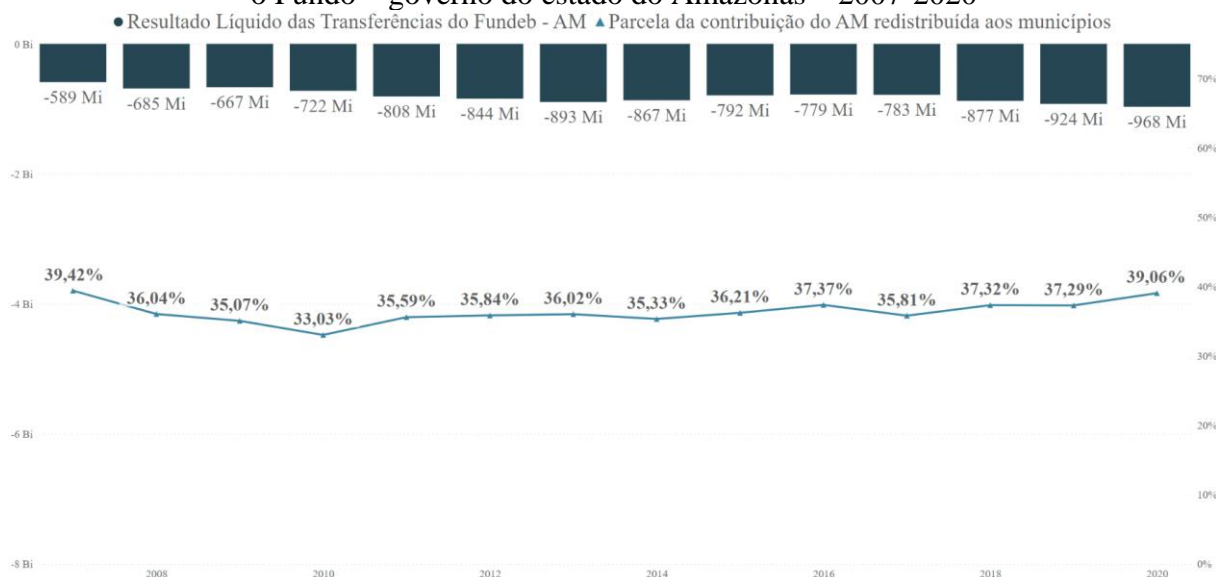
estaduais, quando comparada com as municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 501.008, correspondendo a 45,59% das matrículas e terminou com 453.346, o que representava 42,77% das matrículas em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 9,51% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total. As matrículas municipais no AM somavam 597.841, correspondendo a 54,41% do total em 2007, e terminaram com 606.613, o que representou 57,23% das matrículas em 2020. Ao observar o Gráfico 8, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos e ainda houve um aumento de 1,47% no número matrículas municipais.

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no AM. Ao olharmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; é possível notar um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. Ademais, o estado do Amazonas se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica há mais matrículas na rede municipal que na rede estadual de ensino. Em suma, há um processo de redução de matrículas na rede estadual amazonense, enquanto a rede municipal não revela tendência de redução.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - AM

Gráfico 9 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amazonas – 2007-2020



Fonte: Portal da Transparência - AM. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 15 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Amazonas – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.493.972.483,51	905.111.004,50	(588.861.479,01)	-	39,42%
2008	1.901.149.210,33	1.215.908.858,86	(685.240.351,47)	21.407.261,30	36,04%
2009	1.903.246.155,24	1.235.840.692,69	(667.405.462,55)	38.035.913,48	35,07%
2010	2.185.899.312,74	1.463.880.921,95	(722.018.390,79)	143.020.943,18	33,03%
2011	2.270.778.022,29	1.462.534.401,37	(808.243.620,92)	134.343.582,47	35,59%
2012	2.354.141.841,62	1.510.452.313,20	(843.689.528,42)	351.406.186,99	35,84%
2013	2.479.661.327,99	1.586.608.582,20	(893.052.745,79)	405.775.869,69	36,02%
2014	2.455.286.419,82	1.587.902.401,03	(867.384.018,79)	379.641.076,50	35,33%
2015	2.187.435.347,19	1.395.283.137,95	(792.152.209,24)	449.204.119,45	36,21%
2016	2.083.866.719,04	1.305.134.191,10	(778.732.527,95)	457.408.721,13	37,37%
2017	2.187.696.759,67	1.404.316.470,88	(783.380.288,80)	840.936.502,24	35,81%
2018	2.350.535.249,62	1.473.219.857,01	(877.315.392,61)	627.743.335,75	37,32%
2019	2.477.357.665,10	1.553.648.564,84	(923.709.100,26)	604.936.941,76	37,29%
2020	2.479.377.951,86	1.511.013.814,18	(968.364.137,69)	517.423.710,73	39,06%

Fonte: Portal da Transparência - AM. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 9 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do AM para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 11.199.549.254,29, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 968.364.137,69 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 588.861.479,01 e o crescimento da contribuição no período foi de 64,45%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição estadual

redistribuída aos municípios foi de 36,38% no período, apresentando a maior redistribuição em 2007, com 39,42% e a menor redistribuição em 2010, com 33,03%.

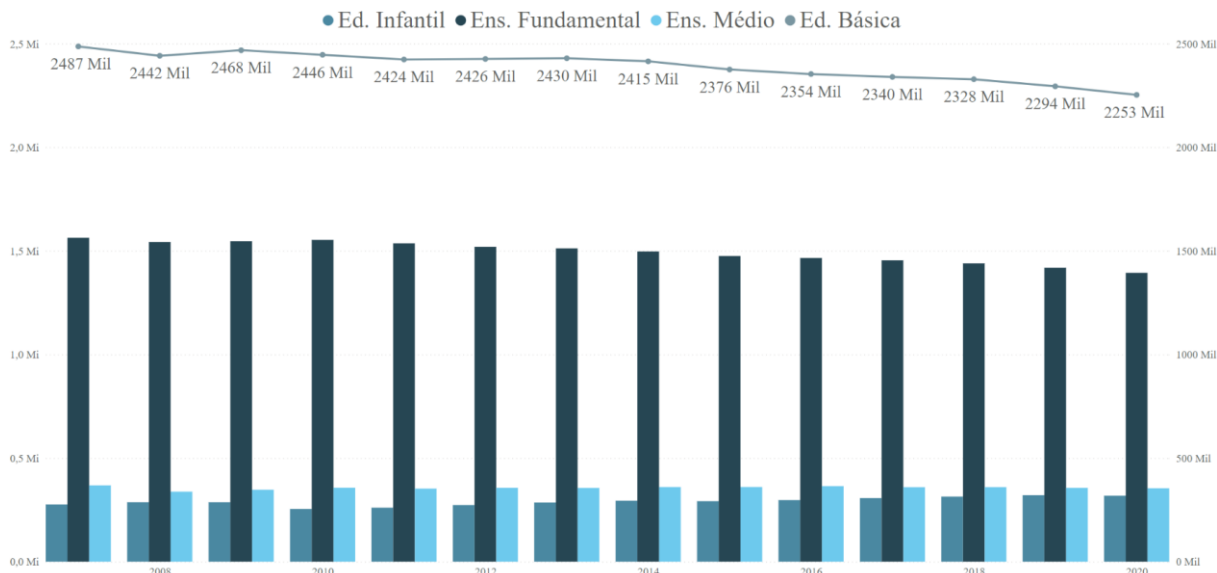
Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente na EI ajudaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo amazonense no período. Acrescenta-se que o AM recebeu complementação da União em 13 oportunidades durante os 14 anos da Política somando um total de R\$ 4.971.284.164,67 no período de 2007 a 2020. Com isso, a complementação compensou em parte a redistribuição intraestadual de recursos do governo estadual. Por exemplo, em 2020, os recursos efetivos do Fundeb disponíveis para aplicação, pelo estado, em MDE, foi de R\$ 2.028.437.524,91.



## PARÁ

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - PA

Gráfico 10 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Pará – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 16 - Variação das matrículas da EB<sup>11</sup>, EI, EF, EM e EJA – Pará – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	2.486.765	276.179	11,11%	1.563.114	62,86%	368.320	14,81%	272.921	10,97%
2008	2.441.914	286.954	11,75%	1.542.952	63,19%	337.819	13,83%	265.833	10,89%
2009	2.468.461	286.895	11,62%	1.546.601	62,65%	346.796	14,05%	277.142	11,23%
2010	2.446.370	254.037	10,38%	1.553.080	63,49%	356.885	14,59%	269.972	11,04%
2011	2.423.751	260.638	10,75%	1.536.205	63,38%	352.602	14,55%	260.225	10,74%
2012	2.426.426	273.242	11,26%	1.519.625	62,63%	356.554	14,69%	257.546	10,61%
2013	2.429.880	285.468	11,75%	1.511.973	62,22%	355.976	14,65%	254.142	10,46%
2014	2.414.952	293.899	12,17%	1.497.064	61,99%	359.736	14,90%	239.449	9,92%
2015	2.375.563	291.882	12,29%	1.475.444	62,11%	359.979	15,15%	221.075	9,31%
2016	2.353.582	297.098	12,62%	1.465.874	62,28%	364.418	15,48%	201.187	8,55%
2017	2.339.648	306.557	13,10%	1.454.390	62,16%	359.127	15,35%	192.228	8,22%
2018	2.328.439	314.177	13,49%	1.439.788	61,83%	359.331	15,43%	183.826	7,89%
2019	2.294.276	320.527	13,97%	1.418.496	61,83%	356.274	15,53%	166.647	7,26%
2020	2.252.916	318.301	14,13%	1.394.011	61,88%	354.447	15,73%	157.400	6,99%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 2, verificamos que o número de matrículas da EB paraense em 2007 era de 2.486.765 e em 2020 passou para 2.252.916, uma diferença de 233.849 matrículas, o que representa um decréscimo de 9,40%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.563.114 e no final do recorte tinha 1.394.011 matrículas, apresentando uma variação negativa de 10,82% na matrícula e

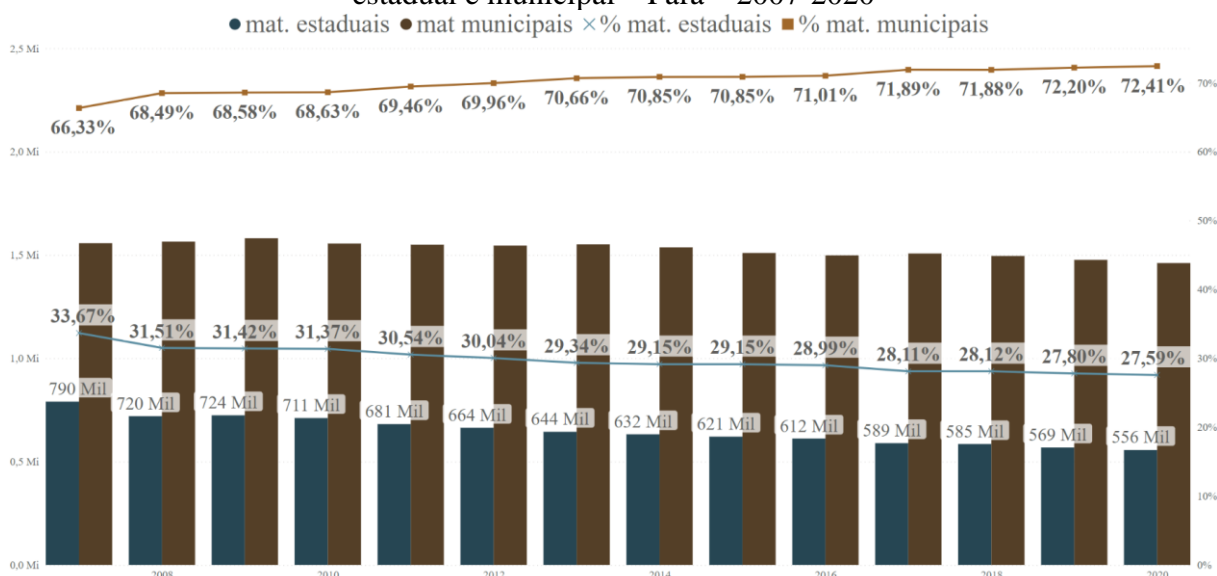
<sup>11</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

decréscimo médio de 0,83% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 12,25% em suas matrículas, em 2007 havia 276.179 inscrições e no ano de 2020 existia 318.301 inscrições, um acréscimo médio de 1,71% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Pará para compará-los com o restante dos estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - PA

Gráfico 11 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Pará – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 17 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Pará – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	790.342	33,67%	1.557.011	66,33%	2.354.971
2008	719.708	31,51%	1.564.660	68,49%	2.291.881
2009	724.213	31,42%	1.580.697	68,58%	2.313.194
2010	710.954	31,37%	1.555.130	68,63%	2.275.835
2011	681.405	30,54%	1.549.902	69,46%	2.242.530
2012	663.766	30,04%	1.545.480	69,96%	2.220.553
2013	644.322	29,34%	1.551.404	70,66%	2.205.121
2014	632.309	29,15%	1.536.890	70,85%	2.178.154
2015	621.106	29,15%	1.509.903	70,85%	2.142.014
2016	611.508	28,99%	1.498.132	71,01%	2.120.942
2017	589.280	28,11%	1.507.319	71,89%	2.108.648
2018	584.949	28,12%	1.495.468	71,88%	2.094.457
2019	568.534	27,80%	1.476.215	72,20%	2.058.911
2020	556.424	27,59%	1.460.700	72,41%	2.030.138

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 11, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do PA no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 790.342 matrículas, correspondendo a 33,67% das matrículas da EB e termina com 556.424, o que representava 27,59% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 29,60% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

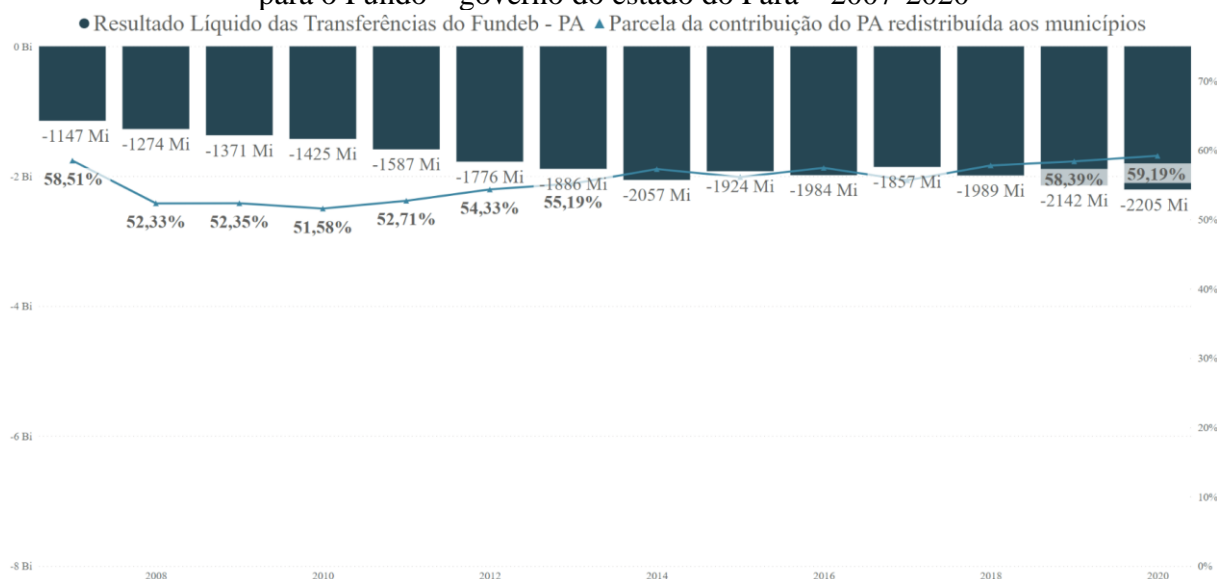
Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no PA somavam 1.557.011, correspondendo a 66,33% do total, em 2007, e terminaram com 1.460.700 (decréscimo de 6,19%), o que representou 72,41% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 11, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais; a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados expostos neste tópico.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no PA, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Pará se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica há mais matrículas na rede municipal que na rede estadual de ensino. Houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual amazonense e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PA

Gráfico 12 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Pará – 2007-2020



Fonte: SEFAZ PA. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 18 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Pará – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.960.060.500,81	813.317.797,14	(1.146.742.703,67)	309.461.973,33	58,51%
2008	2.434.810.398,48	1.160.557.216,24	(1.274.253.182,25)	521.936.021,29	52,33%
2009	2.618.083.417,87	1.247.570.565,77	(1.370.512.852,11)	721.812.392,25	52,35%
2010	2.763.315.438,10	1.337.993.886,11	(1.425.321.551,99)	645.126.700,16	51,58%
2011	3.010.004.736,52	1.423.498.682,67	(1.586.506.053,85)	1.213.488.476,55	52,71%
2012	3.269.181.608,10	1.492.940.844,90	(1.776.240.763,20)	1.244.150.189,42	54,33%
2013	3.417.826.562,01	1.531.448.804,81	(1.886.377.757,19)	1.087.157.090,71	55,19%
2014	3.590.746.503,91	1.533.908.561,45	(2.056.837.942,46)	1.110.861.273,35	57,28%
2015	3.427.294.004,60	1.503.773.189,08	(1.923.520.815,52)	1.122.471.968,84	56,12%
2016	3.453.642.146,09	1.469.438.900,97	(1.984.203.245,12)	1.149.629.229,01	57,45%
2017	3.336.067.851,71	1.478.985.296,52	(1.857.082.555,19)	1.235.394.440,36	55,67%
2018	3.440.575.468,58	1.451.864.014,36	(1.988.711.454,23)	1.172.360.968,00	57,80%
2019	3.667.998.029,70	1.526.073.368,20	(2.141.924.661,50)	1.292.368.156,31	58,39%
2020	3.725.675.802,31	1.520.383.962,60	(2.205.291.839,70)	1.063.944.172,40	59,19%

Fonte: SEFAZ PA. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 12 e na Tabela 18 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do PA para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 24.623.527.377,99, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 2.205.291.839,70 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 1.146.742,67 e o crescimento da contribuição no período foi de 92,31%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição

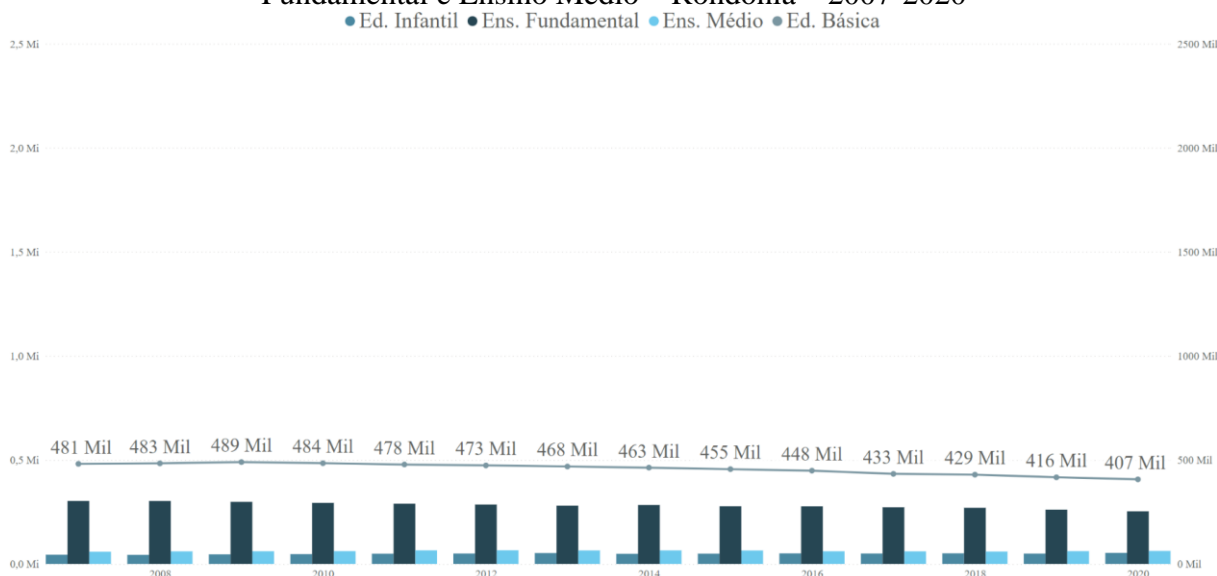
estadual redistribuída aos municípios foi de 55,64% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 59,19% e a menor redistribuição em 2010, com 51,58%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo paraense no período. Acrescenta-se que o PA recebeu complementação da União durante os 14 anos da política, somando um total de R\$ 13.890.163.052,00 no período de 2007 a 2020.

## RONDÔNIA

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - RO

Gráfico 13 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rondônia – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 19 - Variação das matrículas da EB<sup>12</sup>, EI, EF, EM e EJA – Rondônia – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ensino Médio	EJA	% mat. EJA
2007	480.865	44.116	9,17%	302.891	62,99%	58.633	12,19%	73.286	15,24%
2008	483.341	43.412	8,98%	302.751	62,64%	60.441	12,50%	74.534	15,42%
2009	489.338	46.013	9,40%	298.496	61,00%	61.074	12,48%	80.757	16,50%
2010	484.058	47.174	9,75%	293.177	60,57%	61.628	12,73%	78.240	16,16%
2011	477.850	49.327	10,32%	289.690	60,62%	65.424	13,69%	69.584	14,56%
2012	473.401	50.193	10,60%	285.531	60,31%	65.762	13,89%	68.518	14,47%
2013	468.181	52.470	11,21%	279.837	59,77%	65.015	13,89%	65.642	14,02%
2014	462.759	48.780	10,54%	283.279	61,22%	65.223	14,09%	58.881	12,72%
2015	455.471	49.569	10,88%	277.290	60,88%	64.827	14,23%	55.999	12,29%
2016	448.283	50.932	11,36%	277.002	61,79%	60.916	13,59%	51.372	11,46%
2017	432.861	50.236	11,61%	272.328	62,91%	60.537	13,99%	43.581	10,07%
2018	428.929	51.191	11,93%	269.626	62,86%	59.573	13,89%	38.508	8,98%
2019	416.212	49.843	11,98%	261.087	62,73%	61.581	14,80%	34.357	8,25%
2020	406.519	53.191	13,08%	252.638	62,15%	62.664	15,41%	32.240	7,93%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 19, verificamos que o número de matrículas da EB rondoniense em 2007 era de 480.865 e em 2020 passou para 406.519, uma diferença de 74.346 matrículas, o que representa um decréscimo de 15,46%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 302.891 e no final do recorte tinha

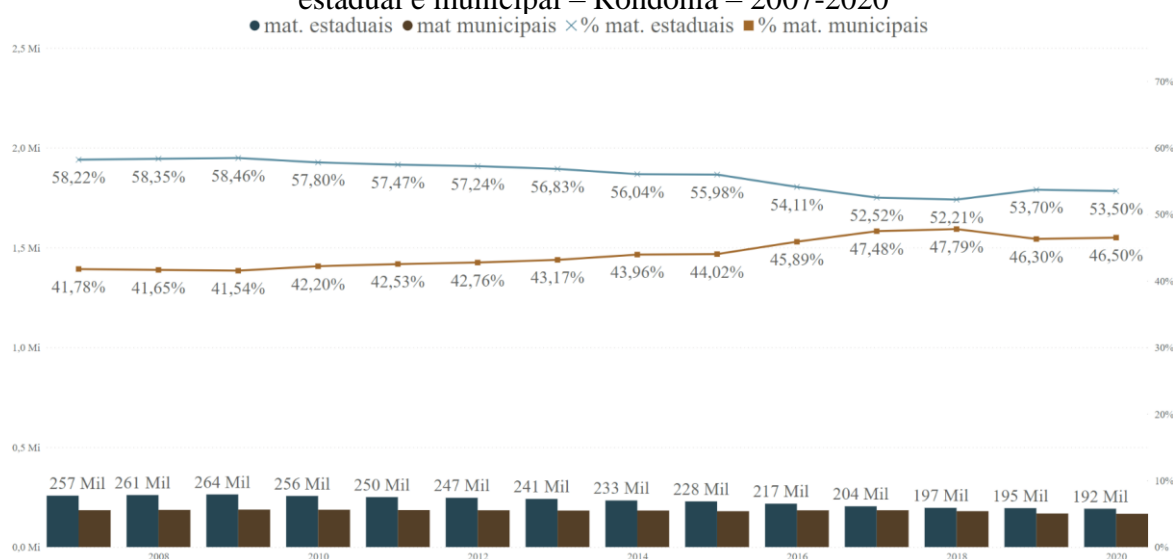
<sup>12</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

252.638 matrículas, apresentando uma variação negativa de 16,59% na matrícula e decréscimo médio de 1,28% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 20,57% em suas matrículas, em 2007 havia 44.116 inscrições e no ano de 2020 existia 53.191 inscrições, um acréscimo médio de 1,58% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade de Rondônia. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - RO

Gráfico 14 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rondônia – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 20 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rondônia – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	257.414	58,22%	184.733	41,78%	442.725
2008	260.744	58,35%	186.103	41,65%	447.395
2009	263.738	58,46%	187.367	41,54%	451.849
2010	255.860	57,80%	186.804	42,20%	443.927
2011	250.421	57,47%	185.319	42,53%	437.807
2012	246.731	57,24%	184.323	42,76%	434.041
2013	240.870	56,83%	182.940	43,17%	427.199
2014	233.367	56,04%	183.057	43,96%	419.949
2015	228.467	55,98%	179.687	44,02%	412.822
2016	217.077	54,11%	184.067	45,89%	405.799
2017	204.110	52,52%	184.491	47,48%	394.124
2018	196.530	52,21%	179.861	47,79%	384.733
2019	195.085	53,70%	168.215	46,30%	372.709
2020	191.927	53,50%	166.813	46,50%	364.541

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 14, ao considerar o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de RO no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 257.414 das matrículas, correspondendo a 58,22% das matrículas da EB, e termina com 191.927, o que representava 53,50% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 25,44% no número absoluto de matrículas no período de 2007 a 2020.

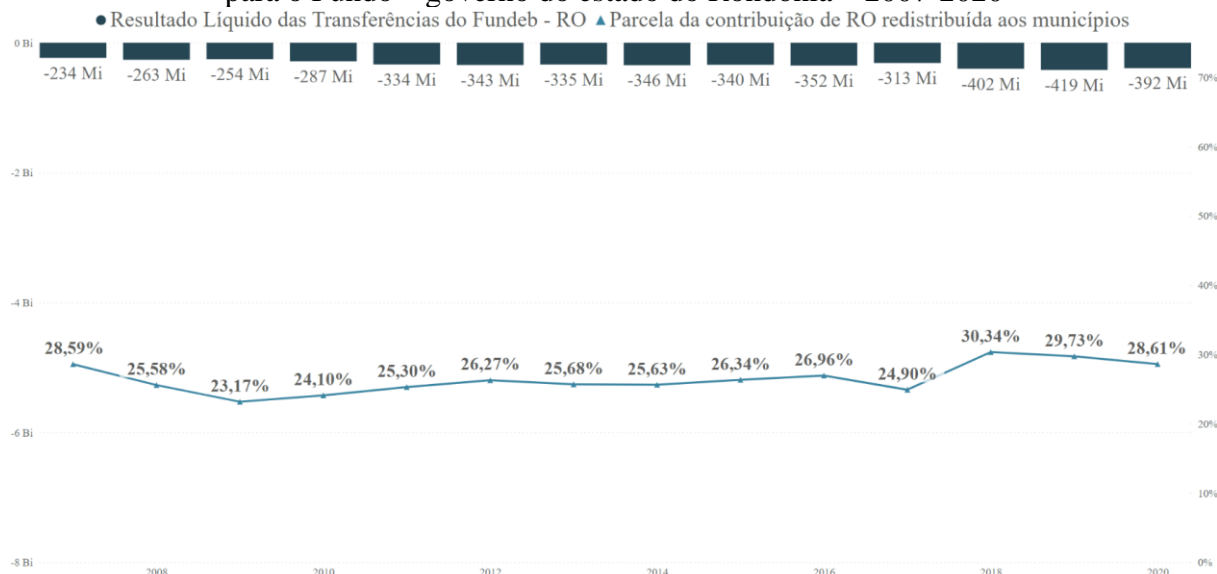
Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução nas inscrições e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais de RO somavam 184.733, correspondendo a 41,78% do total em 2007, e terminaram com 166.813 (um decréscimo de 9,70%), o que representou 46,50% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 14, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados expostos neste tópico.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais de RO, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Ademais, o estado de Rondônia se destaca por ter uma rede de matrículas estadualizada, isto é, desde o início da série histórica há mais matrículas na rede estadual que na rede municipal de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública, com destaque para a rede estadual rondoniense que apresentou uma queda mais acentuada e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.



## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - RO

Gráfico 15 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rondônia – 2007-2020



Fonte: SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 21 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rondônia – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	819.924.272,67	585.525.122,31	(234.399.150,36)	-	28,59%
2008	1.027.885.835,50	764.932.807,72	(262.953.027,78)	-	25,58%
2009	1.094.798.435,31	841.085.346,10	(253.713.089,21)	-	23,17%
2010	1.189.063.670,22	902.535.651,19	(286.528.019,03)	-	24,10%
2011	1.319.965.013,58	986.072.518,80	(333.892.494,78)	-	25,30%
2012	1.305.661.978,95	962.619.823,80	(343.042.155,15)	-	26,27%
2013	1.305.100.815,78	969.900.033,24	(335.200.782,54)	-	25,68%
2014	1.351.317.346,44	1.004.912.749,21	(346.404.597,23)	-	25,63%
2015	1.289.417.638,77	949.790.203,61	(339.627.435,16)	-	26,34%
2016	1.305.673.408,79	953.699.099,73	(351.974.309,05)	-	26,96%
2017	1.256.716.149,29	943.736.804,00	(312.979.345,28)	-	24,90%
2018	1.323.673.183,05	922.058.725,46	(401.614.457,59)	-	30,34%
2019	1.408.748.684,42	989.949.948,09	(418.798.736,32)	-	29,73%
2020	1.371.047.313,86	978.827.852,44	(392.219.461,42)	-	28,61%

Fonte: SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

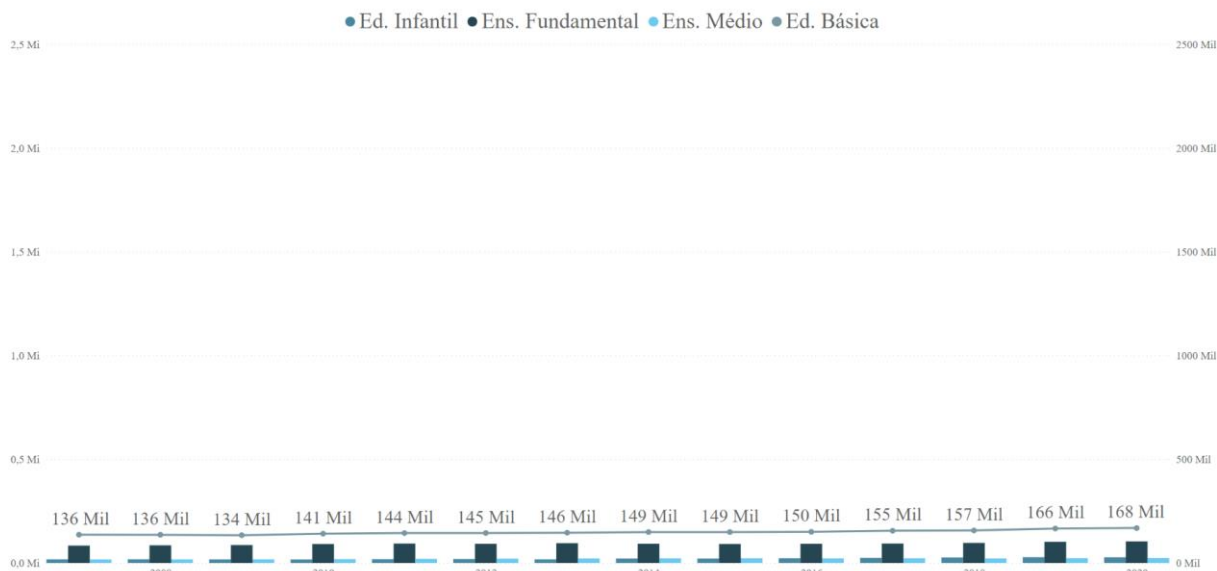
No Gráfico 15 e na Tabela 21 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado de RO para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 4.613.347.060,92, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 418.798.736,32 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 234.399.150,36; o crescimento da contribuição no período foi de 67,33%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 26,51% no período, apresentando a maior redistribuição em 2018, com 30,34% e a menor redistribuição em 2009, com 23,17%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI e do EM, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, são fatores que concorreram para a redução do resultado líquido no Fundo rondoniense no período.

## RORAIMA

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - RR

Gráfico 16 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Roraima – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 22 - Variação das matrículas da EB<sup>13</sup>, EI, EF, EM e EJA – Roraima – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ensino Médio	EJA	% mat. EJA
2007	136.166	17.403	12,78%	83.635	61,42%	16.835	12,36%	17.230	12,65%
2008	135.921	17.637	12,98%	85.096	62,61%	17.146	12,61%	15.002	11,04%
2009	133.887	17.170	12,82%	86.547	64,64%	17.512	13,08%	11.479	8,57%
2010	141.348	16.847	11,92%	91.556	64,77%	18.463	13,06%	13.494	9,55%
2011	144.200	18.293	12,69%	93.607	64,91%	19.757	13,70%	11.805	8,19%
2012	144.548	18.980	13,13%	92.564	64,04%	21.055	14,57%	11.077	7,66%
2013	145.949	17.465	11,97%	95.158	65,20%	21.916	15,02%	9.797	6,71%
2014	149.079	21.630	14,51%	92.795	62,25%	22.721	15,24%	10.247	6,87%
2015	149.058	21.551	14,46%	91.651	61,49%	22.995	15,43%	10.195	6,84%
2016	150.049	23.004	15,33%	92.618	61,73%	22.461	14,97%	9.648	6,43%
2017	155.362	24.904	16,03%	93.652	60,28%	22.838	14,70%	10.140	6,53%
2018	156.855	26.767	17,06%	96.582	61,57%	22.191	14,15%	8.047	5,13%
2019	166.147	28.064	16,89%	102.264	61,55%	23.587	14,20%	8.646	5,20%
2020	168.378	27.549	16,36%	104.202	61,89%	24.225	14,39%	8.979	5,33%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 22, verificamos que o número de matrículas da EB roraimense em 2007 era de 136.166 e em 2020 passou para 168.378, uma diferença de 32.212 matrículas, o que representa acréscimo de 23,66%. O EF impulsionou esta tendência de alta, pois, no início do

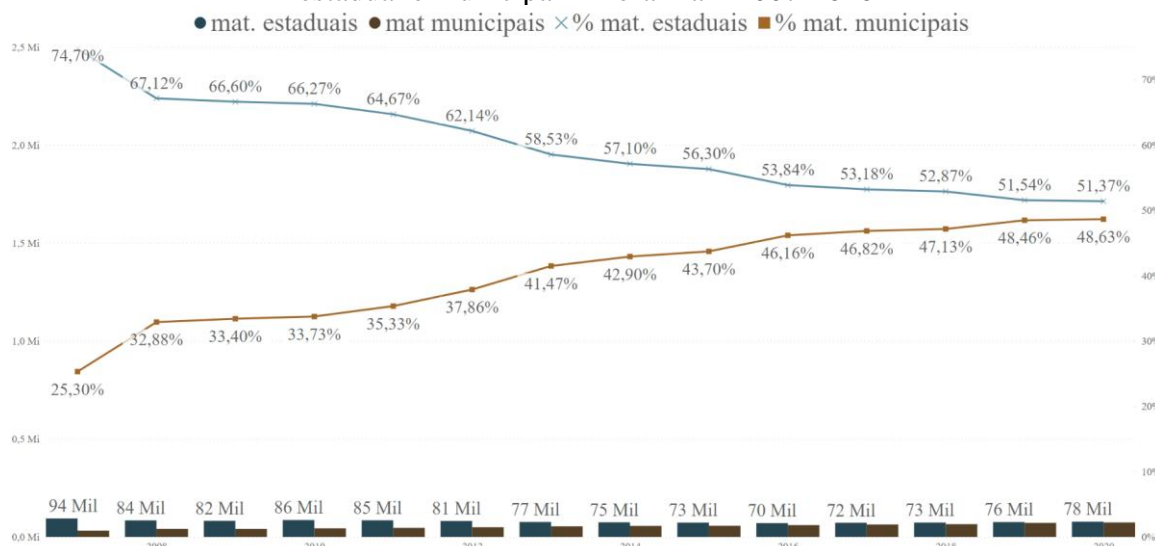
<sup>13</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

recorte temporal, possuía 17.403 e no final do recorte tinha 27.549 matrículas, apresentando uma variação positiva de 58,30% na matrícula e um aumento médio de 4,48% ao ano. O outro destaque fica com a EJA, a qual sofreu uma queda de 47,89% em suas matrículas, em 2007 havia 17.230 inscrições e no ano de 2020 existia 8.979 inscrições, decréscimo médio de 3,68% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade de Roraima. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - RR

Gráfico 17 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Roraima – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 23 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Roraima – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	94.304	74,70%	31.936	25,30%	128.514
2008	84.187	67,12%	41.236	32,88%	127.818
2009	82.058	66,60%	41.148	33,40%	125.745
2010	86.148	66,27%	43.838	33,73%	132.693
2011	84.722	64,67%	46.276	35,33%	133.463
2012	81.464	62,14%	49.638	37,86%	133.551
2013	76.561	58,53%	54.251	41,47%	133.605
2014	74.685	57,10%	56.113	42,90%	133.155
2015	73.068	56,30%	56.716	43,70%	132.930
2016	70.433	53,84%	60.385	46,16%	134.116
2017	72.311	53,18%	63.666	46,82%	139.156
2018	73.308	52,87%	65.357	47,13%	141.393
2019	76.073	51,54%	71.534	48,46%	150.369
2020	78.057	51,37%	73.892	48,63%	153.952

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 17 e na Tabela 23, ao visualizar o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de RR no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de

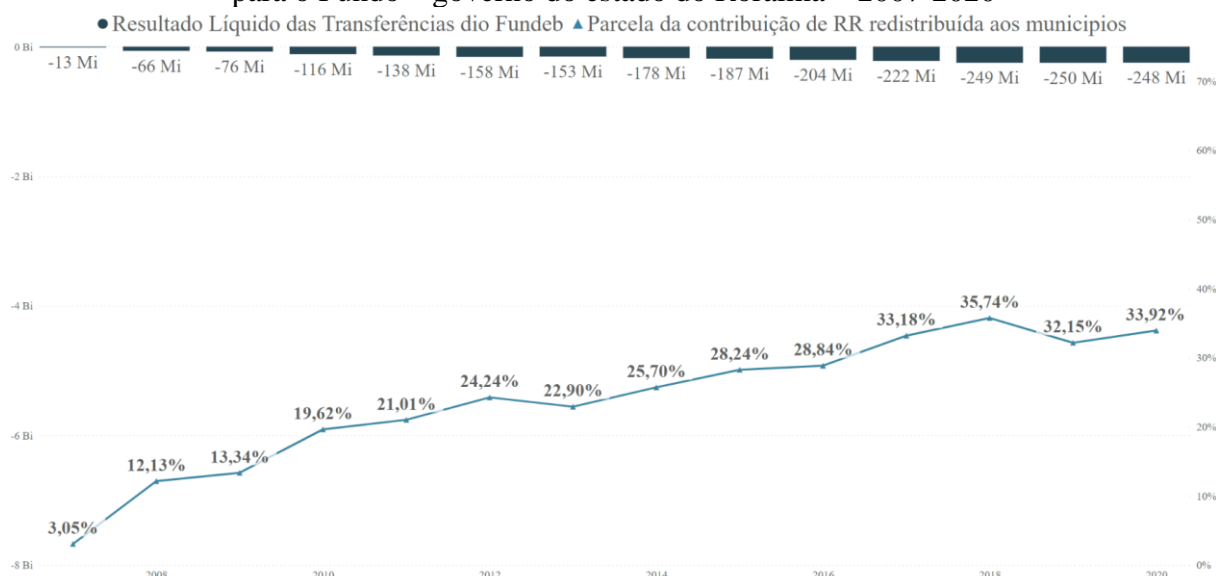
matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 94.304 matrículas, correspondendo a 74,70% das matrículas da EB, e termina com 78.057, o que representava 51,37% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 17,23% no número absoluto de matrículas no período de 2007 a 2020.

Entretanto, ao estudarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento nas inscrições e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais de RR somavam 31.936, correspondendo a 25,30% do total, em 2007, e terminaram com 73.892, o que representou 48,63% das matrículas totais em 2020, um aumento de 131,38%. Ao observar o Gráfico 17, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, corroborada pelo aumento das matrículas.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais de RR e um crescimento nas matrículas municipais. Ademais, o estado de Roraima se destaca por ter uma rede de matrículas estadualizada, isto é, desde o início da série histórica há mais matrículas na rede estadual que na rede municipal de ensino, mas essa realidade tende a se inverter em breve. Além disso, houve um processo de aumento na rede pública com destaque para a rede municipal roraimense que apresentou uma aceleração mais acentuada e possui uma tendência de aumento da rede nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - RR

Gráfico 18 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Roraima – 2007-2020



Fonte: Controladoria Geral RR e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 24 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Roraima – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	436.274.896,42	422.971.121,33	(13.303.775,09)	-	3,05%
2008	542.664.138,13	476.821.584,63	(65.842.553,51)	-	12,13%
2009	566.845.066,36	491.213.106,08	(75.631.960,27)	-	13,34%
2010	590.203.145,18	474.390.495,02	(115.812.650,16)	-	19,62%
2011	658.145.404,58	519.900.747,31	(138.244.657,27)	-	21,01%
2012	650.054.873,26	492.458.644,37	(157.596.228,89)	-	24,24%
2013	668.071.130,59	515.074.247,68	(152.996.882,91)	-	22,90%
2014	691.995.862,47	514.143.111,10	(177.852.751,37)	-	25,70%
2015	661.744.674,68	474.882.413,81	(186.862.260,88)	-	28,24%
2016	708.379.060,37	504.109.279,12	(204.269.781,25)	-	28,84%
2017	667.694.305,71	446.147.404,50	(221.546.901,21)	-	33,18%
2018	696.536.128,62	447.609.977,00	(248.926.151,62)	-	35,74%
2019	776.148.359,36	526.629.307,16	(249.519.052,20)	-	32,15%
2020	730.156.260,89	482.468.872,12	(247.687.388,78)	-	33,92%

Fonte: Controladoria Geral RR e SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 18 e na Tabela 24 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado de RR para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 2.256.092.995,40, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 249.519.052,20 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 13.303.775,09; o crescimento da contribuição no período foi de 1.761,78%. Em termos percentuais, a parcela média da

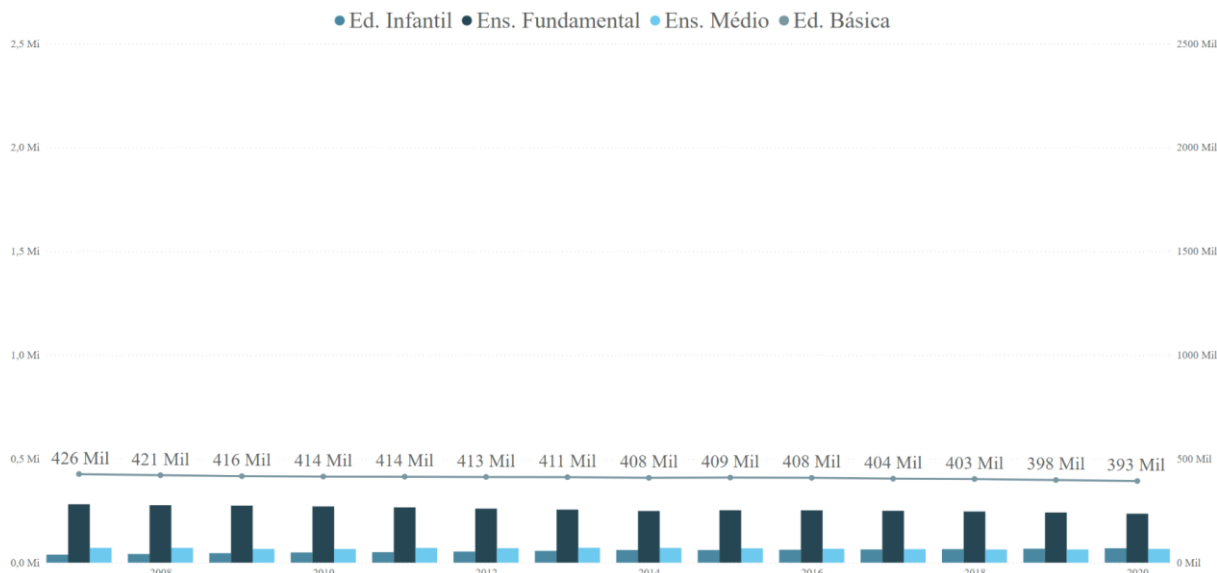
contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 23,86%, apresentando a maior redistribuição em 2018, com 35,74% e a menor redistribuição em 2007, com 3,05%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo e, assim, que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI e o EF, colaboraram expressivamente para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo roraimense. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## TOCANTINS

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - TO

Gráfico 19 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Tocantins – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 25 - Variação das matrículas da EB<sup>14</sup>, EI, EF, EM e EJA – Tocantins – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ensino Médio	EJA	% mat. EJA
2007	426.400	38.706	9,08%	280.827	65,86%	70.875	16,62%	32.860	7,71%
2008	420.955	41.445	9,85%	276.644	65,72%	70.992	16,86%	26.277	6,24%
2009	416.242	45.468	10,92%	274.662	65,99%	65.966	15,85%	24.375	5,86%
2010	414.355	49.106	11,85%	270.517	65,29%	65.678	15,85%	23.985	5,79%
2011	413.773	50.756	12,27%	265.822	64,24%	70.520	17,04%	20.420	4,94%
2012	412.505	53.294	12,92%	260.083	63,05%	69.310	16,80%	23.974	5,81%
2013	411.342	56.438	13,72%	255.039	62,00%	71.158	17,30%	22.489	5,47%
2014	408.151	60.863	14,91%	248.836	60,97%	70.525	17,28%	20.785	5,09%
2015	409.394	60.675	14,82%	252.125	61,58%	68.654	16,77%	20.923	5,11%
2016	408.332	62.110	15,21%	251.781	61,66%	66.772	16,35%	18.595	4,55%
2017	404.179	63.537	15,72%	249.691	61,78%	65.045	16,09%	18.380	4,55%
2018	402.681	65.186	16,19%	246.183	61,14%	63.384	15,74%	17.943	4,46%
2019	397.631	67.074	16,87%	241.167	60,65%	63.721	16,03%	16.254	4,09%
2020	392.807	68.912	17,54%	235.752	60,02%	66.186	16,85%	17.443	4,44%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 25, verificamos que o número de matrículas da EB do Tocantins em 2007 era de 426.400 e em 2020 passou para 392.807, uma diferença de 33.593 matrículas, o que representa um decréscimo de 7,88%. O EF e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 280.827 e 32.860, respectivamente, e no final do

<sup>14</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

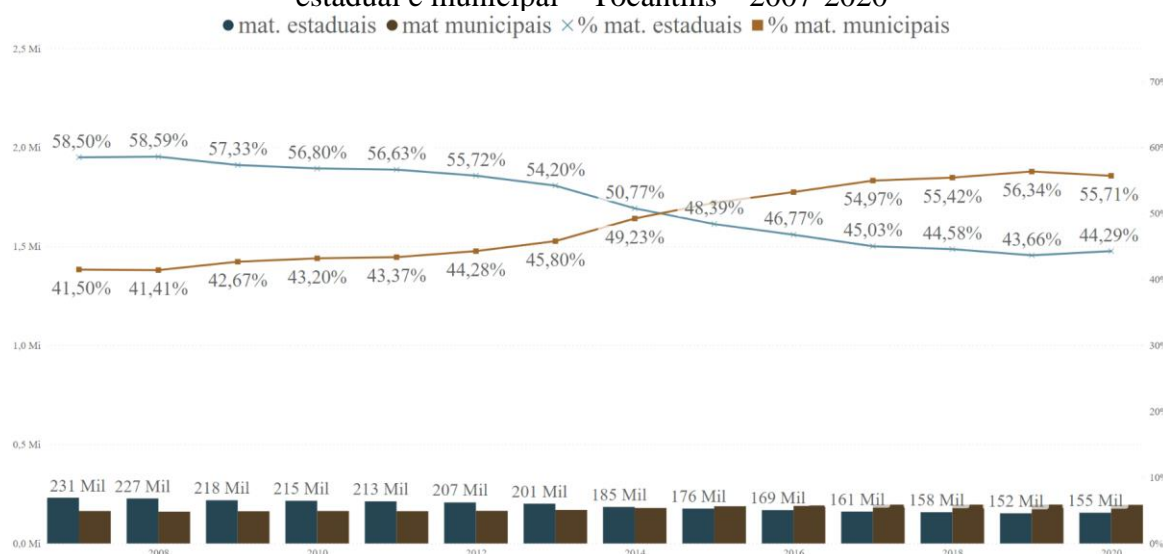


recorte tinha 235.752 e 17.443 matrículas, apresentando uma variação negativa de 16,05% e 46,92%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 78,04% em suas matrículas, em 2007 havia 38.706 inscrições e no ano de 2020 existia 68.912 inscrições, um acréscimo médio de 6,00% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Tocantins. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

## AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - TO

Gráfico 20 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Tocantins – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 26 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Tocantins – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. Estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	230.864	58,50%	163.755	41,50%	396.962
2008	227.229	58,59%	160.600	41,41%	390.511
2009	218.205	57,33%	162.440	42,67%	384.334
2010	215.366	56,80%	163.792	43,20%	382.589
2011	212.730	56,63%	162.901	43,37%	379.574
2012	207.191	55,72%	164.650	44,28%	374.718
2013	200.785	54,20%	169.642	45,80%	374.610
2014	184.727	50,77%	179.151	49,23%	368.208
2015	176.083	48,39%	187.812	51,61%	369.285
2016	168.605	46,77%	191.902	53,23%	365.100
2017	160.916	45,03%	196.444	54,97%	362.069
2018	157.973	44,58%	196.407	55,42%	359.632
2019	152.370	43,66%	196.662	56,34%	353.671
2020	155.317	44,29%	195.332	55,71%	355.028

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 20 e na Tabela 26, ao considerarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do TO no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das

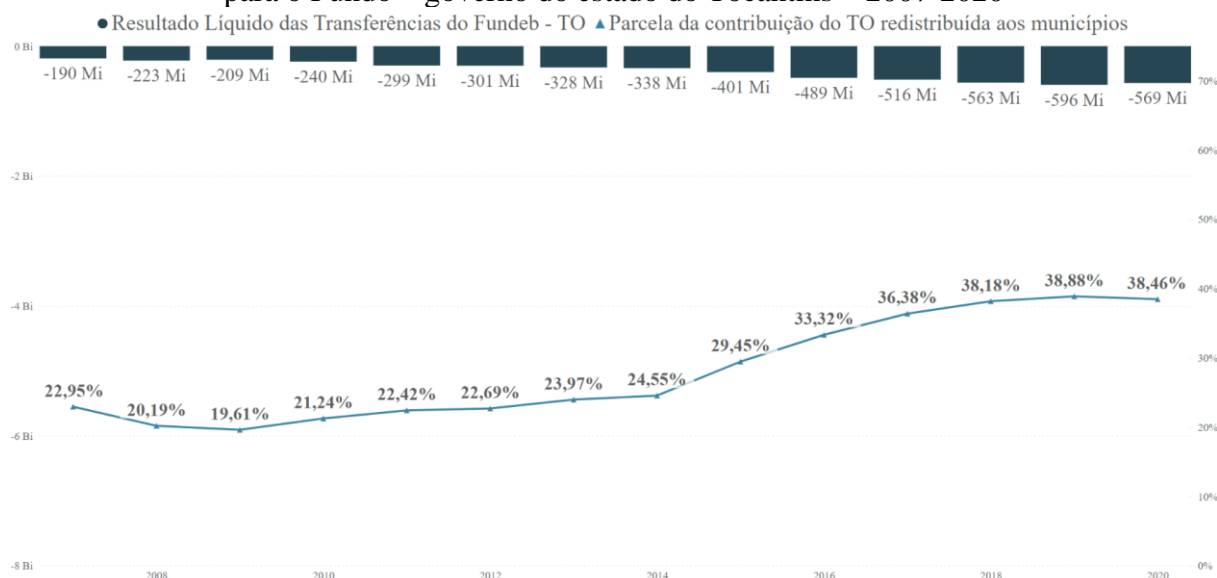
matrículas estaduais, quando comparada com a dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente, 230.864 matrículas, correspondendo a 58,50% das matrículas apresentadas, e termina com 155.317, o que representava 44,29% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 32,72% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no TO somavam 163.755, correspondendo a 41,50% do total em 2007, e terminaram com 195.332, o que representou 55,71% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 20, nota-se uma suave inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, ademais, houve um aumento de 19,28% no número matrículas municipais no período

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no TO. Ao olharmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; nota-se um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. E em 2015 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais tocantinenses, estas chegam a 48,39%, enquanto aquelas ficam em 51,61%. Por estas razões, o estado do Tocantins, que inicialmente possuía uma rede de matrículas estadualizada, transformou-se numa rede municipalizada de ensino. Além disso, houve um processo de encolhimento na rede pública com destaque para a rede municipal tocantinense que cresceu e possui uma tendência de aumento nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - TO

Gráfico 21 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Tocantins – 2007-2020



Fonte: SEFAZ TO. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 27 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Tocantins – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	827.458.896,97	637.549.631,50	(189.909.265,47)	-	22,95%
2008	1.104.659.999,92	881.674.286,12	(222.985.713,80)	-	20,19%
2009	1.065.168.372,74	856.262.654,10	(208.905.718,64)	-	19,61%
2010	1.129.138.051,84	889.258.675,34	(239.879.376,50)	-	21,24%
2011	1.332.952.694,23	1.034.080.881,34	(298.871.812,89)	-	22,42%
2012	1.328.067.809,74	1.026.716.233,56	(301.351.576,18)	-	22,69%
2013	1.370.234.170,92	1.041.793.094,57	(328.441.076,35)	-	23,97%
2014	1.377.075.269,12	1.039.018.791,62	(338.056.477,50)	-	24,55%
2015	1.360.328.380,22	959.655.613,43	(400.672.766,79)	-	29,45%
2016	1.468.667.626,63	979.327.440,22	(489.340.186,41)	-	33,32%
2017	1.418.927.653,60	902.791.435,45	(516.136.218,15)	-	36,38%
2018	1.474.155.919,59	911.349.651,49	(562.806.268,10)	-	38,18%
2019	1.532.050.369,67	936.357.872,94	(595.692.496,73)	-	38,88%
2020	1.479.134.272,39	910.214.246,48	(568.920.025,91)	-	38,46%

Fonte: SEFAZ TO. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 21 e na Tabela 27 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do TO para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 5.261.968.979,41, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 595.692.496,73 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 189.909.265,47; o crescimento da contribuição no período foi de 199,57%. Em termos percentuais, a parcela média da

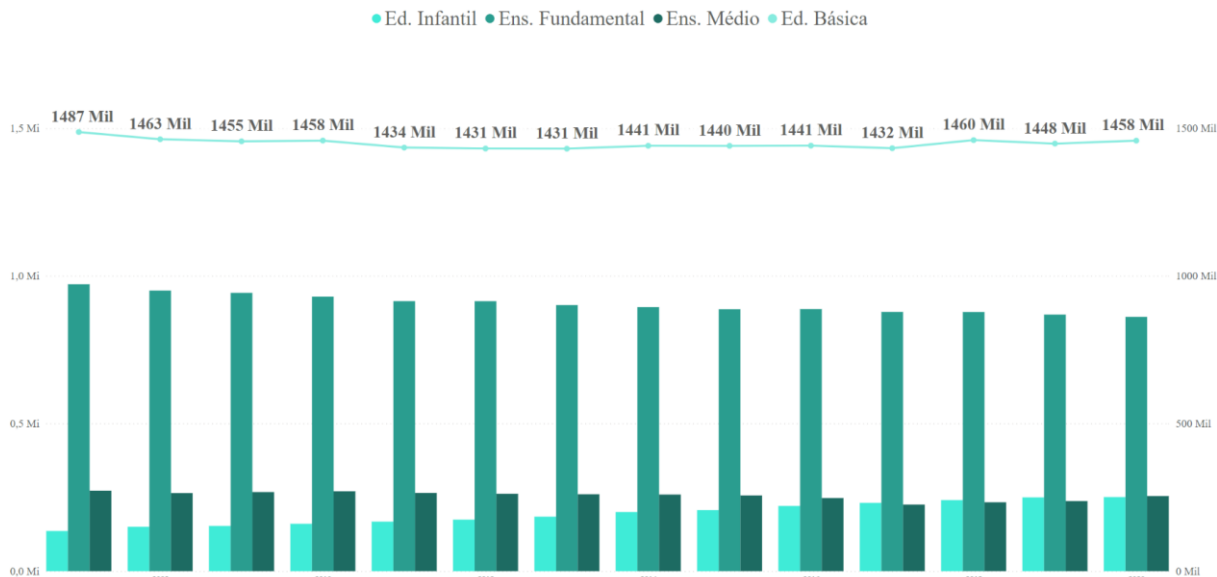
contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 28,02%, apresentando a maior redistribuição em 2019, com 38,88% e a menor redistribuição em 2009, com 19,61%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI, cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo tocantinense. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## GOIÁS

## AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - GO

Gráfico 22 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Goiás – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 28 - Variação das matrículas da EB<sup>15</sup>, EI, EF, EM e EJA – Goiás – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	1.487.143	136.012	9,15%	971.586	65,33%	272.568	18,33%	93.339	6,28%
2008	1.462.653	150.404	10,28%	950.040	64,95%	264.279	18,07%	84.711	5,79%
2009	1.455.476	153.002	10,51%	942.378	64,75%	267.858	18,40%	76.660	5,27%
2010	1.458.141	160.398	11,00%	929.582	63,75%	270.624	18,56%	81.469	5,59%
2011	1.434.365	167.920	11,71%	914.290	63,74%	264.689	18,45%	70.855	4,94%
2012	1.431.111	174.498	12,19%	914.144	63,88%	262.168	18,32%	62.094	4,34%
2013	1.430.561	184.584	12,90%	901.044	62,99%	260.562	18,21%	64.312	4,50%
2014	1.440.552	200.143	13,89%	894.034	62,06%	259.497	18,01%	63.349	4,40%
2015	1.440.298	206.835	14,36%	887.009	61,59%	256.201	17,79%	58.732	4,08%
2016	1.440.908	220.785	15,32%	887.526	61,59%	247.506	17,18%	60.703	4,21%
2017	1.432.261	231.355	16,15%	877.890	61,29%	225.538	15,75%	79.417	5,54%
2018	1.459.704	240.692	16,49%	877.593	60,12%	233.412	15,99%	84.790	5,81%
2019	1.447.842	249.863	17,26%	868.931	60,02%	237.166	16,38%	70.173	4,85%
2020	1.457.872	251.008	17,22%	861.291	59,08%	254.320	17,44%	69.405	4,76%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 28, verificamos que o número de matrículas da EB do Goiás em 2007 era de 1.487.143 e em 2020 passou para 1.457.872, uma diferença de 29.271 matrículas, o que representa um decréscimo de 1,97%. O EF e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 971.586 e 93.339, respectivamente, e no final do

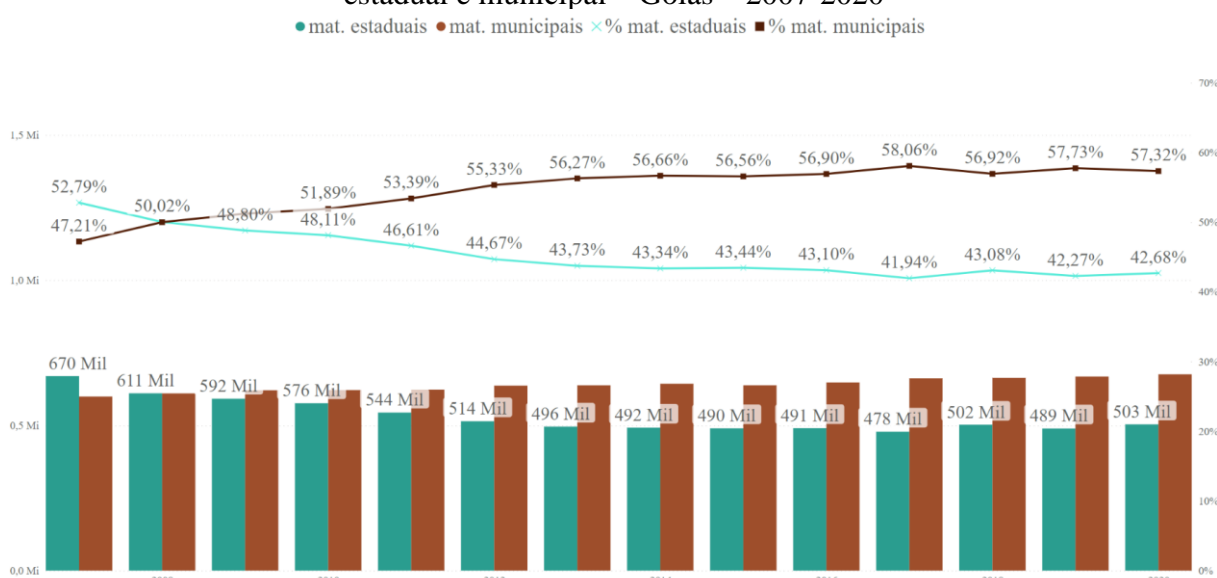
<sup>15</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

recorte havia 861.291 e 69.405 matrículas, apresentando uma variação negativa de 11,35% e 25,64%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 84,55% em suas matrículas, em 2007 havia 136.012 inscrições e no ano de 2020 existia 251.008 inscrições, um acréscimo médio de 6,50% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Goiás. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

## AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - GO

Gráfico 23 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Goiás – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 29 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Goiás – 2007-2020

Ano	mat. Estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	669.908	52,79%	599.175	47,21%	1.275.062
2008	610.505	50,02%	610.138	49,98%	1.226.641
2009	591.857	48,80%	620.972	51,20%	1.218.419
2010	576.402	48,11%	621.662	51,89%	1.203.955
2011	544.140	46,61%	623.215	53,39%	1.174.825
2012	514.135	44,67%	636.718	55,33%	1.158.872
2013	495.732	43,73%	637.888	56,27%	1.142.053
2014	492.134	43,34%	643.291	56,66%	1.143.684
2015	490.006	43,44%	637.960	56,56%	1.144.108
2016	490.615	43,10%	647.757	56,90%	1.152.878
2017	478.250	41,94%	661.995	58,06%	1.151.191
2018	502.166	43,08%	663.527	56,92%	1.177.988
2019	489.327	42,27%	668.263	57,73%	1.169.310
2020	503.324	42,68%	675.848	57,32%	1.190.901

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 23 e na Tabela 29, ao avaliarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de GO no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de

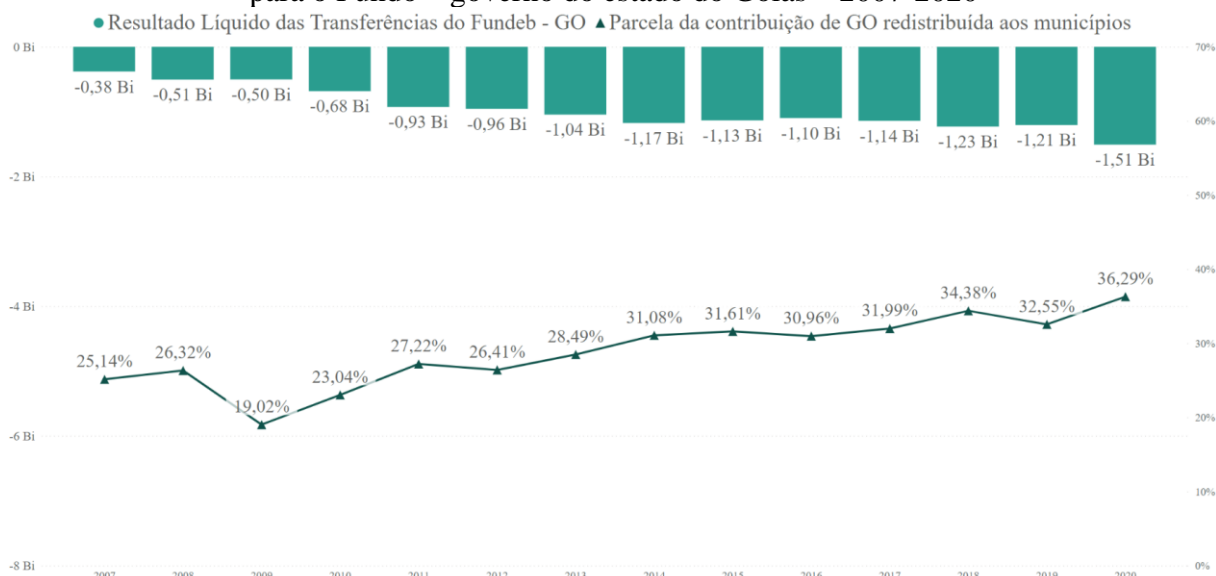
matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com a dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente, 669.908 matrículas, correspondendo a 52,79% das matrículas apresentadas, e termina com 503.324, o que representava 42,68% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 24,87% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais em GO somavam 599.175, correspondendo a 47,21% do total em 2007, e terminaram com 675.848, o que representou 57,32% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 23, nota-se uma suave inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, ademais, houve um aumento de 12,80% no número matrículas municipais no período

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais em GO. Ao apreciar as matrículas municipais observamos um movimento diferente; nota-se um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. E em 2009 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais goiana, estas chegam a 48,80%, enquanto aquelas ficam em 51,20%. Por estas razões, o estado do Goiás, que inicialmente possuía uma rede de matrículas estadualizada transformou-se numa rede municipalizada de ensino. Além disso, é de destacar que houve um processo de encolhimento na rede pública.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - GO

Gráfico 24 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Goiás – 2007-2020



Fonte: SEFAZ GO e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 30 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Goiás – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.932.043.181,49	1.551.280.509,32	(380.762.672,24)	-	25,14%
2008	2.460.987.449,76	1.955.462.433,23	(505.525.016,53)	-	26,32%
2009	2.643.604.733,61	2.140.757.980,75	(502.846.752,85)	-	19,02%
2010	2.970.478.612,45	2.286.131.359,80	(684.347.252,65)	-	23,04%
2011	3.407.959.093,46	2.480.453.719,75	(927.505.373,71)	-	27,22%
2012	3.617.686.746,57	2.662.377.236,46	(955.309.510,11)	-	26,41%
2013	3.667.993.215,61	2.623.139.496,58	(1.044.853.719,02)	-	28,49%
2014	3.779.399.332,83	2.604.884.026,62	(1.174.515.306,22)	-	31,08%
2015	3.588.006.765,68	2.453.902.177,04	(1.134.104.588,63)	-	31,61%
2016	3.548.331.844,03	2.449.609.521,24	(1.098.722.322,79)	-	30,96%
2017	3.568.389.469,24	2.426.932.847,38	(1.141.456.621,86)	-	31,99%
2018	3.578.171.461,61	2.347.861.407,51	(1.230.310.054,10)	-	34,38%
2019	3.702.546.556,28	2.497.302.046,77	(1.205.244.509,51)	-	32,55%
2020	4.155.447.423,40	2.647.457.934,99	(1.507.989.488,41)	-	36,29%

Fonte: SEFAZ GO e SIOPE. Nota: Valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021. Elaborado pelo autor (2022).

No Gráfico 24 e na Tabela 30 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do GO para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 13.493.493.188,63, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 1.507.989.488,41 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 380.762.672,24; o crescimento da contribuição no período foi de 296,04%. Em termos percentuais, a parcela média da



contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 28,09%, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 36,29% e a menor redistribuição em 2009, com 19,02%.

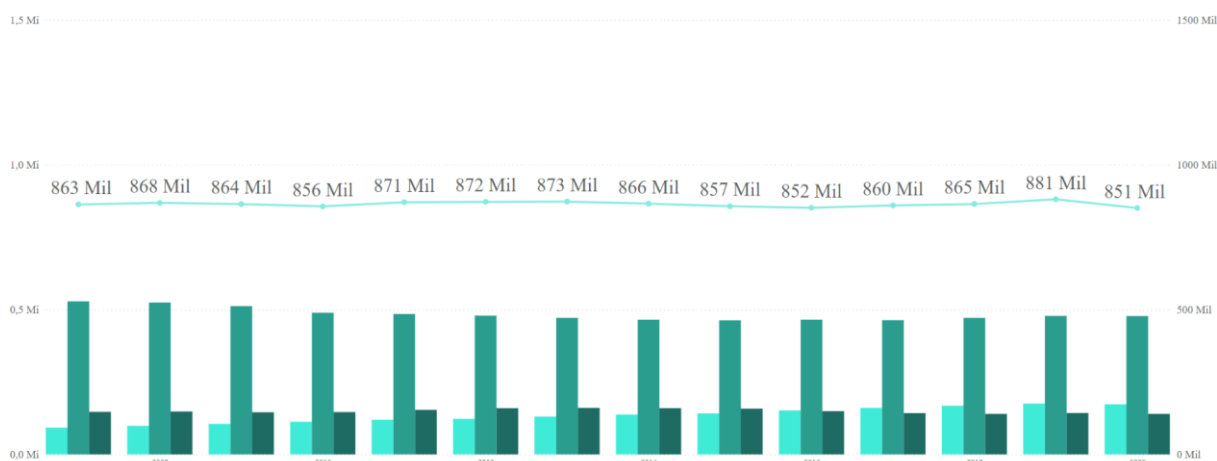
Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo em todo o período e, desta forma, este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI, cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo goiano. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## MATO GROSSO

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - MT

Gráfico 25 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Mato Grosso – 2007-2020

● Ed. Infantil ● Ens. Fundamental ● Ens. Médio ● Ed. Básica



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 31 - Variação das matrículas da EB<sup>16</sup>, EI, EF, EM e EJA – Mato Grosso – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	863.137	92.390	10,70%	528.641	61,25%	146.783	17,01%	92.604	10,73%
2008	868.415	98.513	11,34%	524.331	60,38%	148.084	17,05%	93.375	10,75%
2009	864.350	105.169	12,17%	511.770	59,21%	145.276	16,81%	96.895	11,21%
2010	856.155	112.586	13,15%	489.220	57,14%	146.054	17,06%	103.627	12,10%
2011	870.691	119.451	13,72%	484.536	55,65%	153.516	17,63%	108.136	12,42%
2012	872.017	122.961	14,10%	479.239	54,96%	159.664	18,31%	103.105	11,82%
2013	872.739	130.813	14,99%	471.582	54,03%	160.550	18,40%	99.615	11,41%
2014	866.009	137.596	15,89%	464.859	53,68%	159.680	18,44%	89.535	10,34%
2015	856.658	141.534	16,52%	463.185	54,07%	157.936	18,44%	79.435	9,27%
2016	851.582	151.777	17,82%	464.905	54,59%	149.456	17,55%	71.041	8,34%
2017	859.742	160.635	18,68%	463.469	53,91%	142.495	16,57%	80.137	9,32%
2018	864.631	167.895	19,42%	471.613	54,55%	140.019	16,19%	74.493	8,62%
2019	880.844	175.492	19,92%	478.220	54,29%	142.836	16,22%	74.343	8,44%
2020	850.915	172.820	20,31%	477.717	56,14%	140.030	16,46%	52.897	6,22%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 31, verificamos que o número de matrículas da EB do Mato Grosso em 2007 era de 863.137 e em 2020 passou para 850.915, uma diferença de 12.222 matrículas, o que representa um decréscimo de 1,42%. O EF e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 528.641 e 92.604, respectivamente, e no final do

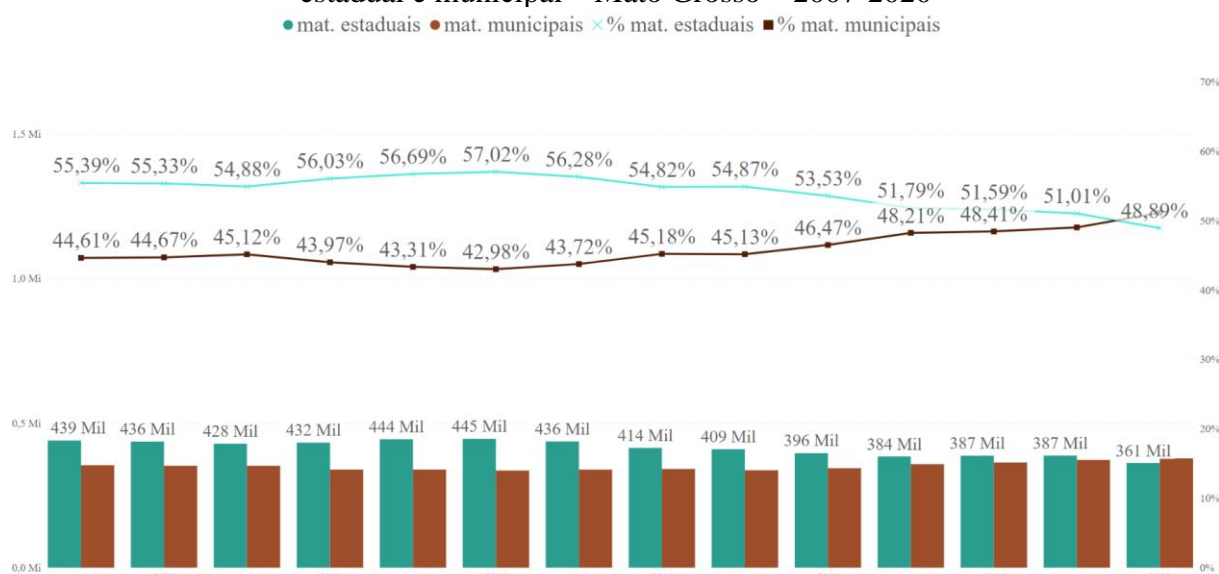
<sup>16</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

recorte havia 477.717 e 52.897 matrículas, apresentando uma variação negativa de 9,63% e 42,88%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 81,05% em suas matrículas, em 2007 havia 92.390 inscrições e no ano de 2020 foram 172.820 inscrições, um acréscimo médio de 6,70% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Mato Grosso. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - MT

Gráfico 26 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Mato Grosso – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 32 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Mato Grosso – 2007-2020

Ano	mat. Estaduais	% mat. Estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	439.271	55,39%	353.778	44,61%	796.399
2008	435.808	55,33%	351.902	44,67%	790.165
2009	428.004	54,88%	351.871	45,12%	783.216
2010	431.959	56,03%	339.000	43,97%	776.008
2011	443.833	56,69%	339.146	43,31%	788.196
2012	445.155	57,02%	335.587	42,98%	786.450
2013	436.169	56,28%	338.885	43,72%	781.199
2014	413.858	54,82%	341.114	45,18%	761.283
2015	409.154	54,87%	336.573	45,13%	752.536
2016	395.717	53,53%	343.504	46,47%	747.232
2017	384.254	51,79%	357.701	48,21%	752.206
2018	386.966	51,59%	363.183	48,41%	759.753
2019	387.397	51,01%	372.051	48,99%	769.865
2020	361.454	48,89%	377.830	51,11%	748.517

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 26 e na Tabela 32, ao medirmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do MT no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de

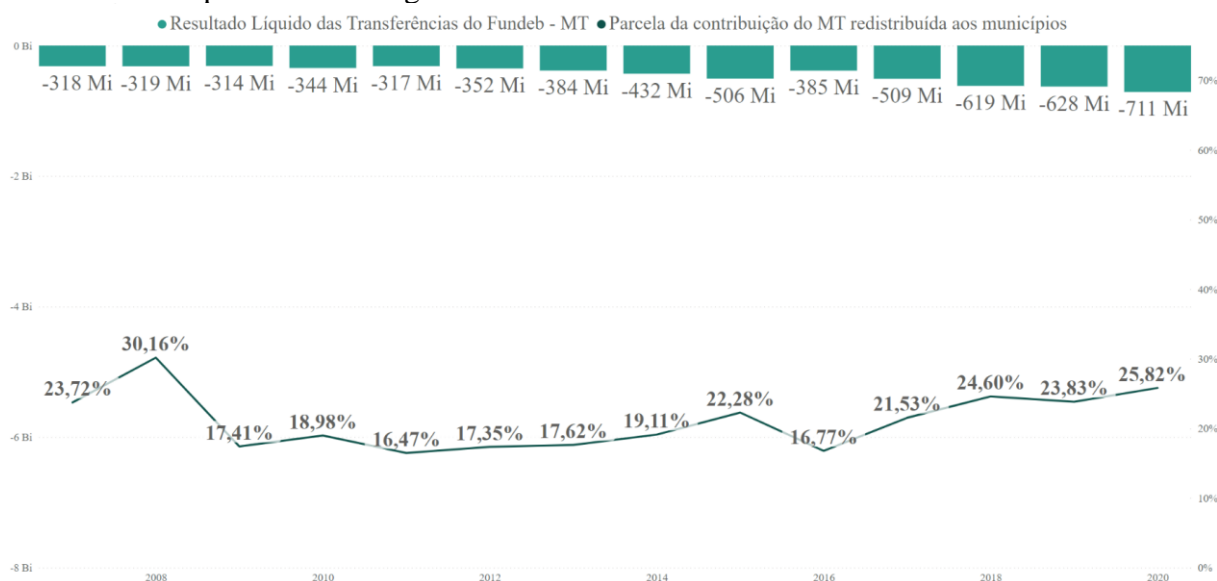
matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com a dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente, 439.271 matrículas, correspondendo a 55,39% das matrículas apresentadas e termina com 361.454, o que representava 48,89% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 17,72% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no MT somavam 353.778, correspondendo a 44,61% do total em 2007, e terminaram com 377.830, o que representou 51,11% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 26, nota-se uma suave inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, ademais, houve um aumento de 6,80% no número matrículas municipais no período.

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no MT. Ao apreciar as matrículas municipais observamos um movimento contrário; nota-se um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. E em 2020 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais mato-grossenses, estas chegam a 48,89%, enquanto aquelas ficam em 51,11%. Por estas razões, o estado do Mato Grosso, que inicialmente possuía uma rede de matrículas estadualizada, transformou-se numa rede municipalizada de ensino. Além disso, houve um processo de encolhimento na rede pública.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - MT

Gráfico 27 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso – 2007-2020



Fonte: SEFAZ MT e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 33 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.338.653.309,69	1.021.074.869,33	(317.578.440,36)	-	23,72%
2008	1.676.322.340,67	1.357.691.841,44	(318.630.499,23)	-	30,16%
2009	1.802.650.569,03	1.488.758.586,98	(313.891.982,05)	-	17,41%
2010	1.813.529.282,93	1.469.294.043,36	(344.235.239,57)	-	18,98%
2011	1.922.282.116,20	1.605.720.032,19	(316.562.084,01)	-	16,47%
2012	2.027.766.382,38	1.676.018.091,33	(351.748.291,04)	-	17,35%
2013	2.177.470.495,54	1.793.901.014,98	(383.569.480,57)	-	17,62%
2014	2.261.771.571,13	1.829.559.941,93	(432.211.629,20)	-	19,11%
2015	2.273.057.333,01	1.766.657.596,84	(506.399.736,17)	-	22,28%
2016	2.293.590.613,88	1.908.939.030,19	(384.651.583,69)	-	16,77%
2017	2.364.792.483,10	1.855.555.684,85	(509.236.798,25)	-	21,53%
2018	2.514.120.209,86	1.895.581.240,90	(618.538.968,95)	-	24,60%
2019	2.635.970.741,15	2.007.905.320,19	(628.065.420,96)	-	23,83%
2020	2.754.095.043,28	2.042.854.319,39	(711.240.723,90)	-	25,82%

Fonte: SEFAZ MT e SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 27 e na Tabela 33 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do MT para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 6.136.560.877,95, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 711.240.723,90 e o menor montante em 2009, quando a redistribuição foi de R\$ 313.891.982,05; o crescimento da contribuição no período foi de 123,96%. Em termos percentuais, a parcela média da

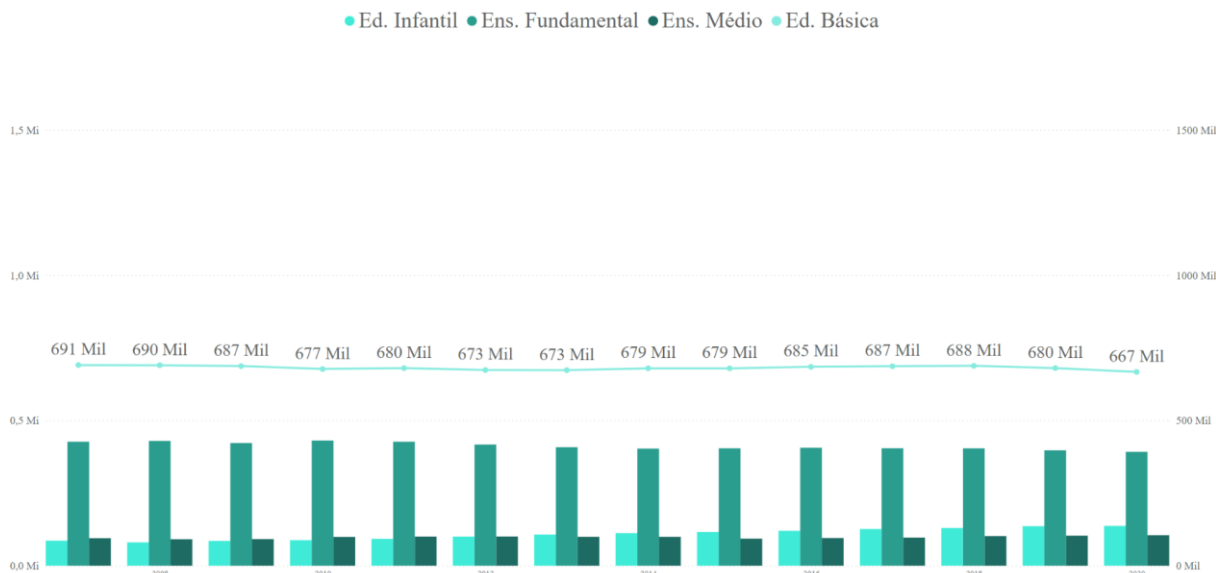
contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 21,12%, apresentando a maior redistribuição em 2008, com 30,16% e a menor redistribuição em 2011, com 16,47%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo em todo o período e, desta forma, que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI, cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo mato-grossense. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## MATO GROSSO DO SUL

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - MS

Gráfico 28 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Mato Grosso do Sul – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 34 - Variação das matrículas da EB<sup>17</sup>, EI, EF, EM e EJA – Mato Grosso do Sul – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Educação Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ensino Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ensino Médio	EJA	% mat. EJA
2007	690.657	86.144	12,47%	426.649	61,77%	94.650	13,70%	77.344	11,20%
2008	689.989	80.325	11,64%	429.585	62,26%	91.135	13,21%	81.899	11,87%
2009	687.084	85.392	12,43%	422.425	61,48%	91.662	13,34%	79.136	11,52%
2010	677.137	87.737	12,96%	430.963	63,64%	99.029	14,62%	51.862	7,66%
2011	680.122	92.587	13,61%	426.625	62,73%	100.250	14,74%	51.332	7,55%
2012	673.445	100.211	14,88%	416.810	61,89%	100.488	14,92%	44.001	6,53%
2013	673.117	107.012	15,90%	407.729	60,57%	99.411	14,77%	41.791	6,21%
2014	679.425	112.279	16,53%	403.150	59,34%	99.328	14,62%	43.871	6,46%
2015	679.309	115.903	17,06%	404.267	59,51%	93.257	13,73%	43.344	6,38%
2016	684.675	120.305	17,57%	405.963	59,29%	95.205	13,91%	46.068	6,73%
2017	686.673	126.244	18,38%	404.450	58,90%	96.512	14,06%	47.803	6,96%
2018	688.017	129.883	18,88%	404.114	58,74%	102.123	14,84%	41.818	6,08%
2019	680.108	135.929	19,99%	397.032	58,38%	103.482	15,22%	33.661	4,95%
2020	667.164	136.917	20,52%	392.015	58,76%	104.878	15,72%	24.550	3,68%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 34, verificamos que o número de matrículas da EB sul-mato-grossense em 2007 era de 690.657 e em 2020 passou para 667.164, uma diferença de 23.493 matrículas, o que representa um decréscimo de 3,40%. O EF e a EJA estimularam esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 426.649 e 77.344 e no final do recorte tinham

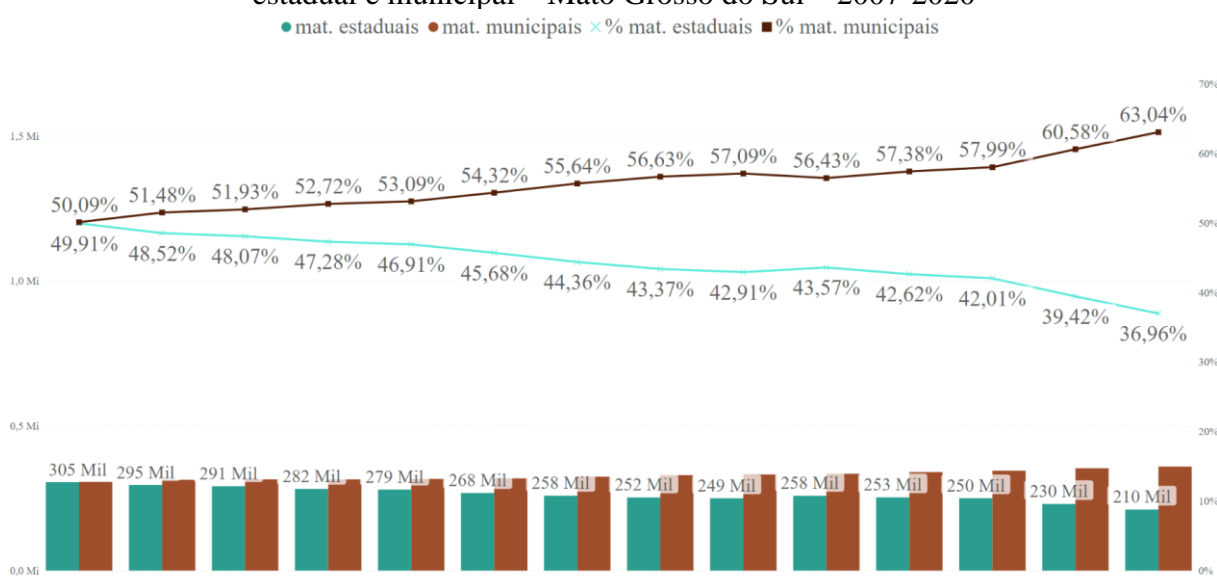
<sup>17</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

392.015 (variação negativa de 8,12%) e 52.794 (variação negativa de 68,26%) matrículas. O destaque fica para a EI que obteve um aumento de 58,94% em suas matrículas, em 2007 havia 86.144 inscrições e no ano de 2020 existia 136.917 inscrições, um acréscimo médio de 4,53% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Mato Grosso do Sul. No próximo tópico, examinaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - MS

Gráfico 29 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Mato Grosso do Sul – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 35 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Mato Grosso do Sul – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	304.864	49,91%	305.929	50,09%	611.827
2008	295.354	48,52%	313.356	51,48%	609.718
2009	291.131	48,07%	314.546	51,93%	606.801
2010	281.939	47,28%	314.417	52,72%	597.734
2011	279.496	46,91%	316.273	53,09%	597.976
2012	267.606	45,68%	318.246	54,32%	588.307
2013	258.111	44,36%	323.795	55,64%	584.792
2014	252.352	43,37%	329.556	56,63%	584.878
2015	249.415	42,91%	331.781	57,09%	587.125
2016	257.923	43,57%	334.076	56,43%	596.445
2017	252.653	42,62%	340.144	57,38%	597.458
2018	249.599	42,01%	344.499	57,99%	599.069
2019	229.751	39,42%	353.037	60,58%	588.248
2020	210.480	36,96%	358.936	63,04%	575.973

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 29 e na Tabela 35, ao examinarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do MS no intervalo 2007-2020, compreende-se que há uma redução no número



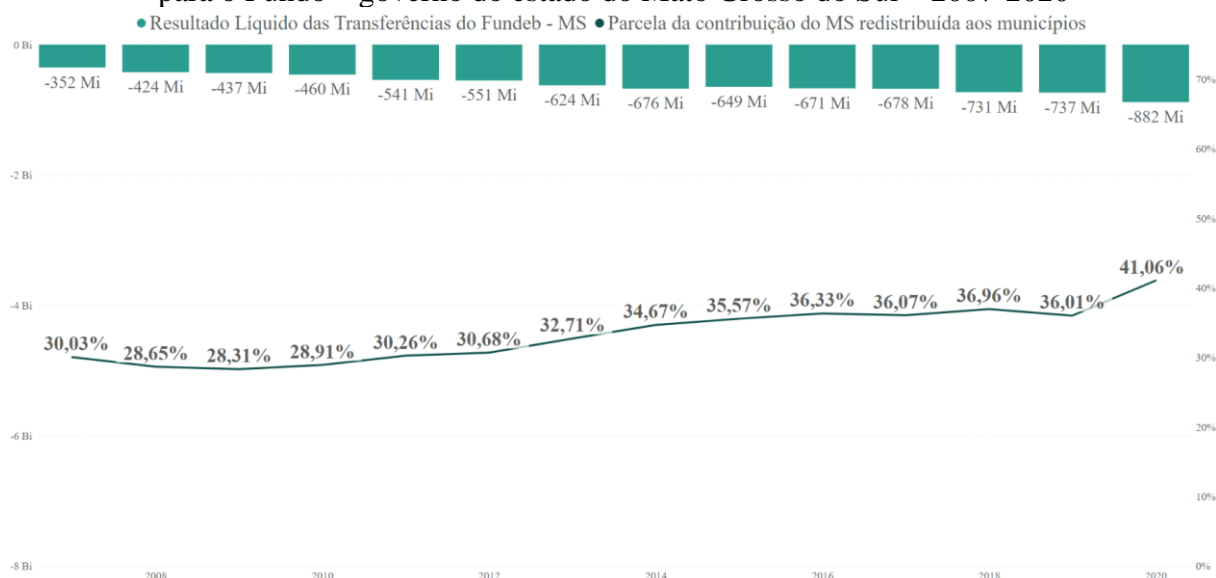
absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 304.864, correspondendo a 49,91% das matrículas, e terminou com 210.480, o que representava 36,96% das matrículas em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 30,96% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total. As matrículas municipais no MS somavam 305.929, correspondendo a 50,09% do total, em 2007, e terminaram com 358.936, o que representou 63,04% das matrículas em 2020. Ao observar o Gráfico 29, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos e ainda houve um aumento de 17,33% no número matrículas municipais.

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no MS. Ao olharmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; é possível notar um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. Ademais, o estado do Mato Grosso do Sul se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica há mais matrículas na rede municipal que na rede estadual de ensino e verificamos uma redução de matrículas na rede pública. Em suma, há um processo de redução de matrículas na rede estadual sul-mato-grossense, enquanto a rede municipal não revela tendência de redução.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - MS

Gráfico 30 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso do Sul – 2007-2020



Fonte: SEFAZ MS e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 36 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Mato Grosso do Sul – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.173.535.926,85	821.114.227,15	(352.421.699,70)	-	30,03%
2008	1.478.837.687,04	1.055.083.670,98	(423.754.016,06)	-	28,65%
2009	1.543.613.101,17	1.106.672.332,87	(436.940.768,29)	-	28,31%
2010	1.592.323.067,49	1.131.993.622,65	(460.329.444,84)	-	28,91%
2011	1.788.558.943,86	1.247.389.466,92	(541.169.476,94)	-	30,26%
2012	1.796.546.021,94	1.245.336.875,15	(551.209.146,80)	-	30,68%
2013	1.909.201.349,75	1.284.715.068,51	(624.486.281,24)	-	32,71%
2014	1.951.278.640,30	1.274.823.800,09	(676.454.840,21)	-	34,67%
2015	1.824.035.403,28	1.175.300.919,85	(648.734.483,43)	-	35,57%
2016	1.846.492.426,72	1.175.706.539,50	(670.785.887,22)	-	36,33%
2017	1.880.128.201,86	1.201.906.225,07	(678.221.976,79)	-	36,07%
2018	1.977.991.079,72	1.246.952.738,63	(731.038.341,08)	-	36,96%
2019	2.047.605.783,77	1.310.171.062,78	(737.434.720,99)	-	36,01%
2020	2.149.144.294,79	1.266.803.177,78	(882.341.117,01)	-	41,06%

Fonte: SEFAZ MS e SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 30 e na Tabela 36 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do MS para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 8.415.322.200,62, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 882.341.117,01 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 352.421.699,70; o crescimento da contribuição no período foi de 150,37%. Em termos percentuais, a parcela média da

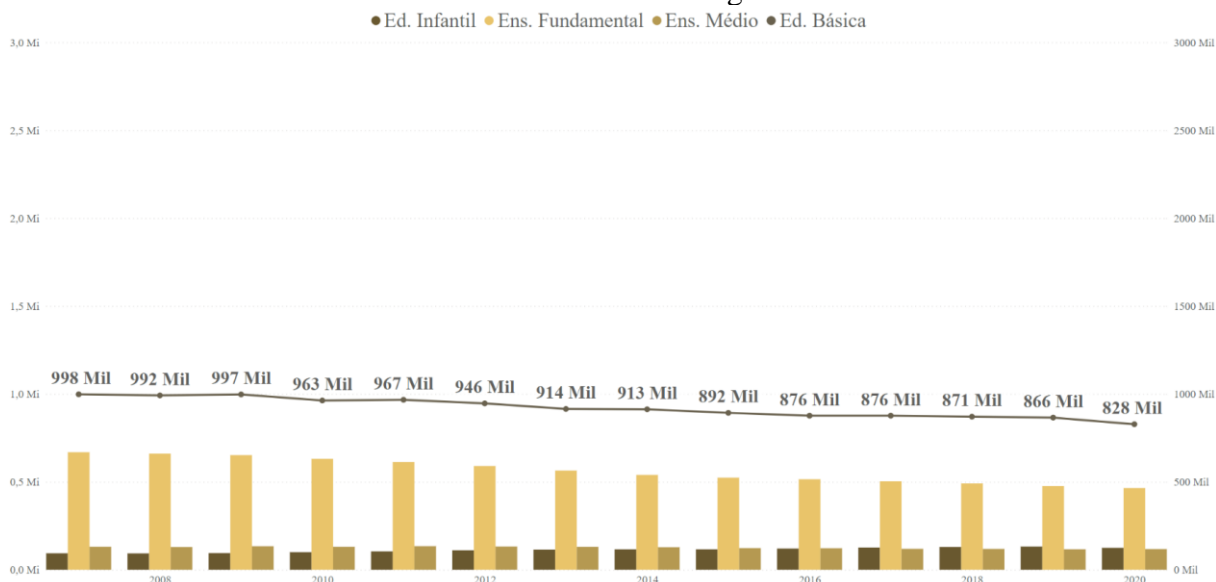
contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 33,30%, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 41,06% e a menor redistribuição em 2009, com 28,31%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo e, assim, que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, associado à EI, cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo sul-mato-grossense. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## ALAGOAS

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - AL

Gráfico 31 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Alagoas – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 37 - Variação das matrículas da EB<sup>18</sup>, EI, EF, EM e EJA – Alagoas – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	997.678	93.770	9,40%	668.348	66,99%	130.453	13,08%	102.676	10,29%
2008	991.575	93.125	9,39%	660.805	66,64%	128.937	13,00%	105.583	10,65%
2009	997.006	94.859	9,51%	651.795	65,38%	133.638	13,40%	113.707	11,40%
2010	962.610	99.641	10,35%	630.889	65,54%	130.247	13,53%	98.824	10,27%
2011	966.658	104.458	10,81%	613.016	63,42%	134.045	13,87%	110.469	11,43%
2012	946.004	110.793	11,71%	589.932	62,36%	131.801	13,93%	104.069	11,00%
2013	914.492	114.200	12,49%	564.389	61,72%	129.996	14,22%	101.032	11,05%
2014	912.740	115.837	12,69%	539.115	59,07%	127.981	14,02%	113.880	12,48%
2015	892.384	115.877	12,99%	523.412	58,65%	123.281	13,81%	113.228	12,69%
2016	876.248	120.618	13,77%	514.920	58,76%	122.495	13,98%	105.890	12,08%
2017	876.351	126.384	14,42%	503.322	57,43%	118.933	13,57%	114.049	13,01%
2018	870.579	129.203	14,84%	490.587	56,35%	118.393	13,60%	118.156	13,57%
2019	865.501	131.619	15,21%	475.704	54,96%	116.193	13,42%	121.408	14,03%
2020	827.842	124.734	15,07%	464.704	56,13%	117.488	14,19%	108.906	13,16%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 37, verificamos que o número de matrículas da EB alagoana em 2007 era de 997.678 e em 2020 passou para 827.842, uma diferença de 169.836 matrículas, o que representa decréscimo de 17,02%. O EF impulsionou esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuía 668.348 e no final do recorte tinha 464.704 matrículas, apresentando uma

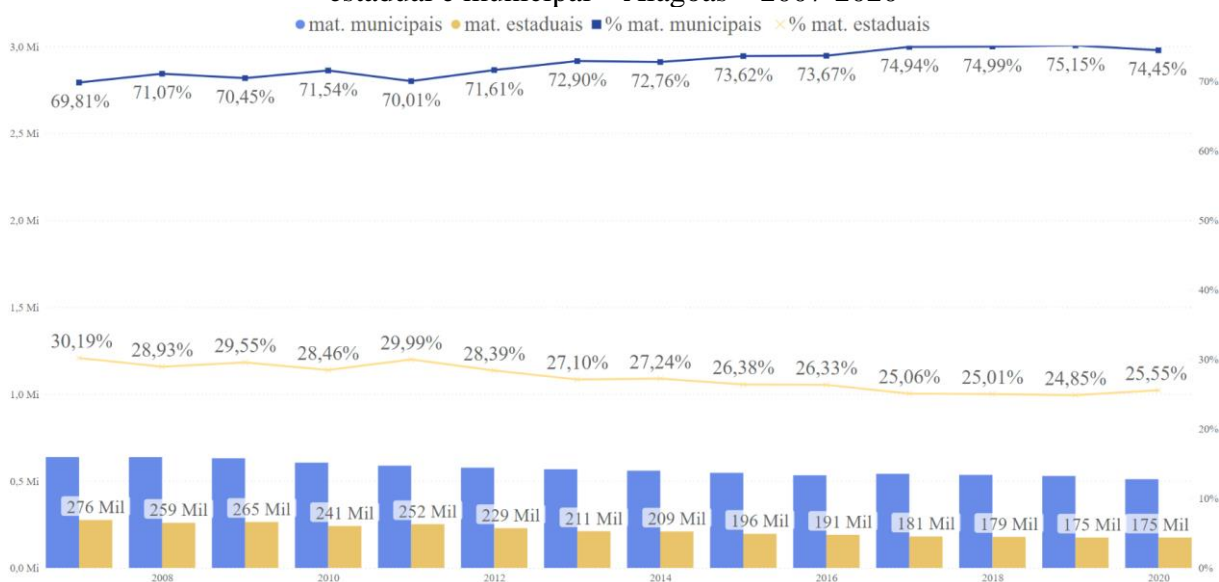
<sup>18</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

variação negativa de 30,47% na matrícula e uma redução média de 2,34% ao ano. Outro destaque fica com a EI, a qual sofreu um aumento de 33,02% em suas matrículas, em 2007 havia 93.770 inscrições e no ano de 2020 existia 124.734 inscrições, acréscimo médio de 2,54% ao ano. Também chama a atenção o quantitativo de matrículas na EJA, o qual, embora com oscilações, se manteve num patamar de mais de 100 mil e uma representatividade superior a 10%.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade de Alagoas. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - AL

Gráfico 32 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Alagoas – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 38 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Alagoas – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. Estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	275.750	30,19%	637.620	69,81%	915.962
2008	259.423	28,93%	637.248	71,07%	899.553
2009	264.725	29,55%	631.082	70,45%	899.299
2010	240.875	28,46%	605.420	71,54%	850.148
2011	251.915	29,99%	588.126	70,01%	845.955
2012	228.640	28,39%	576.674	71,61%	811.656
2013	211.118	27,10%	567.942	72,90%	786.230
2014	209.438	27,24%	559.503	72,76%	776.605
2015	196.090	26,38%	547.243	73,62%	752.499
2016	190.566	26,33%	533.127	73,67%	733.063
2017	180.975	25,06%	541.065	74,94%	732.770
2018	178.570	25,01%	535.458	74,99%	725.520
2019	174.932	24,85%	529.058	75,15%	714.975
2020	175.079	25,55%	510.262	74,45%	696.776

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 32, ao considerar o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de AL no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 275.750 matrículas, correspondendo a 30,19% das matrículas da EB e termina com 175.079, o que representava 25,55% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 36,51% no número absoluto de matrículas no período de 2007 a 2020.

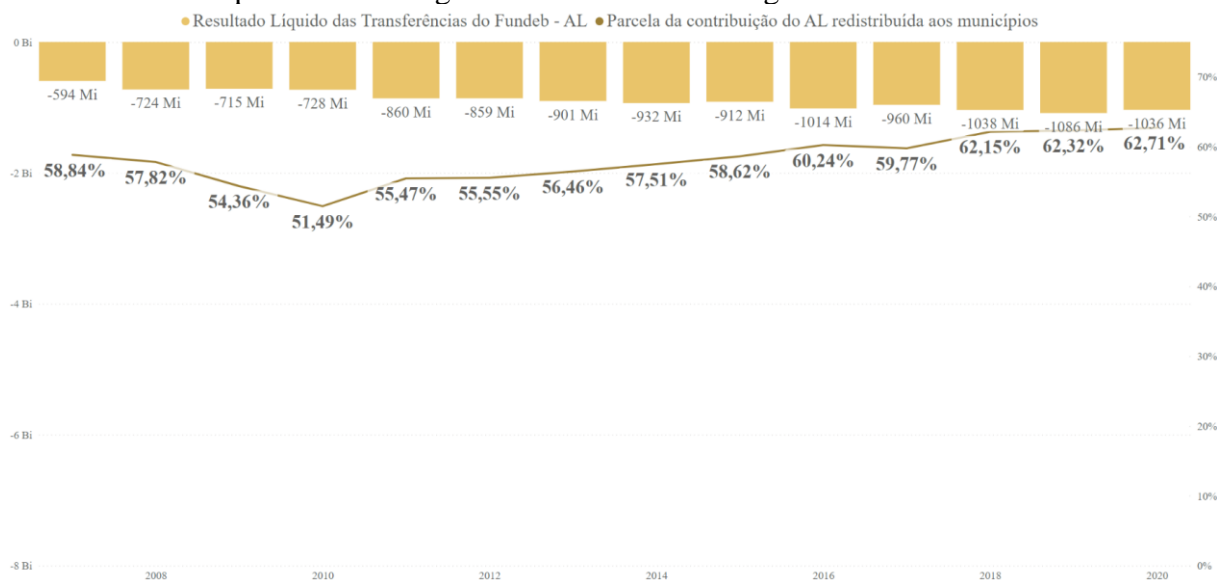
Ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução nas inscrições e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais de AL somavam 637.620, correspondendo a 69,81% do total, em 2007, e terminaram com 510.262 (decréscimo de 19,97%), o que representou 74,45% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 32, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos e mesmo havendo um decréscimo na quantidade das matrículas municipais, a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados publicados.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais de AL, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento percentual das matrículas municipais. Ademais, o estado de Alagoas se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica as matrículas na rede municipal superam as da rede estadual. Além disso, houve um processo de redução em

toda a rede pública, com destaque para a rede estadual alagoana que apresentou uma queda mais acentuada e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - AL

Gráfico 33 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Alagoas – 2007-2020



Fonte: SEFAZ AL. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 39 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Alagoas – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.009.787.469,15	415.611.370,97	(594.176.098,19)	60.660.656,56	58,84%
2008	1.252.324.842,91	528.268.677,84	(724.056.165,07)	69.605.507,54	57,82%
2009	1.315.377.611,86	600.360.746,35	(715.016.865,51)	118.361.651,20	54,36%
2010	1.413.926.184,00	685.910.571,30	(728.015.612,71)	132.147.232,32	51,49%
2011	1.550.903.549,31	690.575.801,56	(860.327.747,75)	220.409.259,50	55,47%
2012	1.546.705.155,95	687.448.893,50	(859.256.262,46)	258.217.911,41	55,55%
2013	1.595.518.170,31	694.734.860,03	(900.783.310,28)	204.605.087,84	56,46%
2014	1.619.899.820,20	688.237.791,45	(931.662.028,76)	217.507.022,50	57,51%
2015	1.556.334.729,58	643.938.667,84	(912.396.061,74)	241.291.007,38	58,62%
2016	1.682.599.354,60	668.956.112,04	(1.013.643.242,56)	171.669.711,88	60,24%
2017	1.606.009.215,74	646.087.124,76	(959.922.090,98)	115.381.301,15	59,77%
2018	1.669.963.973,79	632.054.645,45	(1.037.909.328,34)	178.486.234,41	62,15%
2019	1.742.604.613,75	656.580.902,02	(1.086.023.711,72)	186.711.451,71	62,32%
2020	1.652.130.528,47	616.088.587,44	(1.036.041.941,03)	173.289.462,40	62,71%

Fonte: SEFAZ AL. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 33 e na Tabela 39 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do AL para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 12.359.230.467,08, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 1.086.023.711,72 e o menor

montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 594.176.098,19 e o crescimento da contribuição no período foi de 74,37%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 58,09% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 62,71% e a menor redistribuição em 2010, com 51,49%.

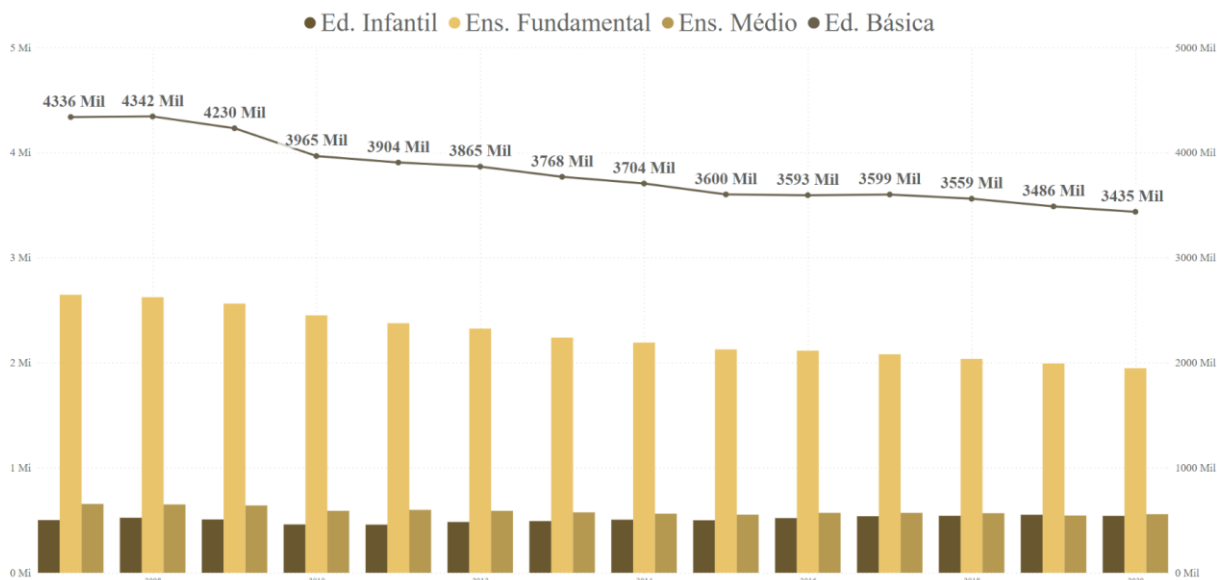
Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo alagoano no período. Acrescenta-se que o AL recebeu complementação da União durante os 14 anos da Política somando um total de R\$ 2.348.343.497,81 no período de 2007 a 2020.



## BAHIA

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - BA

Gráfico 34 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Bahia – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 40 - Variação das matrículas da EB<sup>19</sup>, EI, EF, EM e EJA – Bahia – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	4.336.490	501.585	11,57%	2.644.938	60,99%	655.358	15,11%	520.346	12,00%
2008	4.341.994	523.920	12,07%	2.622.197	60,39%	650.127	14,97%	530.019	12,21%
2009	4.229.582	506.778	11,98%	2.560.931	60,55%	639.970	15,13%	505.341	11,95%
2010	3.965.081	459.693	11,59%	2.450.008	61,79%	589.012	14,85%	447.472	11,29%
2011	3.903.723	457.473	11,72%	2.374.231	60,82%	598.510	15,33%	449.497	11,51%
2012	3.865.067	483.007	12,50%	2.322.775	60,10%	589.072	15,24%	438.159	11,34%
2013	3.767.970	492.078	13,06%	2.238.360	59,40%	575.378	15,27%	433.665	11,51%
2014	3.703.824	504.824	13,63%	2.190.287	59,14%	562.012	15,17%	397.979	10,75%
2015	3.600.008	500.089	13,89%	2.125.314	59,04%	553.472	15,37%	370.399	10,29%
2016	3.592.667	520.518	14,49%	2.112.634	58,80%	570.450	15,88%	339.476	9,45%
2017	3.599.322	537.718	14,94%	2.079.459	57,77%	570.301	15,84%	361.001	10,03%
2018	3.559.133	542.145	15,23%	2.034.711	57,17%	566.952	15,93%	358.826	10,08%
2019	3.485.631	552.337	15,85%	1.991.083	57,12%	544.868	15,63%	339.632	9,74%
2020	3.434.828	541.476	15,76%	1.947.177	56,69%	557.441	16,23%	326.712	9,51%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 40, verificamos que o número de matrículas da EB baiana em 2007 era de 4.336.490 e em 2020 passou para 3.434.828, uma diferença de 901.662 matrículas, o que representa um decréscimo de 20,79%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 2.644.938 e no final do recorte tinha

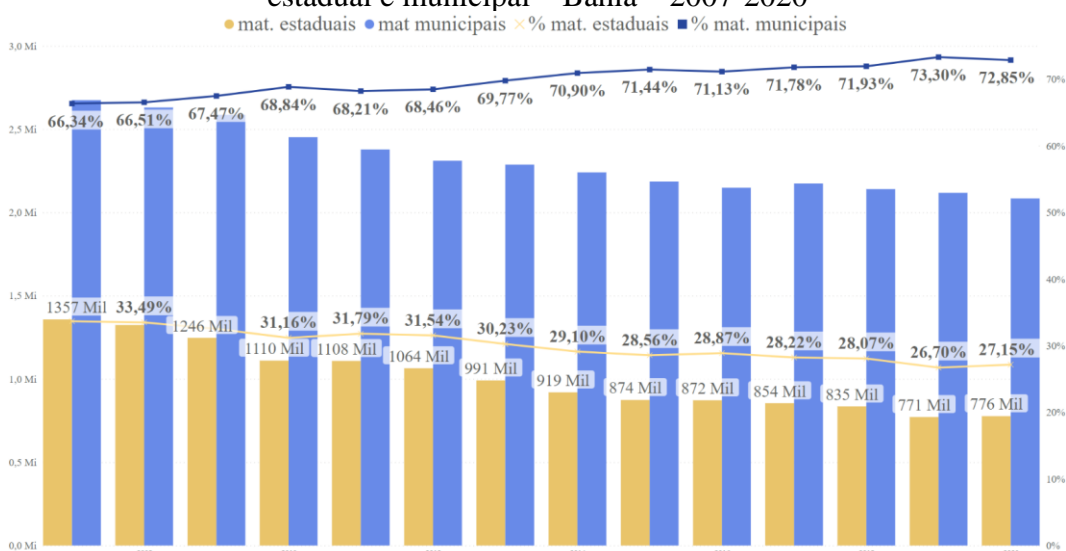
<sup>19</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

1.947.177 matrículas, apresentando uma variação negativa de 26,38% na matrícula e decréscimo médio de 2,03% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 7,95% em suas matrículas, em 2007 havia 501.585 inscrições e no ano de 2020 existia 541.476 inscrições, um acréscimo médio de 0,61% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade da Bahia para compará-los com o restante dos estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - BA

Gráfico 35 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Bahia – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 41 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Bahia – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	1.356.939	33,66%	2.673.900	66,34%	4.039.811
2008	1.323.643	33,49%	2.629.262	66,51%	3.962.757
2009	1.246.334	32,53%	2.585.533	67,47%	3.842.088
2010	1.109.984	31,16%	2.451.765	68,84%	3.571.845
2011	1.107.971	31,79%	2.377.274	68,21%	3.497.618
2012	1.064.184	31,54%	2.310.252	68,46%	3.390.254
2013	990.948	30,23%	2.286.552	69,77%	3.293.963
2014	919.319	29,10%	2.239.924	70,90%	3.176.754
2015	873.565	28,56%	2.185.210	71,44%	3.078.573
2016	871.741	28,87%	2.148.062	71,13%	3.037.810
2017	854.270	28,22%	2.173.057	71,78%	3.047.145
2018	834.936	28,07%	2.139.632	71,93%	2.998.497
2019	771.344	26,70%	2.117.484	73,30%	2.910.763
2020	776.458	27,15%	2.083.618	72,85%	2.883.253

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 35, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios da BA no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 1.356.939 das matrículas, correspondendo a 33,66% das matrículas da EB e termina com 776.458, o que representava 27,15% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 42,78% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

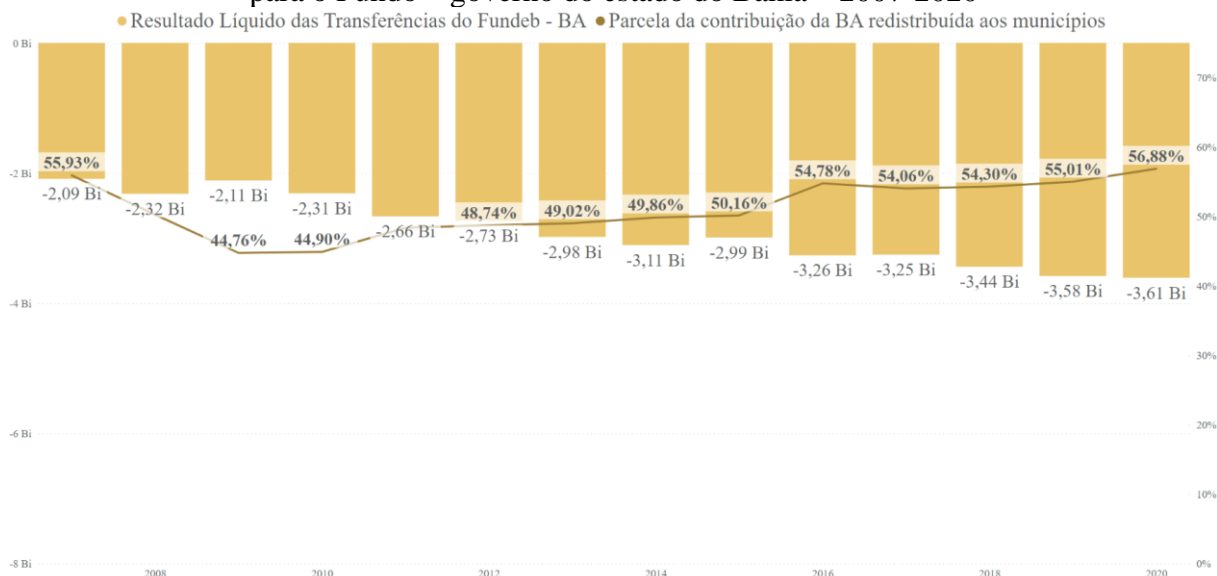
Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais na BA somavam 2.673.900, correspondendo a 66,34% do total, em 2007, e terminaram com 2.083.618 (um decréscimo de 22,08%), o que representou 72,85% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 35, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais; a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados divulgados neste tópico.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais da BA, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado da Bahia se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual baiana e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - BA

Gráfico 36 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Bahia – 2007-2020



Fonte: SEFAZ BA. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 42 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado da Bahia – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	3.731.378.765,04	1.644.463.908,25	(2.086.914.856,80)	243.475.318,44	55,93%
2008	4.610.857.206,86	2.293.347.196,73	(2.317.510.010,13)	481.279.348,02	50,26%
2009	4.718.276.875,42	2.606.434.380,97	(2.111.842.494,45)	809.663.479,26	44,76%
2010	5.144.720.049,17	2.834.780.445,20	(2.309.939.603,97)	869.857.229,16	44,90%
2011	5.505.541.009,92	2.841.959.508,76	(2.663.581.501,16)	1.136.814.754,14	48,38%
2012	5.605.167.517,05	2.873.381.171,77	(2.731.786.345,28)	1.466.460.754,22	48,74%
2013	6.079.402.237,38	3.099.065.352,17	(2.980.336.885,22)	1.014.347.721,62	49,02%
2014	6.228.030.966,27	3.122.795.432,28	(3.105.235.533,99)	1.076.587.417,43	49,86%
2015	5.959.315.789,30	2.969.909.875,49	(2.989.405.913,81)	905.781.505,09	50,16%
2016	5.956.194.040,55	2.693.516.048,96	(3.262.677.991,59)	1.099.063.538,84	54,78%
2017	6.015.878.667,26	2.763.880.720,13	(3.251.997.947,14)	964.512.211,56	54,06%
2018	6.330.524.432,80	2.892.760.293,38	(3.437.764.139,42)	878.020.900,44	54,30%
2019	6.509.055.122,06	2.928.150.953,32	(3.580.904.168,75)	914.451.034,96	55,01%
2020	6.342.491.057,08	2.734.959.464,06	(3.607.531.593,02)	820.510.082,94	56,88%

Fonte: SEFAZ BA. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 36 e na Tabela 42 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado da BA para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 40.437.428.984,73, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 3.607.531.593,02 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 2.086.914.856,80; o crescimento da contribuição no período foi de 72,86%. Em termos percentuais, a parcela da contribuição

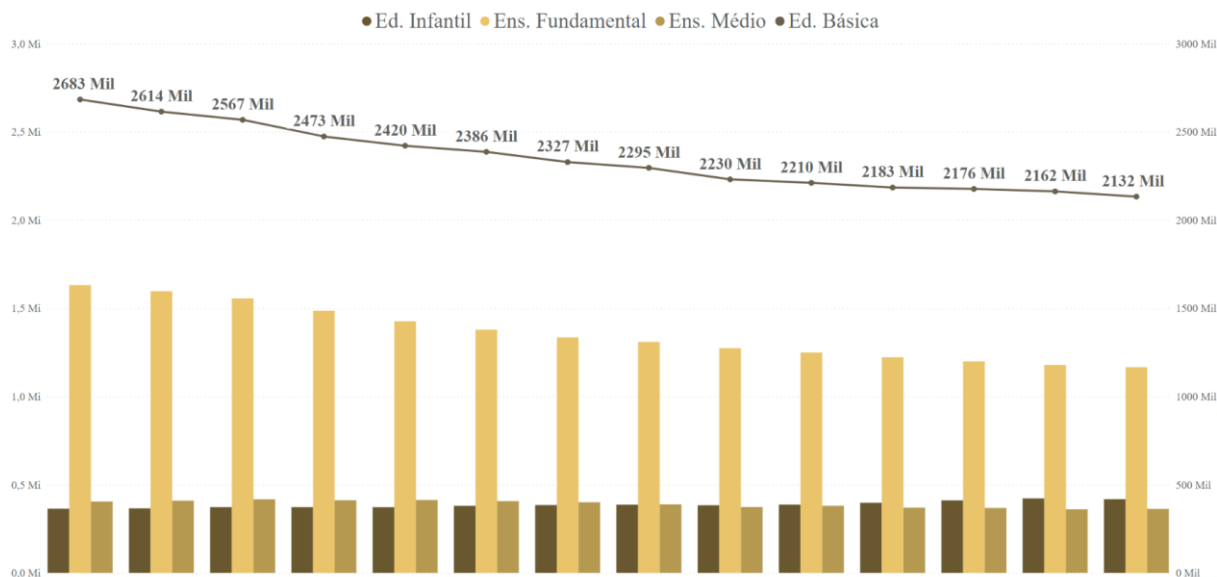
estadual redistribuída aos municípios média foi de 51,22% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 56,88% e a menor redistribuição em 2009, com 44,76%.

O resultado líquido da transferência intraestadual foi negativo em todos os anos da série e, assim, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo baiano no período. Acrescenta-se que o AL recebeu complementação da União durante os 14 anos da política, somando um total de R\$ 12.680.825.296,11 no período de 2007 a 2020.

## CEARÁ

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - CE

Gráfico 37 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Ceará – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 43 - Variação das matrículas da EB<sup>20</sup>, EI, EF, EM e EJA – Ceará – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	2.682.600	363.474	13,55%	1.630.636	60,79%	404.415	15,08%	272.471	10,16%
2008	2.613.765	365.365	13,98%	1.595.951	61,06%	409.060	15,65%	231.377	8,85%
2009	2.567.230	372.717	14,52%	1.555.201	60,58%	416.922	16,24%	205.863	8,02%
2010	2.472.942	372.657	15,07%	1.485.827	60,08%	411.176	16,63%	185.694	7,51%
2011	2.420.396	372.357	15,38%	1.425.749	58,91%	412.586	17,05%	190.663	7,88%
2012	2.385.737	379.673	15,91%	1.378.142	57,77%	406.728	17,05%	200.684	8,41%
2013	2.327.440	384.190	16,51%	1.334.512	57,34%	400.014	17,19%	187.333	8,05%
2014	2.295.034	386.496	16,84%	1.308.391	57,01%	388.457	16,93%	183.777	8,01%
2015	2.229.711	383.009	17,18%	1.273.185	57,10%	373.407	16,75%	162.683	7,30%
2016	2.210.221	386.787	17,50%	1.248.635	56,49%	379.866	17,19%	165.264	7,48%
2017	2.183.312	396.946	18,18%	1.221.954	55,97%	369.610	16,93%	169.164	7,75%
2018	2.175.664	410.608	18,87%	1.198.116	55,07%	367.781	16,90%	168.244	7,73%
2019	2.161.816	422.136	19,53%	1.177.983	54,49%	360.265	16,66%	170.475	7,89%
2020	2.132.240	417.641	19,59%	1.165.368	54,65%	362.470	17,00%	158.632	7,44%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 43, verificamos que o número de matrículas da EB cearense em 2007 era de 2.682.600 e em 2020 passou para 2.132.240, uma diferença de 550.360 matrículas, o que representa um decréscimo de 20,52%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.630.636 e no final do recorte tinha

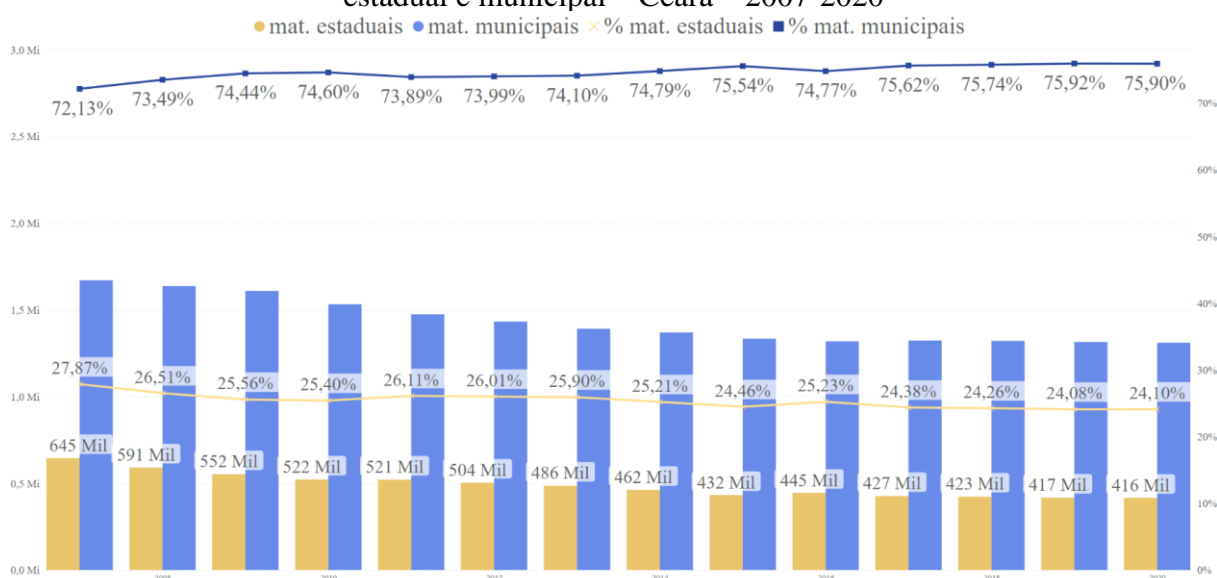
<sup>20</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

1.165.368 matrículas, apresentando uma variação negativa de 28,53% na matrícula e decréscimo médio de 2,19% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 14,90% em suas matrículas, em 2007 havia 363.474 inscrições e no ano de 2020 existia 417.641 inscrições, um acréscimo médio de 1,15% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Ceará para compará-los com os outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - CE

Gráfico 38 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Ceará – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 44 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Ceará – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	645.381	27,87%	1.670.593	72,13%	2.322.676
2008	590.825	26,51%	1.637.450	73,49%	2.233.246
2009	552.467	25,56%	1.609.093	74,44%	2.167.060
2010	521.799	25,40%	1.532.139	74,60%	2.060.153
2011	521.017	26,11%	1.474.392	73,89%	2.003.201
2012	503.597	26,01%	1.432.624	73,99%	1.943.598
2013	486.090	25,90%	1.391.051	74,10%	1.886.636
2014	461.851	25,21%	1.369.964	74,79%	1.841.076
2015	432.014	24,46%	1.333.872	75,54%	1.776.993
2016	444.796	25,23%	1.318.399	74,77%	1.773.702
2017	426.586	24,38%	1.323.397	75,62%	1.760.493
2018	423.256	24,26%	1.321.340	75,74%	1.755.974
2019	417.009	24,08%	1.314.605	75,92%	1.743.543
2020	416.189	24,10%	1.310.387	75,90%	1.739.570

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 38, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do CE no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas

estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 645.381 das matrículas, correspondendo a 27,87% das matrículas da EB, e termina com 416.189, o que representava 24,10% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 35,51% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no CE somavam 1.670.593, correspondendo a 72,13% do total em 2007, e terminaram com 1.310.387, o que representou 75,90% das matrículas totais em 2020, embora o decréscimo de 21,56%. Ao observar o Gráfico 38, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados divulgados neste tópico.

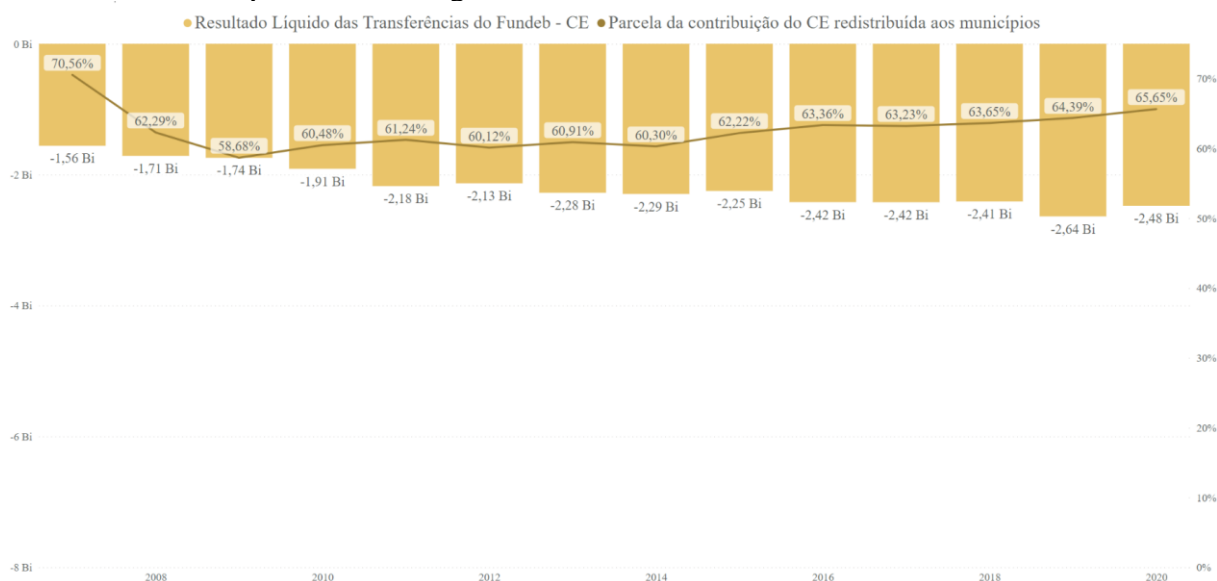
Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais do CE, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Ceará se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual cearense e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.



## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - CE

Gráfico 39 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Ceará – 2007-2020



Fonte: Portal da Transparência – CE e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 45 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Ceará – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	2.207.770.145,32	650.069.091,73	(1.557.701.053,59)	128.610.035,42	70,56%
2008	2.750.189.360,26	1.037.050.167,26	(1.713.139.193,00)	216.602.728,48	62,29%
2009	2.968.356.641,59	1.226.571.694,75	(1.741.784.946,84)	364.991.454,02	58,68%
2010	3.157.245.328,44	1.247.657.243,12	(1.909.588.085,33)	345.745.886,09	60,48%
2011	3.551.848.807,98	1.376.531.044,25	(2.175.317.763,72)	592.577.463,89	61,24%
2012	3.547.058.292,23	1.414.402.437,39	(2.132.655.854,84)	502.599.283,75	60,12%
2013	3.735.649.381,15	1.460.267.334,97	(2.275.382.046,18)	463.674.933,06	60,91%
2014	3.805.543.997,41	1.510.641.443,89	(2.294.902.553,52)	489.245.470,10	60,30%
2015	3.614.338.517,50	1.365.627.253,78	(2.248.711.263,72)	535.624.490,95	62,22%
2016	3.818.970.740,05	1.399.299.806,06	(2.419.670.933,99)	516.236.585,67	63,36%
2017	3.829.655.413,11	1.408.342.895,70	(2.421.312.517,41)	380.438.930,07	63,23%
2018	3.784.139.939,98	1.375.606.731,08	(2.408.533.208,90)	407.506.674,27	63,65%
2019	4.096.401.783,64	1.458.866.899,97	(2.637.534.883,67)	495.804.427,31	64,39%
2020	3.770.744.150,76	1.295.254.147,12	(2.475.490.003,64)	482.422.247,38	65,65%

Fonte: Portal da Transparência – CE e SIOPE. Nota: Valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 39 e na Tabela 45 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do CE para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 30.411.724.308,34, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 2.637.534.883,67 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 1.557.701.053,59 e o crescimento da contribuição no período foi de 58,92%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição

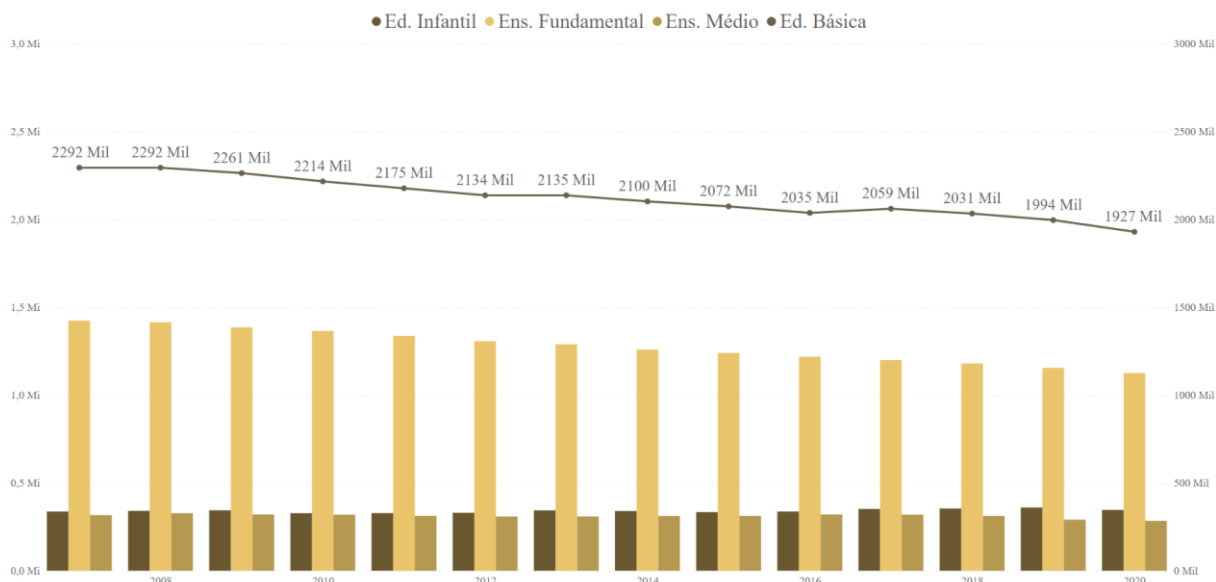
estadual redistribuída aos municípios foi de 62,65% no período, apresentando a maior redistribuição em 2007, com 70,56% e a menor redistribuição em 2009, com 58,68%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências intraestaduais do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo cearense no período. Acrescenta-se que o CE recebeu complementação da União durante os 14 anos da política somando um total de R\$ 5.922.080.610,46 no período de 2007 a 2020.

## MARANHÃO

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - MA

Gráfico 40 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Maranhão – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 46 - Variação das matrículas da EB<sup>21</sup>, EI, EF, EM e EJA – Maranhão – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	2.292.004	336.440	14,68%	1.422.111	62,05%	316.471	13,81%	212.778	9,28%
2008	2.291.842	340.466	14,86%	1.413.356	61,67%	327.256	14,28%	206.312	9,00%
2009	2.261.099	343.783	15,20%	1.384.194	61,22%	319.679	14,14%	208.073	9,20%
2010	2.214.116	327.414	14,79%	1.363.049	61,56%	318.324	14,38%	199.492	9,01%
2011	2.174.724	327.954	15,08%	1.335.930	61,43%	312.192	14,36%	192.083	8,83%
2012	2.134.469	329.720	15,45%	1.305.722	61,17%	308.440	14,45%	179.787	8,42%
2013	2.135.095	343.518	16,09%	1.287.895	60,32%	308.815	14,46%	185.991	8,71%
2014	2.100.008	339.586	16,17%	1.257.625	59,89%	311.618	14,84%	180.787	8,61%
2015	2.071.964	333.177	16,08%	1.238.309	59,76%	312.111	15,06%	171.517	8,28%
2016	2.034.769	336.569	16,54%	1.217.005	59,81%	319.656	15,71%	143.849	7,07%
2017	2.058.621	351.008	17,05%	1.197.628	58,18%	318.515	15,47%	170.622	8,29%
2018	2.031.112	353.756	17,42%	1.178.949	58,04%	311.830	15,35%	164.450	8,10%
2019	1.993.909	359.851	18,05%	1.153.446	57,85%	290.250	14,56%	165.341	8,29%
2020	1.927.085	345.732	17,94%	1.123.973	58,33%	283.607	14,72%	153.689	7,98%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 46, verificamos que o número de matrículas da EB maranhense em 2007 era de 2.292.004 e em 2020 passou para 1.927.085, uma diferença de 364.919 matrículas, o que representa um decréscimo de 15,92%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.422.111 e no final do recorte tinha

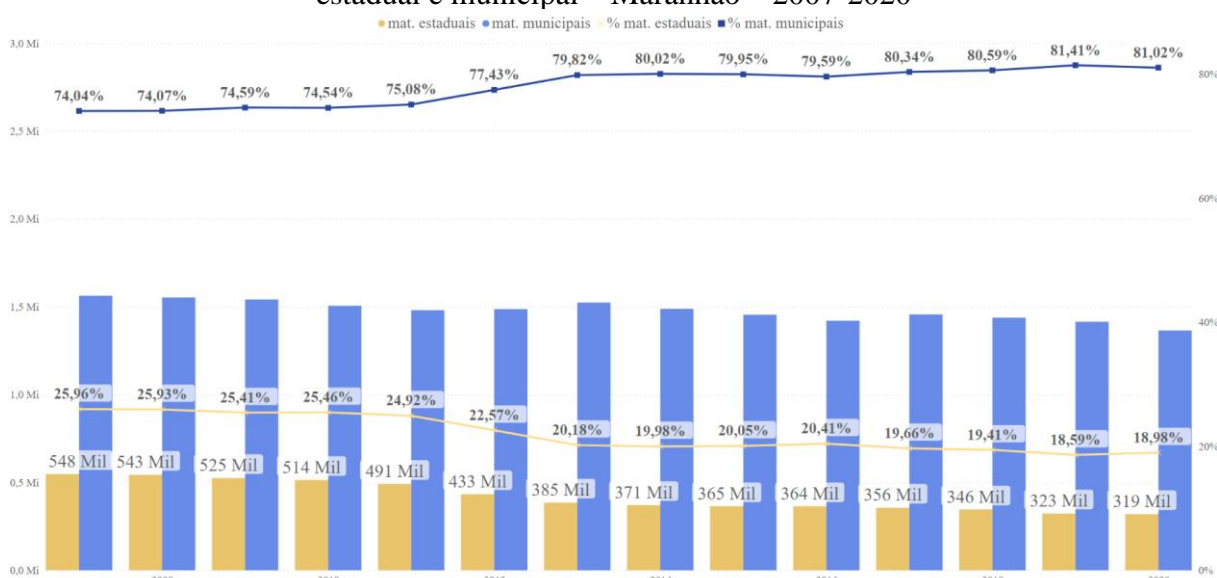
<sup>21</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

1.123.973 matrículas, apresentando uma variação negativa de 20,96% na matrícula e decréscimo médio de 1,61% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 2,76% em suas matrículas, em 2007 havia 336.440 inscrições e no ano de 2020 existia 345.732 inscrições, um acréscimo médio de 0,21% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Maranhão para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - MA

Gráfico 41 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Maranhão – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 47 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Maranhão – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	547.587	25,96%	1.561.918	74,04%	2.114.074
2008	543.321	25,93%	1.551.996	74,07%	2.101.333
2009	524.894	25,41%	1.540.851	74,59%	2.072.559
2010	513.871	25,46%	1.504.742	74,54%	2.026.211
2011	491.180	24,92%	1.480.223	75,08%	1.980.543
2012	433.025	22,57%	1.485.844	77,43%	1.929.288
2013	384.978	20,18%	1.523.201	79,82%	1.919.273
2014	371.226	19,98%	1.487.195	80,02%	1.870.863
2015	364.533	20,05%	1.453.911	79,95%	1.833.069
2016	364.239	20,41%	1.420.077	79,59%	1.798.566
2017	356.173	19,66%	1.455.443	80,34%	1.827.089
2018	346.105	19,41%	1.437.168	80,59%	1.799.117
2019	322.961	18,59%	1.414.160	81,41%	1.756.583
2020	319.487	18,98%	1.364.140	81,02%	1.701.861

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 41, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do MA no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas

estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 547.587 das matrículas, correspondendo a 25,96% das matrículas da EB e termina com 319.487, o que representava 18,98% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 41,66% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

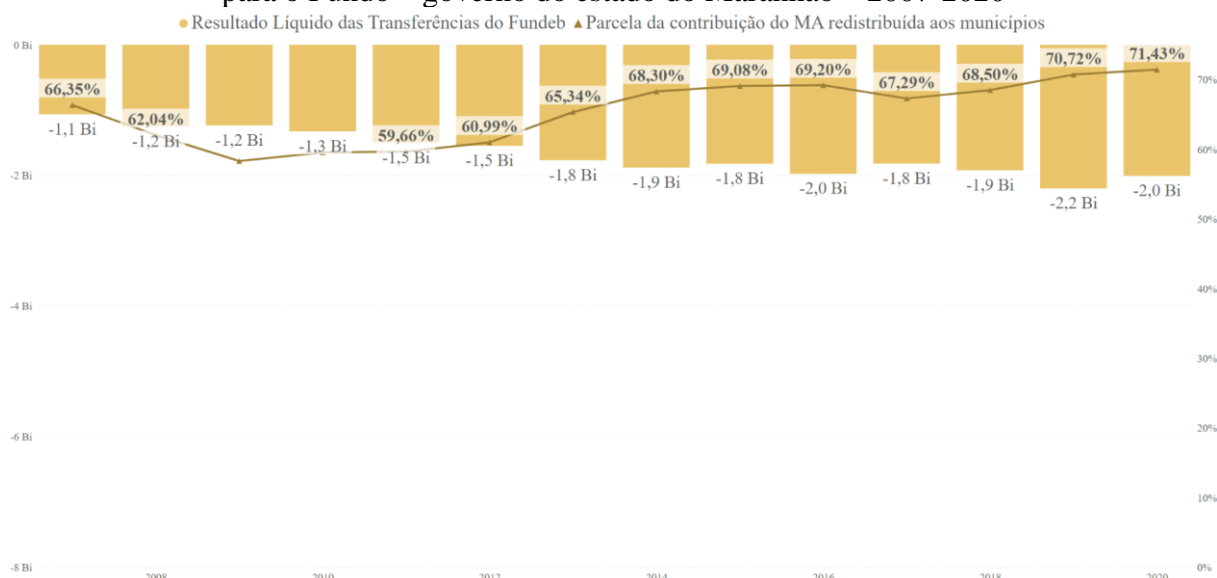
Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no MA somavam 1.561.918, correspondendo a 74,04% do total, em 2007, e terminaram com 1.364.140, o que representou 81,02% das matrículas totais em 2020, embora o decréscimo de 12,66%. Ao observar o Gráfico 41, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados divulgados.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais do MA, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Maranhão se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual maranhense e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - MA

Gráfico 42 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Maranhão – 2007-2020



Fonte: Secretaria de Planejamento – MA e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 48 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Maranhão – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.605.400.039,87	540.205.600,42	(1.065.194.439,45)	287.991.265,99	66,35%
2008	2.013.531.363,08	764.252.535,15	(1.249.278.827,93)	428.595.192,08	62,04%
2009	2.117.341.852,48	882.621.885,42	(1.234.719.967,05)	644.292.360,69	58,31%
2010	2.227.399.080,56	901.011.474,57	(1.326.387.605,99)	560.566.818,76	59,55%
2011	2.513.106.641,95	1.013.735.659,89	(1.499.370.982,06)	998.153.133,89	59,66%
2012	2.536.077.078,66	989.417.750,03	(1.546.659.328,63)	992.316.896,71	60,99%
2013	2.704.531.665,13	937.311.946,33	(1.767.219.718,81)	774.170.041,01	65,34%
2014	2.751.838.028,17	872.380.538,81	(1.879.457.489,36)	814.928.611,41	68,30%
2015	2.637.863.135,11	815.626.137,68	(1.822.236.997,43)	912.432.205,42	69,08%
2016	2.854.098.531,95	879.111.381,84	(1.974.987.150,11)	876.114.348,21	69,20%
2017	2.703.797.552,37	884.400.904,75	(1.819.396.647,62)	795.378.195,78	67,29%
2018	2.803.745.978,55	883.302.654,95	(1.920.443.323,59)	777.657.960,24	68,50%
2019	3.110.078.441,98	910.485.384,88	(2.199.593.057,10)	830.263.916,87	70,72%
2020	2.809.944.635,36	802.758.488,76	(2.007.186.146,60)	752.287.870,61	71,43%

Fonte: Secretaria de Planejamento – MA e SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 42 e na Tabela 48 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do MA para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 23.312.131.681,73, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 2.199.593.057,10 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 1.065.194.439,45; o crescimento da contribuição no período foi de 88,43%. Em termos percentuais, a parcela da contribuição

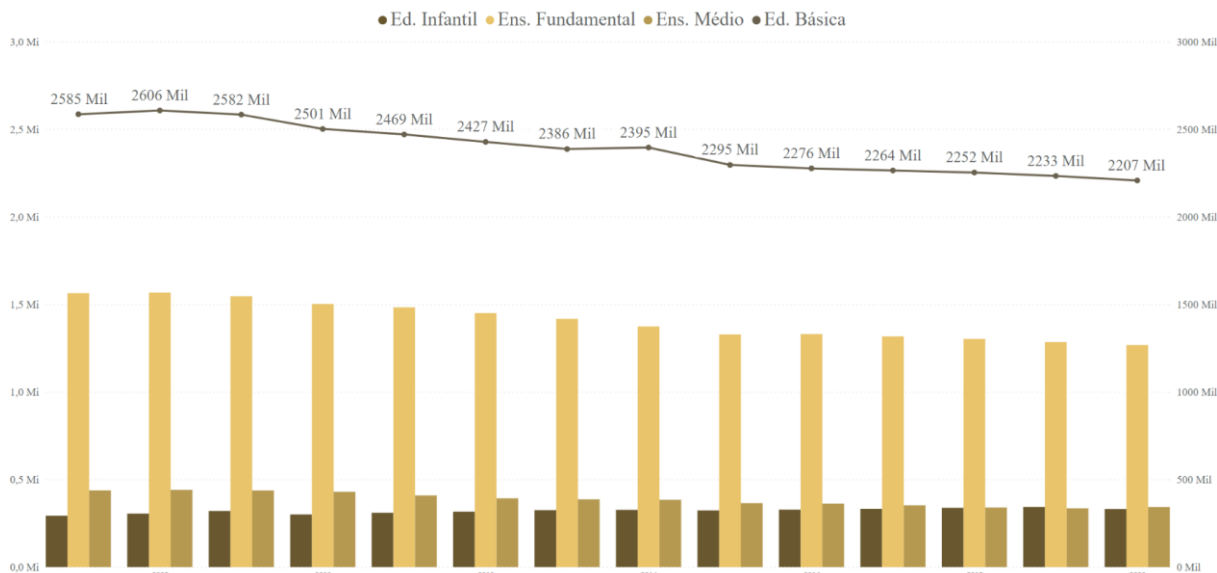
estadual redistribuída aos municípios média foi de 65,48% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 71,43% e a menor redistribuição em 2009, com 58,31%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo maranhense no período. Acrescenta-se que o MA recebeu complementação da União durante os 14 anos da Política somando um total de R\$ 10.445.148.817,67 no período de 2007 a 2020.

## PERNAMBUCO

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - PE

Gráfico 43 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Pernambuco – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 49 - Variação das matrículas da EB<sup>22</sup>, EI, EF, EM e EJA – Pernambuco – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	2.584.511	293.209	11,34%	1.563.384	60,49%	437.823	16,94%	274.320	10,61%
2008	2.606.107	304.976	11,70%	1.566.523	60,11%	440.352	16,90%	278.673	10,69%
2009	2.582.363	319.982	12,39%	1.545.868	59,86%	437.302	16,93%	260.758	10,10%
2010	2.500.672	299.966	12,00%	1.501.732	60,05%	429.476	17,17%	249.643	9,98%
2011	2.469.275	309.988	12,55%	1.482.659	60,04%	408.613	16,55%	236.555	9,58%
2012	2.426.571	315.878	13,02%	1.449.834	59,75%	392.399	16,17%	233.249	9,61%
2013	2.385.857	325.028	13,62%	1.416.836	59,38%	386.668	16,21%	215.550	9,03%
2014	2.394.561	326.668	13,64%	1.373.572	57,36%	383.909	16,03%	215.309	8,99%
2015	2.295.215	323.356	14,09%	1.327.947	57,86%	364.620	15,89%	203.679	8,87%
2016	2.275.551	327.831	14,41%	1.329.821	58,44%	361.851	15,90%	188.436	8,28%
2017	2.263.728	331.942	14,66%	1.316.293	58,15%	352.383	15,57%	191.697	8,47%
2018	2.251.952	338.062	15,01%	1.301.930	57,81%	339.909	15,09%	193.302	8,58%
2019	2.232.556	343.248	15,37%	1.284.245	57,52%	335.117	15,01%	187.217	8,39%
2020	2.206.605	331.026	15,00%	1.267.292	57,43%	342.892	15,54%	174.062	7,89%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 49, verificamos que o número de matrículas da EB pernambucana em 2007 era de 2.584.511 e em 2020 passou para 2.206.605, uma diferença de 377.906 matrículas, o que representa um decréscimo de 14,62%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.563.384 e no final do recorte tinha

<sup>22</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

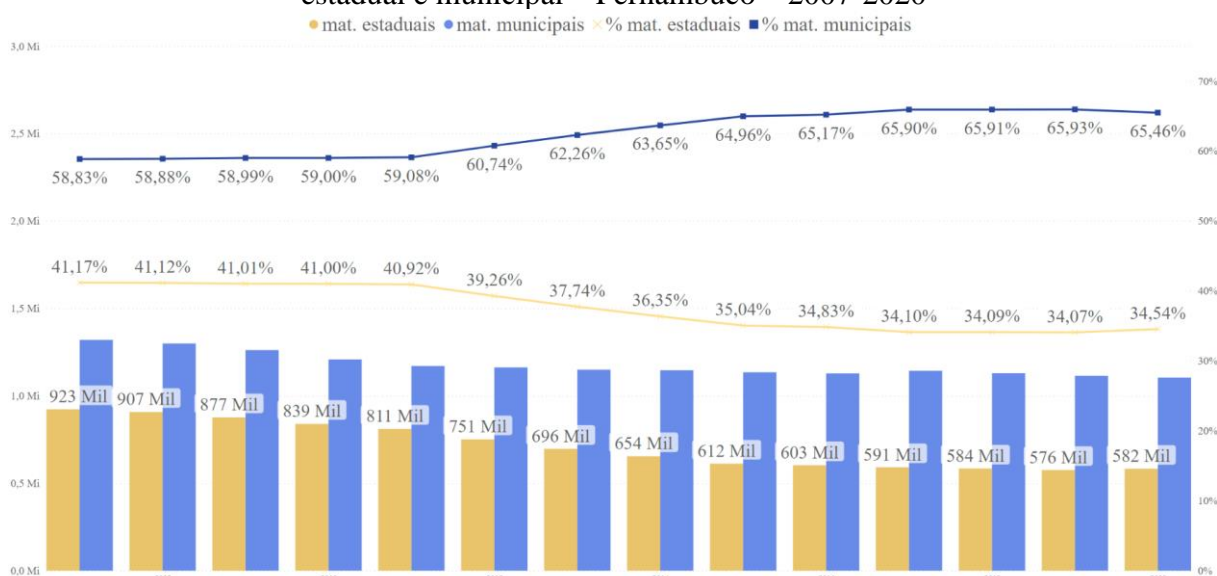


1.267.292 matrículas, apresentando uma variação negativa de 18,94% na matrícula e decréscimo médio de 1,46% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 12,90% em suas matrículas, em 2007 havia 293.209 inscrições e no ano de 2020 existia 331.026 inscrições, um acréscimo médio de 0,99% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Pernambuco para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO – PE

Gráfico 44 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Pernambuco – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 50 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Pernambuco – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	923.105	41,17%	1.319.296	58,83%	2.253.252
2008	907.361	41,12%	1.299.030	58,88%	2.218.288
2009	876.661	41,01%	1.261.142	58,99%	2.150.517
2010	839.209	41,00%	1.207.482	59,00%	2.059.889
2011	810.617	40,92%	1.170.467	59,08%	1.995.991
2012	751.042	39,26%	1.161.854	60,74%	1.927.834
2013	696.387	37,74%	1.149.023	62,26%	1.860.756
2014	654.332	36,35%	1.145.643	63,65%	1.815.052
2015	611.860	35,04%	1.134.203	64,96%	1.762.104
2016	602.703	34,83%	1.127.911	65,17%	1.747.307
2017	591.470	34,10%	1.143.022	65,90%	1.752.188
2018	583.945	34,09%	1.128.828	65,91%	1.730.771
2019	575.604	34,07%	1.113.913	65,93%	1.708.009
2020	582.407	34,54%	1.103.952	65,46%	1.707.329

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 44, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do PE no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas

estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 923.105 das matrículas, correspondendo a 41,17% das matrículas da EB e termina com 582.407, o que representava 34,54% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 36,91% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

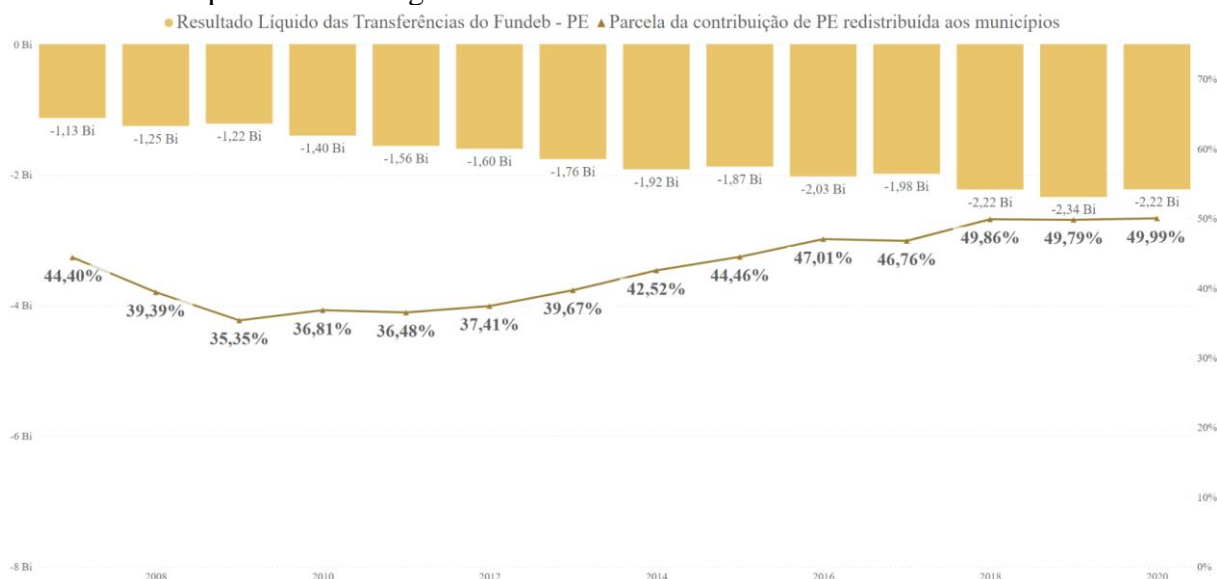
Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no PE somavam 1.319.296, correspondendo a 58,83% do total em 2007, e terminaram com 1.103.952, o que representou 65,46% das matrículas totais em 2020, embora tenha ocorrido o decréscimo de 16,32%. Ao observar o Gráfico 44, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados divulgados.

Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais do PE, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Pernambuco se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual pernambucana e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PE

Gráfico 45 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Pernambuco – 2007-2020



Fonte: SEFAZ PE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 51 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Pernambuco – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	2.547.776.434,16	1.416.548.584,29	(1.131.227.850)	32.313.960	44,40%
2008	3.179.958.977,02	1.927.377.019,82	(1.252.581.957)	146.517.848	39,39%
2009	3.440.411.485,51	2.224.377.005,51	(1.216.034.480)	365.040.575	35,35%
2010	3.805.924.944,49	2.404.845.554,09	(1.401.079.390)	153.282.533	36,81%
2011	4.272.158.521,90	2.713.630.819,26	(1.558.527.703)	453.250.012	36,48%
2012	4.278.778.738,57	2.678.169.815,54	(1.600.608.923)	385.266.109	37,41%
2013	4.433.479.521,64	2.674.606.753,80	(1.758.872.768)	285.810.936	39,67%
2014	4.508.394.432,31	2.591.406.004,36	(1.916.988.428)	433.537.445	42,52%
2015	4.216.734.808,90	2.341.851.763,82	(1.874.883.045)	371.129.246	44,46%
2016	4.309.083.597,41	2.283.339.696,19	(2.025.743.901)	362.814.069	47,01%
2017	4.243.090.430,43	2.259.105.802,39	(1.983.984.628)	305.868.317	46,76%
2018	4.461.751.697,44	2.237.009.733,94	(2.224.741.964)	271.861.676	49,86%
2019	4.700.302.902,26	2.360.135.939,48	(2.340.166.963)	281.996.346	49,79%
2020	4.445.426.462,58	2.223.045.640,99	(2.222.380.822)	219.480.755	49,99%

Fonte: SEFAZ PE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 45 e na Tabela 51 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do PE para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 24.507.822.821,13, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 2.340.166.962,78 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 1.131.227.849,87 e o crescimento da contribuição no período foi de 96,46%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição

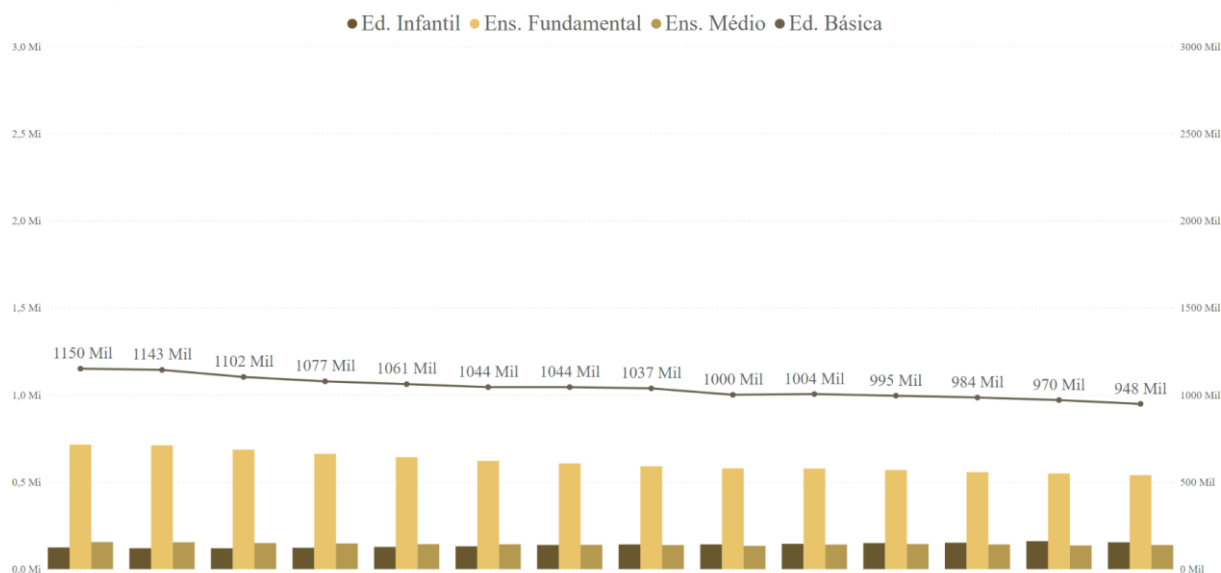
estadual redistribuída aos municípios foi de 42,85% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 49,99% e a menor redistribuição em 2009, com 35,35%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo das transferências em função da redistribuição intraestadual do fundo; este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo pernambucano no período. Acrescenta-se que o PE recebeu complementação da União durante os 14 anos da Política somando um total de R\$ 4.068.169.825,60 no período de 2007 a 2020.

## PARAÍBA

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - PB

Gráfico 46 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Paraíba – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 52 - Variação das matrículas da EB<sup>23</sup>, EI, EF, EM e EJA – Paraíba – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	1.149.898	124.085	10,79%	714.187	62,11%	155.331	13,51%	148.696	12,93%
2008	1.142.968	119.547	10,46%	709.956	62,12%	154.247	13,50%	151.422	13,25%
2009	1.102.133	119.293	10,82%	685.349	62,18%	149.469	13,56%	143.366	13,01%
2010	1.076.988	122.294	11,36%	661.105	61,38%	146.876	13,64%	141.212	13,11%
2011	1.061.026	127.138	11,98%	642.093	60,52%	143.125	13,49%	143.174	13,49%
2012	1.043.867	130.274	12,48%	620.359	59,43%	142.326	13,63%	144.564	13,85%
2013	1.044.010	138.497	13,27%	605.957	58,04%	139.415	13,35%	152.499	14,61%
2014	1.037.073	141.499	13,64%	589.897	56,88%	138.252	13,33%	153.193	14,77%
2015	999.858	141.786	14,18%	578.115	57,82%	133.183	13,32%	133.640	13,37%
2016	1.004.162	144.700	14,41%	576.832	57,44%	140.772	14,02%	131.220	13,07%
2017	994.721	149.067	14,99%	568.156	57,12%	143.636	14,44%	120.721	12,14%
2018	984.221	151.296	15,37%	556.248	56,52%	141.297	14,36%	123.182	12,52%
2019	969.806	159.865	16,48%	548.659	56,57%	135.458	13,97%	113.110	11,66%
2020	947.860	153.812	16,23%	538.748	56,84%	138.340	14,59%	107.974	11,39%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 52, verificamos que o número de matrículas da EB paraibano em 2007 era de 2.486.765 e em 2020 passou para 2.252.916, uma diferença de 233.849 matrículas, o que representa um decréscimo de 9,40%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números

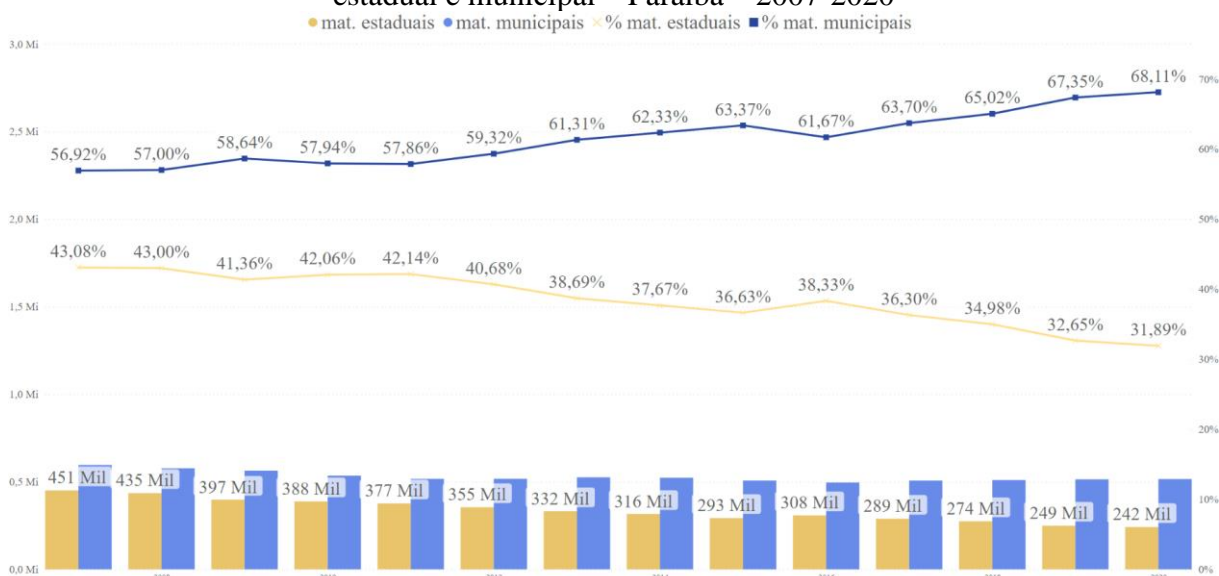
<sup>23</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.563.114 e no final do recorte tinha 1.394.011 matrículas, apresentando uma variação negativa de 10,82% na matrícula e decréscimo médio de 0,83% ao ano. No caso da EI, houve um aumento percentual de 15,25% em suas matrículas, em 2007 havia 276.179 inscrições e no ano de 2020 existia 318.301 inscrições, um acréscimo médio de 1,17% ao ano. Também chama a atenção o quantitativo de matrículas na EJA, o qual, embora com oscilações, se manteve num patamar de mais de 100 mil e uma representatividade superior a 10%.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade da Paraíba para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - PB

Gráfico 47 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Paraíba – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 53 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Paraíba – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	451.037	43,08%	595.860	56,92%	1.052.044
2008	435.385	43,00%	577.194	57,00%	1.017.363
2009	397.444	41,36%	563.569	58,64%	965.625
2010	387.970	42,06%	534.555	57,94%	928.567
2011	376.505	42,14%	516.952	57,86%	899.848
2012	354.690	40,68%	517.197	59,32%	878.695
2013	331.529	38,69%	525.392	61,31%	864.364
2014	315.912	37,67%	522.782	62,33%	845.894
2015	292.869	36,63%	506.651	63,37%	808.653
2016	308.114	38,33%	495.780	61,67%	812.684
2017	288.636	36,30%	506.491	63,70%	805.078
2018	274.307	34,98%	509.917	65,02%	794.571
2019	249.241	32,65%	514.037	67,35%	774.618
2020	241.520	31,89%	515.725	68,11%	769.737

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 47, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do PB no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 790.342 das matrículas, correspondendo a 33,67% das matrículas da EB e termina com 556.424, o que representava 27,59% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 29,60% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no PB somavam 1.557.011, correspondendo a 66,33% do total em 2007, e terminaram com 1.460.700, o que representou 72,41% das matrículas totais em 2020, embora tenha ocorrido um decréscimo de 6,19%. Ao observar o Gráfico 47, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados divulgados.

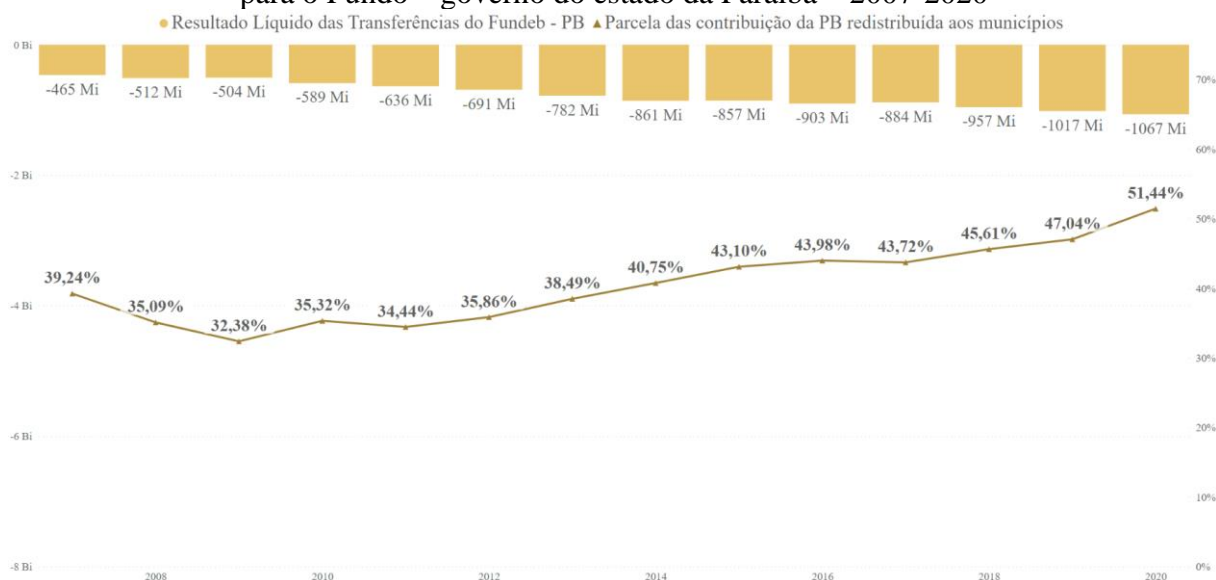
Percebe-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais da PB, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado da Paraíba se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública

com destaque para a rede estadual paraibana e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PB

Gráfico 48 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado da Paraíba – 2007-2020



Fonte: SEFAZ PB. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 54 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado da Paraíba – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.184.245.585,66	719.492.881,15	(464.752.704,50)	24.637.786,46	39,24%
2008	1.460.016.844,28	947.650.954,77	(512.365.889,51)	18.484.716,97	35,09%
2009	1.558.141.570,00	1.053.682.264,63	(504.459.305,37)	68.144.978,52	32,38%
2010	1.667.793.270,91	1.078.693.327,99	(589.099.942,93)	51.064.629,57	35,32%
2011	1.847.843.334,04	1.211.468.209,38	(636.375.124,67)	174.899.480,55	34,44%
2012	1.925.950.417,71	1.235.379.898,45	(690.570.519,26)	112.361.433,76	35,86%
2013	2.032.418.036,68	1.250.176.991,01	(782.241.045,67)	102.455.637,41	38,49%
2014	2.111.796.945,19	1.251.233.396,69	(860.563.548,50)	93.882.725,88	40,75%
2015	1.988.693.235,93	1.131.591.954,75	(857.101.281,18)	146.381.824,48	43,10%
2016	2.053.562.563,80	1.150.374.724,08	(903.187.839,72)	114.243.263,09	43,98%
2017	2.021.949.513,68	1.137.977.602,28	(883.971.911,41)	93.349.676,35	43,72%
2018	2.098.814.964,27	1.141.449.406,95	(957.365.557,32)	66.543.251,61	45,61%
2019	2.162.951.312,12	1.145.603.973,39	(1.017.347.338,74)	106.546.975,68	47,04%
2020	2.074.023.472,34	1.007.164.579,99	(1.066.858.892,35)	93.991.631,30	51,44%

Fonte: SEFAZ PB. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 48 e na Tabela 54 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado da PB para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 10.726.260.901,11, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 1.066.858.892,35 e o menor



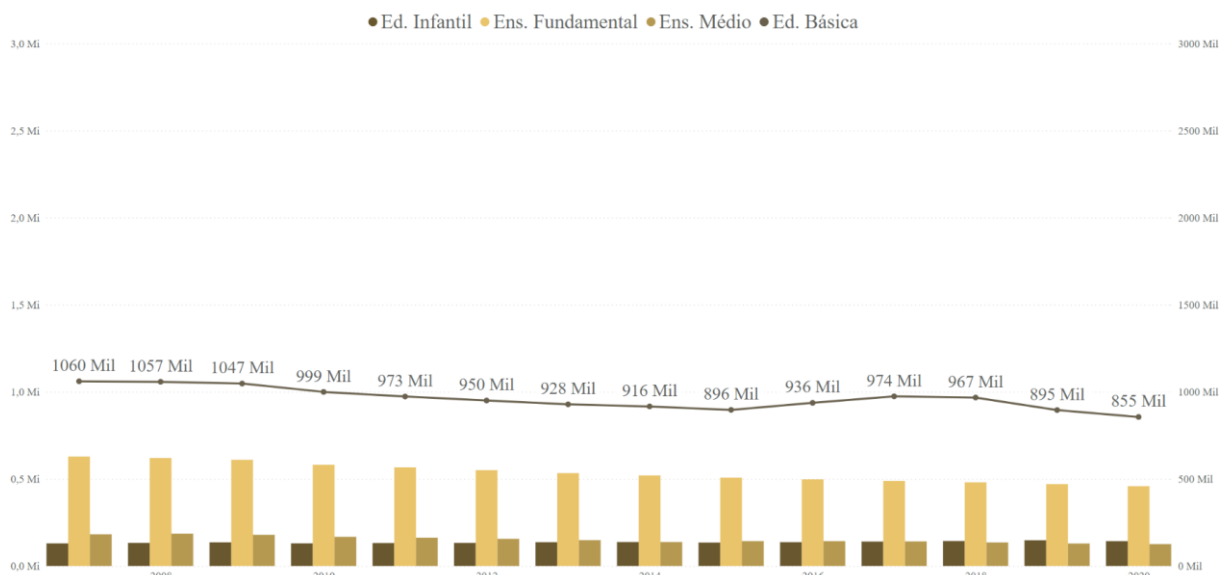
montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 464.752.704,50 e o crescimento da contribuição no período foi de 129,55%. Em termos percentuais, a parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios média foi de 40,46% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 51,44% e a menor redistribuição em 2009, com 32,38%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, ajudaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo paraibano no período. Acrescenta-se que a PB recebeu complementação da União durante os 14 anos da política, somando um total de R\$ 1.266.988.011,62 no período de 2007 a 2020.

## PIAÚÍ

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - PI

Gráfico 49 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Piauí – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 55 - Variação das matrículas da EB<sup>24</sup>, EI, EF, EM e EJA – Piauí – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	1.060.070	129.397	12,21%	628.299	59,27%	181.772	17,15%	109.971	10,37%
2008	1.057.326	132.330	12,52%	619.729	58,61%	185.710	17,56%	109.787	10,38%
2009	1.047.226	135.830	12,97%	609.593	58,21%	178.778	17,07%	109.792	10,48%
2010	999.199	129.588	12,97%	581.204	58,17%	167.418	16,76%	105.136	10,52%
2011	973.002	131.467	13,51%	566.315	58,20%	162.027	16,65%	99.129	10,19%
2012	949.815	132.282	13,93%	550.242	57,93%	155.998	16,42%	98.362	10,36%
2013	928.064	136.801	14,74%	533.279	57,46%	148.150	15,96%	98.368	10,60%
2014	915.816	137.763	15,04%	519.819	56,76%	137.773	15,04%	92.206	10,07%
2015	896.276	134.348	14,99%	506.726	56,54%	142.843	15,94%	87.674	9,78%
2016	936.437	136.975	14,63%	497.338	53,11%	142.710	15,24%	142.538	15,22%
2017	973.993	140.475	14,42%	488.300	50,13%	141.248	14,50%	177.231	18,20%
2018	966.925	143.362	14,83%	480.126	49,65%	135.125	13,97%	184.671	19,10%
2019	895.308	147.464	16,47%	470.183	52,52%	128.797	14,39%	130.486	14,57%
2020	855.397	142.658	16,68%	458.077	53,55%	125.788	14,71%	107.221	12,53%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 55, verificamos que o número de matrículas da EB piauiense em 2007 era de 1.060.070 e em 2020 passou para 855.397, uma diferença de 204.673 matrículas, o que representa um decréscimo de 19,31%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 628.299 e no final do recorte tinha

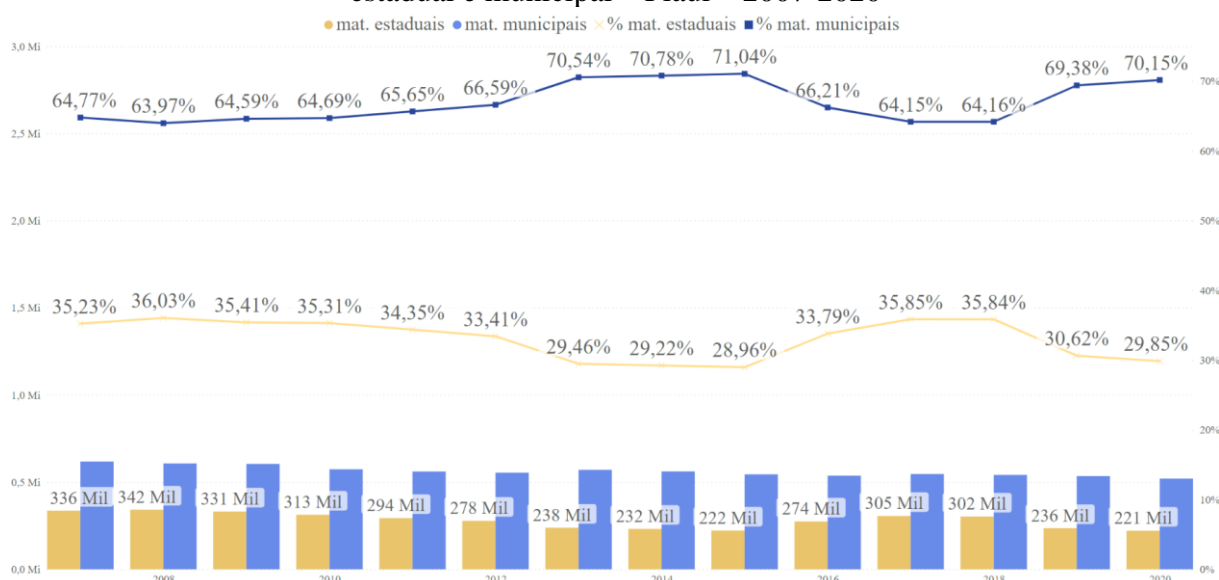
<sup>24</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

458.077 matrículas, apresentando uma variação negativa de 27,09% na matrícula e decréscimo médio de 2,08% ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 10,25% em suas matrículas, em 2007 havia 129.397 inscrições e no ano de 2020 existia 142.658 inscrições, um acréscimo médio de 0,79% ao ano. Observa-se também o comportamento incomum das matrículas da EJA no período visto que de 2015 para 2016 aconteceu um salto expressivo das matrículas na série histórica.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Piauí para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - PI

Gráfico 50 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Piauí – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 56 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Piauí – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	335.931	35,23%	617.695	64,77%	958.936
2008	341.885	36,03%	606.931	63,97%	954.544
2009	331.133	35,41%	604.134	64,59%	941.448
2010	313.015	35,31%	573.451	64,69%	893.704
2011	293.539	34,35%	560.914	65,65%	863.489
2012	277.796	33,41%	553.761	66,59%	840.378
2013	238.145	29,46%	570.092	70,54%	817.215
2014	231.772	29,22%	561.330	70,78%	801.964
2015	221.995	28,96%	544.614	71,04%	781.940
2016	273.939	33,79%	536.707	66,21%	821.496
2017	305.444	35,85%	546.650	64,15%	863.055
2018	302.252	35,84%	541.078	64,16%	855.038
2019	236.000	30,62%	534.736	69,38%	782.832
2020	221.301	29,85%	520.153	70,15%	753.970

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 50, ao ponderarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do PI no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 335.931 das matrículas, correspondendo a 35,23% das matrículas da EB, e termina com 221.301, o que representava 29,85% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 34,12% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

Contudo, ao considerarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução no seu número e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no PI somavam 617.695, correspondendo a 64,77% do total, em 2007, e terminaram com 520.153, o que representou 70,15% das matrículas totais em 2020, embora tenha havido decréscimo de 15,79%. Ao observar o Gráfico 50, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados publicados.

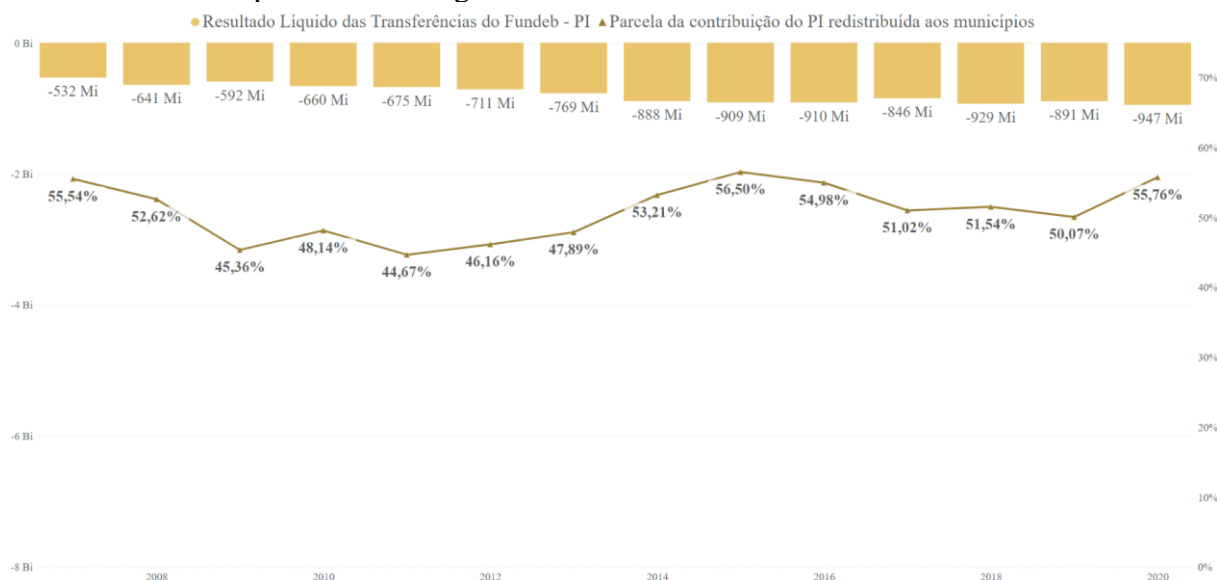
Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais da PI, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Piauí se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública

com destaque para a rede estadual piauiense e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PI

Gráfico 51 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Piauí – 2007-2020



Fonte: SEFAZ PI e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 57 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Piauí – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	957.122.634,34	425.573.923,16	(531.548.711,18)	65.921.469,80	55,54%
2008	1.217.885.387,70	577.026.041,50	(640.859.346,20)	89.272.800,47	52,62%
2009	1.305.257.199,87	713.183.521,07	(592.073.678,81)	196.139.589,73	45,36%
2010	1.371.814.923,00	711.373.903,97	(660.441.019,03)	181.273.681,22	48,14%
2011	1.511.510.061,79	836.267.082,30	(675.242.979,49)	239.976.469,86	44,67%
2012	1.539.414.513,98	828.877.807,89	(710.536.706,08)	229.624.714,35	46,16%
2013	1.605.990.171,21	836.959.548,42	(769.030.622,79)	200.464.400,02	47,89%
2014	1.669.731.624,60	781.260.392,77	(888.471.231,83)	193.100.285,95	53,21%
2015	1.609.082.160,94	699.911.083,28	(909.171.077,66)	192.520.812,29	56,50%
2016	1.655.343.303,34	745.163.978,34	(910.179.325,01)	207.562.702,41	54,98%
2017	1.657.744.179,45	811.994.894,99	(845.749.284,46)	259.242.773,11	51,02%
2018	1.801.998.626,08	873.275.706,52	(928.722.919,56)	288.498.833,61	51,54%
2019	1.778.907.776,59	888.266.292,13	(890.641.484,46)	290.766.604,47	50,07%
2020	1.697.789.872,12	751.078.851,39	(946.711.020,74)	254.974.430,68	55,76%

Fonte: SEFAZ PI e SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 51 e na Tabela 57 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do PI para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 10.899.379.407,29, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 946.711.020,74 e o menor

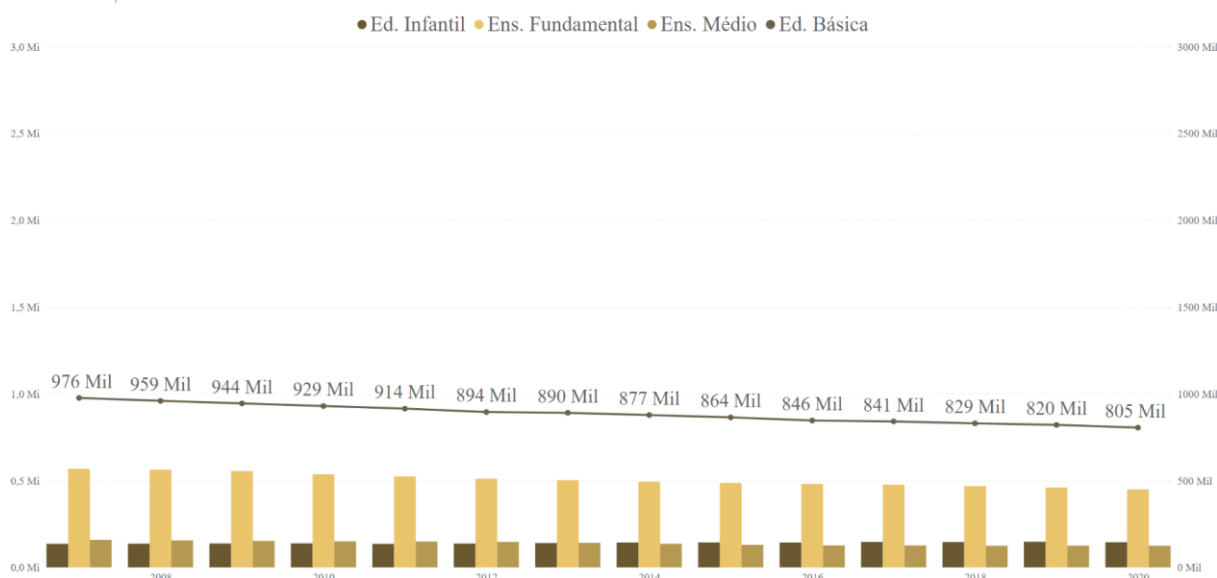
montante em 2011, quando a redistribuição foi de R\$ 531.548.711,18; o crescimento da contribuição no período foi de 78,10%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 50,96% no período, apresentando a maior redistribuição em 2015, com 56,40% e a menor redistribuição em 2011, com 44,67%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, ajudaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo piauiense no período. Acrescenta-se que o PI recebeu complementação da União durante os 14 anos da política somando um total de R\$ 2.889.339.567,98 no período de 2007 a 2020.

## RIO GRANDE DO NORTE

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - RN

Gráfico 52 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rio Grande do Norte – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 58 - Variação das matrículas da EB<sup>25</sup>, EI, EF, EM e EJA – Rio Grande do Norte – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	975.851	135.334	13,87%	567.843	58,19%	158.223	16,21%	108.918	11,16%
2008	958.882	136.271	14,21%	562.177	58,63%	155.414	16,21%	98.740	10,30%
2009	944.406	137.591	14,57%	554.519	58,72%	152.326	16,13%	91.575	9,70%
2010	929.144	138.461	14,90%	536.486	57,74%	149.524	16,09%	93.934	10,11%
2011	913.979	135.164	14,79%	523.232	57,25%	148.561	16,25%	93.426	10,22%
2012	894.366	136.985	15,32%	510.375	57,07%	145.943	16,32%	88.139	9,85%
2013	890.265	140.240	15,75%	501.937	56,38%	141.532	15,90%	90.531	10,17%
2014	877.431	143.133	16,31%	493.086	56,20%	135.609	15,46%	82.155	9,36%
2015	863.950	143.434	16,60%	486.565	56,32%	129.452	14,98%	75.709	8,76%
2016	845.655	142.938	16,90%	480.959	56,87%	126.545	14,96%	72.147	8,53%
2017	840.646	146.025	17,37%	475.645	56,58%	126.265	15,02%	69.114	8,22%
2018	829.463	145.302	17,52%	467.629	56,38%	124.592	15,02%	65.822	7,94%
2019	820.485	147.244	17,95%	459.400	55,99%	125.082	15,24%	66.648	8,12%
2020	804.775	144.465	17,95%	448.764	55,76%	124.711	15,50%	63.203	7,85%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 58, verificamos que o número de matrículas da EB potiguar em 2007 era de 975.851 e em 2020 passou para 804.775, uma diferença de 171.076 matrículas, o que representa um decréscimo de 17,53%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 567.843 e no final do recorte tinha 448.764

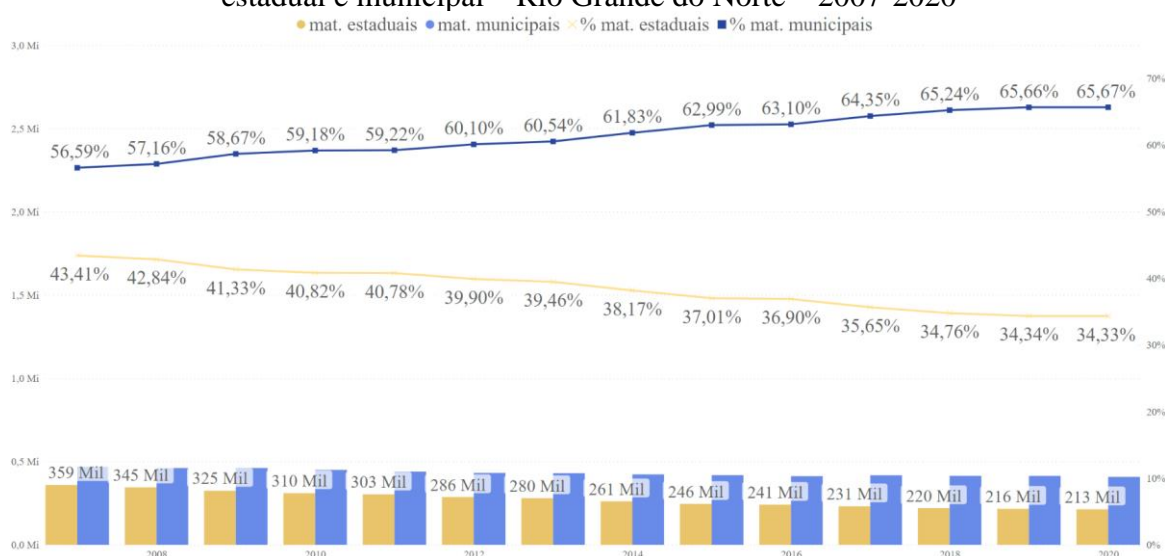
<sup>25</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

matrículas, apresentando uma variação negativa de 20,97% na matrícula e decréscimo médio de 1,61% ao ano. O destaque fica para a EI, que obteve um aumento percentual de 6,75% em suas matrículas, em 2007 havia 135.334 inscrições e no ano de 2020 existia 144.465 inscrições, um acréscimo médio de 0,52% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Rio Grande do Norte para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - RN

Gráfico 53 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rio Grande do Norte – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 59 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rio Grande do Norte – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	359.440	43,41%	468.490	56,59%	833.016
2008	345.154	42,84%	460.590	57,16%	811.904
2009	324.701	41,33%	460.866	58,67%	792.976
2010	310.349	40,82%	449.852	59,18%	771.374
2011	302.892	40,78%	439.842	59,22%	754.435
2012	286.433	39,90%	431.482	60,10%	730.759
2013	280.095	39,46%	429.720	60,54%	724.580
2014	261.079	38,17%	422.893	61,83%	702.058
2015	245.641	37,01%	418.145	62,99%	686.741
2016	240.788	36,90%	411.832	63,10%	674.818
2017	231.245	35,65%	417.379	64,35%	671.423
2018	220.390	34,76%	413.631	65,24%	658.949
2019	216.206	34,34%	413.309	65,66%	649.161
2020	213.288	34,33%	408.018	65,67%	641.141

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 53, ao avaliarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do RN no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas



estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 359.440 das matrículas, correspondendo a 43,41% das matrículas da EB, e termina com 213.288, o que representava 34,33% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 40,66% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

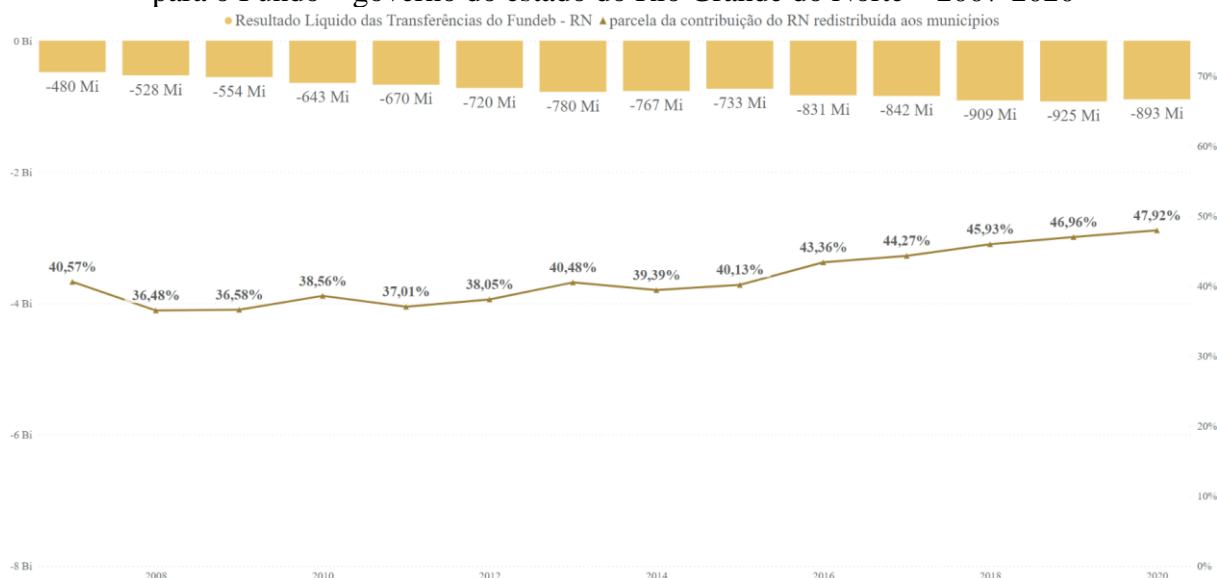
Apesar disso, ao considerarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução na sua quantidade e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no RN somavam 468.490, correspondendo a 65,59% do total em 2007, e terminaram com 408.018, o que representou 65,67% das matrículas totais em 2020, embora o decréscimo de 12,91%. Ao observar o Gráfico 53, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados revelados.

Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais da RN, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Rio Grande do Norte se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual potiguar e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - RN

Gráfico 54 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Norte – 2007-2020



Fonte: SIOPE, SEPLAN RN e Controladoria Geral RN. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 60 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Norte – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.183.995.449,90	703.664.393,43	(480.331.056,47)	-	40,57%
2008	1.448.300.311,56	920.012.233,38	(528.288.078,18)	-	36,48%
2009	1.515.350.358,61	961.079.164,23	(554.271.194,37)	-	36,58%
2010	1.668.025.940,90	1.024.757.255,68	(643.268.685,22)	-	38,56%
2011	1.809.198.051,99	1.139.591.961,45	(669.606.090,54)	-	37,01%
2012	1.892.984.570,80	1.172.694.166,96	(720.290.403,84)	-	38,05%
2013	1.927.178.158,12	1.147.077.611,19	(780.100.546,93)	-	40,48%
2014	1.947.139.483,71	1.180.140.306,71	(766.999.177,00)	-	39,39%
2015	1.827.122.877,23	1.093.943.876,20	(733.179.001,03)	106.956.819,77	40,13%
2016	1.916.982.934,24	1.085.794.120,66	(831.188.813,58)	-	43,36%
2017	1.901.049.458,84	1.059.480.723,44	(841.568.735,40)	-	44,27%
2018	1.978.447.368,52	1.069.800.226,14	(908.647.142,38)	-	45,93%
2019	1.968.622.141,70	1.044.110.055,91	(924.512.085,79)	-	46,96%
2020	1.864.350.392,89	970.987.120,48	(893.363.272,41)	-	47,92%

Fonte: SIOPE, SEPLAN RN e Controladoria Geral RN. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 54 e na Tabela 60 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do RN para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 10.275.614.283,13, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 924.512.085,79 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 480.331.056,47; o crescimento da contribuição no período foi de 85,99%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição

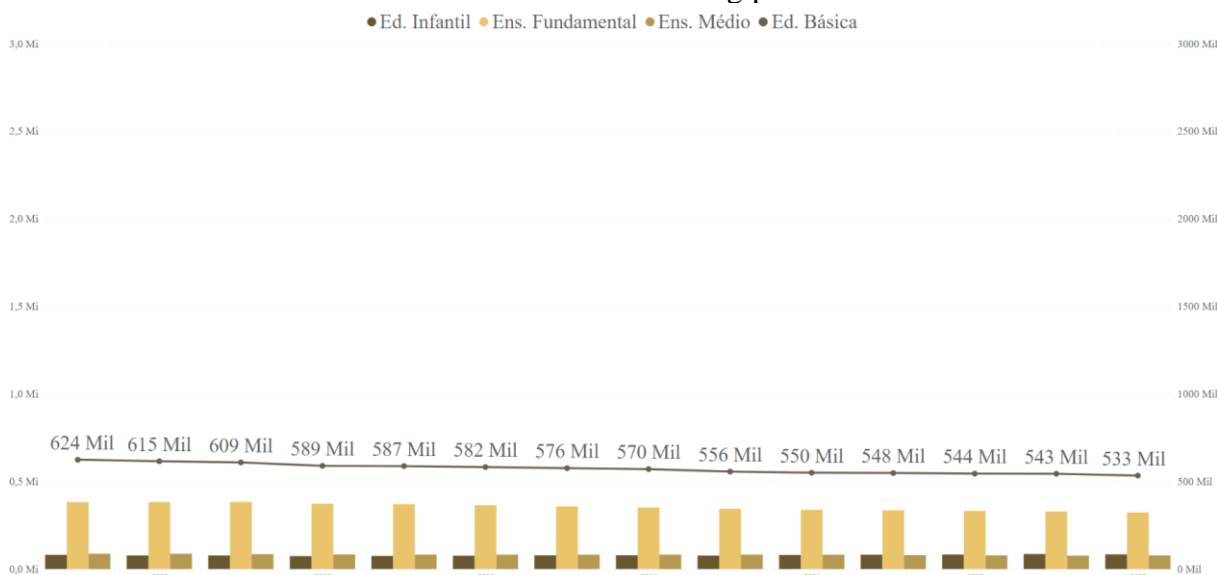
estadual redistribuída aos municípios foi de 41,12% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 47,92% e a menor redistribuição em 2008, com 36,48%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indicativos que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, ajudaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo potiguar no período. Acrescenta-se que o RN recebeu complementação da União em apenas um ano da Política somando um total de R\$ 106.956.819,77 no período de 2007 a 2020.

## SERGIPE

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - SE

Gráfico 55 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Sergipe – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 61 - Variação das matrículas da EB<sup>26</sup>, EI, EF, EM e EJA – Sergipe – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	623.731	80.520	12,91%	381.696	61,20%	87.062	13,96%	71.136	11,40%
2008	615.146	77.484	12,60%	381.911	62,08%	86.868	14,12%	66.314	10,78%
2009	608.616	77.394	12,72%	382.996	62,93%	84.844	13,94%	60.720	9,98%
2010	589.109	73.920	12,55%	373.009	63,32%	82.969	14,08%	56.424	9,58%
2011	587.365	74.970	12,76%	369.911	62,98%	81.971	13,96%	56.617	9,64%
2012	581.931	76.132	13,08%	363.402	62,45%	81.763	14,05%	56.444	9,70%
2013	575.643	77.944	13,54%	356.994	62,02%	81.568	14,17%	54.717	9,51%
2014	570.227	78.181	13,71%	350.168	61,41%	81.801	14,35%	46.576	8,17%
2015	556.026	76.755	13,80%	344.083	61,88%	81.799	14,71%	43.263	7,78%
2016	549.535	79.924	14,54%	337.993	61,51%	81.179	14,77%	41.259	7,51%
2017	547.933	81.342	14,85%	334.473	61,04%	79.237	14,46%	41.995	7,66%
2018	544.393	82.260	15,11%	331.297	60,86%	77.939	14,32%	42.620	7,83%
2019	543.464	85.541	15,74%	328.558	60,46%	76.436	14,06%	43.907	8,08%
2020	533.450	83.228	15,60%	322.614	60,48%	77.638	14,55%	39.931	7,49%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 61, verificamos que o número de matrículas da EB sergipano em 2007 era de 623.731 e em 2020 passou para 533.450, uma diferença de 90.281 matrículas, o que representa um decréscimo de 14,47%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 381.696 e no final do recorte tinha 322.614

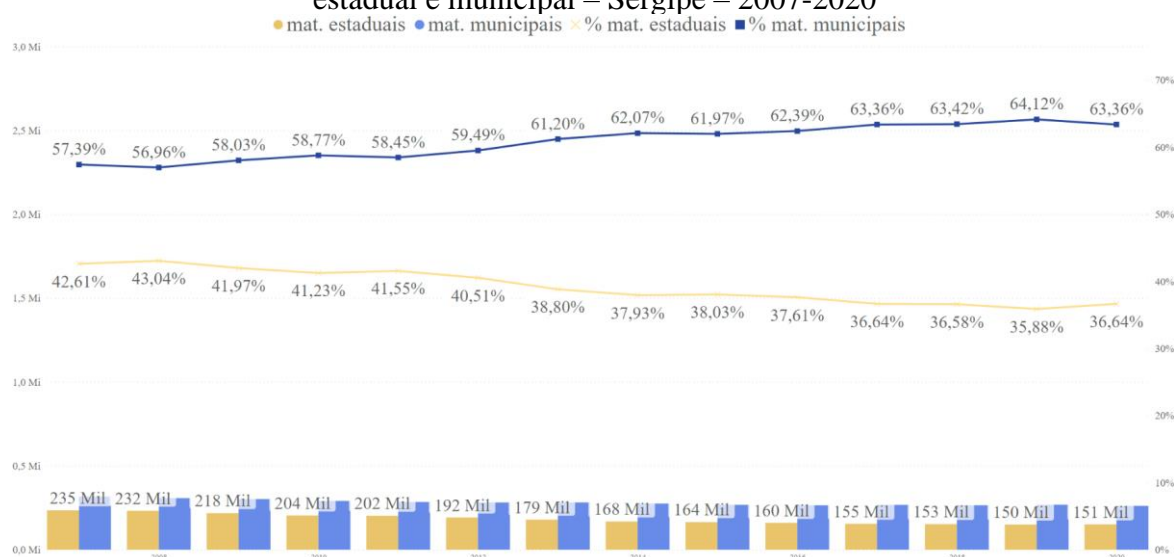
<sup>26</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

matrículas, apresentando uma variação negativa de 15,48% na matrícula e decréscimo médio de 1,19% ao ano. O destaque fica para a EI, que obteve um aumento percentual de 3,36% em suas matrículas, em 2007 havia 80.520 inscrições e no ano de 2020 existia 83.228 inscrições, um acréscimo médio de 0,26% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Sergipe para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - SE

Gráfico 56 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Sergipe – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 62 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Sergipe – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	234.911	42,61%	316.419	57,39%	555.935
2008	232.303	43,04%	307.390	56,96%	543.534
2009	218.107	41,97%	301.506	58,03%	523.495
2010	203.945	41,23%	290.698	58,77%	498.608
2011	202.182	41,55%	284.454	58,45%	490.441
2012	191.800	40,51%	281.612	59,49%	478.030
2013	178.752	38,80%	281.894	61,20%	465.350
2014	167.940	37,93%	274.871	62,07%	447.691
2015	164.256	38,03%	267.653	61,97%	437.389
2016	159.718	37,61%	264.930	62,39%	429.298
2017	154.605	36,64%	267.353	63,36%	426.779
2018	152.870	36,58%	265.082	63,42%	423.049
2019	150.087	35,88%	268.231	64,12%	423.058
2020	151.121	36,64%	261.344	63,36%	417.415

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 56, ao avaliarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do SE no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 234.911 das matrículas, correspondendo a 42,61% das matrículas da EB e termina com 151.121, o que representava 36,64% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 35,67% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

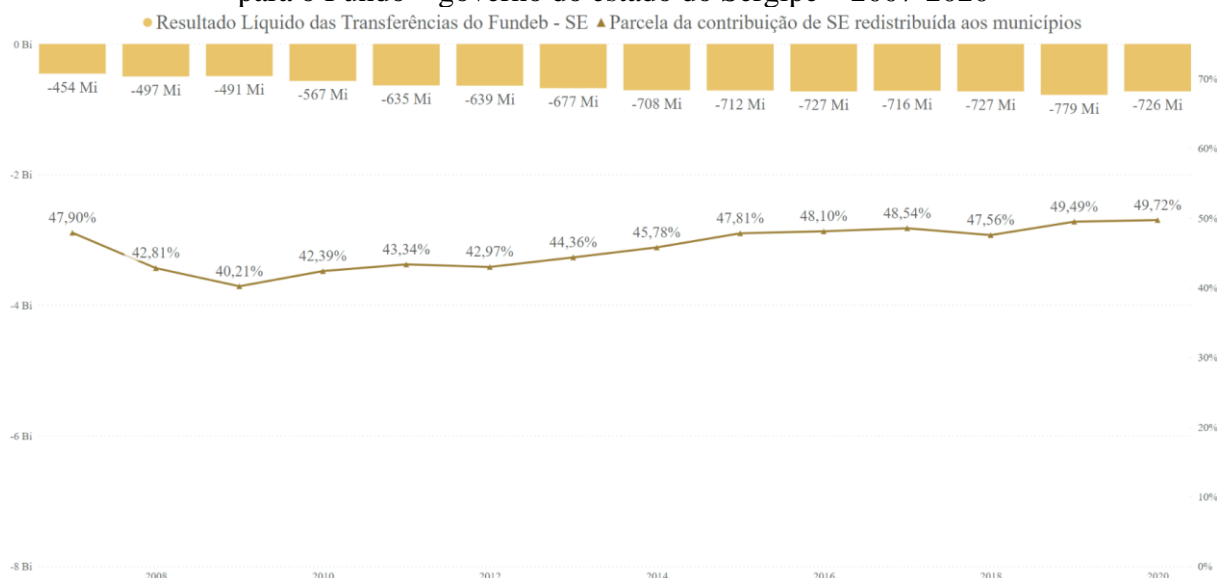
Apesar disso, ao ponderarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução na sua quantidade e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no SE somavam 316.419, correspondendo a 57,39% do total em 2007, e terminaram com 261.344, o que representou 63,36% das matrículas totais em 2020, embora tenha ocorrido decréscimo de 17,91%. Ao observar o Gráfico 56, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados revelados.

Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais da SE, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais.

Ademais, o estado do Sergipe se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual sergipana e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - SE

Gráfico 57 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Sergipe – 2007-2020



Fonte: SEFAZ SE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 63 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Sergipe – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	947.003.137,41	493.366.282,34	(453.636.855,07)	-	47,90%
2008	1.161.433.466,08	664.169.235,45	(497.264.230,63)	-	42,81%
2009	1.221.081.384,33	730.124.201,71	(490.957.182,62)	-	40,21%
2010	1.337.938.592,11	770.807.266,01	(567.131.326,10)	-	42,39%
2011	1.464.807.236,94	829.907.571,66	(634.899.665,27)	-	43,34%
2012	1.487.226.430,57	848.099.393,78	(639.127.036,79)	-	42,97%
2013	1.525.786.169,36	848.925.456,05	(676.860.713,31)	-	44,36%
2014	1.545.978.210,40	838.235.390,24	(707.742.820,16)	-	45,78%
2015	1.488.463.289,58	776.806.852,66	(711.656.436,92)	-	47,81%
2016	1.511.866.940,89	784.675.893,85	(727.191.047,04)	-	48,10%
2017	1.475.876.893,22	759.559.997,53	(716.316.895,69)	-	48,54%
2018	1.528.107.472,65	801.360.857,60	(726.746.615,05)	-	47,56%
2019	1.574.416.098,74	795.261.210,42	(779.154.888,32)	-	49,49%
2020	1.461.143.899,10	734.705.005,37	(726.438.893,73)	-	49,72%

Fonte: SEFAZ SE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 57 e na Tabela 63 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do SE para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 9.055.124.606,71, apresentando o maior montante em 2019, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 779.154.888,32 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 453.636.855,07; o crescimento da contribuição no período foi de 60,14%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição

estadual redistribuída aos municípios foi de 45,78% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 49,72% e a menor redistribuição em 2009, com 40,21%.

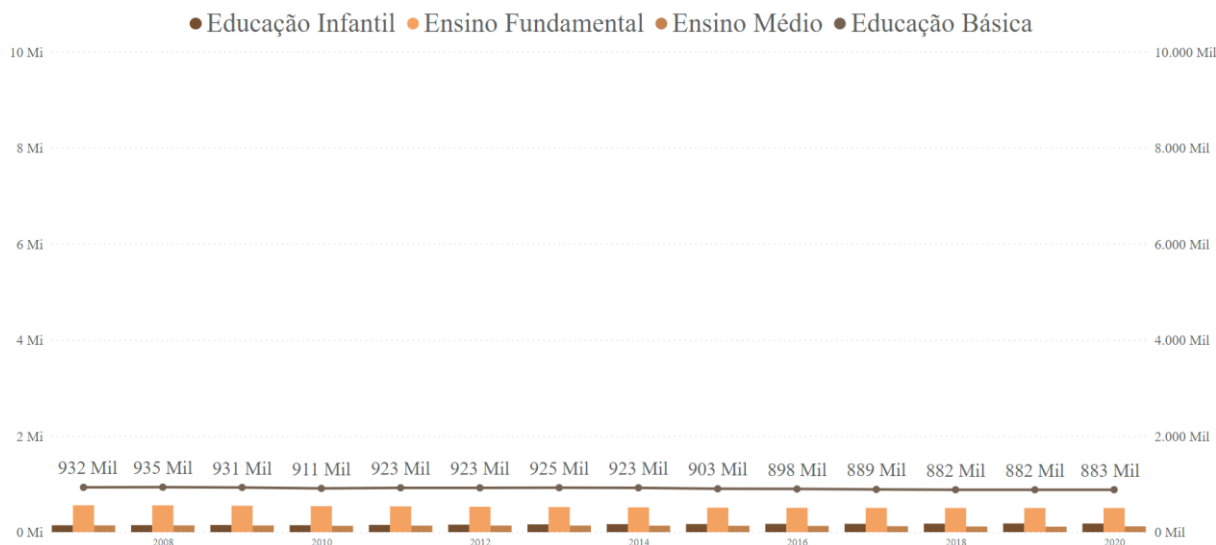
Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Conforme os dados aferidos, há indicativos que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo sergipano no período. Acrescenta-se que o SE não recebeu complementação da União no período do Fundeb de 2007 a 2020.



## ESPÍRITO SANTO

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - ES

Gráfico 58 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Espírito Santo – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 64 - Variação das matrículas da EB<sup>27</sup>, EI, EF, EM e EJA – Espírito Santo – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	932.166	142.665	15,30%	559.179	59,99%	140.823	15,11%	68.838	7,38%
2008	934.907	145.623	15,58%	558.031	59,69%	140.214	15,00%	70.278	7,52%
2009	930.508	148.576	15,97%	549.561	59,06%	138.944	14,93%	72.983	7,84%
2010	910.508	144.207	15,84%	540.757	59,39%	131.816	14,48%	71.440	7,85%
2011	922.974	150.562	16,31%	536.595	58,14%	135.803	14,71%	70.388	7,63%
2012	922.905	155.311	16,83%	528.155	57,23%	137.357	14,88%	72.598	7,87%
2013	925.114	161.386	17,44%	522.377	56,47%	136.558	14,76%	73.172	7,91%
2014	923.071	166.904	18,08%	515.982	55,90%	134.950	14,62%	72.627	7,87%
2015	903.127	168.563	18,66%	509.074	56,37%	131.715	14,58%	64.014	7,09%
2016	898.340	171.957	19,14%	505.684	56,29%	129.409	14,41%	65.286	7,27%
2017	889.362	172.977	19,45%	504.055	56,68%	123.937	13,94%	65.043	7,31%
2018	882.496	176.688	20,02%	502.059	56,89%	116.959	13,25%	63.659	7,21%
2019	881.826	180.012	20,41%	502.696	57,01%	114.217	12,95%	63.293	7,18%
2020	883.113	178.613	20,23%	501.920	56,84%	120.046	13,59%	60.052	6,80%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 64, verificamos que o número de matrículas da EB do Espírito Santo em 2007 era de 623.731 e em 2020 passou para 533.450, uma diferença de 90.281 matrículas, o que representa um decréscimo de 14,47%. O EF e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 381.696 e 71.136, respectivamente, e no

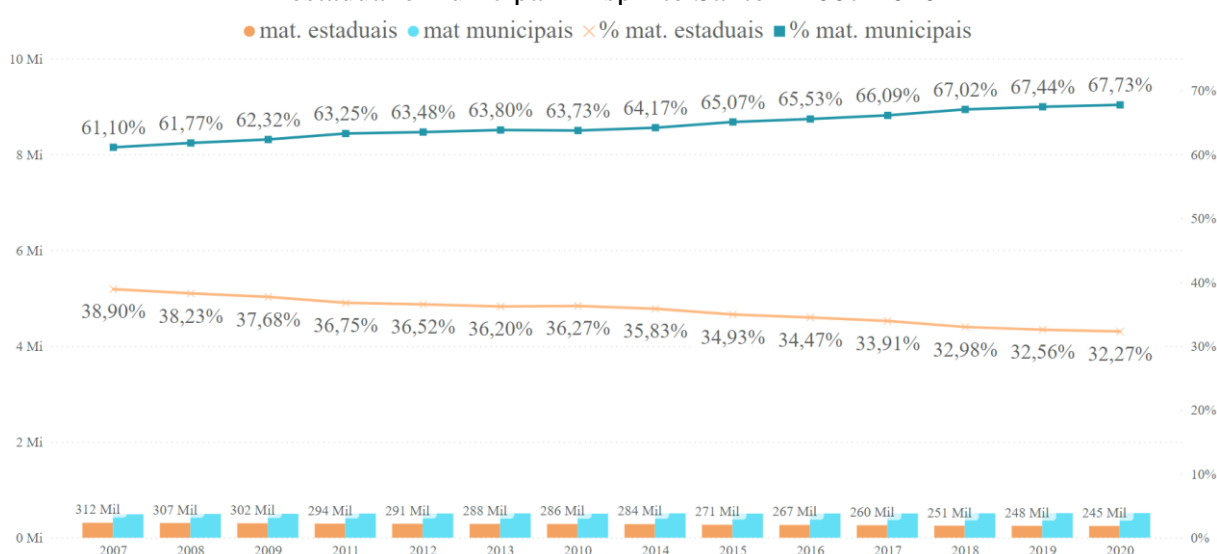
<sup>27</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

final do recorte tinham 322.614 e 39.931 matrículas, apresentando uma variação negativa de 15,48% e 43,87%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 3,36% em suas matrículas, em 2007 havia 80.520 inscrições e no ano de 2020 existiam 83.228 inscrições, um acréscimo médio de 0,26% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Espírito Santo para compará-los com o restante dos estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - ES

Gráfico 59 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Espírito Santo – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 65 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Espírito Santo – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	312.061	38,90%	490.148	61,10%	810.011
2008	307.384	38,23%	496.708	61,77%	811.581
2009	301.916	37,68%	499.334	62,32%	810.068
2010	286.212	36,27%	502.829	63,73%	798.828
2011	293.800	36,75%	505.634	63,25%	810.250
2012	291.173	36,52%	506.145	63,48%	808.215
2013	288.417	36,20%	508.325	63,80%	807.313
2014	284.169	35,83%	508.919	64,17%	803.407
2015	270.821	34,93%	504.396	65,07%	786.215
2016	266.681	34,47%	506.893	65,53%	786.474
2017	260.186	33,91%	507.072	66,09%	780.775
2018	251.035	32,98%	510.229	67,02%	774.721
2019	247.721	32,56%	513.069	67,44%	774.468
2020	245.491	32,27%	515.308	67,73%	774.932

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 59, ao avaliarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do ES no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

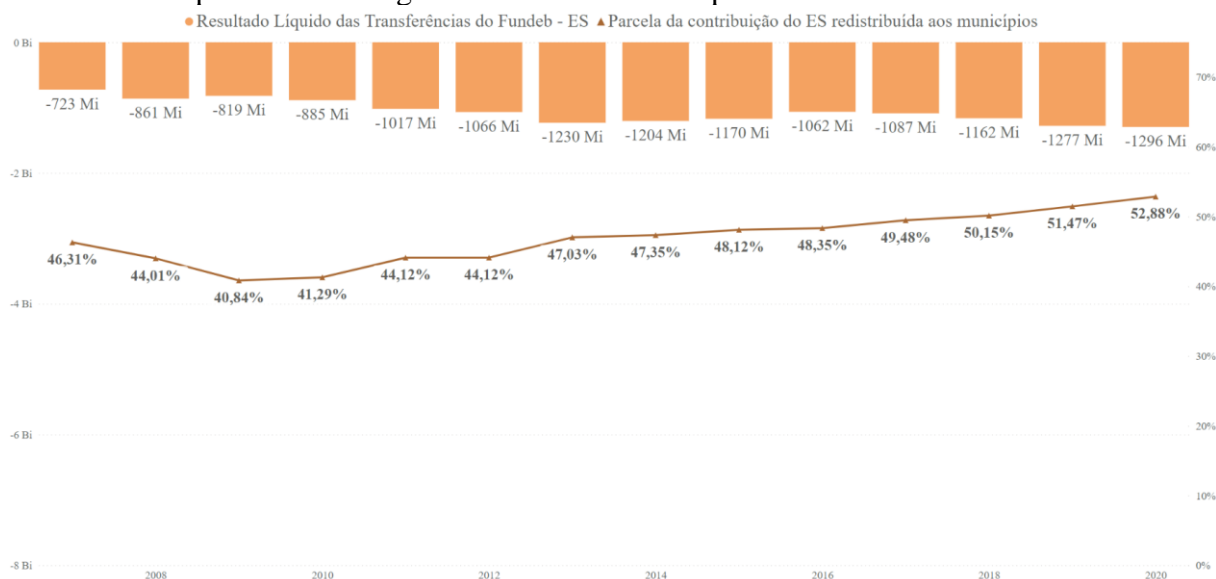
estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 151.115 das matrículas, correspondendo a 74,20% das matrículas da EB e termina com 114.317, o que representava 60,09% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 24,35% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

Todavia, ao ponderarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento na quantidade e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no ES somavam 52.535, correspondendo a 25,80% do total, em 2007, e terminaram com 75.938, o que representou 39,91% das matrículas totais em 2020, um acréscimo de 44,55%. Ao observar o Gráfico 59, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, somando-se a isso, um aumento nas matrículas municipais e uma diminuição nas matrículas da rede estadual conforme pudemos verificar nos dados revelados.

Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais da ES, assim como um aumento nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Ademais, o estado do Espírito Santo se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas das redes municipais supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque por contradição a rede municipal capixaba e há uma tendência de redução na rede estadual e de elevação na rede municipal nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - ES

Gráfico 60 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Espírito Santo – 2007-2020



Fonte: SEFAZ ES. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 66 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Espírito Santo – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	1.561.461.199,25	838.397.409,19	(723.063.790,06)	-	46,31%
2008	1.956.684.226,03	1.095.468.936,33	(861.215.289,70)	-	44,01%
2009	2.004.064.741,95	1.185.509.238,31	(818.555.503,65)	-	40,84%
2010	2.143.523.884,54	1.258.412.211,04	(885.111.673,49)	-	41,29%
2011	2.305.335.075,50	1.288.247.575,51	(1.017.087.499,99)	-	44,12%
2012	2.416.963.694,31	1.350.507.797,20	(1.066.455.897,11)	-	44,12%
2013	2.615.568.834,98	1.385.594.946,91	(1.229.973.888,07)	-	47,03%
2014	2.541.836.239,56	1.338.299.500,43	(1.203.536.739,13)	-	47,35%
2015	2.431.867.443,08	1.261.735.274,76	(1.170.132.168,31)	-	48,12%
2016	2.197.316.566,57	1.134.846.782,70	(1.062.469.783,87)	-	48,35%
2017	2.196.949.855,66	1.109.862.355,61	(1.087.087.500,05)	-	49,48%
2018	2.317.063.199,52	1.155.075.851,62	(1.161.987.347,90)	-	50,15%
2019	2.481.318.105,07	1.204.219.893,59	(1.277.098.211,47)	-	51,47%
2020	2.450.257.585,55	1.154.647.541,17	(1.295.610.044,38)	-	52,88%

Fonte: SEFAZ ES. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 60 e na Tabela 66 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do ES para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 14.859.385.337,18, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 1.295.610.044,38 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 723.063.790,06; o crescimento da contribuição no período foi de 79,18%. Em termos percentuais, a parcela da contribuição

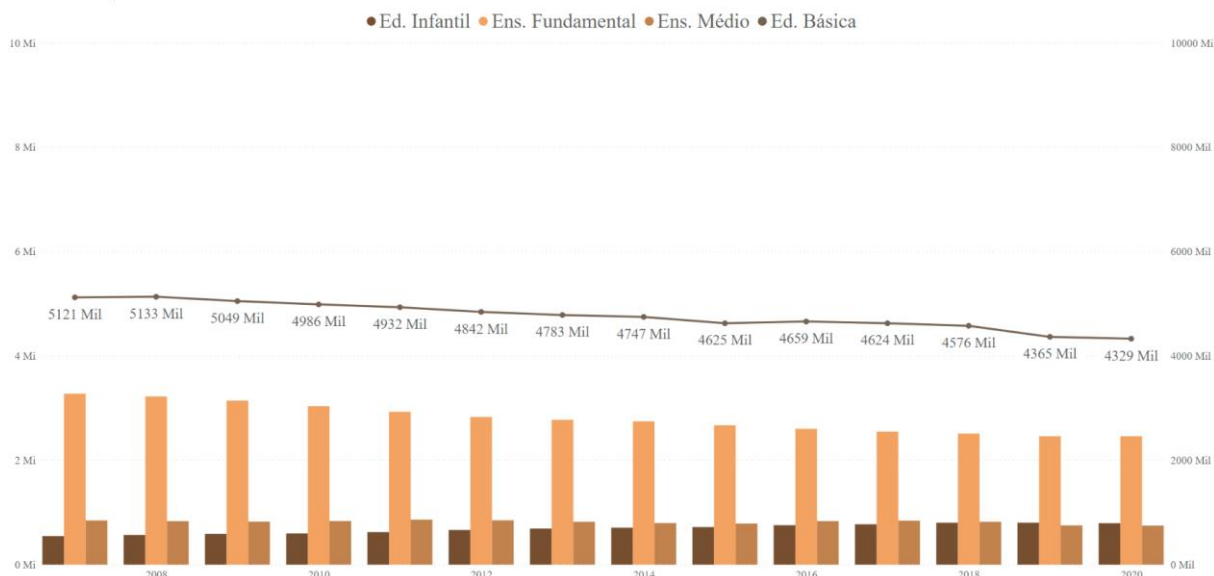
estadual redistribuída aos municípios média foi de 46,82% no período, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 52,88% e a menor redistribuição em 2009, com 40,84%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Conforme os dados aferidos, há indicativos que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo capixaba no período. Acrescenta-se que o ES não recebeu complementação da União no período da política de 2007 a 2020.

## MINAS GERAIS

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - MG

Gráfico 61 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Minas Gerais – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 67 - Variação das matrículas da EB<sup>28</sup>, EI, EF, EM e EJA – Minas Gerais – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	5.121.223	546.339	10,67%	3.274.223	63,93%	846.281	16,52%	371.502	7,25%
2008	5.132.944	569.192	11,09%	3.221.775	62,77%	834.368	16,26%	402.360	7,84%
2009	5.048.870	588.560	11,66%	3.144.422	62,28%	824.798	16,34%	383.759	7,60%
2010	4.985.864	597.224	11,98%	3.037.343	60,92%	836.390	16,78%	385.105	7,72%
2011	4.932.285	624.268	12,66%	2.929.569	59,40%	861.022	17,46%	378.733	7,68%
2012	4.842.066	664.492	13,72%	2.831.003	58,47%	848.983	17,53%	362.144	7,48%
2013	4.783.117	690.504	14,44%	2.775.695	58,03%	821.588	17,18%	351.577	7,35%
2014	4.746.926	707.892	14,91%	2.745.912	57,85%	796.167	16,77%	335.165	7,06%
2015	4.624.599	720.421	15,58%	2.671.665	57,77%	787.359	17,03%	308.405	6,67%
2016	4.658.750	755.026	16,21%	2.603.248	55,88%	835.089	17,93%	347.128	7,45%
2017	4.624.409	773.868	16,73%	2.549.399	55,13%	842.697	18,22%	341.130	7,38%
2018	4.576.150	802.462	17,54%	2.511.483	54,88%	821.349	17,95%	311.815	6,81%
2019	4.364.668	802.844	18,39%	2.461.094	56,39%	751.103	17,21%	250.168	5,73%
2020	4.328.917	793.422	18,33%	2.462.047	56,87%	746.518	17,24%	231.809	5,35%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 67, verificamos que o número de matrículas da EB mineiro em 2007 era de 5.121.223 e em 2020 passou para 4.328.917, uma diferença de 792.306 matrículas, o que representa um decréscimo de 15,47%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 3.274.223 e no final do recorte tinha

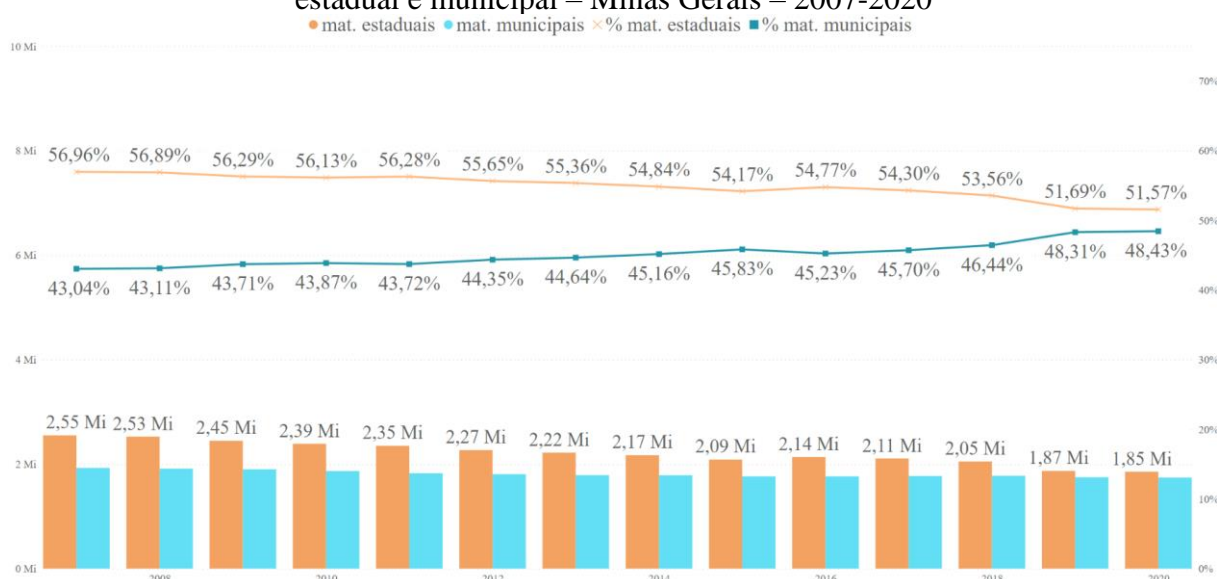
<sup>28</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

2.462.047 matrículas, apresentando uma variação negativa de 24,81% na matrícula e decréscimo médio de 1,91% ao ano. O destaque fica para a EI, que obteve um aumento percentual de 45,23% em suas matrículas, em 2007 havia 546.339 inscrições e no ano de 2020 existia 793.422 inscrições, um acréscimo médio de 3,48% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade de Minas Gerais para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - MG

Gráfico 62 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Minas Gerais – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 68 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Minas Gerais – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	2.551.433	56,96%	1.928.047	43,04%	4.507.695
2008	2.525.386	56,89%	1.913.489	43,11%	4.468.920
2009	2.447.385	56,29%	1.900.232	43,71%	4.377.768
2010	2.390.359	56,13%	1.868.160	43,87%	4.290.273
2011	2.351.554	56,28%	1.826.497	43,72%	4.213.143
2012	2.267.712	55,65%	1.807.009	44,35%	4.109.602
2013	2.219.073	55,36%	1.789.368	44,64%	4.042.570
2014	2.170.821	54,84%	1.787.327	45,16%	3.991.989
2015	2.087.852	54,17%	1.766.387	45,83%	3.909.571
2016	2.137.891	54,77%	1.765.834	45,23%	3.970.250
2017	2.107.401	54,30%	1.773.793	45,70%	3.943.487
2018	2.050.346	53,56%	1.777.698	46,44%	3.882.524
2019	1.870.861	51,69%	1.748.301	48,31%	3.663.757
2020	1.854.397	51,57%	1.741.793	48,43%	3.643.756

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 62, ao avaliarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de MG no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas

estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 2.551.433 das matrículas, correspondendo a 56,96% das matrículas da EB, e termina com 1.854.397, o que representava 51,57% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 27,32% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

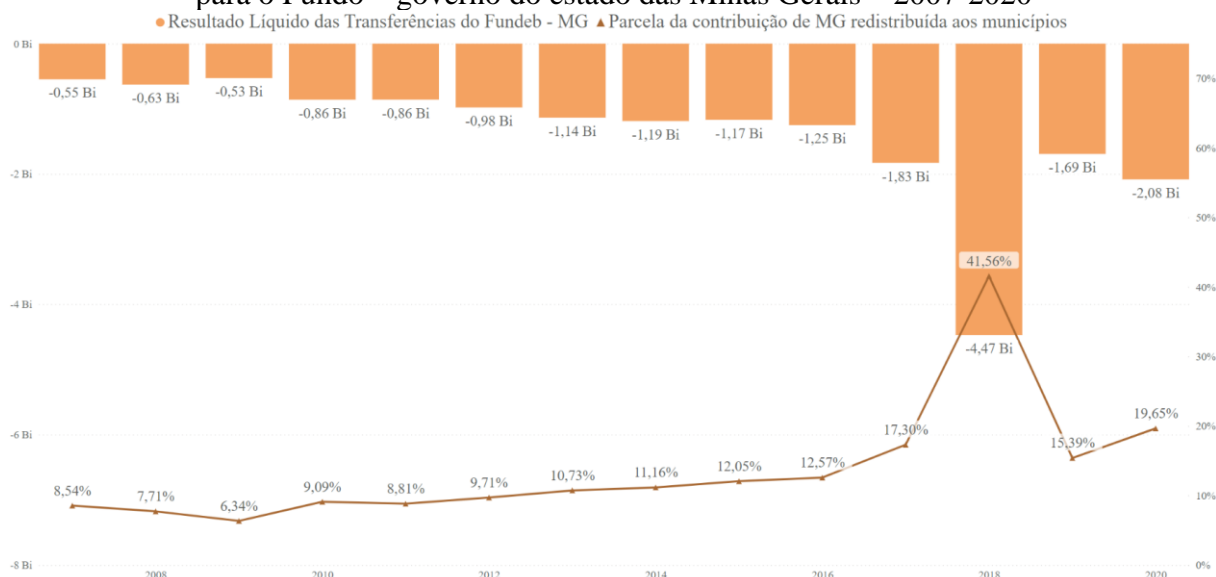
Apesar disso, ao avaliarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução na sua quantidade e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais em MG somavam 1.928.047, correspondendo a 43,04% do total, em 2007, e terminaram com 1.741.793, o que representou 48,43% das matrículas totais em 2020, embora tenha ocorrido um decréscimo de 9,66%. Ao observar o Gráfico 62, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados publicados.

Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais de MG, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Ademais, o estado de Minas Gerais se destaca por ter uma rede de matrículas estadualizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede estadual supera as da rede municipal de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual mineira e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.



## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - MG

Gráfico 63 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado das Minas Gerais – 2007-2020



Fonte: SEFAZ MG. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 69 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado das Minas Gerais – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	6.408.313.274,42	5.860.840.504,57	(547.472.769,86)	-	8,54%
2008	8.149.519.674,80	7.521.031.654,79	(628.488.020,02)	-	7,71%
2009	8.359.389.418,45	7.829.310.000,42	(530.079.418,03)	-	6,34%
2010	9.472.211.299,50	8.610.893.658,35	(861.317.641,15)	-	9,09%
2011	9.765.394.546,92	8.904.797.094,95	(860.597.451,97)	-	8,81%
2012	10.098.352.861,14	9.118.252.358,47	(980.100.502,67)	-	9,71%
2013	10.589.528.652,29	9.453.635.685,63	(1.135.892.966,66)	-	10,73%
2014	10.655.193.603,86	9.466.259.005,48	(1.188.934.598,38)	-	11,16%
2015	9.702.377.361,95	8.533.415.797,02	(1.168.961.564,93)	-	12,05%
2016	9.947.831.389,04	8.697.204.446,54	(1.250.626.942,50)	-	12,57%
2017	10.582.182.464,94	8.751.901.169,52	(1.830.281.295,42)	-	17,30%
2018	10.762.417.681,76	6.289.465.726,99	(4.472.951.954,77)	-	41,56%
2019	11.002.539.275,82	9.309.253.860,40	(1.693.285.415,42)	-	15,39%
2020	10.606.033.985,23	8.522.126.414,84	(2.083.907.570,39)	-	19,65%

Fonte: SEFAZ MG. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 63 e na Tabela 69 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do MG para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 19.232.898.112,16, apresentando o maior montante em 2018, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 4.472.951.954,77 e o menor montante em 2009, quando a redistribuição foi de R\$ 530.079.418,03; o crescimento da contribuição no período foi de 280,64%. Em termos percentuais, a parcela média da

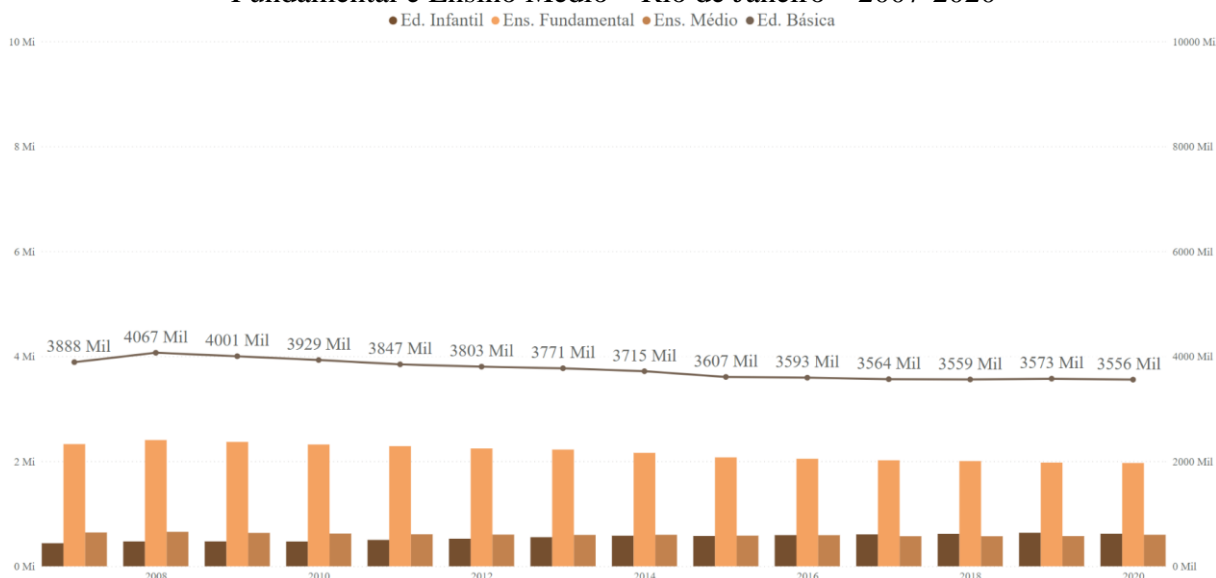
contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 13,61% no período, apresentando a maior redistribuição em 2018, com 41,56% e a menor redistribuição em 2009, com 6,34%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Conforme os dados aferidos, há indicativos que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo mineiro no período. Acrescenta-se que MG não recebeu complementação da União no período da política de 2007 a 2020.

## RIO DE JANEIRO

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - RJ

Gráfico 64 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rio de Janeiro – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 70 - Variação das matrículas da EB<sup>29</sup>, EI, EF, EM e EJA – Rio de Janeiro – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	3.887.905	438.801	11,29%	2.327.233	59,86%	642.953	16,54%	410.149	10,55%
2008	4.067.351	473.729	11,65%	2.405.604	59,14%	656.444	16,14%	455.346	11,20%
2009	4.001.420	474.082	11,85%	2.368.429	59,19%	635.618	15,88%	448.055	11,20%
2010	3.928.912	472.550	12,03%	2.318.963	59,02%	623.706	15,87%	428.528	10,91%
2011	3.846.550	502.658	13,07%	2.289.349	59,52%	609.829	15,85%	355.452	9,24%
2012	3.802.938	525.757	13,83%	2.245.063	59,03%	603.198	15,86%	317.820	8,36%
2013	3.771.316	554.167	14,69%	2.222.442	58,93%	596.879	15,83%	278.200	7,38%
2014	3.715.402	582.067	15,67%	2.159.990	58,14%	599.482	16,14%	235.104	6,33%
2015	3.607.342	577.739	16,02%	2.074.921	57,52%	583.177	16,17%	244.787	6,79%
2016	3.592.755	592.768	16,50%	2.047.208	56,98%	591.882	16,47%	246.652	6,87%
2017	3.563.661	607.627	17,05%	2.019.459	56,67%	573.300	16,09%	241.103	6,77%
2018	3.558.698	619.058	17,40%	2.003.315	56,29%	572.899	16,10%	243.803	6,85%
2019	3.573.417	637.704	17,85%	1.976.311	55,31%	575.245	16,10%	253.950	7,11%
2020	3.555.949	620.839	17,46%	1.967.998	55,34%	600.032	16,87%	254.985	7,17%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 64, verificamos que o número de matrículas da EB fluminense em 2007 era de 3.887.905 e em 2020 passou para 3.555.949, uma diferença de 331.956 matrículas, o que representa um decréscimo de 8,54%. O EF impulsionou esta tendência de queda em números absolutos, pois, no início do recorte temporal, possuía 2.327.233 e no final do recorte tinha 1.967.998 matrículas, apresentando uma variação negativa de 15,44% na matrícula e

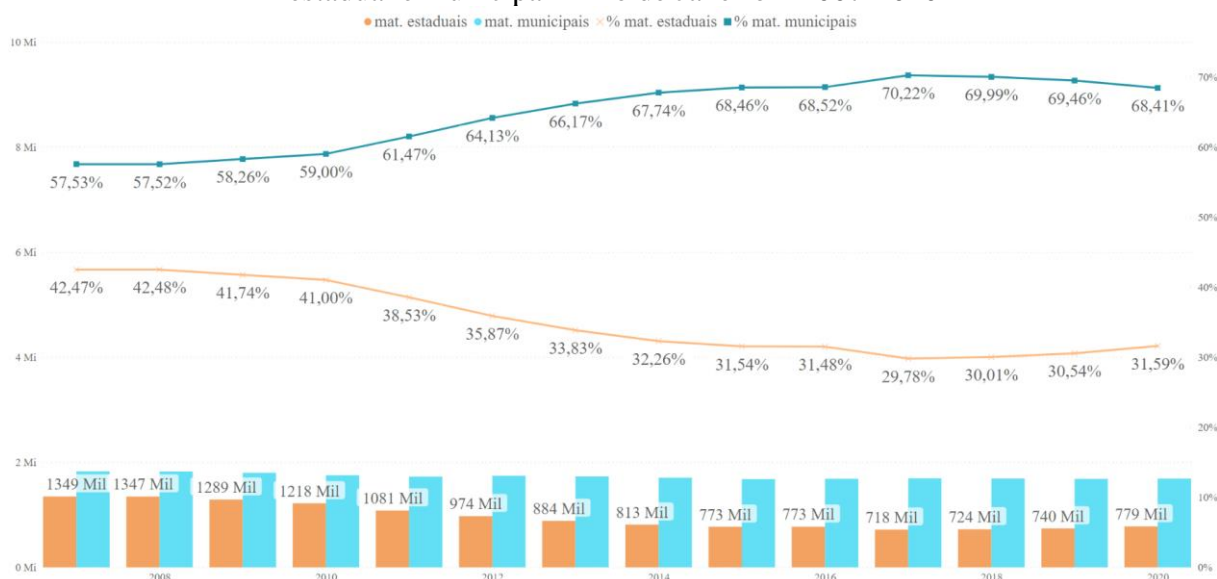
<sup>29</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

decréscimo médio de 1,19% ao ano. O destaque fica para a EI, que obteve um aumento percentual de 41,49% em suas matrículas, em 2007 havia 438.801 inscrições e no ano de 2020 existiam 620.839 inscrições, um acréscimo médio de 3,19% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Rio de Janeiro para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - RJ

Gráfico 65 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rio de Janeiro – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 71 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rio de Janeiro – 2007-2020

Ano	mat. Estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	1.348.636	42,47%	1.826.840	57,53%	3.211.087
2008	1.347.191	42,48%	1.824.167	57,52%	3.206.497
2009	1.288.756	41,74%	1.798.852	58,26%	3.123.852
2010	1.217.740	41,00%	1.752.029	59,00%	3.007.752
2011	1.081.119	38,53%	1.725.106	61,47%	2.842.342
2012	973.666	35,87%	1.740.840	64,13%	2.753.030
2013	884.031	33,83%	1.729.092	66,17%	2.653.906
2014	812.532	32,26%	1.705.893	67,74%	2.556.565
2015	772.773	31,54%	1.677.721	68,46%	2.488.314
2016	773.443	31,48%	1.683.410	68,52%	2.495.700
2017	717.877	29,78%	1.692.326	70,22%	2.449.715
2018	724.310	30,01%	1.688.864	69,99%	2.453.953
2019	739.583	30,54%	1.681.988	69,46%	2.461.685
2020	779.091	31,59%	1.687.174	68,41%	2.506.327

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 65, ao avaliarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do RJ no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas

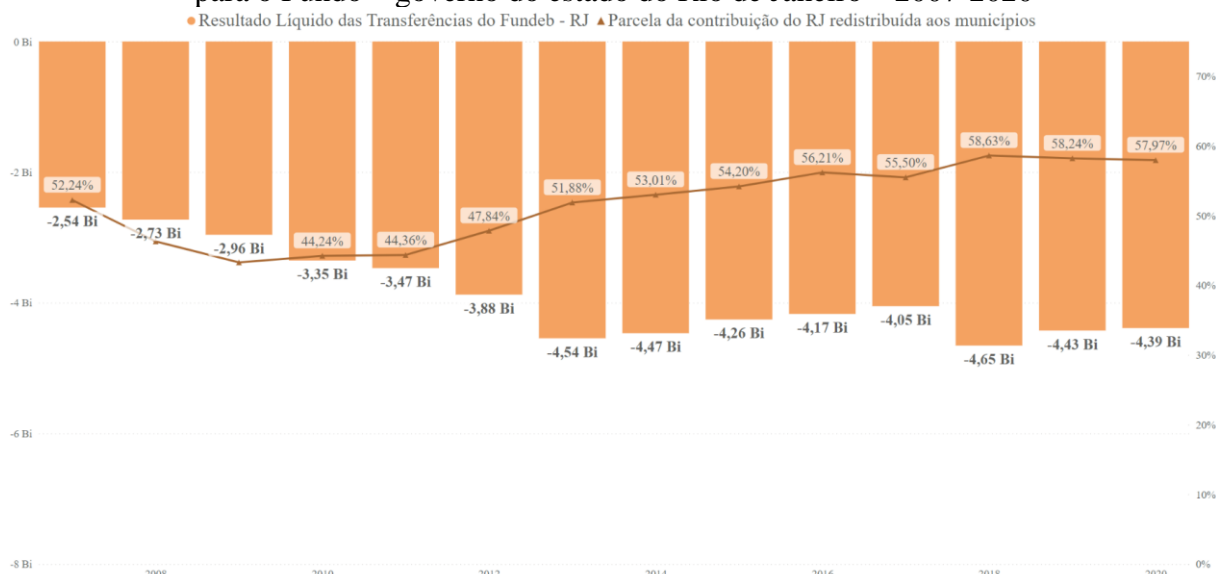
estaduais, quando comparada com as matrículas municipais. A rede estadual possuía, inicialmente, 1.348.636 das matrículas, correspondendo a 42,47% das matrículas da EB e termina com 779.091, o que representava 31,59% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 42,23% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

Contudo, ao avaliarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos uma redução na sua quantidade e um aumento no percentual das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no RJ somavam 1.826.840, correspondendo a 57,53% do total, em 2007, e terminaram com 1.687.174, o que representou 68,41% das matrículas totais em 2020, embora tenha havido um decréscimo de 7,65%. Ao observar o Gráfico 65, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador de que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, mesmo havendo um decréscimo na situação das matrículas municipais a queda das matrículas na rede estadual é mais acentuada como podemos verificar nos dados divulgados.

Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais do RJ, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Ademais, o estado do Rio de Janeiro se destaca por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual fluminense e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - RJ

Gráfico 66 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio de Janeiro – 2007-2020



Fonte: SEFAZ RJ. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 72 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio de Janeiro – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	4.866.116.303,26	2.323.995.997,06	-2.542.120.306	0	52,24%
2008	5.887.578.594,43	3.160.808.105,89	-2.726.770.489	0	46,31%
2009	6.835.145.316,19	3.876.096.800,58	-2.959.048.516	0	43,29%
2010	7.579.661.464,78	4.226.468.621,44	-3.353.192.843	0	44,24%
2011	7.822.703.023,36	4.352.769.778,86	-3.469.933.245	0	44,36%
2012	8.100.600.970,72	4.225.397.878,01	-3.875.203.093	0	47,84%
2013	8.758.057.328,94	4.214.329.967,90	-4.543.727.361	0	51,88%
2014	8.425.104.858,15	3.958.760.186,87	-4.466.344.671	0	53,01%
2015	7.852.787.165,26	3.596.536.527,29	-4.256.250.638	0	54,20%
2016	7.421.117.750,78	3.249.903.470,05	-4.171.214.281	0	56,21%
2017	7.301.847.877,02	3.249.442.007,66	-4.052.405.869	0	55,50%
2018	7.938.439.824,33	3.283.763.779,88	-4.654.676.044	0	58,63%
2019	7.599.079.334,97	3.173.644.780,01	-4.425.434.555	0	58,24%
2020	7.569.261.149,23	3.181.220.803,03	-4.388.040.346	0	57,97%

Fonte: SEFAZ RJ. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 66 e na Tabela 72 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do RJ para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 53.884.362.256,89, apresentando o maior montante em 2018, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 4.654.676.044,44 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 2.542.120.306,20; o crescimento da contribuição no período foi de 72,61%. Em termos percentuais, a parcela média da contribuição

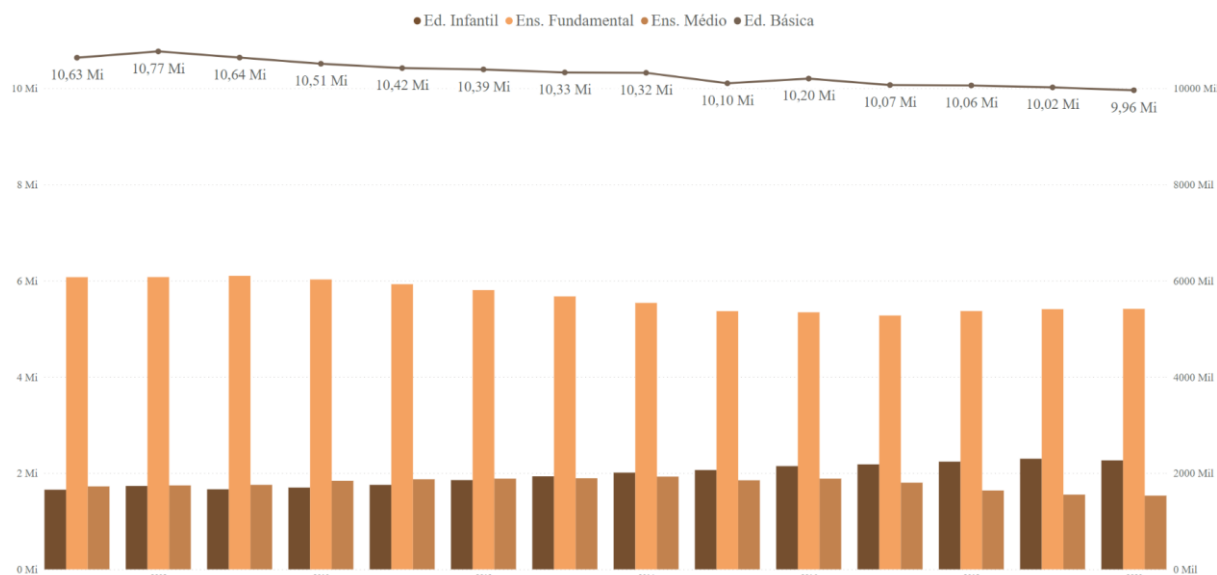
estadual redistribuída aos municípios foi de 51,71% no período, apresentando a maior redistribuição em 2018, com 58,63% e a menor redistribuição em 2009, com 43,29%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, por consequência este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Conforme os dados aferidos, há indicativos que o aumento das matrículas da EI, associado com o aumento da porcentagem das matrículas municipais, auxiliaram para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo fluminense no período. Acrescenta-se que o RJ não recebeu complementação da União no período da política de 2007 a 2020.

## SÃO PAULO

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - SP

Gráfico 67 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – São Paulo – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 73 - Variação das matrículas da EB<sup>30</sup>, EI, EF, EM e EJA – São Paulo – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	10.634.855	1.655.715	15,57%	6.073.250	57,11%	1.723.514	16,21%	935.581	8,80%
2008	10.765.487	1.732.946	16,10%	6.075.606	56,44%	1.745.294	16,21%	918.912	8,54%
2009	10.637.167	1.663.290	15,64%	6.100.512	57,35%	1.757.519	16,52%	800.927	7,53%
2010	10.509.006	1.700.800	16,18%	6.025.963	57,34%	1.839.727	17,51%	613.336	5,84%
2011	10.418.874	1.757.241	16,87%	5.926.923	56,89%	1.873.180	17,98%	517.628	4,97%
2012	10.390.553	1.855.480	17,86%	5.805.590	55,87%	1.885.376	18,15%	487.145	4,69%
2013	10.327.057	1.934.409	18,73%	5.673.142	54,93%	1.892.016	18,32%	468.063	4,53%
2014	10.320.191	2.009.321	19,47%	5.537.627	53,66%	1.928.274	18,68%	448.143	4,34%
2015	10.101.834	2.062.917	20,42%	5.365.948	53,12%	1.850.964	18,32%	459.024	4,54%
2016	10.200.344	2.146.670	21,05%	5.343.661	52,39%	1.885.281	18,48%	459.959	4,51%
2017	10.066.909	2.181.206	21,67%	5.276.326	52,41%	1.802.429	17,90%	446.249	4,43%
2018	10.057.596	2.237.975	22,25%	5.367.614	53,37%	1.640.170	16,31%	453.944	4,51%
2019	10.018.115	2.298.675	22,95%	5.409.187	53,99%	1.551.906	15,49%	417.752	4,17%
2020	9.958.883	2.266.032	22,75%	5.414.208	54,37%	1.533.097	15,39%	392.041	3,94%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 73, verificamos que o número de matrículas da EB de São Paulo em 2007 era de 10.634.855 e em 2020 passou para 9.958.883, uma diferença de 675.972 matrículas, o que representa um decréscimo de 6,36%. O EF e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuíam 6.073.250 e 935.581, respectivamente, e no final do recorte tinham 5.414.208 e 392.041 matrículas, apresentando uma variação negativa de

<sup>30</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

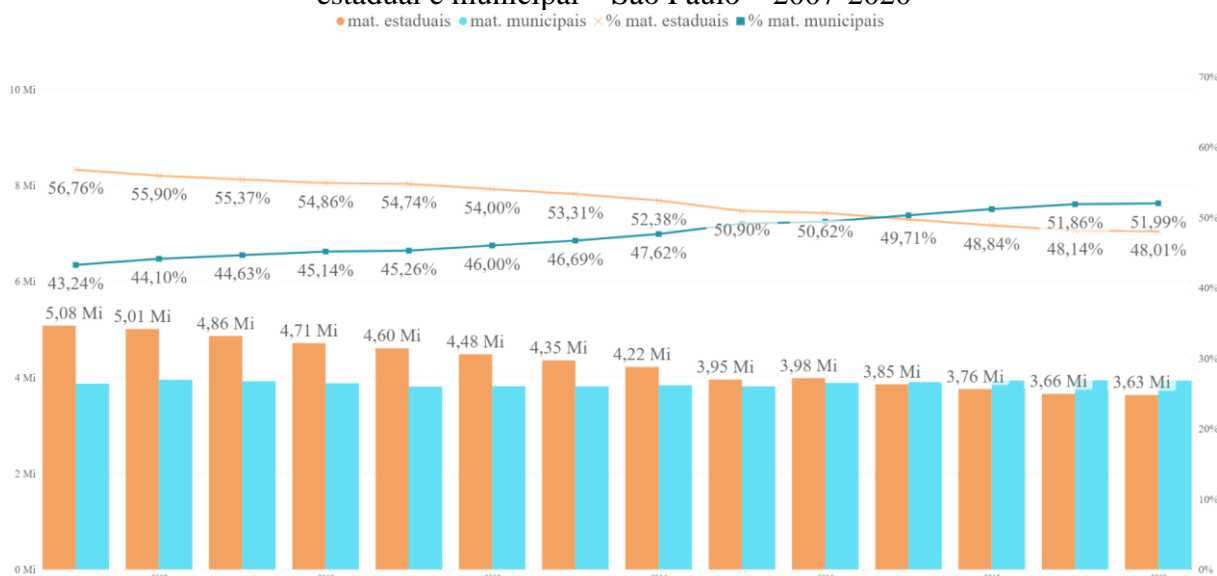


10,85% e 58,10%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 36,86% em suas matrículas, em 2007 havia 1.655.715 inscrições e no ano de 2020 existiam 2.266.032 inscrições, um acréscimo médio de 2,84% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade de São Paulo para compará-los com o restante dos estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição de matrículas estaduais e municipais.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - SP

Gráfico 68 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – São Paulo – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 74 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – São Paulo – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	5.077.518	56,76%	3.868.825	43,24%	8.950.689
2008	5.006.492	55,90%	3.949.578	44,10%	8.961.334
2009	4.862.071	55,37%	3.919.090	44,63%	8.787.249
2010	4.712.654	54,86%	3.877.879	45,14%	8.596.957
2011	4.604.046	54,74%	3.807.448	45,26%	8.417.576
2012	4.479.066	54,00%	3.815.517	46,00%	8.302.621
2013	4.351.257	53,31%	3.811.229	46,69%	8.174.475
2014	4.217.246	52,38%	3.833.464	47,62%	8.061.629
2015	3.953.859	50,90%	3.813.818	49,10%	7.781.027
2016	3.982.390	50,62%	3.884.927	49,38%	7.881.255
2017	3.854.990	49,71%	3.899.849	50,29%	7.770.728
2018	3.756.857	48,84%	3.934.537	51,16%	7.708.977
2019	3.656.265	48,14%	3.939.122	51,86%	7.614.333
2020	3.632.884	48,01%	3.933.716	51,99%	7.585.566

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 68 e na Tabela 74, ao considerarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de SP no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das

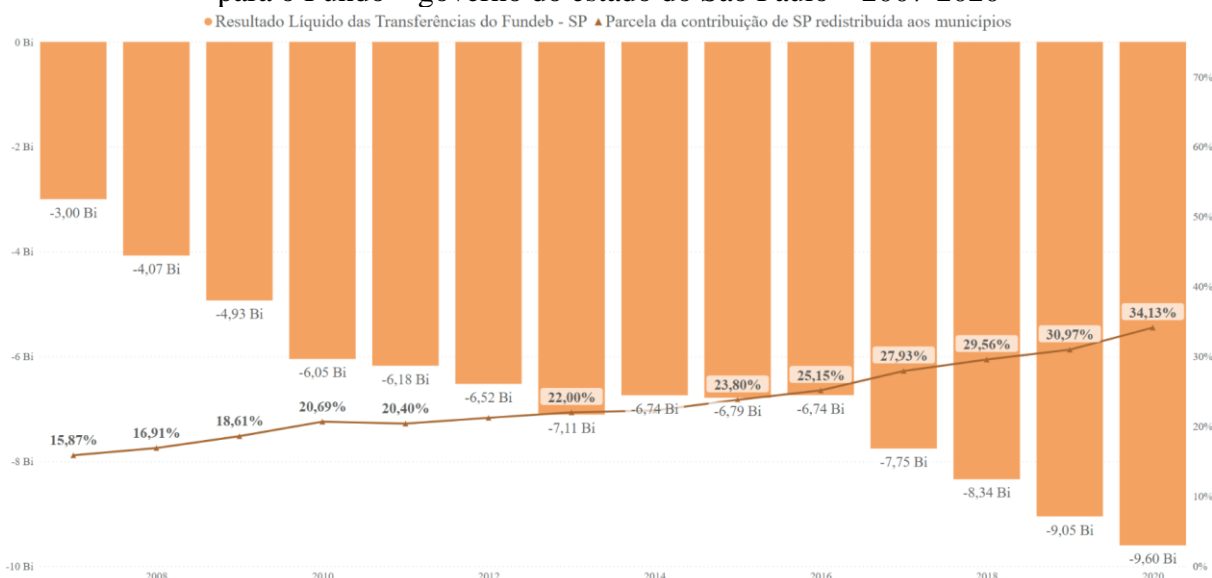
matrículas estaduais, quando comparada com as dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente, 5.077.518 matrículas, correspondendo a 56,76% das matrículas apresentadas e termina com 3.632.884, o que representava 48,01% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 28,45% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento no seu número e um aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais de SP somavam 3.868.825, correspondendo a 43,24% do total em 2007, e terminaram com 3.933.716, o que representou 51,29% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 68, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, ademais, houve um aumento de 1,68% no número matrículas municipais no período.

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais de SP. Ao atentarmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; nota-se um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. E em 2017 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais paulistanas, estas chegam a 49,71%, enquanto aquelas ficam em 50,29%. Por estas razões, o estado de São Paulo que inicialmente possuía uma rede de matrículas estadualizada transformou-se em uma rede municipalizada de ensino. Além disso, houve um processo de encolhimento na rede pública com destaque para a rede municipal paulistana que cresceu e possui uma tendência de aumento nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - SP

Gráfico 69 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do São Paulo – 2007-2020



Fonte: SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 75 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do São Paulo – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	18.902.038.911,16	15.902.013.559,49	(3.000.025.351,67)	-	15,87%
2008	24.094.728.192,16	20.020.287.697,02	(4.074.440.495,14)	-	16,91%
2009	26.495.875.044,49	21.564.509.236,82	(4.931.365.807,67)	-	18,61%
2010	29.228.262.240,24	23.181.607.008,46	(6.046.655.231,79)	-	20,69%
2011	30.271.989.791,41	24.095.348.807,12	(6.176.640.984,29)	-	20,40%
2012	30.711.372.974,66	24.189.435.740,78	(6.521.937.233,88)	-	21,24%
2013	32.304.056.529,61	25.196.020.042,62	(7.108.036.487,00)	-	22,00%
2014	30.255.761.029,93	23.516.264.365,26	(6.739.496.664,66)	-	22,28%
2015	28.517.237.946,43	21.730.699.251,30	(6.786.538.695,14)	-	23,80%
2016	26.779.646.330,25	20.043.377.923,12	(6.736.268.407,13)	-	25,15%
2017	27.760.554.141,65	20.005.805.525,61	(7.754.748.616,03)	-	27,93%
2018	28.212.728.259,17	19.872.605.078,82	(8.340.123.180,36)	-	29,56%
2019	29.222.232.403,56	20.172.697.823,42	(9.049.534.580,14)	-	30,97%
2020	28.131.232.675,18	18.530.220.427,71	(9.601.012.247,48)	-	34,13%

Fonte: SIOPE. Nota: Valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 69 e na Tabela 75 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado de SP para o fundo de 2007 a 2020. Os números não deixam de surpreender, apesar de sabermos que é o estado com maior população e maior arrecadação do país. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 92.866.823.982,37, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 9.601.012.247,48 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 3.000.025.351,67; o crescimento da contribuição no período foi de 220,03%. Em termos

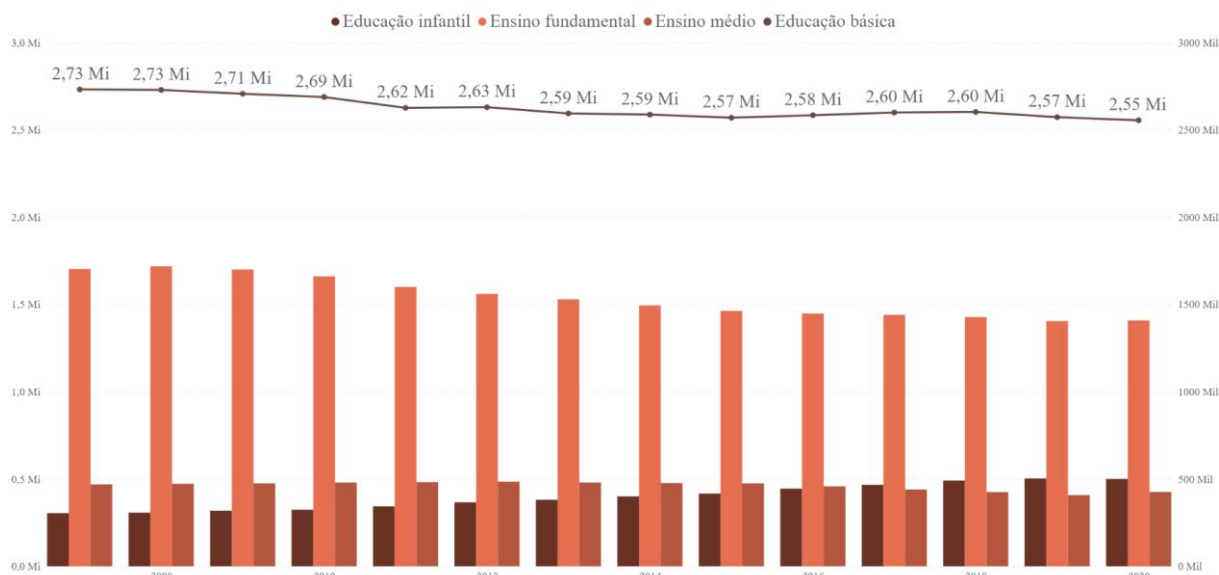
percentuais, a parcela média da contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 23,54%, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 34,13% e a menor redistribuição em 2007, com 15,87%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI, cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo paulista. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## PARANÁ

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - PR

Gráfico 70 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Paraná – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 76 - Variação das matrículas da EB<sup>31</sup>, EI, EF, EM e EJA – Paraná – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	2.730.726	303.989	11,13%	1.702.673	62,35%	469.272	17,18%	212.685	7,79%
2008	2.728.126	306.993	11,25%	1.717.892	62,97%	472.244	17,31%	186.187	6,82%
2009	2.706.018	317.833	11,75%	1.699.448	62,80%	474.278	17,53%	162.319	6,00%
2010	2.687.406	324.026	12,06%	1.660.807	61,80%	479.522	17,84%	165.762	6,17%
2011	2.624.940	343.581	13,09%	1.600.040	60,96%	481.962	18,36%	143.838	5,48%
2012	2.628.857	366.068	13,92%	1.559.820	59,33%	484.633	18,44%	163.762	6,23%
2013	2.593.193	380.505	14,67%	1.528.742	58,95%	479.519	18,49%	151.358	5,84%
2014	2.586.577	400.136	15,47%	1.493.849	57,75%	476.207	18,41%	150.023	5,80%
2015	2.568.570	416.440	16,21%	1.462.474	56,94%	474.267	18,46%	143.396	5,58%
2016	2.583.367	444.236	17,20%	1.447.195	56,02%	457.620	17,71%	151.855	5,88%
2017	2.598.427	466.557	17,96%	1.440.374	55,43%	439.815	16,93%	172.775	6,65%
2018	2.601.677	490.640	18,86%	1.427.218	54,86%	424.898	16,33%	178.500	6,86%
2019	2.572.007	503.208	19,56%	1.404.493	54,61%	407.743	15,85%	172.185	6,69%
2020	2.554.321	500.288	19,59%	1.407.978	55,12%	425.477	16,66%	144.919	5,67%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 76, verificamos que o número de matrículas da EB paranaense em 2007 era de 2.730.726 e em 2020 passou para 2.554.321, uma diferença de 176.405 matrículas, o que representa um decréscimo de 6,46%. O EF impulsionou esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.702.673 e no final do recorte tinha 1.407.978 matrículas, apresentando uma variação negativa de 17,31% na matrícula e um decréscimo médio de 0,52%

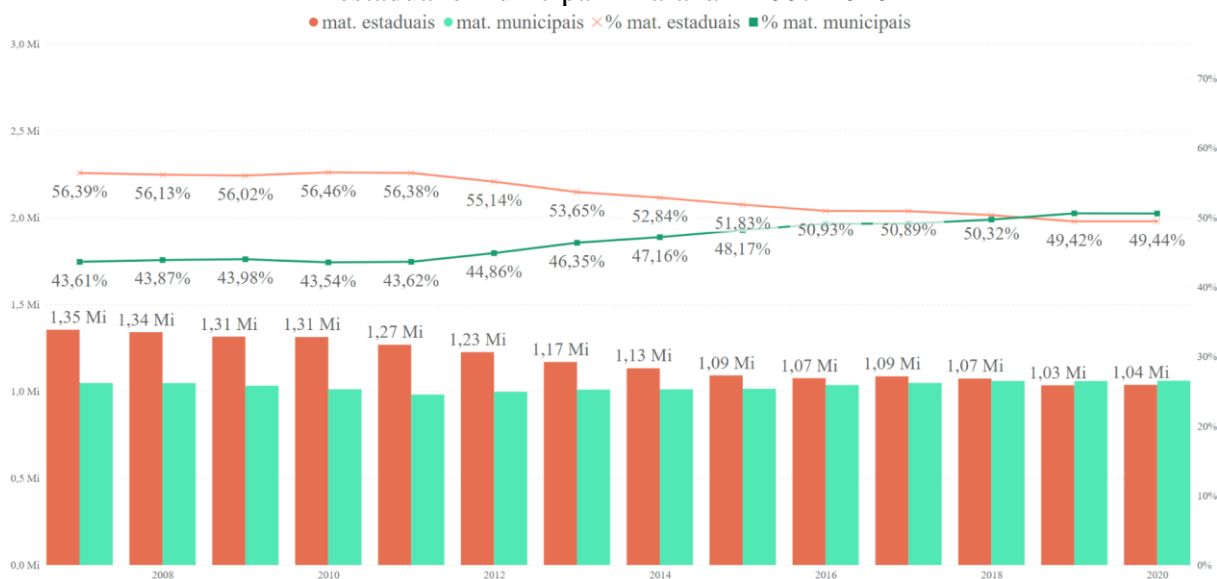
<sup>31</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

ao ano. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 64,57% em suas matrículas, em 2007 havia 303.989 inscrições e no ano de 2020 existiam 500.288 inscrições, um acréscimo médio de 4,97% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Paraná para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição das matrículas estaduais e municipais.

## AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - PR

Gráfico 71 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Paraná – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 77 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Paraná – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	1.353.670	56,39%	1.047.053	43,61%	2.403.957
2008	1.339.349	56,13%	1.046.670	43,87%	2.393.285
2009	1.313.769	56,02%	1.031.497	43,98%	2.359.095
2010	1.311.308	56,46%	1.011.069	43,54%	2.334.286
2011	1.267.154	56,38%	980.231	43,62%	2.255.508
2012	1.225.034	55,14%	996.561	44,86%	2.230.167
2013	1.167.797	53,65%	1.008.902	46,35%	2.184.732
2014	1.132.220	52,84%	1.010.547	47,16%	2.150.966
2015	1.090.456	51,83%	1.013.600	48,17%	2.117.568
2016	1.074.859	50,93%	1.035.528	49,07%	2.133.410
2017	1.085.468	50,89%	1.047.543	49,11%	2.151.736
2018	1.072.296	50,32%	1.058.769	49,68%	2.151.861
2019	1.034.030	49,42%	1.058.376	50,58%	2.116.602
2020	1.036.855	49,44%	1.060.312	50,56%	2.113.651

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 71 e na Tabela 77, ao analisarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do PR no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das

matrículas estaduais, quando comparada com as demais matrículas da EB. A rede estadual possuía, inicialmente, 1.353.670 das matrículas, correspondendo a 56,39% das matrículas da EB, e termina com 1.036.855, o que representava 49,44% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 23,40% no número absoluto de matrículas no período de vigência do Fundeb 2007-2020.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento na quantidade e na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais no PR somavam 1.047.053, correspondendo a 43,61% do total em 2007, e terminaram com 1.060.312, o que representou 50,56% das matrículas totais em 2020. No Gráfico 71, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos e de 2007 a 2020, houve um aumento de 1,27% no número matrículas municipais

Com isso em mente, compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no PR. Ao atentarmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente, é possível notar um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. Em 2019 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais paranaenses, estas chegam a 49,42%, enquanto aquelas ficam em 50,58%. Em suma, há um processo de redução de matrículas na rede estadual paranaense, enquanto a rede municipal não revela tendência de redução em breve.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PR

Gráfico 72 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Paraná – 2007-2020



Fonte: SEFAZ PR. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 78 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Paraná – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	3.504.659.877,12	3.052.090.451,78	(452.569.425,34)	-	12,91%
2008	4.334.842.562,37	3.857.648.329,67	(477.194.232,70)	-	11,01%
2009	4.776.587.204,07	4.382.244.758,46	(394.342.445,60)	-	8,26%
2010	5.056.692.458,05	4.564.249.452,03	(492.443.006,02)	-	9,74%
2011	5.468.594.123,77	4.963.072.683,48	(505.521.440,30)	-	9,24%
2012	5.737.875.418,86	5.125.301.084,26	(612.574.334,60)	-	10,68%
2013	6.238.833.149,08	5.401.150.912,86	(837.682.236,22)	-	13,43%
2014	6.459.371.092,55	5.459.029.154,63	(1.000.341.937,92)	-	15,49%
2015	6.460.083.653,39	5.349.731.643,96	(1.110.352.009,43)	-	17,19%
2016	6.271.493.806,96	5.206.709.515,99	(1.064.784.290,96)	-	16,98%
2017	6.740.916.095,01	5.318.792.733,55	(1.422.123.361,46)	-	21,10%
2018	6.617.001.805,11	5.308.399.116,30	(1.308.602.688,81)	-	19,78%
2019	6.664.894.948,97	5.257.673.551,06	(1.407.221.397,91)	-	21,11%
2020	6.438.410.880,82	4.934.544.152,19	(1.503.866.728,62)	-	23,36%

Fonte: SEFAZ PR. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 72 e na Tabela 78 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do PR para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 12.589.619.535,91, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 1.503.866.728,62 e o menor montante em 2009, quando a redistribuição foi de R\$ 394.342.445,60 e o crescimento da contribuição no período foi de 232,30%. Em termos percentuais, a parcela da contribuição



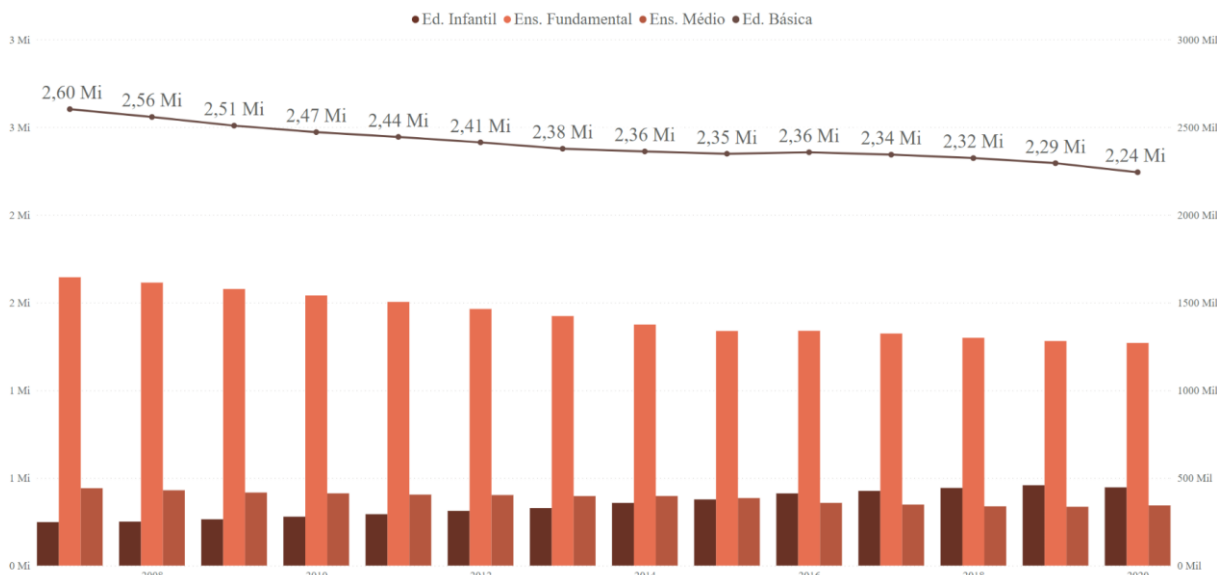
estadual redistribuída aos municípios média foi de 15,02%, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 23,36% e a menor redistribuição em 2009, com 8,26%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, é possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo, e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo paranaense. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## RIO GRANDE DO SUL

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - RS

Gráfico 73 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Rio Grande do Sul – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 79 - Variação das matrículas da EB<sup>32</sup>, EI, EF, EM e EJA – Rio Grande do Sul – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	2.602.269	248.252	9,54%	1.643.944	63,17%	440.978	16,95%	189.946	7,30%
2008	2.557.665	250.825	9,81%	1.613.255	63,08%	429.630	16,80%	181.987	7,12%
2009	2.508.201	264.280	10,54%	1.577.334	62,89%	416.628	16,61%	165.798	6,61%
2010	2.471.334	279.165	11,30%	1.540.142	62,32%	411.763	16,66%	159.401	6,45%
2011	2.444.074	293.412	12,01%	1.503.344	61,51%	404.940	16,57%	156.234	6,39%
2012	2.412.942	312.259	12,94%	1.463.240	60,64%	402.506	16,68%	153.717	6,37%
2013	2.376.948	328.104	13,80%	1.422.852	59,86%	396.297	16,67%	152.185	6,40%
2014	2.361.335	357.656	15,15%	1.374.717	58,22%	396.596	16,80%	147.261	6,24%
2015	2.348.039	377.231	16,07%	1.337.697	56,97%	385.200	16,41%	149.871	6,38%
2016	2.356.624	411.362	17,46%	1.338.719	56,81%	357.808	15,18%	157.896	6,70%
2017	2.342.985	425.625	18,17%	1.323.307	56,48%	347.637	14,84%	162.159	6,92%
2018	2.323.211	442.501	19,05%	1.298.736	55,90%	338.065	14,55%	157.097	6,76%
2019	2.294.325	458.003	19,96%	1.280.743	55,82%	335.437	14,62%	136.932	5,97%
2020	2.242.547	445.991	19,89%	1.269.309	56,60%	343.314	15,31%	102.191	4,56%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 79, verificamos que o número de matrículas da EB do Rio Grande do Sul em 2007 era de 2.602.269 e em 2020 passou para 2.242.547, uma diferença de 359.722 matrículas, o que representa um decréscimo de 13,82%. O EF impulsionou esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal, possuía 1.643.944 e no final do recorte tinham 1.269.309

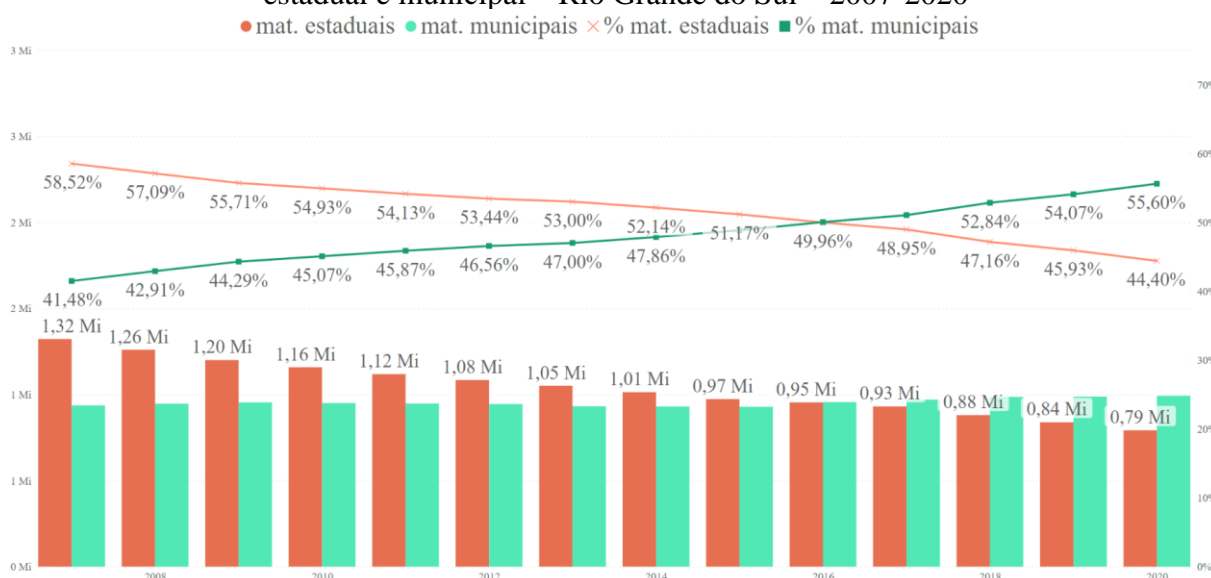
<sup>32</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

matrículas, apresentando uma variação negativa de 22,79%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 79,65% em suas matrículas, em 2007 havia 248.252 inscrições e no ano de 2020 existiam 445.991 inscrições, um acréscimo médio de 6,13% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade do Rio Grande do Sul para compará-los com o restante dos estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição das matrículas estaduais e municipais.

## AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - RS

Gráfico 74 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Rio Grande do Sul – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 80 - - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Rio Grande do Sul – 2007-2020

Ano	mat. Estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	1.321.994	58,52%	936.887	41,48%	2.273.225
2008	1.259.569	57,09%	946.537	42,91%	2.221.654
2009	1.199.995	55,71%	953.993	44,29%	2.170.255
2010	1.158.483	54,93%	950.608	45,07%	2.125.421
2011	1.118.319	54,13%	947.550	45,87%	2.085.757
2012	1.083.873	53,44%	944.483	46,56%	2.048.629
2013	1.050.692	53,00%	931.780	47,00%	2.004.003
2014	1.013.582	52,14%	930.394	47,86%	1.966.558
2015	973.020	51,17%	928.562	48,83%	1.932.449
2016	954.034	49,96%	955.417	50,04%	1.938.631
2017	930.616	48,95%	970.394	51,05%	1.930.091
2018	880.168	47,16%	986.166	52,84%	1.894.183
2019	838.776	45,93%	987.343	54,07%	1.854.096
2020	792.359	44,40%	992.338	55,60%	1.817.036

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 74 e na Tabela 80, ao considerarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios do RS no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de

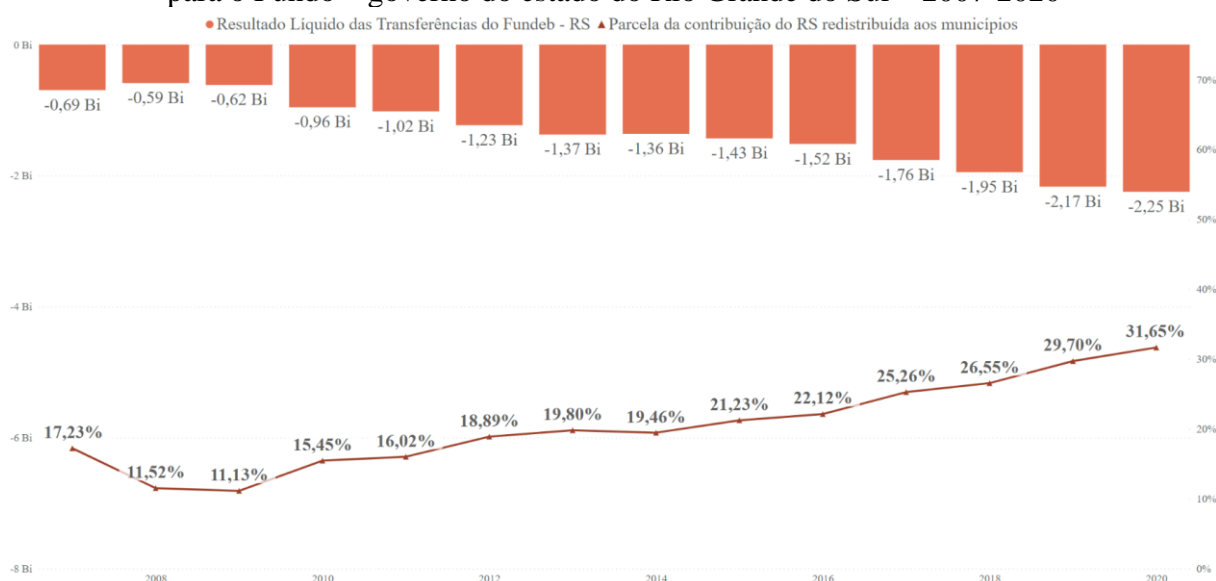
matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das matrículas estaduais, quando comparada com as dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente, 1.321.994 matrículas, correspondendo a 58,52% das matrículas apresentadas e terminam com 792.359, o que representava 44,40% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentou um decréscimo de 40,06% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento na quantidade e na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais do RS somavam 936.887, correspondendo a 41,48% do total em 2007, e terminaram com 992.338, o que representou 55,60% das matrículas totais em 2020. Ao observar o Gráfico 74, nota-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, o que é um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, ademais, houve um aumento de 5,92% no número matrículas municipais no período.

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais do RS. Ao atentarmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; nota-se um crescimento no número de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. E em 2016 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais gaúchas, estas chegam a 49,96%, enquanto aquelas ficam em 50,04%. Por estas razões, o estado do Rio Grande do Sul, que inicialmente possuía uma rede de matrículas estadualizada transformou-se em uma rede municipalizada de ensino. Além disso, houve um processo de encolhimento na rede pública com destaque para o encolhimento da rede estadual gaúcha e possui uma tendência de queda nos próximos anos.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - RS

Gráfico 75 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Sul – 2007-2020



Fonte: CAGE RS e SIOPE. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 81 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado do Rio Grande do Sul – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	4.029.767.644,94	3.335.424.160,44	(694.343.484,49)	-	17,23%
2008	5.103.833.383,76	4.516.009.625,19	(587.823.758,57)	-	11,52%
2009	5.533.930.167,35	4.917.913.448,41	(616.016.718,93)	-	11,13%
2010	6.193.229.379,32	5.236.141.260,42	(957.088.118,90)	-	15,45%
2011	6.371.174.251,46	5.350.668.810,25	(1.020.505.441,21)	-	16,02%
2012	6.519.563.034,44	5.287.896.217,09	(1.231.666.817,35)	-	18,89%
2013	6.935.400.990,31	5.562.233.900,69	(1.373.167.089,62)	-	19,80%
2014	7.002.419.731,71	5.639.916.134,07	(1.362.503.597,64)	-	19,46%
2015	6.749.367.396,01	5.316.473.835,47	(1.432.893.560,54)	-	21,23%
2016	6.862.488.633,63	5.344.615.341,03	(1.517.873.292,60)	-	22,12%
2017	6.976.659.201,71	5.214.162.880,87	(1.762.496.320,84)	-	25,26%
2018	7.334.310.915,38	5.387.085.592,92	(1.947.225.322,45)	-	26,55%
2019	7.301.386.824,37	5.132.596.940,33	(2.168.789.884,04)	-	29,70%
2020	7.098.772.549,02	4.852.006.592,03	(2.246.765.956,99)	-	31,65%

Fonte: CAGE RS e SIOPE. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 75 e na Tabela 81 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado do RS para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 18.919.159.364,19, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 2.246.765.956,99 e o menor montante em 2008, quando a redistribuição foi de R\$ 587.823.758,57; o crescimento da contribuição no período foi de 223,58%. Em termos percentuais, a parcela da contribuição

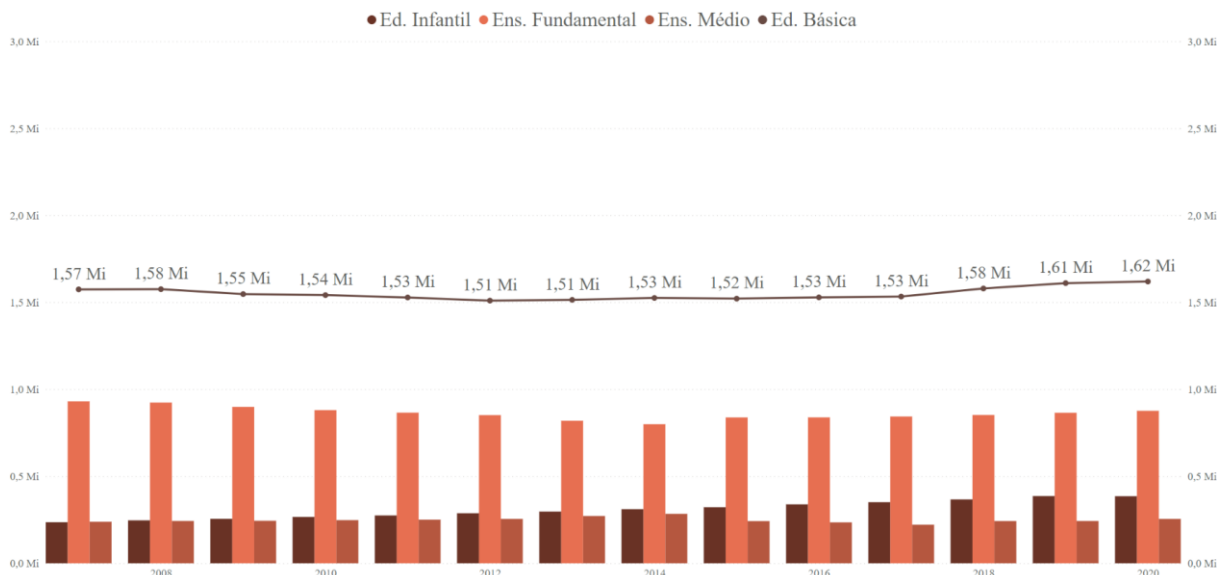
estadual redistribuída aos municípios média foi de 20,43%, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 31,65%, e a menor redistribuição em 2009, com 11,13%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI, cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo gaúcho. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## SANTA CATARINA

### AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - SC

Gráfico 76 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Santa Catarina – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 82 - Variação das matrículas da EB<sup>33</sup>, EI, EF, EM e EJA – Santa Catarina – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Ed. Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ens. Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	1.574.212	236.118	15,00%	930.379	59,10%	238.408	15,14%	138.024	8,77%
2008	1.575.221	246.787	15,67%	923.736	58,64%	243.028	15,43%	131.559	8,35%
2009	1.547.005	255.108	16,49%	898.622	58,09%	244.190	15,78%	113.818	7,36%
2010	1.541.364	266.493	17,29%	880.591	57,13%	248.209	16,10%	106.955	6,94%
2011	1.527.652	274.741	17,98%	865.771	56,67%	250.791	16,42%	98.601	6,45%
2012	1.509.799	287.202	19,02%	851.370	56,39%	254.730	16,87%	75.314	4,99%
2013	1.513.962	297.355	19,64%	819.239	54,11%	271.439	17,93%	77.267	5,10%
2014	1.525.070	311.109	20,40%	799.552	52,43%	284.172	18,63%	76.093	4,99%
2015	1.520.901	322.048	21,17%	837.863	55,09%	242.166	15,92%	72.553	4,77%
2016	1.528.185	338.541	22,15%	838.179	54,85%	235.288	15,40%	73.404	4,80%
2017	1.532.825	350.848	22,89%	843.520	55,03%	221.744	14,47%	76.146	4,97%
2018	1.579.175	366.728	23,22%	851.993	53,95%	242.534	15,36%	73.462	4,65%
2019	1.610.086	386.298	23,99%	865.262	53,74%	242.876	15,08%	69.270	4,30%
2020	1.619.551	385.337	23,79%	876.392	54,11%	254.670	15,72%	60.975	3,76%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 79, verificamos que o número de matrículas da EB de Santa Catarina em 2007 era de 1.574.212 e em 2020 passou para 1.619.551, uma diferença de 45.339 matrículas, o que representa um acréscimo de 2,88%. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 63,20% em suas matrículas, em 2007 havia 236.118 inscrições e no ano de 2020

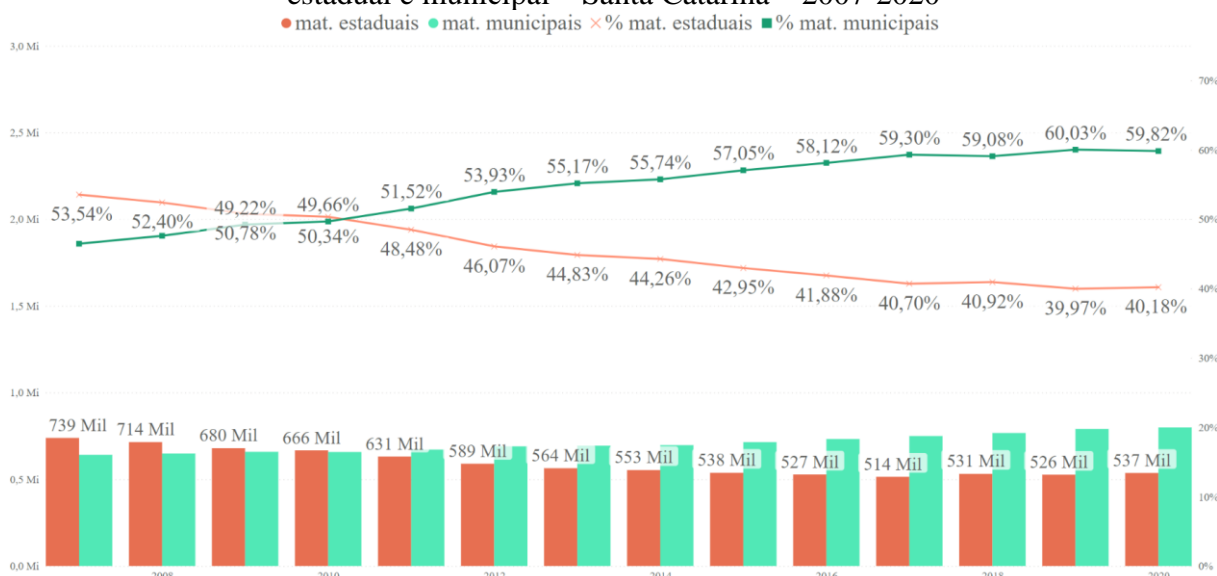
<sup>33</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

existiam 385.337 inscrições, um acréscimo médio de 4,86% ao ano. A EJA destacou-se por contraposição, visto que, no início do recorte temporal, possuía 138.024 e no final do recorte foram apenas 60.975 matrículas, apresentando uma variação negativa de 55,82%.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade em Santa Catarina para compará-los com outros estados brasileiros. No próximo tópico, verificaremos a distribuição das matrículas estaduais e municipais.

## AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - SC

Gráfico 77 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Santa Catarina – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas

Tabela 83 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Santa Catarina – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. Municipais	% mat. municipais	Pública
2007	738.642	53,54%	640.965	46,46%	1.386.857
2008	714.061	52,40%	648.692	47,60%	1.370.603
2009	679.528	50,78%	658.603	49,22%	1.347.572
2010	666.478	50,34%	657.475	49,66%	1.334.202
2011	631.405	48,48%	671.128	51,52%	1.313.915
2012	589.418	46,07%	689.948	53,93%	1.292.816
2013	563.936	44,83%	694.075	55,17%	1.271.811
2014	553.316	44,26%	696.899	55,74%	1.264.979
2015	537.551	42,95%	713.903	57,05%	1.266.191
2016	527.494	41,88%	731.924	58,12%	1.276.227
2017	514.368	40,70%	749.344	59,30%	1.281.574
2018	531.243	40,92%	766.914	59,08%	1.317.723
2019	526.368	39,97%	790.410	60,03%	1.337.062
2020	536.732	40,18%	798.946	59,82%	1.357.107

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 77 e na Tabela 83, ao considerarmos o fluxo de matrículas do estado e dos municípios de Santa Catarina no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na



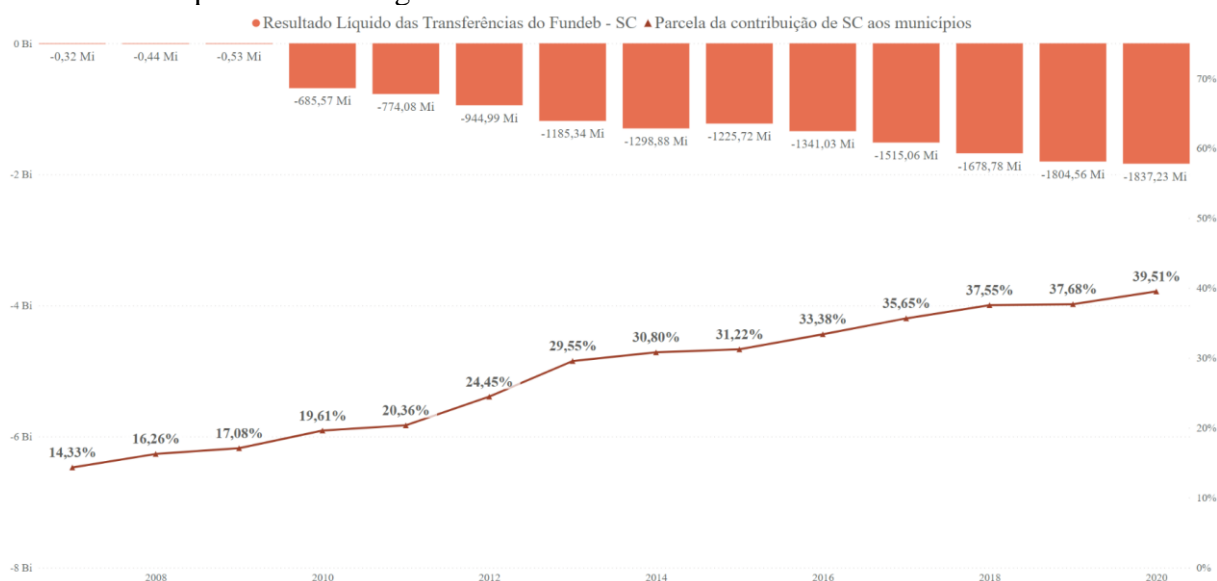
participação das matrículas estaduais, quando comparada com as dos municípios. A rede estadual possuía, inicialmente, 738.642 matrículas, correspondendo a 53,54% das matrículas apresentadas e terminam com 536.732, o que representava 40,18% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentaram um decréscimo de 27,34% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um aumento na quantidade e na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais de SC somavam 640.965, correspondendo a 46,46% do total, em 2007, e terminaram com 798.946, o que representou 59,82% das matrículas totais em 2020. No Gráfico 74, verifica-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos, ademais, houve um aumento de 24,65% no número matrículas municipais no período.

Compreende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais em SC. Ao atentarmos para as matrículas municipais observamos um movimento diferente; nota-se um crescimento na quantidade de matrículas e ainda um crescimento na proporção das matrículas municipais. E em 2012 a porcentagem de matrículas municipais ultrapassou a porcentagem de matrículas estaduais catarinenses, estas chegaram a 48,48%, enquanto aquelas ficam em 51,52%. Por estas razões, o estado de Santa Catarina, que inicialmente possuía uma rede de matrículas estadualizada, transformou-se em uma rede municipalizada de ensino. Além disso, houve um processo de encolhimento na rede pública com destaque para o encolhimento da rede estadual catarinense; observa-se ainda que as matrículas na rede pública de ensino apresentam uma tendência de alta a partir do ano de 2015.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - SC

Gráfico 78 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Santa Catarina – 2007-2020



Fonte: SEFAZ SC. Elaborado pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 84 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a contribuição percentual para o Fundo – governo do estado de Santa Catarina – 2007-2020

ano	Receitas destinadas ao Fundeb	Transferência de Recursos do Fundeb	Resultado líquido das transferências do Fundeb	Complementação da União ao Fundeb	Parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios
2007	2.232.201.388,80	1.887.349.983,80	(344.851.405,00)	-	15,45%
2008	2.729.523.332,28	2.285.815.501,79	(443.707.830,49)	-	16,26%
2009	3.083.138.570,95	2.556.489.301,60	(526.649.269,35)	-	17,08%
2010	3.496.263.065,74	2.810.697.009,84	(685.566.055,90)	-	19,61%
2011	3.802.500.333,42	3.028.422.015,54	(774.078.317,88)	-	20,36%
2012	3.864.375.379,23	2.919.388.374,08	(944.987.005,15)	-	24,45%
2013	4.011.313.156,69	2.825.968.176,84	(1.185.344.979,85)	-	29,55%
2014	4.217.755.810,57	2.918.871.223,81	(1.298.884.586,76)	-	30,80%
2015	3.925.670.961,00	2.699.949.079,27	(1.225.721.881,74)	-	31,22%
2016	4.017.446.535,64	2.676.415.189,15	(1.341.031.346,49)	-	33,38%
2017	4.249.637.539,13	2.734.573.425,67	(1.515.064.113,45)	-	35,65%
2018	4.471.223.643,59	2.792.439.534,92	(1.678.784.108,67)	-	37,55%
2019	4.789.224.459,80	2.984.661.977,32	(1.804.562.482,48)	-	37,68%
2020	4.649.644.606,40	2.812.410.066,48	(1.837.234.539,92)	-	39,51%

Fonte: SEFAZ SC. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 78 e na Tabela 84 verificamos os resultados líquidos das transferências do Fundeb estadual e a contribuição percentual do estado de SC para o fundo de 2007 a 2020. No período, o somatório do resultado líquido foi de R\$ 15.606.467.923,14, apresentando o maior montante em 2020, quando o governo estadual redistribuiu R\$ 1.837.234.539,92 e o menor montante em 2007, quando a redistribuição foi de R\$ 344.851.405,00; o crescimento da contribuição no período foi de 432,76%. Em termos percentuais, a parcela média da

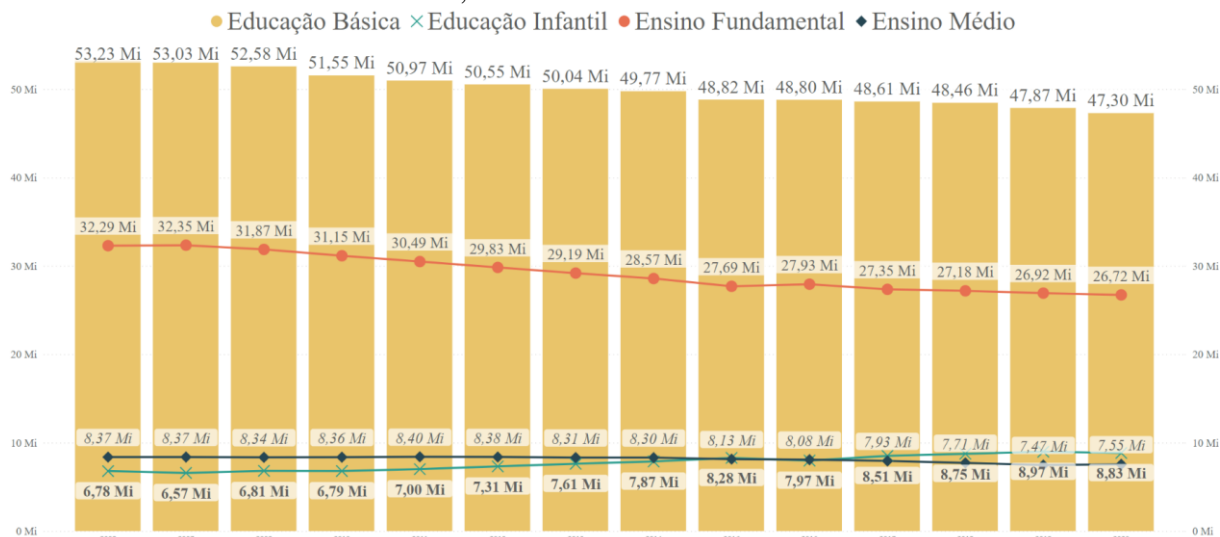
contribuição estadual redistribuída aos municípios foi de 27,75%, apresentando a maior redistribuição em 2020, com 39,51% e a menor redistribuição em 2007, com 15,45%.

Como o resultado líquido da transferência foi negativo em todos os anos da série, foi possível concluir que houve decréscimo resultante das transferências do fundo e assim que este estado redistribuiu recursos para o Fundo em toda a série histórica. Há indícios que o aumento das matrículas municipais, principalmente a EI cooperou para que houvesse redução do resultado líquido no Fundo catarinense. Além disso, este estado não recebeu complementação da União no período.

## BRASIL

## AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS - BR

Gráfico 79 - Distribuição de matrículas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio – Brasil – 2007-2020



Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 85 - Variação das matrículas da EB<sup>34</sup>, EI, EF, EM e EJA – Brasil – 2007 a 2020

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	% mat. Educação Infantil	Ensino Fundamental	% mat. Ensino Fundamental	Ensino Médio	% mat. Ens. Médio	EJA	% mat. EJA
2007	53.028.928	6.574.369	12,40%	32.346.623	61,00%	8.372.175	15,79%	5.034.606	13,65%
2008	53.232.868	6.784.955	12,75%	32.288.826	60,66%	8.368.868	15,72%	4.989.808	11,81%
2009	52.580.452	6.810.379	12,95%	31.868.172	60,61%	8.338.423	15,86%	4.701.245	10,89%
2010	51.549.889	6.792.095	13,18%	31.148.207	60,42%	8.358.647	16,21%	4.325.587	9,65%
2011	50.972.619	7.003.802	13,74%	30.490.476	59,82%	8.401.829	16,48%	4.082.528	9,47%
2012	50.545.050	7.314.164	14,47%	29.826.627	59,01%	8.377.942	16,58%	3.961.925	10,81%
2013	50.042.448	7.607.577	15,20%	29.187.602	58,33%	8.314.048	16,61%	3.830.207	10,58%
2014	49.771.371	7.869.869	15,81%	28.571.512	57,41%	8.301.380	16,68%	3.653.530	10,31%
2015	48.796.512	7.972.230	16,34%	27.931.210	57,24%	8.076.150	16,55%	3.491.869	9,80%
2016	48.817.479	8.279.104	16,96%	27.691.478	56,72%	8.133.040	16,66%	3.482.174	9,36%
2017	48.608.093	8.508.731	17,50%	27.348.080	56,26%	7.930.384	16,31%	3.598.716	15,72%
2018	48.455.867	8.745.184	18,05%	27.183.970	56,10%	7.709.929	15,91%	3.545.988	15,27%
2019	47.874.246	8.972.778	18,74%	26.923.730	56,24%	7.465.891	15,59%	3.273.668	9,80%
2020	47.295.294	8.829.795	18,67%	26.718.830	56,49%	7.550.753	15,97%	3.002.749	8,43%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: nas linhas da Tabela verificar-se o quanto cada etapa/modalidade representa em relação às matrículas da EB do respectivo ano. As cores identificam a concentração de matrículas no decorrer do tempo, quanto mais escuro, maior o percentual de matrículas no período.

Na Tabela 83, verificamos que o número de matrículas da EB no Brasil em 2007 era de 53.028.928 e em 2020 passou para 47.295.294, uma diferença de 5.733.634 matrículas, o que representa um decréscimo de 2,88%. O EF e a EJA impulsionaram esta tendência de queda, pois, no início do recorte temporal em 2007, possuíam 32.346.623 e 5.034.606, no final do

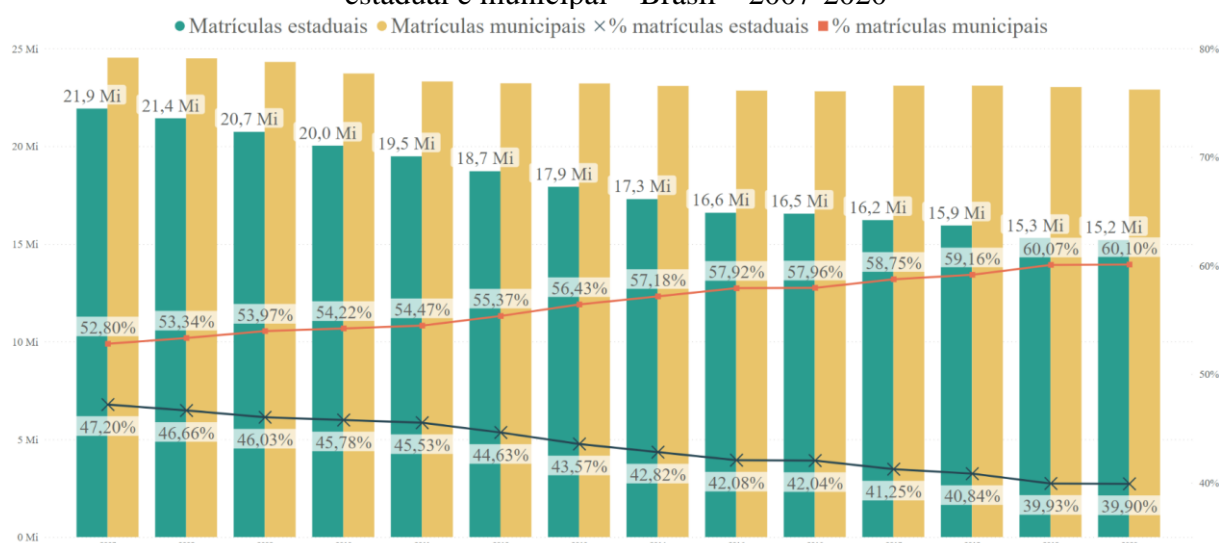
<sup>34</sup> Conforme as notas das Sinopses Estatísticas da Educação do INEP, o número de matrículas da Educação Básica é composto pela soma das seguintes Etapas de Ensino: Total da Educação Infantil, Total do Ensino Fundamental, Total do Ensino Médio, Curso Técnico Concomitante, Curso Técnico Subsequente, Curso FIC Concomitante e Total da Educação de Jovens e Adultos.

recorte em 2020 havia 26.718.830 e 3.002.749 matrículas, apresentando uma variação negativa de 17,40% e 40,36%, respectivamente. O destaque fica para a EI, a qual obteve um aumento percentual de 34,31% em suas matrículas, em 2007 havia 6.574.369 inscrições e no ano de 2020 existiam 8.829.765 inscrições, um acréscimo médio de 2,64% ao ano.

Assim, neste segmento, foi possível verificar a situação das matrículas da EB por etapas/modalidade no Brasil para obtermos uma caracterização geral das matrículas da EB. No próximo tópico, verificaremos a distribuição das matrículas estaduais e municipais no País.

#### AS MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO - BR

Gráfico 80 - Distribuição de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa estadual e municipal – Brasil – 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Nota: Para os cálculos percentuais foram consideradas apenas as matrículas estaduais e municipais, as matrículas federais e privadas não foram representadas.

Tabela 86 - Matrículas da EB, por dependência administrativa – Brasil – 2007-2020

Ano	mat. estaduais	% mat. estaduais	mat. municipais	% mat. municipais	Pública
2007	21.927.300	47,20%	24.531.011	52,80%	46.643.406
2008	21.433.441	46,66%	24.500.852	53,34%	46.131.825
2009	20.737.663	46,03%	24.315.309	53,97%	45.270.710
2010	20.031.988	45,78%	23.722.411	54,22%	43.989.507
2011	19.483.910	45,53%	23.312.980	54,47%	43.053.942
2012	18.721.916	44,63%	23.224.479	55,37%	42.222.831
2013	17.926.568	43,57%	23.215.052	56,43%	41.432.416
2014	17.294.357	42,82%	23.089.488	57,18%	40.680.590
2015	16.548.708	42,04%	22.813.842	57,96%	39.738.780
2016	16.595.631	42,08%	22.846.182	57,92%	39.834.378
2017	16.222.814	41,25%	23.101.736	58,75%	39.721.032
2018	15.946.416	40,84%	23.103.124	59,16%	39.460.618
2019	15.307.033	39,93%	23.027.621	60,07%	38.739.461
2020	15.199.500	39,90%	22.898.611	60,10%	38.504.108

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Elaborada pelo autor (2022).

No Gráfico 80 e na Tabela 86, ao considerarmos o fluxo de matrículas estaduais e municipais no Brasil no intervalo 2007-2020, nota-se que há uma redução no número absoluto de matrículas estaduais, além disso verificamos uma redução percentual na participação das

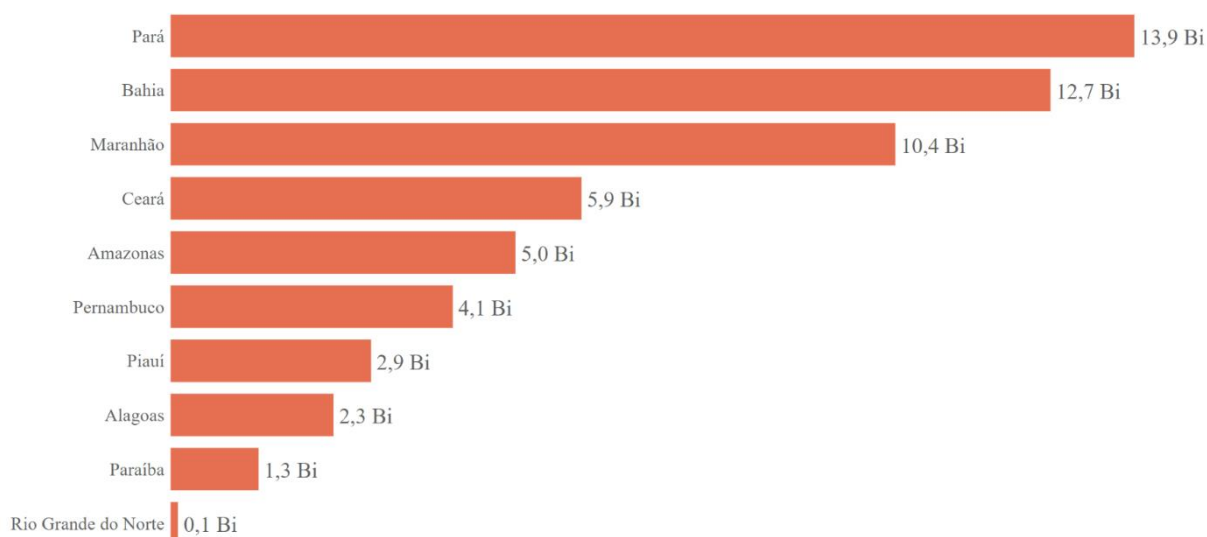
matrículas estaduais, quando comparada com as dos municípios. As redes estaduais possuíam, inicialmente, 21.927.300 matrículas, correspondendo a 47,20% das matrículas apresentadas, e terminam com 15.199.500, o que representava 39,90% das matrículas totais em 2020. Fica evidente a tendência de queda das matrículas estaduais, visto que apresentaram um decréscimo de 30,68% no número absoluto de matrículas.

Entretanto, ao analisarmos o fluxo de matrículas municipais, notamos um decréscimo na quantidade e aumento na participação das matrículas municipais em relação ao total da EB. As matrículas municipais brasileiras somavam 24.531.011, correspondendo a 52,80% do total, em 2007, e terminaram com 22.898.611, o que representou 60,10% das matrículas totais em 2020. No Gráfico 74, verifica-se uma inclinação positiva na curva de porcentagem de matrículas municipais, um indicador que a proporção de matrículas municipais não tende a cair nos próximos anos; houve uma diminuição de 6,65% no número matrículas municipais no período.

Entende-se que houve uma redução no número de matrículas e no percentual de matrículas estaduais no Brasil, assim como uma redução nas matrículas municipais e um crescimento na proporção nas matrículas municipais. Ademais, o Brasil caracteriza-se por ter uma rede de matrículas municipalizada, isto é, desde o início da série histórica a quantidade de matrículas na rede municipal supera as da rede estadual de ensino. Além disso, houve um processo de redução em toda a rede pública com destaque para a rede estadual brasileira e há uma tendência de redução de ambas as redes nos próximos anos.

## COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - BR

Gráfico 81 – **Entes estaduais** que receberam a complementação da União ao Fundeb e o montante recebido - 2007-2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2022). Conforme Tabela 4 - Fonte dos dados financeiros e softwares utilizados no tratamento dos dados. Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Tabela 87 – **Entes estaduais** que receberam a complementação da União ao Fundeb e o montante recebido - 2007-2020

<b>Entes estaduais beneficiados pela complementação da União ao Fundeb</b>	<b>Quantidade de complementações recebidas</b>	<b>Total recebido por ente estadual 2007-2020</b>
AL	14	R\$ 2.348.343.497,81
AM	13	R\$ 4.971.284.164,67
BA	14	R\$ 12.680.825.296,11
CE	14	R\$ 5.922.080.610,46
MA	14	R\$ 10.445.148.817,67
PA	14	R\$ 13.890.163.052,00
PB	14	R\$ 1.266.988.011,62
PE	14	R\$ 4.068.169.825,60
PI	14	R\$ 2.889.339.567,98
RN	1	R\$ 106.956.819,77
<b>10 estados beneficiados</b>	<b>Total distribuído pelo Fundeb:</b>	<b>R\$ 58.589.299.663,67</b>

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Conforme Tabela 4 - Fonte dos dados financeiros e softwares utilizados no tratamento dos dados. Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

No Gráfico 81 e na Tabela 87 estão descritos os estados que receberam complementação da União e o montante com valores corrigidos dos valores recebidos no período da política do Fundeb. A complementação da União é disponibilizada aos estados que não atingiram com a sua arrecadação o valor mínimo nacional por aluno estabelecido para o respectivo ano, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007a), art. 4º, no valor total de pelo menos 10% do total de recursos conforme ilustrado na Figura 4. A política beneficiou ao total 10 estados: AL,

AM, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI e RN, e montante total distribuído no período foi de R\$ 58.589.299.663,67.



## COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NOS RELATÓRIOS ESTADUAIS

Tabela 88 - Variação das matrículas das EB, dep. administrativa x Variação dos resultados líquidos das transferências do Fundeb – 2007-2020

Estados	Matrículas da EB 2007-2020		Matrículas da EI 2007-2020		Matrículas do EF 2007-2020		Matrículas do EM 2007-2020		Matrículas da EJA 2007-2020		Matrículas Públicas 2007-2020		Matrículas Estaduais 2007-2020		Matrículas Muni- cipais 2007-2020		Variação do resul- tado líquido das transferências do Fundeb 2007-2020
	Variação absoluta	Variação percentual	Variação absoluta	Variação percentual	Variação ab- soluta	Variação percentual	Variação ab- soluta	Variação percentual	Variação ab- soluta	Variação percentual	Variação abso- luta	Variação percentual	Variação abso- luta	Variação percentual	Variação ab- soluta	Variação percentual	
AC	12.012	4,83%	9.632	33,22%	2.551	1,66%	8.662	28,28%	(11.969)	-35,28%	12.113	5,11%	(6.106)	-4,00%	15.761	18,82%	<b>73,42%</b>
AL	(169.836)	-17,02%	30.964	33,02%	(203.644)	-30,47%	(12.965)	-9,94%	6.230	6,07%	(219.186)	-23,93%	(100.671)	-36,51%	(127.358)	-19,97%	<b>74,37%</b>
AM	(4.627)	-0,40%	37.909	31,87%	(76.319)	-9,83%	58.209	38,94%	(35.963)	-33,73%	(31.497)	-2,86%	(47.662)	-9,51%	8.772	1,47%	<b>64,45%</b>
AP	(10.133)	-4,53%	2.403	9,96%	(3.782)	-2,73%	(4.132)	-11,55%	(5.910)	-25,03%	(10.622)	-5,22%	(36.798)	-24,35%	23.403	44,55%	<b>180,30%</b>
BA	(901.662)	-20,79%	39.891	7,95%	(697.761)	-26,38%	(97.917)	-14,94%	(193.634)	-37,21%	(1.156.558)	-28,63%	(580.481)	-42,78%	(590.282)	-22,08%	<b>72,86%</b>
CE	(550.360)	-20,52%	54.167	14,90%	(465.268)	-28,53%	(41.945)	-10,37%	(113.839)	-41,78%	(583.106)	-25,10%	(229.192)	-35,51%	(360.206)	-21,56%	<b>58,92%</b>
ES	(49.053)	-5,26%	35.948	25,20%	(57.259)	-10,24%	(20.777)	-14,75%	(8.786)	-12,76%	(35.079)	-4,33%	(66.570)	-21,33%	25.160	5,13%	<b>79,18%</b>
GO	(29.271)	-1,97%	114.996	84,55%	(110.295)	-11,35%	(18.248)	-6,69%	(23.934)	-25,64%	(84.161)	-6,60%	(166.584)	-24,87%	76.673	12,80%	<b>296,04%</b>
MA	(364.919)	-15,92%	9.292	2,76%	(298.138)	-20,96%	(32.864)	-10,38%	(59.089)	-27,77%	(412.213)	-19,50%	(228.100)	-41,66%	(197.778)	-12,66%	<b>88,43%</b>
MG	(792.306)	-15,47%	247.083	45,23%	(812.176)	-24,81%	(99.763)	-11,79%	(139.693)	-37,60%	(863.939)	-19,17%	(697.036)	-27,32%	(186.254)	-9,66%	<b>280,64%</b>
MS	(23.493)	-3,40%	50.773	58,94%	(34.634)	-8,12%	10.228	10,81%	(52.794)	-68,26%	(35.854)	-5,86%	(94.384)	-30,96%	53.007	17,33%	<b>150,37%</b>
MT	(12.222)	-1,42%	80.430	87,05%	(50.924)	-9,63%	(6.753)	-4,60%	(39.707)	-42,88%	(47.881)	-6,01%	(77.817)	-17,72%	24.052	6,80%	<b>123,96%</b>
PA	(233.849)	-9,40%	42.122	15,25%	(169.103)	-10,82%	(13.873)	-3,77%	(115.521)	-42,33%	(324.833)	-13,79%	(233.918)	-29,60%	(96.311)	-6,19%	<b>92,31%</b>
PB	(202.038)	-17,57%	29.727	23,96%	(175.439)	-24,56%	(16.991)	-10,94%	(40.722)	-27,39%	(282.307)	-26,83%	(209.517)	-46,45%	(80.135)	-13,45%	<b>129,55%</b>
PE	(377.906)	-14,62%	37.817	12,90%	(296.092)	-18,94%	(94.931)	-21,68%	(100.258)	-36,55%	(545.923)	-24,23%	(340.698)	-36,91%	(215.344)	-16,32%	<b>96,46%</b>
PI	(204.673)	-19,31%	13.261	10,25%	(170.222)	-27,09%	(55.984)	-30,80%	(2.750)	-2,50%	(204.966)	-21,37%	(114.630)	-34,12%	(97.542)	-15,79%	<b>78,10%</b>
PR	(176.405)	-6,46%	196.299	64,57%	(294.695)	-17,31%	(43.795)	-9,33%	(67.766)	-31,86%	(290.306)	-12,08%	(316.815)	-23,40%	13.259	1,27%	<b>232,30%</b>
RJ	(331.956)	-8,54%	182.038	41,49%	(359.235)	-15,44%	(42.921)	-6,68%	(155.164)	-37,83%	(704.760)	-21,95%	(569.545)	-42,23%	(139.666)	-7,65%	<b>72,61%</b>
RN	(171.076)	-17,53%	9.131	6,75%	(119.079)	-20,97%	(33.512)	-21,18%	(45.715)	-41,97%	(191.875)	-23,03%	(146.152)	-40,66%	(60.472)	-12,91%	<b>85,99%</b>
RO	(74.346)	-15,46%	9.075	20,57%	(50.253)	-16,59%	4.031	6,87%	(41.046)	-56,01%	(78.183)	-17,66%	(65.487)	-25,44%	(17.920)	-9,70%	<b>67,33%</b>
RR	32.212	23,66%	10.146	58,30%	20.567	24,59%	7.390	43,90%	(8.251)	-47,89%	25.439	19,79%	(16.247)	-17,23%	41.956	131,38%	<b>1761,78%</b>
RS	(359.722)	-13,82%	197.739	79,65%	(374.635)	-22,79%	(97.664)	-22,15%	(87.755)	-46,20%	(456.188)	-20,07%	(529.635)	-40,06%	55.451	5,92%	<b>223,58%</b>
SC	45.339	2,88%	149.219	63,20%	(53.987)	-5,80%	16.262	6,82%	(77.049)	-55,82%	(29.750)	-2,15%	(201.910)	-27,34%	157.981	24,65%	<b>432,76%</b>
SE	(90.281)	-14,47%	2.708	3,36%	(59.082)	-15,48%	(9.424)	-10,82%	(31.205)	-43,87%	(138.520)	-24,92%	(83.790)	-35,67%	(55.075)	-17,41%	<b>60,14%</b>
SP	(675.972)	-6,36%	610.317	36,86%	(659.042)	-10,85%	(190.417)	-11,05%	(543.540)	-58,10%	(1.365.123)	-15,25%	(1.444.634)	-28,45%	64.891	1,68%	<b>220,03%</b>
TO	(33.593)	-7,88%	30.206	78,04%	(45.075)	-16,05%	(4.689)	-6,62%	(15.417)	-46,92%	(41.933)	-10,56%	(75.547)	-32,72%	31.577	19,28%	<b>199,57%</b>

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Nota: as cores são utilizadas para otimizar os aspectos a serem destacados. Vermelha identifica valores e variações negativas, enquanto a cor verde identifica os valores e variações positivas.

Na Tabela 88 exibimos a compilação dos dados de matrículas publicados nesta dissertação e da informação obtida através do cálculo das variações dos resultados líquidos das transferências do Fundeb no período da política. Quanto às matrículas da EB, visualiza-se que quase todos os estados brasileiros reduziram sua quantidade de matrículas no período, a exceção são os estados do AC, RR e SC. Ao investigarmos o que ocorre na subdivisão dessas matrículas, verificamos que todos os estados elevaram suas matrículas da EI e diminuíram suas inscrições no EF (exclui-se apenas o AC e RR). No ensino médio, apenas AC, AM, MS, RO, RR e SC tiveram acréscimo e na EJA apenas em Alagoas aumentou a matrícula em 2020 se comparado ao quantitativo de 2007.

Sob a ótica das redes públicas, também observamos redução das matrículas em todos os estados, exceto no AC e em RR. Ao pormenorizar as matrículas em estaduais e municipais constata-se que todas as redes estaduais encolheram e metade das redes municipais (AC, AM, AP, ES, GO, MS, MT, PR, RR, RS, SC, SP e TO) cresceram de 2007 a 2020. E os resultados líquidos das transferências do Fundeb tiveram uma média de 203,67% de variação por estado, sendo RR o estado que obteve a maior variação no período, com 1.761,78%; a menor foi no CE, com 58,92%.

## RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – ESTADOS BRASILEIROS

Tabela 89 - Resultados líquidos das transferências do Fundeb e a parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios dos 26 estados brasileiros – mínima, média, máxima e total – 2007-2020

Estados	Resultado líquido das transferências do Fundeb (2007-2020)	Contribuição mínima 2007-2020	Contribuição média 2007-2020	Contribuição máxima 2007-2020	Contribuição total 2007-2020	Varição da contribuição 2007-2020
AC	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 153.622.659,41 21,75%	R\$ 219.804.894,88 24,41%	R\$ 266.413.967,73 27,87%	R\$ 3.077.268.528,37	73,42%
AL	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 594.176.098,19 51,49%	R\$ 882.802.176,22 58,09%	R\$1.086.023.711,72 62,71%	R\$ 12.359.230.467,08	74,37%
AM	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 588.861.479,01 33,03%	R\$ 799.967.803,88 36,38%	R\$ 968.364.137,69 39,42%	R\$ 11.199.549.254,29	64,45%
AP	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 88.824.027,72 13,98%	R\$ 191.067.599,53 21,86%	R\$ 271.068.818,39 28,53%	R\$ 2.674.946.393,41	180,30%
BA	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$2.086.914.856,80 44,76%	R\$2.888.387.784,62 51,22%	R\$3.607.531.593,02 56,88%	R\$ 40.437.428.984,73	72,86%
CE	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$1.557.701.053,59 58,68%	R\$2.172.266.022,02 62,65%	R\$2.637.534.883,67 70,56%	R\$ 30.411.724.308,34	58,92%
ES	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 723.063.790,06 40,84%	R\$1.061.384.666,94 46,82%	R\$1.295.610.044,38 52,88%	R\$ 14.859.385.337,18	79,18%
GO	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 380.762.672,24 19,02%	R\$ 963.820.942,04 28,89%	R\$1.507.989.488,41 36,29%	R\$ 13.493.493.188,63	296,04%
MA	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$1.065.194.439,45 58,31%	R\$1.665.152.262,98 65,48%	R\$2.199.593.057,10 71,43%	R\$ 23.312.131.681,73	88,43%
MG	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 530.079.418,03 6,34%	R\$1.373.778.436,58 13,61%	R\$4.472.951.954,77 41,56%	R\$ 19.232.898.112,16	280,64%
MS	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 352.421.699,70 28,31%	R\$ 601.094.442,90 33,30%	R\$ 882.341.117,01 41,06%	R\$ 8.415.322.200,62	150,37%
MT	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 313.891.982,05 16,47%	R\$ 438.325.777,00 21,12%	R\$ 711.240.723,90 30,16%	R\$ 6.136.560.877,95	123,96%
PA	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$1.146.742.703,67 51,58%	R\$1.758.823.384,14 55,64%	R\$2.205.291.839,70 59,19%	R\$ 24.623.527.377,99	92,31%
PB	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 464.752.704,50 32,38%	R\$ 766.161.492,94 40,46%	R\$1.066.858.892,35 51,44%	R\$ 10.726.260.901,11	129,55%
PE	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$1.131.227.849,87 35,35%	R\$1.750.558.772,94 42,85%	R\$2.340.166.962,78 49,99%	R\$ 24.507.822.821,13	96,46%
PI	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 531.548.711,18 44,67%	R\$ 778.527.100,52 50,96%	R\$ 946.711.020,74 56,50%	R\$ 10.899.379.407,29	78,10%
PR	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 394.342.445,60 8,26%	R\$ 899.258.538,28 15,02%	R\$1.503.866.728,62 23,36%	R\$ 12.589.619.535,91	232,30%
RJ	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$2.542.120.306,20 43,29%	R\$3.848.883.018,35 51,71%	R\$4.654.676.044,44 58,63%	R\$ 53.884.362.256,89	72,61%
RN	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 480.331.056,47 36,48%	R\$ 733.972.448,79 41,12%	R\$ 924.512.085,79 47,92%	R\$ 10.275.614.283,13	85,99%
RO	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 234.399.150,36 23,17%	R\$ 329.524.790,07 26,51%	R\$ 418.798.736,32 30,34%	R\$ 4.613.347.060,92	67,33%
RR	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 13.303.775,09 3,05%	R\$ 161.149.499,67 23,86%	R\$ 249.519.052,20 35,74%	R\$ 2.256.092.995,40	1761,78%
RS	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 587.823.758,57 11,13%	R\$1.351.368.526,01 20,43%	R\$2.246.765.956,99 31,65%	R\$ 18.919.159.364,19	223,58%
SC	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 344.851.405,00 15,45%	R\$1.114.747.708,80 27,75%	R\$1.837.234.539,92 39,51%	R\$ 15.606.467.923,14	432,76%
SE	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 453.636.855,07 40,21%	R\$ 646.794.614,77 45,78%	R\$ 779.154.888,32 49,72%	R\$ 9.055.124.606,71	60,14%
SP	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$3.000.025.351,67 15,87%	R\$6.633.344.570,17 23,54%	R\$9.601.012.247,48 34,13%	R\$ 92.866.823.982,37	220,03%
TO	Decréscimo Resultante das Transferências do Fundeb	R\$ 189.909.265,47 19,61%	R\$ 375.854.927,10 28,02%	R\$ 595.692.496,73 38,88%	R\$ 5.261.968.979,41	199,57%
<b>Estados</b>		<b>Média no período 29,75%</b>	<b>Média no período 36,83%</b>	<b>Média no período 44,86%</b>	<b>R\$ 481.695.510.830,07</b>	

Fonte: Conforme a Tabela 2 - Fonte de dados das matrículas. Elaborada pelo autor (2022). Em reais (R\$), valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021.

Na Tabela 89 podemos verificar os resultados líquidos das transferências do Fundeb e as parcelas da contribuição estadual redistribuída aos municípios dos 26 estados brasileiros nos seus valores mínimos, médios, máximos e totais. Esses dados foram destrinchados desta forma para se ter uma visualização mais detalhada do que ocorreu no período da política, por estado. Quanto aos resultados líquidos, averiguamos que todos os estados tiveram decréscimo resultante das transferências do Fundeb no período estudado e todos os estados contribuíram com uma média mínima de 29,75% de 2007-2020.

## 6. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DOS ESTADOS E O FUNDEB

Durante o período da Política de Fundos de 2007 a 2020, houve o incremento de normas que influenciaram na alteração do espectro de matrículas e, por consequência, o comportamento das cifras do Fundeb redistribuídas pelos estados. Algumas destas normas que começaram a vigorar no período estão elencadas na Tabela 90.

Quadro 41 – Normas da EB que influenciaram decisões de política de atendimento educacional por governos estaduais e prefeituras - 2007-2020

Lei	Título	Assunto	Matrículas afetadas	Vigência
Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007	Plano de Metas Compromisso todos pela Educação.	Melhoria da qualidade da Educação Básica, em regime de colaboração com municípios, DF e estados.	Educação Básica	2007 em diante (não foi revogado, porém o que vale de fato é a Lei nº 12.695/2012)
Resolução CD/FNDE nº 6, de 24 de abril de 2007	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA)	Creches e escolas públicas das redes municipais e DF	Municipais e Educação Infantil	2007 em diante
Lei 11.494, de 20 de junho de 2007	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação	Financiamento da Educação	Educação Básica	2007-2020
Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008	Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da Educação Básica	Piso salarial docente	Educação Básica	2008 em diante
Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009	-	Previsão da obrigatoriedade da educação básica para a população de quatro a dezessete anos, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria	Educação Básica, inclusive a Educação de Jovens e Adultos	2009 em diante
Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012	Plano de Ações Articuladas (PAR)	Disciplina a assistência voluntária da União aos governos subnacionais na educação básica	Educação Básica	2012 em diante
Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013	Altera a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).	Trata de vários aspectos da EB, mas altera principalmente assuntos relacionados à EI.	EI (pré-escolas)	2013 em diante
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Plano Nacional de Educação (PNE)	Educação Brasileira	Meta 1 – EI Meta 2 – EF Meta 3 – EM Meta 10 – EJA	2014-2024

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Podemos observar, por diversos aspectos, de que forma os governos estaduais contribuíram para o Fundeb de 2007 a 2020. Neste íterim, verificamos como as variações de

matrículas na educação brasileira influenciaram a redistribuição de recursos da rede estadual para a rede municipal nos estados. As matrículas das redes se comportam tal qual as leis que as regem naquele intervalo de tempo. Por exemplo, preceitos sobre a obrigatoriedade de frequência à escola de crianças de 4 a 5 anos irão reforçar as matrículas na pré-escola, pois essa faixa etária relaciona-se com as matrículas pré-escolares e, conseqüentemente, às matrículas municipais; muito embora os estados possam atuar na educação infantil e terem dever de prestar assistência aos municípios. Por essa razão, é exposto a seguir Quadro com a idade escolar adequada, por etapa e rede de matrículas, segundo a LDB 9.394/96.

Quadro 42 - Prioridade da rede de matrículas x idade adequada

Prioridade da rede	Etapa da EB	Ano/Série	Idade adequada
Municipal	Educação Infantil	Creche	0
			1
			2
			3
		Pré-escola	4
			5
Municipal e Estadual	Ensino Fundamental 1	1º Ano	6
		2º Ano	7
		3º Ano	8
		4º Ano	9
		5º Ano	10
	Ensino Fundamental 2	6º Ano	11
		7º Ano	12
		8º Ano	13
9º Ano		14	
Estadual	Ensino Médio	1º Ano	15
		2º Ano	16
		3º Ano	17

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisar a Tabela 88 e, de maneira detalhada, o relatório BRASIL, constatamos que houve aumento de matrículas na Educação Infantil e nas redes municipais em todos os estados brasileiros. Esse fenômeno é um provável resultado da confluência das normas em vigor no período. Destacam-se, entre elas, a Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, que destina recursos

à construção, reforma, equipamentos e mobiliários em creches e escolas públicas das redes municipais e do DF (artigo 1, Resolução nº 6., de 24 de abril de 2007), associada à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que traz a previsão de obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e, ainda, as medidas adotadas para o cumprimento da meta 1 do PNE “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches [...] até o final da”; são fatores que possivelmente afetaram a variação de matrículas e, por decorrência, causaram uma reação na magnitude dos Fundos dos respectivos estados. Então, os municípios, que foram mais efetivos em cumprir a legislação, auferiram mais recursos e se beneficiaram de uma maior redistribuição de recursos oriundos dos Fundeb estaduais no período da política. É de ressaltar também que a população de 0 a 5 anos de idade é aquela com menores taxas de cobertura educacional no início do intervalo analisado e, com isso, havia e há maior necessidade de expansão, seja para atender à universalização da pré-escola, seja para expandir a creche.

Quanto ao Ensino Fundamental, notamos na Tabela 88 que a maior parte dos estados brasileiros (exceto AC e RR) sofreram com a queda das matrículas no período. Apesar de ser alvo da meta 2 do PNE: “universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam na idade recomendada...” (BRASIL, 2014) é mais complexo trazer com precisão os motivos das quedas de matrículas estaduais no período. É sabido que o Ensino Fundamental era o foco da antiga política do Fundef e o Fundeb veio para ampliar o escopo do financiamento para toda Educação Básica e o cumprimento da política anterior pode ser uma variável que ofuscou o aumento das matrículas do EF de 2007 a 2020, relacionado a isso estamos em um processo de redução da taxa de crescimento populacional que pode vir a afetar o EF, a etapa com mais níveis de matrículas da educação brasileira. Porém, a complexidade de tratar o tema se deve também aos processos de repartição de responsabilidades em cada unidade federativa, pois há trajetórias distintas, o que foi trabalhado por Farenzena (2012). Ainda temos o modo de exposição dos dados que neste trabalho não pormenorizaram quais as matrículas do EF foram realizadas na rede estadual e na rede municipal, conseqüentemente fica difícil demonstrar como isso possivelmente afetou a redistribuição de recursos dos estados para os municípios no período.

A Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009) ampliou a obrigatoriedade da EB chegando até os 17 anos, movimento que colocou o EM como uma etapa obrigatória. No PNE a meta 3 trata sobre o EM: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a

taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (BRASIL, 2014). Apesar da atenção dada a essa etapa de ensino, na Tabela 88 verifica-se que apenas seis estados – AC, AM, MS, RO, RR e SC – tiveram um aumento na quantidade absoluta de matrículas. Distinto do comportamento das matrículas do EF, o EM manteve seu percentual de matrículas praticamente inalterado (como pode-se verificar no Relatório - BRASIL), em 2007 as matrículas do EM representavam 15,79% e em 2020, 15,59%, com isso posto e tendo em vista a redução da quantidade de matrículas da EB, o processo de redução da taxa de crescimento populacional e que as taxas mais elevadas de evasão escolar ocorrem nesta etapa, é possível conjecturar que a política do Fundeb teve influência para manter esse percentual de matrículas no período. Também é importante considerar que a taxa líquida de matrículas no ensino médio, da população de 15 a 17 anos ficou em apenas 95,3% (BRASIL, 2022, p. 90) no ano de 2021, o que indica que muitos adolescentes nesta faixa frequentam o ensino fundamental ou concluíram o ensino fundamental e não continuaram uma trajetória linear no EM.

No que concerne à Educação de Jovens e Adultos, somente o estado de AL incrementou de forma positiva sua quantidade matrículas e a variação de matrículas no período. Da mesma forma que o EM, também foi verificado que há uma meta no PNE voltada para esta modalidade, a meta 10, entretanto, o texto procura atingir a EJA na forma integrada à educação profissional (dados que não foram detalhados nesta pesquisa); além disso, não houve normas específicas que poderiam levar a uma associação mais clara com o incremento de matrículas. Por esta razão, a falta de normas e de políticas incentivando a EJA podem ser o motivo da queda considerável de matrículas e percentual na maior parte dos estados.

Quadro 43 - O processo de municipalização das redes de matrículas dos governos estaduais  
(continua)

<b>Estados</b>	<b>Rede de matrículas 2007</b>	<b>Processo 2007-2020</b>	<b>Rede de matrículas 2020</b>
AC	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Estadualizada
AL	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
AM	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
AP	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Estadualizada
BA	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
CE	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
ES	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
GO	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
MA	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada



Quadro 43 – O Processo de municipalização das redes de matrículas dos governos estaduais

(conclusão)

<b>Estados</b>	<b>Rede de matrículas 2007</b>	<b>Processo 2007-2020</b>	<b>Rede de matrículas 2020</b>
MG	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Estadualizada
MS	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
MT	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
PA	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
PB	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
PE	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
PI	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
PR	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
RJ	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
RN	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
RO	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Estadualizada
RR	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Estadualizada
RS	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
SC	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
SE	Rede Municipalizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
SP	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada
TO	Rede Estadualizada	Municipalização em processo	Rede Municipalizada

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As matrículas públicas, segregadas em matrículas estaduais e municipais, na Tabela 88 e no relatório - Brasil representam como as redes estaduais e municipais variaram no decorrer do Fundeb. As matrículas das redes públicas, de forma geral, diminuíram, com exceção dos estados do AC e RR, as redes estaduais de todos os estados sofreram redução em suas matrículas, enquanto as metade das redes municipais (AC, AM, AP, ES, GO, MS, MT, PR, RR, RS, SC, SP e TO) obtiveram incremento de matrículas, uma provável consequência do aumento das matrículas da EI, visto que, conforme o Quadro 42, a EI é matrícula prioritária dos entes municipais. Conforme o Quadro 43, podemos afirmar que o processo de municipalização ocorreu em vários estados, o que significa dizer que cada vez mais aumenta a quantidade de recursos direcionados aos governos municipais.

Quanto à municipalização, que aqui é definida restritamente como o processo de aumento de matrículas na rede municipal, averiguamos que de forma geral o Brasil possuía uma rede municipalizada que aumentou sua magnitude no decorrer da política do Fundeb. Podemos verificar no Quadro 43 que, em 2007, em 14 estados a rede pública era municipalizada e, no decorrer da política, todas as redes sofreram um processo de municipalização; no último da política do Fundeb de caráter transitório, 2020, tínhamos 21 redes municipalizadas, demonstrando, assim, que houve um claro processo de municipalização, o qual, entendemos, foi viabilizado também pelo Fundeb, uma vez que os municípios recebem recursos de redistribuição do governo estadual e os governos estaduais, embora redistribuam recursos, ficam liberados de despesas com pagamento dos profissionais da educação na ativa e inclusive dos encargos com aposentadorias e pensões.

Quanto aos resultados líquidos das transferências do Fundeb, que auxiliam a mensurar a participação dos governos estaduais nos fundos estaduais, extraímos as plausíveis afirmações: apurou-se que, quanto maior a variação de matrículas percentuais da EI (que estão associadas ao aumento das matrículas municipais) e quanto menor a variação de matrículas estaduais, maior foi a variação do resultado líquido das transferências dos Fundeb. A afirmação carece de cálculos econométricos para estabelecer a correlação exata entre as variáveis, mas é possível afirmar de forma genérica, colocando os resultados da variação do resultado líquido das transferências do Fundeb em ordem decrescente, que estados com maiores resultados de variação no período são os governos que claramente tiveram um aumento perceptível no seu número de matrículas, como é o caso de RR e SC, no topo da análise, e CE e SE no fim do *ranking*.

Na Tabela 89, pode-se averiguar que, em todos os estados, de 2007 a 2020 houve decréscimo resultante das transferências do Fundeb, o que viabilizou uma parcela da contribuição a ser redistribuída aos municípios que foi positiva em todo o período. O que possibilita afirmar que a função redistributiva da política foi alcançada com sucesso, indicando que ocorreu uma maior equiparação da capacidade de financiamento em direção dos governos municipais, posto que são a parte que mais carece de recursos financeiros, justificado pela quantidade de matrículas demandadas em suas respectivas redes; além disso, quando o aporte financeiro dos estados era insuficiente para atender os valores mínimos por aluno, a União entrou com a complementação para que os estados não fossem prejudicados.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar em que medida os governos estaduais contribuíram financeiramente para o Fundeb e quais foram seus efeitos na oferta de matrículas no Brasil no seu período de vigência de 2007 a 2020. Para isso, foi realizado o mapeamento do movimento das matrículas na EB, pois os recursos do Fundeb são distribuídos conforme a quantidade de matrículas estaduais e municipais em cada estado, e uma análise dos recursos estaduais do Fundeb – contribuição, transferências recebidas e recursos redistribuídos no período.

Ainda, observamos como uma das características do federalismo, a descentralização (neste caso de recursos) aconteceu entre os entes federados e como se relacionavam na política do Fundeb. A União complementava os estados que não atingiam o mínimo valor aluno ano médio através da complementação da União. Essa complementação da União era um mecanismo que servia para mitigar as desigualdades de receita entre os entes estaduais. Além disso, os entes estaduais e municipais contribuíam para o Fundeb estadual conforme sua arrecadação e depois esse montante era redistribuído ao ente estadual e aos municípios conforme suas matrículas e coeficientes de ponderação. Todos os entes estaduais, nos 14 anos da política, redistribuíram parcela da contribuição estadual aos seus respectivos municípios, assim, em ambos os casos, verificamos que havia uma relação entre os níveis de governo, consequentemente uma redistribuição de recursos com mais equidade proporcionada pelo Fundeb.

Quanto às matrículas da Educação Básica brasileira averiguou-se que houve uma redução 2,88% no período e apenas os estados do AC, RR e SC tiveram aumento de suas matrículas. Na Educação Infantil tivemos um aumento percentual de 34,31% e todos os estados tiveram incrementos em suas matrículas. No Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, ocorreu diminuição do percentual de matrículas, 17,40%, 9,81% e 40,36%, respectivamente, com as exceções do AC e RR para o Ensino Fundamental, do AC, AM, MS, RO, RR e SC para o Ensino Médio e Alagoas para a Educação de Jovens e Adultos.

No que concerne às matrículas públicas, estaduais e municipais, entende-se que aconteceu um decréscimo no número de matrículas estaduais e municipais no Brasil, na rede pública existiu uma redução de 17,45% em suas matrículas. A rede estadual apresentou uma queda de 30,68%, enquanto a rede municipal exibiu uma queda de 6,65%. Os governos estaduais que escaparam deste decréscimo foram o AC e RR., os estados que aumentaram suas matrículas municipais foram o AC, AM, AP, ES, GO, MS, MT, PR, RR, RS, SC, SP e TO enquanto todos os estados sofreram redução nas matrículas estaduais.

Acompanhamos, ao longo destas laudas, em que medida os governos estaduais contribuíram financeiramente para o Fundeb e quais foram seus efeitos na oferta educacional no Brasil no seu período de vigência de 2007 a 2020. Sabemos que o montante final de recursos do Fundeb de cada ente depende do número de matrículas registradas no censo escolar do ano anterior. Ao examinarmos os relatórios estaduais e o relatório do Brasil, refletimos que não houve uma mudança expressiva nos percentuais de matrículas da EI, EF e EM e nas matrículas estaduais e municipais nos primeiros anos de Fundeb, além disso notou-se, de forma geral, que, nos primeiros anos da política, a parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios foi menor que no restante do período. Isto retrata a incorporação progressiva das matrículas da EI e do EM no cômputo da fórmula que define o coeficiente para recebimento dos recursos de cada ente, do seguinte modo: um terço das matrículas foram computadas no primeiro ano de vigência do Fundeb, dois terços das matrículas foram consideradas para o segundo ano e apenas a partir do terceiro ano, inclusive, seriam computados o total de matrículas para fins de repasse. Também houve incorporação progressiva dos novos itens de impostos e do percentual de 20% de cada fonte.

Quanto aos recursos do Fundeb, o resultado líquido das transferências do Fundeb (calculado através da diferença entre as transferências de recursos do Fundeb e as receitas destinadas ao Fundeb) foi negativo em todos os anos em todos os governos estaduais, implicando em uma parcela de contribuição a ser redistribuída aos municípios dos respectivos estados, trazendo as características redistributivas esperadas da política. Em média, a parcela de contribuição dos governos estaduais aos municípios foi de 36,83% no período estudado, totalizando R\$ 481.695.510.830,07 (valores corrigidos, IPCA de dezembro de 2021).

Quanto aos efeitos redistributivos, sob a lente da redistribuição de recursos dos estados aos municípios, foi verificado que, na maior parte dos estados, os municípios receberam mais recursos proporcionais quando comparados ao ano anterior, indicando um aumento gradual no número de matrículas municipais na Educação Básica e, por consequência, a ocorrência de um processo de municipalização dos recursos financeiros nos 26 estados promovido pelo Fundeb em decorrência do cumprimento pelos municípios de suas atribuições legais e de políticas de redução da oferta de Ensino Fundamental pelos governos estaduais. Após investigação, pode-se verificar que, em 2007, havia 14 estados com suas redes municipalizadas e, em 2020, 21 estados estavam com o percentual de matrículas municipais maior que o das redes estaduais. E no que se refere à complementação da União, dez estados foram beneficiados no decorrer da política e o montante distribuído foi de R\$ 58.589.299.663,67 (valores corrigidos, IPCA de dezembro de 2021).

Neste trabalho foram abordadas várias nuances da distribuição de recursos do Fundeb aos estados e municípios, com foco na contribuição dos governos estaduais ao Fundo de 2007 a 2020. Para isso, foram elaborados relatórios de cada um dos 26 estados brasileiros, com o número de matrículas da Educação Básica, divididas por etapas de ensino. Ao acompanharmos a evolução das matrículas estaduais e municipais, percebeu-se um movimento de municipalização que vem ocorrendo ao longo dos 14 anos de programa.

O Fundeb é a principal política pública de financiamento educacional no Brasil. E para garantir que fossem mobilizados recursos suficientes para que estes serviços fossem ofertados é necessário garantir que todas as políticas legisladas estejam à disposição da sociedade brasileira.

Situamos as mudanças legislativas que ocorreram no período da política. Olhamos para os coeficientes de ponderação de matrículas e vimos que, ao associá-los a disposições legais, percebemos que há incentivos e exigências de aumento no número de matrículas da EI e, conseqüentemente, nas matrículas municipais. E por fim, acompanhamos a evolução da parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios para averiguarmos como as redes de matrículas estaduais e municipais estavam sendo contempladas.

A ideia do trabalho foi discutir elementos que poderiam ter potencializado o movimento de municipalização de recursos, como o aumento de matrículas no âmbito da EI, os valores dos coeficientes de ponderação de matrículas e o PNE, os quais, possivelmente, alteraram a evolução percentual de receitas do Fundeb nos 26 estados da Federação.

Os estados e municípios recebem os recursos do Fundeb conforme o número de matrículas ponderadas nas respectivas áreas de atuação prioritária em suas redes de ensino. Verificou-se que em todos os estados vêm fazendo o mesmo percurso em direção à municipalização dos recursos.

Nas redes de matrículas estaduais e municipais, todos os estados avançaram em direção a maior municipalização de matrículas. Em todos os estados houve redução no número de matrículas estaduais e aumento no número de matrículas municipais, confirmando que existiu um movimento de municipalização de matrículas. Quanto aos coeficientes de ponderação de matrículas, houve uma maior valorização das matrículas referentes a creches e pré-escolas, com destaque para as de tempo integral, beneficiando a EI.

Por fim, o aumento da parcela da contribuição estadual redistribuída aos municípios em todos os estados do Brasil foi uma realidade ao longo do período, cumprindo o papel redistributivo que tem a política do Fundeb. A evolução do percentual de distribuição é resultado da combinação dos elementos percorridos nessa dissertação. Como a maioria destes

ou apontam para um aumento de matrículas na EI, ou apontam para um aumento de matrículas na rede municipal de ensino, é razoável que este processo tenha resultado na municipalização dos recursos do Fundeb no âmbito brasileiro no período da política de 2007-2020.

A expectativa é a de que os conhecimentos gerados por esta dissertação contribuam para a discussão da política de fundos por parte de atores políticos, pesquisadores, gestores, avaliadores de políticas públicas educacionais, entre outros. Os movimentos de matrículas alteram a proporção do número de alunos quando da distribuição de recursos que compõem o Fundeb e estes dados, ainda, ajudam na formação, elaboração, formulação, implementação e avaliação de novas políticas públicas no País.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. **As Múltiplas Realidades Educacionais dos Municípios no Contexto do Fundeb**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104091>>. Acesso em: 01 out. 22.
- AMORIM, Erica Pereira. **O Esquema De Financiamento Da Educação Básica No Brasil (1998 A 2007): Atribuições E Responsabilidades, Fontes E Distribuição Dos Recursos E Sistema De Incentivos Na Transição Fundef-Fundeb**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11922@1|https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11922@2](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11922@1|https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11922@2)>. Acesso em: 01 out. 22.
- ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. **Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da Educação Básica**. São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1463867](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1463867)>. Acesso em: 01 out. 22.
- ARRETCHE, Marta. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV (coedição), 2012.
- BAIÃO, Alexandre Lima. **O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10988>>. Acesso em: 01 out. 22.
- BANCO MUNDIAL. **Poverty and Shared Prosperity 2020**. Reversals of Fortune. World Bank, 2020. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34496/9781464816024.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- BANCO MUNDIAL. **World indicators**. World Bank, 2021. Disponível em: <[https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR&most\\_recent\\_value\\_desc=true](https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR&most_recent_value_desc=true) / acesso em: 04 mar 21.>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BERNARDO, Rosângela Ferreira. **O FUNDEB como política pública de financiamento da Educação Básica e seu desempenho ao longo dos anos nos municípios mineiros**. Uberlândia, 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5250266](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5250266)>. Acesso em: 01 out. 22.
- BEZERRA, Sergio Luiz de Argolo. **Eficiência na aplicação dos recursos do Fundeb: uma investigação apoiada na análise envoltória de dados (DEA)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2748225](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2748225)>. Acesso em: 01 out. 22.
- BRAND, Paulo Rogerio. **Papel do FUNDEB na educação pública de um município do norte do RS: impactos na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação**. Erechim, 2013. Disponível

em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=89124](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=89124)>. Acesso em: 01 out. 22.

BRASIL. **Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964**. Institui o Salário-Educação e dá outras providências. Brasília/DF, 27 de outubro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L4440.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4440.htm)>. Acesso em: 4 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de dezembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 12 de setembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm)> Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 19 de dezembro de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundeb, de que trata o artigo 60 do Ato das disposições constitucionais transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 09 de junho de 2004, 10.845, de 5 de março de 2004 e dá outras providências. Brasília, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm). Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Brasília, 2007b. FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília, 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.html)>. Acesso em: 06 set.2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e



ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>. Acesso em: 06 out. 2022.

**BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> .Acesso em: 06 set. 2020.

**BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html> Acesso em: 06 set. 2020.

**BRASIL. Resolução nº1, de 11 de dezembro de 2019.** Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2020. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-11-de-dezembro-de-2019-232942143> acesso em 28ago22.

**BRASIL. Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020.** Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Brasília, 2020. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm)> Acesso em: 04 out. 2022.

**BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>>. Acesso em: 04 out. 2022.

**BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022.** – Brasília: 2022. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

**BUENO, Ederson Nunes; PERGHER, Calinca Jordânia. Analisando a Trajetória dos Fatores de Ponderação Estabelecidos no FUNDEB: 2007-2016.** Porto Alegre: FINEDUCA, 2020. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/69472>>. Acesso em: 01 out. 22.

**CELLARD, André.** A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. P. 295-316.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Brasil: Perfil Nacional Socio-Demográfico**. 2021. Disponível em: < Site: [https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil\\_Nacional\\_Social.html?pais=BRA&idioma=spanish](https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=BRA&idioma=spanish)> Acesso em: 06 abr. 2021.

CONTE, Nelton Carlos. **A Política de Fundos (Fundef/Fundeb) e suas Disparidades no Financiamento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/78205>>. Acesso em: 01 out. 22.

CONTE, Nelton Carlos. **Fundef e Fundeb: Efeitos Redistributivos e Impacto nas Finanças dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4814230](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4814230)>. Acesso em: 01 out. 22.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA. Portal da Transparência – LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal. CONTROLADORIA GERAL RR, 2022. Disponível em: <<https://www.transparencia.rr.gov.br/index.php/orcamento/lrf>>. Acesso em: 10 mar. 22.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Contas Bimestrais. CONTROLADORIA GERAL RN, 2022. Disponível em: <<http://www.transparencia.rn.gov.br/contas-bimestrais>>. Acesso em: 10 mar. 22.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. CAGE RS, 2022. Disponível em: <<https://cage.fazenda.rs.gov.br/lista/3541/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-1>>. Acesso em: 10 mar. 22.

COSTA, Edugas Lourenço. **O Sistema de Financiamento da Educação Federalismo e Redistribuição**. Porto, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3135234](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3135234)>. Acesso em: 01 out. 22.

COSTA, Valeriano. Federalismo: as relações intergovernamentais. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stifung/Fundação Unesp, 2007.

DAVIES, Nicholas; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. **Fundeb: uma avaliação da evolução do número de matrículas e escolas na Educação Básica**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104054>>. Acesso em: 01 out. 22.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5ª. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2014.

DUBBERSTEIN, Flavia Costa Lima. **As implicações da dinâmica do financiamento da educação para as desigualdades intermunicipais quanto ao gasto por aluno no estado do Espírito Santo**. Vitória, 2015. Disponível

em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3360590](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3360590)>. Acesso em: 01 out. 22.

FARENZENA, Nalú. **A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2020. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103641>>. Acesso em: 01 out. 22.

FARENZENA, Nalú. **Capacidades de financiamento da educação básica no Fundeb: uma costura**. In: FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; PINTO, José Marcelino de Rezende; GOUVEIA, Andréa Barbosa (Orgs.). Financiamento da educação no Brasil: os desafios de gastar 10% do PIB em dez anos. Campo Grande: Oeste, 2015. p. 83-107.

FARENZENA, Nalú. Panoramas do gasto público e da oferta de educação básica na perspectiva da esfera estadual. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v.2, n.6, 2012.

FARENZENA, Nalú. Relaciones intergubernamentales en las políticas de educación básica em Brasil: la asistencia del gobierno federal a los gobiernos subnacionales. **Rev. Urug. Cienc. Polít.**, Montevideo, v. 21, n. 1, p. 183-202, enero 2012. Disponible en <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-499X2012000100009&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2012000100009&lng=es&nrm=iso)>. accedido en 06 abr. 2021.

FILHO, Arthur Ribeiro de Senna. **O serviço público educacional no Brasil e seus contextos de administração: centralização, descentralização, federalização e desigualdades - 1824 a 2019**. São Paulo, 2019. Disponível em :< <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22947>>. Acesso em: 01 out. 22.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. SIOPE. Relatório de UF's que não Transmitiram. Brasília: FNDE, 2022. a. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/siope/ufsQueNaoTransmitiram.do>>. Acesso em: 06 out. 2022.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. SIOPE. Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: FNDE, 2022. b. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/siope/ufsQueNaoTransmitiram.do>>. Acesso em: 06 out. 2022.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, Brasil, v. 21, p. 211–259, 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/89/158> >. Acesso em: 06 abr. 2021.

FROZZA, Miguel de Oliveira. **Custo aluno/ano e condições de qualidade em escolas do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2017. Disponível em:< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/171963>>. Acesso em: 01 out. 22.

GOMES, Angela de Castro Correia. **Políticas públicas de financiamento da Educação Básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, no período 2007-2010, em Guajará-Mirim, RO**. São Paulo, 2011. Disponível em:< <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9635>>. Acesso em: 01 out. 22.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Total PIB 2020**. Brasília: IBGE, 2022. a. Disponível em: < <https://pais.ibge.gov.br/#/mapa/ranking/brasil?indicador=77823&tema=2&ano=2020>>. Acesso em: 20 set. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Divisão Regional do Brasil**. Brasília: IBGE, 2021. a. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=15905&t=o-que-e>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Brasília: IBGE, 2008. a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/dados\\_abertos/sinopses\\_estatisticas/sinopses\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2020.zip](https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip). Acesso em: 06 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível

em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2011**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009**. Brasília: Inep, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília: Inep, 2008. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LIMA, Francisco Jose. **Dez anos de Fundeb: análise da evolução dos gastos e dos principais resultados na rede pública estadual de educação**. Maceió, 2019. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7096088](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7096088)>. Acesso em: 01 out. 22.

MACHADO, Maria Goreti Farias. **A promoção da accountability na fiscalização de municípios do Rio Grande do Sul: a atuação do TCE na implementação do FUNDEB de 2007 a 2009**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/49811>>. Acesso em: 01 out. 22.

MACHADO, Maria Goreti Farias. **A proposta de FUNDEB do executivo federal: interlocuções na formulação da política**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10834>>. Acesso em: 01 out. 22.

MAGALHAES, Fabricio Rodrigues. **Transferências de recursos para municípios brasileiros e seus impactos na equalização das receitas**. São Paulo, 2017. Disponível em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5050749](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5050749)>. Acesso em: 01 out. 22.

MAGRO, Fabiano Cottica. **Federalismo, Políticas Educacionais E Qualidade Do Gasto Público: Uma Análise Do Fundeb No Tocantins**. Palmas, 2014. Disponível em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=612893](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=612893)>. Acesso em: 01 out. 22.

MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da Educação Básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados**. Brasília, 2009. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/6404>>. Acesso em: 01 out. 22.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 41, de 27 de dezembro de 2007**. Divulga a especificação das ponderações entre diferentes etapas, modalidades e estabelecimentos de ensino, a serem seguidas em 2008, no âmbito do FUNDEB. Brasília, 2007.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 932, de 30 de julho de 2008**. Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2009. Brasília, 2008.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 777, de 10 de agosto de 2009**. Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2010. Brasília, 2009.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 873, de 1º de julho de 2010**. Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2011. Brasília, 2010.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 1.322, de 21 de setembro de 2011**. Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2012. Brasília, 2011.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 08, de 25 de julho de 2012**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2013. Brasília, 2012.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Ata da 9ª Reunião realizada em 16 de outubro de 2013**. Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para deliberação quanto à especificação das ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica para vigência no exercício de 2014. Diário Oficial da União nº 218, 8 de novembro de 2013. Brasília, 2013.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 01, de 24 de julho de 2014**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2015. Brasília, 2014.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 01, de 29 de julho de 2015**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2016. Brasília, 2015.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 01, de 28 de julho de 2016**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2017. Brasília, 2016.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 01, de 27 de novembro de 2017**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2018. Brasília, 2017.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 01, de 6 de dezembro de 2018**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2019. Brasília, 2018.

MEC. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Resolução nº 01, de 11 de dezembro de 2019**. Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2020. Brasília, 2019.

MENDES, Danielle Cristina De Brito. **A relação entre os entes federados no financiamento da Educação Básica no Brasil no contexto da política de fundos (Fundef/Fundeb)**. Belem, 2012. Disponível em:<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3062>>. Acesso em: 01 out. 22.

MOSNA, Rosa Maria Pinheiro. **Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional: uma análise a partir das escolas da rede municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2008. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15343>>. Acesso em: 01 out. 22.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise de políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2002.

NASCIMENTO, João Batista. **O financiamento da Educação Básica e a política de fundos em Goiás (1998-2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des)valorização do magistério**. Goiania, 2011. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2017>>. Acesso em: 01 out. 22.

RIBEIRO, Andreia Couto. **Financiamento da Educação Básica: panorama da desigualdade federativa**. Brasília, 2019. Disponível em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8084513](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8084513)>. Acesso em: 01 out. 22.

SAMPAIO, Victor Hugo Barreto de Sena. **Financiamento dos sistemas estaduais de educação e as desigualdades educacionais e financeiras no Ensino Médio (2006 a 2015)**. Brasília, 2018. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/32620>>. Acesso em: 01 out. 22.

SEFAZ AC. Secretaria de Fazenda do Acre. LRF 2022. Anos anteriores. SEFAZ AC, 2022. Disponível em :< <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=9205>>. Acesso em: 06 out. 22.

SEFAZ AL. Secretaria de Fazenda do Alagoas. LRF 2022. RREO. SEFAZ AL, 2021. Disponível em :< <http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/43-financas/lei-de-responsabilidade-fiscal/144-relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria-rreo>>. Acesso em: 03 fev. 21.

SEFAZ BA. Secretaria de Fazenda da Bahia. Relatórios Bimestrais. SEFAZ BA, 2022. Disponível em :< <https://www.sefaz.ba.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ ES. Secretaria de Fazenda do Espírito Santo. Demonstrativos da LRF. SEFAZ ES, 2022. Disponível em :< <https://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/index.php>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ GO. Secretaria de Fazenda do Goiás. RREO e RGF. SEFAZ GO, 2022. Disponível em :< <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/demonstrativos-fiscais/gestao-fiscal>>. Acesso em: 06 out. 22.

SEFAZ MT. Secretaria de Fazenda do Mato Grosso. Relatórios - Lei de Responsabilidade Fiscal. SEFAZ MT, 2022. Disponível em :< <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/relatorios-lei-de-respons.-fiscal>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ MG. Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. Lei de Responsabilidade Fiscal. SEFAZ MG, 2022. Disponível em :< [http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/lei\\_responsabilidade\\_fiscal/](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/lei_responsabilidade_fiscal/)>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ PA. Secretaria de Fazenda do Pará. Relatórios Bimestrais. SEFAZ PA, 2022. Disponível em :< <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/contabilidade-geral/2503-relatorio-bimestrais>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ PB. Secretaria de Fazenda da Paraíba. Demonstrativos Fiscais. SEFAZ PB, 2022. Disponível em :< [https://siaf.cge.pb.gov.br/CGE/jspServMenuPrincipal\\_aux?EXERCICIO=2020&opcao=7](https://siaf.cge.pb.gov.br/CGE/jspServMenuPrincipal_aux?EXERCICIO=2020&opcao=7)>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ PR. Secretaria de Fazenda do Paraná. Responsabilidade Fiscal/Demonstrativos da LRF - RREO e RGF Exercícios anteriores. SEFAZ PR, 2022. Disponível em :< <https://www.fazenda.pr.gov.br/webservices/documentador/responsabilidade-fiscal-lrf-exercicios-antecedentes>>. Acesso em: 06 out. 22.

SEFAZ PE. Secretaria de Fazenda de Pernambuco. Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal. SEFAZ PE, 2022. Disponível em :< <https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Paginas/Demonstrativos-da-Lei-de-Responsabilidade-Fiscal.aspx>>. Acesso em: 06 out. 22.

SEFAZ PI. Secretaria de Fazenda do Piauí. Lei de Responsabilidade Fiscal. SEFAZ PI, 2022. Disponível em :< <https://portal.sefaz.pi.gov.br/relatorios-da-lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 25 mar. 22.



SEFAZ RJ. Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro. Relatórios Fiscais. SEFAZ RJ, 2022.

Disponível em :<

[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu\\_structure/aceso\\_informacao?\\_afLoop=66636382011808975&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169978&\\_adf.ctrl-state=x9exw6yw4\\_114](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/aceso_informacao?_afLoop=66636382011808975&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169978&_adf.ctrl-state=x9exw6yw4_114)>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ RN. Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Norte. Contas Bimestrais 2020. SEFAZ RN, 2022. Disponível em :< <http://www.transparencia.rn.gov.br/contas-bimestrais>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ SC. Secretaria de Fazenda de Santa Catarina. Lei de Responsabilidade Fiscal, RREO. SEFAZ SC, 2022. Disponível em :<

<https://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorios/DCIF>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ SE. Secretaria de Fazenda do Sergipe. Relatórios Financeiros. SEFAZ SE, 2022.

Disponível em :<

[https://www.sefaz.se.gov.br/transparencia/SitePages/relatorios\\_financeiros.aspx?RootFolder=%2Ftransparencia%2FRelatorios%20Financeiros%2FRELAT%C3%93RIO%20RESUMIDO%20DA%20EXECUC%C3%87%C3%83O%20OR%C3%87AMENT%C3%81RIA&FolderCTID=0x0120003172526D58E24044B1477BF9A2F87D08&View=%7B2EAA51C1%2DDDB56%2D4777%2DB638%2DCA71F1C787DB%7D](https://www.sefaz.se.gov.br/transparencia/SitePages/relatorios_financeiros.aspx?RootFolder=%2Ftransparencia%2FRelatorios%20Financeiros%2FRELAT%C3%93RIO%20RESUMIDO%20DA%20EXECUC%C3%87%C3%83O%20OR%C3%87AMENT%C3%81RIA&FolderCTID=0x0120003172526D58E24044B1477BF9A2F87D08&View=%7B2EAA51C1%2DDDB56%2D4777%2DB638%2DCA71F1C787DB%7D)>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEFAZ TO. Secretaria de Fazenda do Tocantins. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. SEFAZ TO, 2022. Disponível em :< <https://www.to.gov.br/sefaz/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria-rreo/3p5y2p76h0fm>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SEPLAN MA. Secretaria de Planejamento do Maranhão. Lei de Responsabilidade Fiscal. SEPLAN MA, 2022. Disponível em :< <https://seplan.ma.gov.br/responsabilidade-fiscal/>>. Acesso em: 25 mar. 22.

SEPLAN RN. Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Norte. Lei de Responsabilidade Fiscal. SEPLAN RN, 2022. Disponível em :<

<http://www.seplan.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=CATALG&TARG=139&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=LRF>>. Acesso em: 10 mar. 22.

SILVA, Francisco José da. **Custo-aluno e condições tangíveis de oferta educacional em escolas públicas do Distrito Federal: (des)igualdades à flor da pele**. Porto Alegre, 2010.

Disponível em:< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23746>>. Acesso em: 01 out. 22.

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development. **Education at a Glance 2020: OECD Indicators**. Paris: OECD, 2020. Disponível em: < <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/69096873-en.pdf?expires=1617738184&id=id&accname=guest&checksum=B93DD203FD38267607D1C9747706159C> >.

Acesso em: 06 abr. 2021. SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas: coletânea, v. 1. Brasília: ENAP, p. 21-42, 2006.

OLIVEIRA, Edmilson Jovino. **O financiamento da educação (1996 - 2012) e o regime de colaboração: a rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte**. Natal, 2014.

Disponível

em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2135549](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2135549)>. Acesso em: 01 out. 22.

OLIVEIRA, Mariano Laio. **Avaliação do Fundeb: a dependência de recursos federais e as despesas com remuneração dos profissionais do magistério nas redes de ensino municipais**. Brasília, 2018. Disponível em:< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32292>>. Acesso em: 01 out. 22.

PERGHER, Calinca Jordânia. **Mapeamento da capacidade de financiamento da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas - RS: gastos, condições de oferta e trajetória do processo educativo: 1993 – 2005**. Porto Alegre, 2007. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12202>>. Acesso em: 01 out. 22.

POLENA, Andrea. **Uma Avaliação do Efeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais Da Educação (Fundeb) Nos Municípios Do Estado do Paraná nos Anos de 2007 a 2014**. Curitiba, 2016. Disponível em:<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3584895](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3584895)>. Acesso em: 01 out. 22.

SILVA, Samara de Oliveira; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; ALMEIDA, Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges. **Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2020. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/103897>>. Acesso em: 01 out. 22.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [s. l.], v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/transferencias-ao-fundo-de-manutencao-e-desenvolvimento-da-educacao-basica-fundeb/2020/114>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TIBURCIO, Rogério Machado Limonti. **O custo Aluno-Qualidade como eixo do sistema nacional da educação: enfrentamento histórico ou miragem retórica**. São Paulo, 2019. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-13052019-105357/>>. Acesso em: 01 out. 22.

TRANSPARÊNCIA AM. Portal da Transparência. Responsabilidade Fiscal. TRANSPARÊNCIA AM, 2022. Disponível em :< <https://sigdoc.ap.gov.br/public/verPasta.jsf?token=708a75a635b621674db4dffc0ff0cdd9>>. Acesso em: 10 mar. 22.

TRANSPARÊNCIA AP. Portal da transparência do Amapá. TRANSPARÊNCIA AP, 2022. Disponível em :< <https://sigdoc.ap.gov.br/public/verPasta.jsf?token=708a75a635b621674db4dffc0ff0cdd9>>. Acesso em: 10 mar. 22.

TRANSPARÊNCIA CE. Portal da Transparência do Ceará. Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária. SEFAZ BA, 2022. Disponível em :<

[https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria?locale=pt-BR&\\_\\_=\\_\\_>](https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria?locale=pt-BR&__=__>). Acesso em: 25 mar. 22.

TRANSPARÊNCIA MS. Portal da Transparência MS. Responsabilidade Fiscal.

TRANSPARÊNCIA MS, 2022. Disponível em :<

<http://www.transparencia.ms.gov.br/#/ResponsabilidadeFiscal>>. Acesso em: 06 out. 22.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enríquez. Fundamentos de economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.